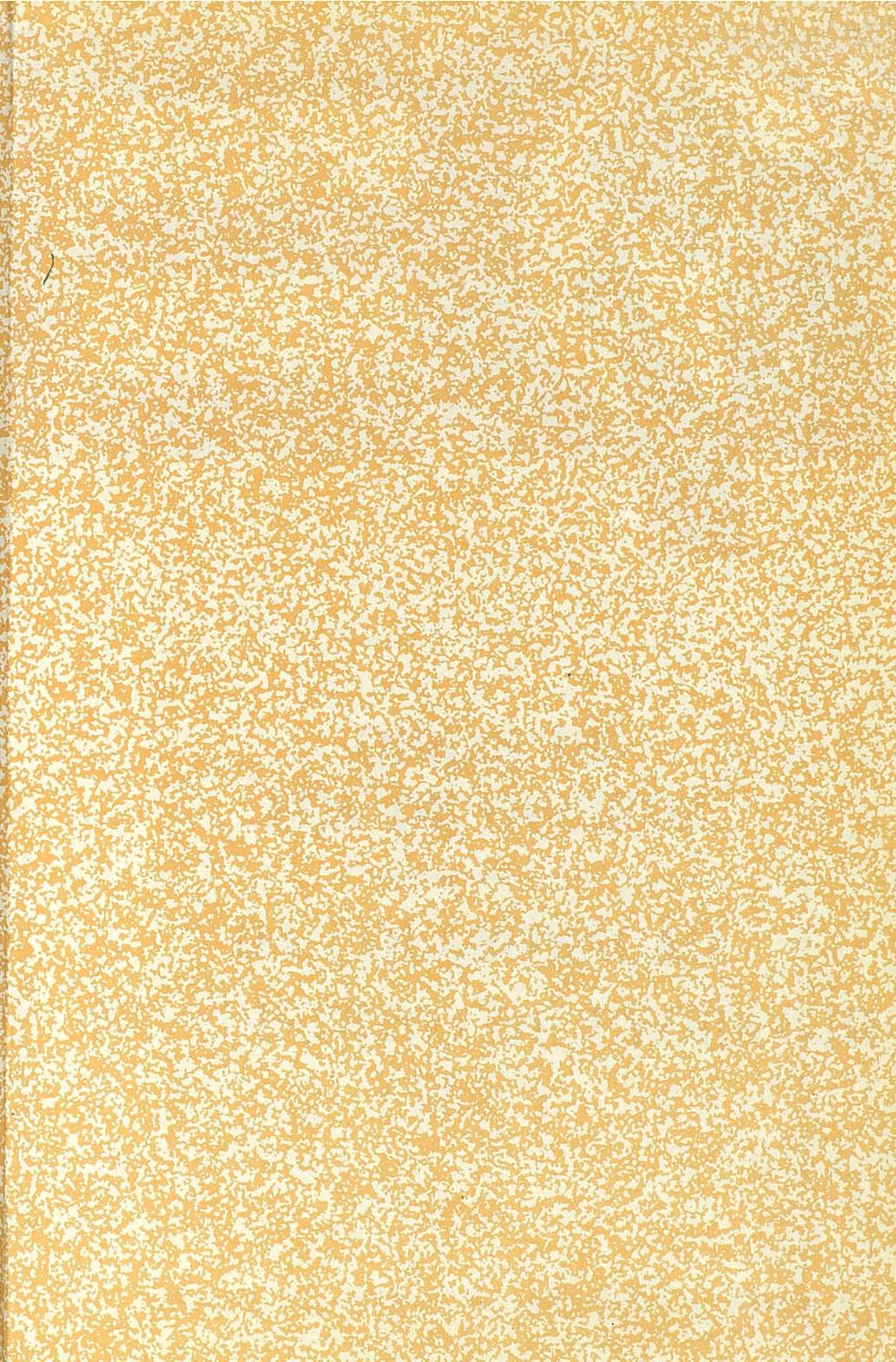
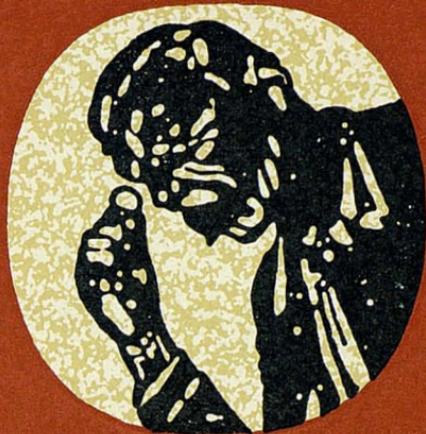


S3
821.134.3
-92 Que da
Que da







OBRAS DE
EÇA DE QUEIROZ

DA COLABORAÇÃO
NO «DISTRITO DE ÉVORA» - III
(1867)

EDIÇÃO «LIVROS DO BRASIL» LISBOA

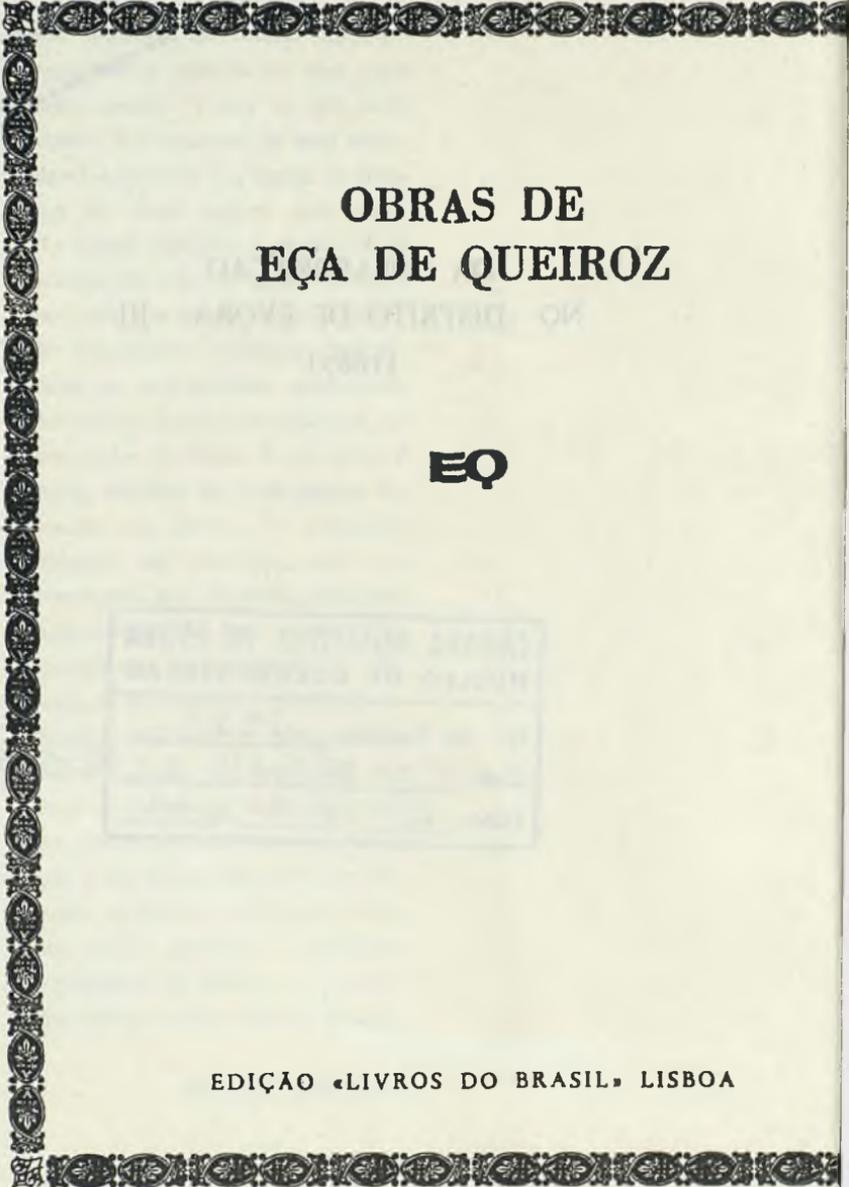
Eça de Queiroz

Os folhetins da *Gazeta de Portugal* são a explosão de uma alma nova, ardente e que se não pode conter. É o ressumar da seiva abundante e violenta que depois de romper em flores espirra pela casca. As graves tradições da revista e da crónica são rotas. O poeta não conta os casos da semana, nem comenta as vulgaridades correntes. Precipita-se na improvisação apaixonada, na fantasia dolorosa ou radiante, no pesadelo e no êxtase. A sua prosa é lírica. Algumas das suas páginas são ataques de nervos. E, sobretudo imagina, não friamente, como um construtor, mas comovido, passando bruscamente do riso às lágrimas, acumulando as incoerências, as ironias, as frases nuas e vivas, as invenções deliciosas e pungentes, e fazendo passar na música da sua prosa o rumor estridente dos nervos dilacerados ou deliciados. Vê-se que é um poeta, feito para as sensações excessivas e profundas, como um poldro generoso e indómito, predestinado ao combate e às corridas, não aos tédios úteis da lavoura.

MONIZ BARRETO

OPRAS DE
MUNICÍPIO DE ÉVORA
DA COLABORAÇÃO
NO «DISTRITO DE ÉVORA» - III
(1867)

CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO
N.º de Registo: 2381
Cota: S3 421.334.3 - 52 QUE da
Data: 02/168/12004



OBRAS DE
EÇA DE QUEIROZ

EQ

EDIÇÃO «LIVROS DO BRASIL» LISBOA

DA COLABORAÇÃO
NO «DISTRITO DE ÉVORA» - III
(1867)



NOTA PRÉVIA

No presente volume incluem-se diversos artigos que Eça de Queiroz fez publicar no Distrito de Évora (1867) e que Alberto Machado da Rosa editou em Prosas Esquecidas; os textos intitulados Mefistófeles J. Petit e João de Deus que Machado da Rosa também colleccionou nas Prosas Esquecidas; as cartas a E. Stumm, Alfaiate, a Paulo Vargette, a «Madame» de Jouarre, a Manuel... uma carta relacionada com um projectado romance sobre Babilónia a que Eça se refere aquando da sua estada em Bristol e a carta a E... anteriormente incluídas no volume que circula com o título de Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais Páginas Esquecidas. Finalmente, na terceira parte da presente edição, reúnem-se Idealismo e Realismo, Os Vencidos da Vida. Ainda Sobre a Academia, duas Notas do Mês da Revista de Portugal, A Revolução do Brasil e O Ultimatum.

O Editor

REVUE GÉNÉRALE

The text in this section is extremely faint and largely illegible. It appears to be a multi-paragraph article or report, possibly discussing general topics or a specific subject. The text is arranged in several lines, with some indentation at the beginning of certain paragraphs. Due to the low contrast and resolution, the specific words and sentences cannot be accurately transcribed.

— 10 —

DO «DISTRITO DE ÉVORA»

(1867)

Política nacional

N.º 44. 9 de Junho

O *Jornal de Lisboa*, como abaixo se lê, dá conta do facto inexplicável do governo ter mandado suspender um processo por uma portaria; o criminoso tinha sido entregue ao poder judiciário, desde esse momento estava sob a acção inviolável da lei, devia o processo seguir os seus termos e incidentes, devia aclarar-se a verdade do facto acusado, e ser a sua inocência ou culpabilidade publicada por uma sentença.

Até aqui sempre assim se tem procedido em todo o país civilizado, onde há lei, magistratura e poderes distintos; no entanto, o governo, com uma orgulhosa portaria, decretou que nenhum procedimento judicial houvesse mais contra o acusado.

Subtraiu-o à acção da lei e ao poder dos juizes. Desconceituou os tribunais, pisou a legalidade, confundiu os poderes e praticou o arbitrário: de modo que, de hoje em diante, um malfetor, um criminoso, um assassino, pode, depois de preso, de processado e condenado, ser subitamente restituído à liber-

dade e à inocência por uma portaria, e continuar no gozo imperturbável dos seus crimes. A culpabilidade não se avalia já por factos, por depoimentos, por processos preparatórios, é por vontade do ministro: quando se entender nas secretarias que um parricida convicto, que o ladrão confesso, não devem sofrer o incómodo das prisões, decreta-se que ele seja solto, livre, honrado e talvez condecorado. É o reinado do arbitrário. É uma ditadura disfarçada que é necessário extinguir nas suas últimas ramificações!

É um ninho de reacções e de violências e de injustiças, que é necessário esmagar, de sorte que nem vestígios fiquem na história contemporânea.

Do mesmo modo por que se fez suspender este processo, pode-se instaurar um sem culpa formada, sem crime, por vingança e por vexação. Qualquer homem pode ser subitamente preso por uma portaria, lançado numa prisão, condenado e mandado para os presídios de África, unicamente por meio de portarias, que vão determinando gradativamente a perseguição. Parece que estamos uns anos antes da tomada da Bastilha: prende-se e solta-se, não em virtude da lei, mas por vontade de um ministro. Desgraçado país!

N.º 44, 9 de Junho

Em política dizer a verdade era um erro que não perdoava Mazarini e Pitt, o astuto.

Era assim realmente no princípio monárquico, nos tempos escuros do privilégio, quando dominava a corte e a intriga, as complicações freiráticas, e um ministro todo-poderoso retalhava entre os seus validos de roupeta as últimas abundâncias de um reino. Naquele tempo em que a política era feita no vão de uma janela, ou junto de um fogão, entre os assíduos da camarilha e os confessores do rei, era principal meio de domínio o disfarce, a conspiração recôndita, a falsidade. Hoje, nestes tempos mais luminosos da liberdade, a política é um acto espiritual dos povos e o seu meio é a clareza, a verdade, a justiça e a consciência. Deve ser, pelo menos. Por isso seria um impudor o esconder ao povo a crise terrível que nós vamos atravessar, deixá-lo ir alegre, entre as felicidades materiais e as aparências da prosperidade, para no fim o despertar, quando a sua pátria, o seu lar, a sua seara, fossem já a despedaçar-se entre as mãos contraditórias dos salteadores estrangeiros. Não; é necessário robustecer a coragem do povo e dar-lhe o alento e a palpitação doce da esperança, já que tudo lhe negam: o pão, a carne, a liberdade, a prosperidade e o descanso.

Prepara-se um ano de escassez, é inútil negá-lo e encobri-lo. Sabem-no todos: os trigos estão estragados, os mais géneros

estão-se deteriorando no apodrecimento e na esterilização. Nestes primeiros tempos, próximos das colheitas, não se sentirá a desgraça, porque todos mais ou menos colherão; mas depois, passados meses, quando pelo consumo vier a escassez, será necessário recorrer a todas as prevenções que se fazem na véspera de uma fome.

Por outro lado, aproxima-se o tempo da execução do imposto: dobra-se o custo da vida, e a vida mais cara para as famílias pobres, significa o empréstimo, a vexação, a abstinência, a fome e a miséria: os trabalhadores terão de pedir mais salário; por outro lado, com o tratado de comércio que foi aprovado, fecham-se numerosas fábricas; de há muito que os operários pressentiam que lhes chegava a sua dor; durante a discussão do tratado, na câmara, andavam, em redor do edificio e dentro nas galerias, grupos de operários, como esperando o decreto da sua miséria. Estes operários despedidos, com famílias, crianças, mulheres, velhos, que viviam da fábrica, inábeis para outro serviço, doentes, com aquela constituição própria dos que vivem nas fábricas, que os inhabilita de se voltarem para os trabalhos agrícolas, ou morrerão de fome ou esmoiarão, ou se perderão na noite da vadiagem, naquela região obscura que se atravessa entre todos os andrajos e todas as misérias e de onde saem os ladrões, os devassos, os malfeitores; ainda mesmo que estes operários se viessem juntar às populações agrícolas, não melhoraria a atitude miserável da sua sorte: a concorrência diminuiria o salário e faria avivar a fome. De mais a mais, nas aproximações do Inverno, a agricultura tem mais ao seu serviço para os trabalhos de sementeira (sobretudo no Norte), os pescadores, que aos primeiros temporais de Novembro abandonaram a vida do mar e penetram no interior, ou mendigando ou bandeando-se nos trabalhos do campo.

De mais no Norte, com a extinção dos baldios, milhares de famílias pobres ficarão na penúria, expulsos da sua propriedade, sobrecarregados com o imposto; cairão nos últimos proletariados, nas misérias mais tristes.

E aqui está o país perante a crise terrível — a fome. Qual deverá ser a atitude do povo? O povo tem um bom-senso, um grande instinto de verdade, um áspero amor da justiça e, perante um perigo da pátria, não pode tomar senão justas resoluções.

E a mais justa é salvar-se; o deixar-se morrer estoicamente e silenciosamente nem era um sacrifício nem uma abnegação, nem um desprezo sublime pelas fatalidades que a Europa está sofrendo; era uma covardia. Senhor do seu destino, emancipado e livre, deve realizar a sua felicidade através de todas as vicissitudes, ainda as mais contraditórias.

Perseguido, deve defender-se; oprimido, deve libertar-se; atacado, deve castigar.

Quis a sorte que ao mal da natureza se juntasse o mal social.

Mas quem preparou o mal social, quem provocou este doloroso encontro da escassez da terra com a vexação do fisco? Foi o governo: o princípio do imposto não é só injustificável e iníquo agora, perante a miséria; era-o também perante a abundância; não o era pelas circunstâncias alheias, era-o pela natureza própria; contra ele reclamou a nação inteira, quase sem excepção de aldeia.

Foi desprezada a nação. Quis a fatalidade que viesse a escassez e a falta de pão, que ao alimento do pobre faltassem todos os meios, uns tirados pela natureza, outros pelo governo. Nós não vamos hoje lançar à conta do espírito iliberal do ministério a doença do trigo: não; queremos apontar o estado da crise e fazê-lo ver ao povo. A sua união e a sua acção resolverão o resto.

Em Portugal, como em todos os estados representativos, as autoridades locais participam profundamente da natureza dos ministérios.

Íntima simpatia nervosa os prende, de tal sorte que não há no governo reacção que se não reproduza na realidade local: que não há no governo má ideia política que se não

venha alojar também na administrativa cabeça das autoridades. Senão, veja-se. Este governo, além da sua acção iliberal, tem uma inacção mais iliberal ainda, que consiste em desprezar os interesses verdadeiros do país e deixá-lo ir pelo caminho rápido da decadência e da ruína. E não é verdade que por todas as municipalidades, as povoações se estão queixando da inércia, da inutilidade, da insignificância usual dos empregados do governo? Deixam correr à revelia a causa popular, refugiam-se no seu pequeno mundo oficial, e dali vêem, com olhar indolentemente enfastiado, prosseguir a decadência, a corrupção e a morte.

Entrega-se hoje uma localidade, um distrito, a uma autoridade, e é certo que daí a um ano se virá encontrar aquele território esmorecido, indolente, descontente, dividido, etc.

De sorte que há duas oposições hoje a fazer, qual delas mais enérgica, qual delas mais conscienciosa. Uma, ao governo; outra, às autoridades locais. Àquele, pelo princípio; a estas, pela realização. Uma, para extinguir o mal; e outra, as suas ramificações.

É necessário que pelas províncias, pelas cidades, pelas vilas, se vão formando associações dos mais honestos e dos mais puros, para opor uma linha de moralidade à invasão da corrupção e do impudor. Esta opposição deve ter uma resistência e uma acção.

Resistência às prepotências, aos abusos e aos pequenos privilégios que se querem entronizar; acção para, pela sua parte, não deixarem esmorecer nunca o espírito político das cidades, não deixarem succumbir os ânimos perante a indolência e a negligência oficial.

No Porto está-se organizando um centro eleitoral, que, relacionado com as províncias do Norte, se prepara para nas próximas eleições fazer da urna uma coisa nobilíssima e sagrada.

Realmente se já houve uma instituição pervertida, amesquinhada, profanada, vilipendiada, é a eleição.

As eleições são, em Portugal, o grande fim da vida política: é por causa delas que se arvora um sistema, que se organizam partidos, que se agregam comissões. É para esse pequeno combate à porta de uma igreja que se preparam forças, combinações, planos, intrigas, etc.

Realmente criar um deputado, *ter um deputado*, é, de certo modo, ter na representação nacional, na colaboração das leis e das reformas, uma influência indirecta, uma supremacia real.

Por isso as comissões, os centros, os partidos, se afadigam no empenho de unir a um nome querido as vontades uniformes de uma população.

Para o governo, ganhar uma eleição significa sustentar-se pela legalidade, firmar-se na maioria, viver, conservar-se, que é a grande meditação dos governos em Portugal. Sendo assim, dependendo da eleição a sua duração, pode-se imaginar tudo o que os ministérios, sem vivaz consciência política, sem áspero pundonor público, fazem para reunir os votos que lhes dão o amparo.

Isto explica a maneira como hoje se fazem eleições em Portugal. Dos deputados que votam e legislam, quantos representam a vontade eleitoral de uma população? Nenhum.

Foram criados pela corrupção, pela pressão, pela súplica, pela ambição, por interesses ligados; por tudo, excepto pela vontade espontânea, pela aclamação instintiva. O governo tem, para criar os seus deputados, um corpo de polícia superior que se chamam autoridades administrativas.

Estes empregados procuram ganhar a confiança de uma população, depois a afeição, depois a supremacia; o seu fim é a eleição: se trabalham, se administram justiça ao sabor de um certo grupo, se por acaso dotam a municipalidade com melhoramentos, se se aplicam a tornar a administração benévola, a lei branda, é ainda pensando no dia da eleição. A eleição é o seu grande trabalho e a sua grande epopeia administrativa.

O deputado representa os interesses do círculo, vai-os advogar; representa os seus constituintes, é o seu procurador perante o Estado: pode ser bem visto ou repulsivo aos eleitores; pode haver contra ele uma oculta hostilidade; podem haver interesses que se combatam; nada disto se atende: é necessário que ele seja votado, será votado: quem leva à urna não é o instinto que diz aos eleitores que aquele homem lhes promoverá o bem social, não é ainda a certeza, a confiança por actos passados em que ele demonstrou a sua afeição ao círculo e as complacências do seu espírito de protecção — quem os leva é a autoridade: uns, violentados pela pressão moral; outros, influenciados pela esperança de um interesse; outros, pela timidez de dar uma recusa a um superior; outros, por relações individuais; outros, pela dependência coacta; outros, pela ligação afeiçoada: todos por uma causa indiferente à sua vontade, ao seu instinto (e coisa horrível!) à sua consciência.

Ao governo não lhe importa que assim fique pervertida a instituição eleitoral; o que lhe importa é que a sua existência fique vinculada nas secretarias.

Fazer da eleição um dos mais honestos actos da vida política; levar as populações a votar pela sua consciência e não pelo seu interesse; afastar da urna toda a combinação sufocadora de vontades, toda a pressão influenciadora de sentimentos; fazer do voto um acto quase religioso do espírito político, uma acção incorruptível, uma manifestação inviolável; criar assim uma corporação de legisladores saídos da vontade pública, escolhidos entre os mais honrados, os mais inteligentes, os mais livres, levados para as câmaras, porque o povo pressentiu neles qualidades sólidas de pundonor e de elevação de alma e de ideia, que cuidarão profundamente do bem social e nada dos seus interesses e das suas inclinações partidárias; fazer organizar assim de um modo justo e racional a acção eleitoral, é uma nobre tentativa que honra profundamente o Porto.

Excelente era que todas as cidades lhe seguissem o exemplo,

e dessem assim uma forma de honestidade a este facto da vida política, chamada eleição, que tão vilipendiado anda. Évora poderia dar esse grande exemplo a toda a província, formando um núcleo moral de consciências e de capacidades, que guiassem no acto eleitoral o espírito público por um caminho de moralidade, de justiça, de consciência, de verdade — e de liberdade sobretudo.

N.º 45. 13 de Junho

Diz-se todos os dias que a desorganização da opposição dá forças alentadas ao governo! Como se o desvario de uns fizesse a justiça dos outros! Não; a desunião da opposição, ainda que fosse violenta e irreconciliável, não daria ao ministério nem mais uma aparência de justiça e de legalidade. Não eram os antigos combates da opposição, os *meetings*, as tentativas de revoltas, a união íntima e perfeita das facções e das cidades, que tornava o ministério reaccionário, vexador, desorganizador e inútil. Não; não é hoje também esta discussão estéril da intriga política que o faz honesto e proveitoso.

Podem desorganizar-se ainda mais os chefes eleitos da opposição, podem findar os centros e dissiparem-se as comissões; o governo continuará a ter, perante a lei, a justiça e a razão, os crimes de liberticida. A desorganização da opposição não o absolve do imposto do consumo e do tratado do comércio; a inércia dos tribunais não inocenta os bandidos; a abstenção da justiça popular não purifica os espoliadores do povo. O governo é mau pelos seus actos, cairá pelos seus actos.

Esta desorganização da opposição não o livrará da queda.

Que importa que se malquistem os chefes, se o povo se lembra?

Aí, no povo, é que reside a verdadeira opposição: é na sua justiça esquecida e pisada, é na sua indústria ferida, é na sua

prosperidade invadida, é no seu comércio embaraçado, é no seu pão regateado e encarecido que reside a fora da oposição e a fraqueza do governo.

Podem dessoldar-se todas as columnas de combate parlamentar porque o governo não ganhará uma sombra no espírito do povo.

E demais, a oposição não está dividida; podem os seus chefes, os homens eleitos para fortificarem a supremacia com o talento, podem, em esclarecimento de questões individuais, separar-se e altercar. Eles por isso abandonam o seu posto, são indiferentes e desprezadores da arena onde lutam? Deixam uma hora sequer de minar a reacção a favor da liberdade? Dobram um momento a sua consciência impecável à atracção dos favores ministeriaes? Renegam porventura o libello moral em que em nome da pátria acusaram o governo? Não. As questões individuais não passam da área da sala de discussão; perante o mundo official, que eles atacam, são todos unidos e fortes, todos inalteráveis e robustos.

E que se contradissem? E que divergissem de sistema e de princípio? E que não fossem de acordo para o estabelecimento da liberdade e para a ruína da opressão? Se assim fosse? Eram proveitosos ainda; eram ainda as esperanças do país, que se torce em decadências. Pois não são os diversos partidos, simplesmente, as diversas maneiras de compreender a liberdade? Logo que estejam conformes em princípio, em que o povo deva ser livre, abundante, considerado e respeitado como elemento político, não se tirava senão proveito da diversa maneira por que eles entendessem a applicação do princípio.

A grande iniciativa é derrubar o mal — o governo. Os esforços de todos tendem para isso. Embora esses esforços sejam por diverso modo dirigidos, o ataque é simultâneo; e mesmo em estratégia se sabe que a diversidade dos ataques separa e debilita a defesa. Em política todo o ataque é bom quando parte da razão, da justiça, e tende à liberdade.

Que os combatentes sejam inimigos irreconciliáveis, que

se embatam particularmente em debilitadíssimas questões de forma, que importa isso? A questão é que na hora dada, da luta e da justiça, todos estejam na sua firmeza e na sua dignidade. E até hoje já algum partido dos que se bandeiam na oposição deixou de estar pontualmente na brecha, argumentando, discutindo, clamando, salvando o povo? Não. Então que importam as suas dissensões domésticas, se nos dão a sua uniformidade política? É um erro dizer que a desunião da oposição sustenta o governo.

Como se o governo não estivesse condenado pelo seu próprio princípio, pela sua própria instituição maléfica, e como se os erros da sua vida oficial fossem sanados com os pequenos distúrbios da vida particular dos outros!

Há duas maneiras de prejudicar uma população: ou cometendo erros, ou não cometendo coisa alguma. Tanta influência tem para a decadência a opressão como a inércia. E nós não sabemos qual perde mais as nacionalidades, se uma tirania como a na Espanha, se uma inacção como a na Turquia.

Qual prejudica mais ao viajante apressado — o deixar-se adormecer molemente à sombra das alamedas, ou perder-se nos caminhos escuros? Não sabemos. E no entanto, estas duas políticas têm perdido o mundo. Uns porque vão pelo mau caminho da opressão, da tirania, do mal; outros porque se adormecem na indiferença, na abstenção, na nulidade; uns porque fazem o mantimento da Polónia; outros porque conservam a sonolência da China; todos têm dado à lei do progresso e da vida futura um desmentido solene, de quase alguns séculos. Em Portugal não se conhece um meio termo: ou se é animadamente iliberal ou se é sôpofieramente inerte. Isto tanto na política geral como na política local. Ou se vexa o cidadão, e se intrigam as famílias, e se provocam as prisões e as vinganças; ou se deixa tudo ir, material e mecanicamente, pelo caminho das decadências voluntárias.

As cidades são feitas à semelhança do homem, as nações à

semelhança das cidades, e os continentes à semelhança das nações: uma mesma lei vital rege o homem, nações e continentes. Por isso o que se dá com a grande política do mundo, dá-se com a política mais modesta das cidades sob a influência das autoridades locais.

Com efeito, por este país e aqui nesta cidade, as autoridades conhecem os dois extremos simplesmente: ou uma rigorosa vexação ou uma perfeita e magnífica indolência.

Não conhecem o meio termo: uma admiração sábia e prudente, uma vigilância não exagerada, porque vexa, mas moderada, porque protege, uma acção benévola sobre as instituições locais, uma polícia de segurança, não tão minuciosa que incomodasse, mas tão perfeita que garantisse uma inspecção conscienciosa das necessidades, dos melhoramentos a executar; uma administração assim regulada e inteligente, não a compreendem. Ou o excesso ou a abstenção. Ultimamente cáram na abstenção. A grande palavra que explica a sua interferência legal, é esta — nada. Não se podem acusar de vexações, de tiranias burguesas, de vinganças, de abusos, de excessivas demonstrações de poder; não se podem realmente acusar: a sua abstenção de todo o acto é perfeita, o seu sossego é inalterável, a sua indiferença é completa.

Ou medo ou expectativa, ou combinação política ou simplesmente indolência, o facto é que apenas se sabe por tradição, por se ouvir dizer, por alguém as ter visto, por boatos que correm, que existem autoridades locais. E para quê? Para que se não de afadigar aqueles a quem compete dirigir as populações?

A administração em Portugal está de tal sorte feita que basta fazer mover os mecanismos uma vez, que eles continuarão imperturbavelmente nas suas evoluções monótonas. É assim que havemos de progredir, é assim que havemos de tomar lugar na grande caravana das cidades e dos povos que vão para a terra de promessa que se chama Liberdade?

É assim, não fazendo nada? Deixando tudo no estado pri-

mitivo e apenas melhorado pela indispensável e involuntária iniciativa particular, não se policiando, não se melhorando, não se construindo estradas, não se cumprindo a lei, não se tendo escrúpulo com a administração dos estabelecimentos públicos, não estabelecendo a harmonia entre os elementos diversos das populações, vergando a urna aos caprichos oficiais, não curando da higiene, da saúde pública, da fiscalização, da vigilância, não organizando a agricultura, não criando escolas, não procurando dar o bem-estar, não favorecendo o trabalho, não protegendo o comércio; não se fazendo nada: é que se há-de caminhar, é que se há-de dar às populações em especial, e por consequência a todo o país, aquele grau de elevação, de poder, de riqueza, de abundância, que há-de salvar da invasão, da anexação, da bancarrota? É para isto que o governo conserva as suas autoridades e as cobre com o seu falso prestígio? Mais vale então confiar a polícia ao acaso, e a administração à providência?

N.º 46, 16 de Junho

Começou na câmara a discussão do orçamento: tanto tempo protrahida, tanto tempo reclamada, saiu por fim para a arena a sofrer o exame minucioso dos discretos e dos experientes.

Reconheceu-se mais que nunca que a fazenda estava desorganizada. A questão da fazenda é realmente aquela cuja solução mais interessa, porque nela vão os destinos deste país: questão agrícola, questão industrial, questão de funcionalismo, questão de exército; tudo mais ou menos prende às dificuldades do orçamento.

Discutir o orçamento é revolver quase todo o sistema de reformas sensatas que pedem as nossas instituições. Há muito que as dificuldades financeiras pesam sobre este país, como uma fatalidade desorganizadora que ora entorpece um movimento, ora inutiliza uma acção profunda, ora inabilita um progresso. Vivendo num país rico, abundante, de solo fecundo e ubérnimo, de clima grato e benéfico, com rios magnificamente navegáveis, com uma prodigiosa abundância de água, com uma vegetação admirável, possuidores de colónias ricas, poderíamos, sendo a raça como é trabalhadora e industriosa, e se houvesse uma administração lisa e honesta, ter nas finanças aquela ordem e aquele equilíbrio económico que engrandece os países e os põe ao abrigo das eventualidades da história.

Muitas nações têm feito a sua riqueza, inaugurando aquela

política de egoísmo e de desconfiança que, se faz crescer em poderio, faz diminuir em justiça e em liberdade real. Aí o tesouro é sempre robusto, apoiado por uma corte de milionários, aristocracia financeira que goza o privilégio exclusivo da especulação e cria perpetuamente, pelo monopólio que fazem do capital, uma democracia de proletários e de pequenos comerciantes: isto não é enriquecer as nações; isto é produzir um desequilíbrio incessante de fortuna e de meios: é produzir a classe da alta indústria em detrimento da universalidade dos que negociam e trabalham.

Na América dá-se isto, um pouco também na Inglaterra. Aí o tesouro robusteceu-se, cresce, e todavia a nação empobrece: não existem ali desorganizações, nem défices, nem dívidas insolúveis, nem créditos esmorecidos, mas existe uma pobreza geral, que, pela sua deslocação do bem-estar e das comodidades materiais, põe em contínuo sobressalto a vida social. Londres dá bem o exemplo deste doloroso estado de coisas.

Esta riqueza, sem liberdade e sem justiça, não a queremos entre nós.

Estes privilégios de fortuna e de alto comércio, não os devemos nós aceitar; o que nós queremos é o bem-estar generalizado, é o repartimento justo das riquezas, é a desfeudalização da propriedade, é a vida barata, é a abundância derramada pela prosperidade crescente.

É por isso que, mais que todos, acusamos este governo: porque ele, envolvido numa questão de fazenda, ameaçado no seu crédito, perdido na sua consistência económica, esmagado por uma dívida invasora, e tendo por único refúgio o salvar o tesouro pela prosperidade do país, vai matar essa prosperidade e os seus elementos fecundantes com medidas rigorosamente piores que um aumento de défice e que uma extinção de crédito.

Pois quê? O país está pobre, o tesouro arruinado, o défice

imenso, e o governo vai tornar o país mais pobre, arruína mais o tesouro, faz crescer o défice?

Que tudo isto fez o governo com o aumento dos tributos, com o desperdício das medidas diplomáticas, com a feudalização da propriedade decretada pela reforma administrativa. Tornar a vida mais cara! A propriedade mais aglomerada! O tesouro mais sobrecarregado! O governo não tem decerto culpa do défice e do atraso industrial do país, mas aumenta o défice pela despesa e entibia a indústria pelos tratados de comércio!

Tudo com o fito de enriquecer os cofres públicos! Mas que política é esta que, para enriquecer o tesouro, empobrece o país! Que para encher os cofres públicos, tira o pão aos pobres, a indústria aos operários, os baldios aos pequenos agricultores! Há porventura uma separação rigorosa entre o tesouro e o povo? De tal sorte que andem em luta e em desconfiança, e que o tesouro procure todos os meios de espoliar o povo, e o povo todos os meios de fraudar o tesouro? Pois que política é esta que numa crise de fazenda empobrece o país e, para que haja alguns centenaes de contos no que se chama cofre do Estado, tira as migalhas do trabalho aos pobres e aos operários! Há pois em Portugal dois partidos que se guerreiam, dos quais um se chama *fazenda pública* e outro *bolsa do povo*?

Pois a riqueza do Estado não é feita pela abundância das populações? É necessário que, para que uma aumente, outra diminua? De que partido são pois estes ministros? São do partido do tesouro ou do partido do povo? Estranha política: política de absurdo, de reacção e de vexame. Desgraçadamente, o tesouro tem as afeições dos ministros; o tesouro significa: duração, grandeza, poderio, compra de maionias, preço de vassalagens, corrupção de votos, dádivas aos protecctionados; por isso tanto se fez pelo tesouro, até se empobrece o povo!

Mas dir-se-á: não pode ser essa política dos ministros, porque todos sabem que a pobreza do país repercute-se e traz um dia a miséria do tesouro.

Sim, mas *um dia*, um dia distante numa época remota,

quando elles se tiverem já retirado da política e da região das ambições: e por isso que lhes importa? Que lhes importa que os que estiverem então à frente da administração se encontrem diante das amarguras de uma bancarrota? Os ministros têm apenas interesse pela hora presente. Que importa o futuro do país? Os destinos e a felicidade do povo? Este dito miserável — *depois de mim, o dilúvio*, tomou os foros do brasão e divisa para os ministérios portuguezes. Em nós está inaugurado o egoísmo político: não é uma sucessão espiritual de ideias, é uma duração exclusiva de ministérios sucessivos, que nenhum pensamento liga, que nenhum sistema associa. Por isso, de toda a discussão do orçamento apenas se colherá que estamos numa crise de terrível feito e que não temos no poder homens que a possam salvar. Porque estes homens entendem que uma crise de fazenda salva-se enchendo o tesouro com o pão do povo, enriquecendo a fazenda pública e o fisco com a pobreza das populações. É a primeira vez que vemos inaugurada tal política; onde ela levará Deus o sabe. Levará talvez à invasão estrangeira, talvez à bancarrota, talvez à cessão das colónias, talvez a uma revolução interna, talvez à perda da nossa autonomia. Mas que importa isso aos ministros? Resplandeceram e tiveram sauaus.

N.º 47, 20 de Junho

Muitas vezes succede que se toma o repouso das oposições populares por uma abstenção de opposição: toma-se como aniquilamento o que é simplesmente expectativa; nada mais temível que os descansos do mar que precedem os temporais. Os fiéis do dogma ministerial cantam toda a sorte de *Te-Deums* vitoriosos, porque pensam que dorme satisfeita e indifferente a paciência da população.

O governo esmagou o país, subtraiu-lhe quase a vida: porque lhe regateia o alimento, o trabalho e a propriedade, e imagina que as pequenas ironias dos seus jornais dissiparam os grandes elementos da justiça pública.

Imaginaram que toda a febre de decadência, que toda a exaltação dos espiritos submetidos, que toda a convulsão revolucionária do povo, se dissipava com algumas leves palavras de fidalgo desprezo e de galhardo vitupério.

Não; o espirito político do país foi muito violentamente sacudido para que possa adormecer assim facilmente, na miséria, espoliado. A crise é muito definida, os descontentamentos muito claros, as acusações muito explícitas, para que tudo possa desaparecer como uma fantasmagoria política.

Nós temos combatido com ideias e com factos; as ideias não morrem, os factos não se aniquilam. Enquanto houver a espoliação do fisco, o tratado de comércio, a sufocação do

direito de petição, a extinção dos baldios, os desperdícios sem conta, as vinganças políticas, a confusão dos poderes, a ira do povo poderá estar amortecida, não está extinta.

As grandes meditações precedem as grandes revoluções; a consciência popular passa por muitas evoluções antes de chegar à resolução extrema de combater a injustiça com a violência. Só as multidões insensatas e brutais é que se precipitam loucamente, sem ideia, sem consciência, sem justiça. Se o povo fizesse oposição de guerrilha, então era de estranhar esta serenidade e este sossego. Mas como faz uma nobre oposição de povo, de nação inteligente e livre, procede pelo estudo e pelo íntimo trabalho de reconstrução antes de descer aos embates das praças. Alguns, como não viram logo que foi aprovado o imposto do consumo, começaram nas ruas e nos campos as fuzilarias e o sangue, entenderam que este povo era inerte e estéril, de uma resignação fria e de uma covardia inata. É um erro; no povo morrerá tudo menos o sentimento da justiça: se tem ideias irreconciliáveis com as ideias do governo, não adormecerá sem tornar definido e sólido o triunfo do seu pensamento.

Se o povo entendeu que não era justo o imposto do consumo, que não era justa a divisão territorial, que não é justo o tratado de comércio, pode adormecer, calar-se, voltar silenciosamente ao seu trabalho e às suas fábricas; todos podem ter a certeza que não se executarão essas medidas. Quando chegar o momento de realizar, aparecerá o veto terrível do povo.

Mas a política, que tem apenas hora presente, que não pensa nos efeitos distantes, filhos de uma ideia, por isso mesmo que não tem ideia, que não crê que mais fecunda é a ideia que inspira lentamente o bem que a acção que executa rapidamente o mal, essa política impaciente e precipitada, descrê e cai nas tristezas da indiferença, porque vê o sossego do povo como uma extinção de oposição.

A oposição não reside só nas manifestações materiais, nos

meetings, nos artigos de jornais, nos discursos enfáticos; reside sobretudo nos costumes, nas instituições, nas tradições, nos sentimentos habituais, que, vendo-se feridos ou derrubados, constituem uma resistência enérgica que só finda com a opressão.

E que governo há que mais tenha ferido os hábitos e os sentimentos? Um governo que destrói todo o passado da indústria, que reforma a constituição interna do país, que expulsa a família da propriedade baldia, fere demasiadamente os sentimentos e os hábitos, para que a oposição que lhe fazem possa esmorecer.

Os jornais ministeriais comentam com grande dispêndio de sarcasmos o sossego aparente da oposição; quando ela se movia ruidosamente em *meetings*, em assembleias, em representações, escarnecia igualmente os *meetings* e as comissões; apuparam o movimento e apupam o repouso; é sua fatalidade escarnecer, como a fatalidade dos répteis é arrastar-se e enojar, como é fatalidade dos miasmas corromper, e da lama sujar.

Ninguém se esquivava à lei natural, os caracteres tanto como os seres.

Mas que importa tudo isso à grandeza da ideia do povo? Que importa ao azul do céu que para ele suba o fumo sujo das candeias? Fica inalteravelmente puro.

Em 93, enquanto desabava a Bastilha, os fidalgos de Luís XVI ridicularizavam os farrapos dos revolucionários; os riscos converteram-se em choro, e os farrapos do povo foram as fachas da Liberdade. Eis aí. Mais que nunca a oposição está vital, porque corrigiu a acção instintiva com o pensamento reflectido, e amadureceu a sua nobre resolução com todo o calor da consciência. E nada mais nobre que uma opposição conscienciosa; as oposições ruidosas, de momento, que procedem por grandes gritos, que precipitam freneticamente os acontecimentos, que amontoam as acusações, que vão em ataque descomposto, sem ideia, sem método, sem reflexão, nada fazem de fecundo e comprometem dolorosamente a

causa da razão e da lei; as oposições que esperam, que meditam, que riscam filosoficamente a nova constituição social antes de executar, que aparecem fortes e severas dos estudos de gabinete, e não impetuosas dos assaltos de praça, são eficazes, proveitosas, melhoram e reconstruem, e dotam o seu país com uma nova ideia política, marco de felicidade!

Um dos maiores males de Portugal, e digamos, o maior, é a ignorância. A completa, a perfeita, a absoluta ignorância. Nunca houve em Portugal um ministério que propriamente se dedicasse a dotar o país com um completo sistema de estudos populares. Hoje, que a política e a vida assentam sobre as ideias; hoje, que se vive pelos actos do mundo espiritual; hoje, que todo o trabalho é inspirado por um pensamento; hoje, que a indústria, a agricultura, o comércio, são ciências com princípios, sistemas, ideias; hoje, que toda a liberdade provém da inteligência, toda a felicidade do trabalho moral; hoje, que domina o princípio espiritual como outrora dominava o princípio guerreiro; hoje, que a concorrência é moral, por isso que os homens se elevam pelo talento; Portugal é um país ignorante, mergulhado no obscurecimento da alma, e apenas guiado pelas perfeições do instinto. O mal desaparecerá com a instrução: sob esta ideia se desenvolvem em todos os pontos as escolas, os estudos, os estabelecimentos de instrução. Procura-se por meio dos estudos, das leituras, da influência das ideias justas, pela activa perseverança com que a racionalidade transforma a alma, procura-se instruir o povo para atenuar a criminalidade, a embriaguez, a prostituição, todas estas formas ardentes da fatalidade social. Em Portugal não se pensa nisso.

Hoje a indústria, a agricultura, o comércio, esta actividade vital da nação, esta musculatura dos países, não são rotinas, práticas sabidas que a experiência ensina: são antes que têm princípios, descobertas, iniciativas, processos novos, novos métodos.

De onde vem a superioridade das indústrias estrangeiras? Da instrução: o operário, o agricultor ignorante, vão seguindo maquinalmente os antigos processos com que foi educado e nem colhe novos resultados, nem dá ao seu produto maior utilidade, maior valor; na indústria é este facto sensível: o gosto apura-se, as necessidades transformam-se, o desejo do luxo invade: todos querem aliar a comodidade que lhes dão os objectos à beleza que os torna aprazíveis; nos tecidos, nos móveis, nas obras de ferro, de estampa, em todos os ramos da indústria, se procura o belo, o original, o perfeito, o aparatoso, o inteligente; como há-de a rotina satisfazer essas exigências de consumo, conservando-se nos seus antigos processos, nos seus velhos modelos, nas suas formas decrépitas? Acontece o mesmo à agricultura: hoje têm-se aplicado as ciências ao estudo agrícola: a geologia, a geografia, a hidráulica, a geodesia; a maior parte das ciências têm fornecido à ciência agrícola a soma das suas descobertas, das suas observações, dos seus processos.

Disto tem resultado o descobrirem-se métodos novos, práticas inteligentes que dão efeitos admiráveis, novos sistemas de trabalho que duplicam o valor do produto, que triplicam a abundância, que salvam das fatalidades mórbidas da natureza, etc.

A rotina, conservando-se na sua imobilidade, não logra acompanhar as exigências da concorrência, e perde.

Seria fútil querer demonstrar o proveito da instrução popular; ainda que em Portugal nem todos estão convencidos das vantagens de saber ler, e os primeiros que duvidam que seja proveitosa essa ridícula excentricidade de saber ler, são as autoridades locais.

Sendo das suas atribuições o promover a criação de escolas, em que província vemos nós que se tenha dado incremento e impulso à instrução? Conta-se como uma maravilha digna de um Deus o ter o governador civil do Porto criado no distrito um certo número de escolas. Mas o que têm feito nos outros

distritos? Como têm velado pela inteligência do povo? Que escolas têm criado, que estabelecimentos de instrução têm protegido?

Nenhuns. Perfeita e completa indiferença. Realmente doloroso seria para as fidalgas preguiças das autoridades o ter de descer a tratar dessa miserável coisa, dessa coisa inrisória que se chama a alma do povo!

Quem tem a cumprir os sagrados deveres de intrigar, não se curva a cumprir o desprezível mister de instruir.

Que importa às autoridades que a ignorância do povo seja a primeira desgraça do país? Elas não foram colocadas para salvar o país; isso pertence aos ociosos sonhadores da opposição. Para elles a eleição, a conscienciosa compra de votos, a aliciação de vontades, para elles as visitas officiais, com acompanhamento de seges. Esta coisa pequena, a instrução, não deve importunar os cavalheiros a quem está confiada a administração, e obrigá-los ao facto desagradável de pensar no povo, no povo que não tem escudeiros nem librés!

Achamos de todo modo sensata esta opinião das autoridades, e tanto, que não despertamos a consciência para castigar o facto da sua inércia.

Deixando para outra occasião o apreciar mais seriamente a nossa decadência, pela influencia da ignorância, entendemos que é de todo o ponto útil, como dizia há pouco um homem célebre, que a câmara deite coimas a todos os que souberem ler.

N.º 48, 23 de Junho

Dizem ainda os jornais ministeriais, como uma grande glorificação da sua política aniquiladora, que a oposição findou, que se dispensaram todos os rigores da justiça popular e que aos espíritos voltou a indiferença absoluta.

Mesmo um jornal desta terra diz por vezes, com uma esplêndida atitude de soberania, que a *oposição desapareceu*. Isto é: a justiça, a razão, a verdade, a lei, o direito, os princípios espirituais da virtude social, toda a imensa oriação da moderna alma política, desapareceu dispersa pela retórica fulgurante de um pequenino jornal!

Deve notar-se: se já alguma hora houve em Portugal oposição menos inspirada de ambições individuais, da áspera concorrência de interesses políticos, foi esta decente: durante o seu largo período de acção, caminhou da justiça para a lei, da lei para a liberdade. Quis o trabalho livre, a vida económica, a indústria florescente, o comércio independente, a propriedade consolidada, as garantias eficazes, a consciência dominada. Defendeu as classes operárias, as classes agrícolas, as classes industriais, tudo o que constitui o coração da pátria. Hoje repousa, não abdica. O seu trabalho de reconstrução está ainda germinante, não quer apresentar como últimos resultados políticos o que são apenas processos críticos de filosofia social. Os jornais do governo, vendo-a assim sossegada e serena,

imóvel e intimamente cheia de movimento, cantam-lhe em redor os salmos dos mortos; andam aquelas negras figuras de enterro, alumiadas e sinistras, querendo convencer o corpo sossegado e feliz de que ele já morreu e de que o espera a vala. Não; não morre a justiça e não morrem as ideias; podem ser sufocadas pela pressão ilimitada, podem ceder ao desmentido que a fatalidade do facto dá à lei do espírito, mas não se dissipam, não se finam.

Pode extinguir-se aquele fervor enfático que gerava as declamações, os torneios oratórios, os relatórios briosos, mas isso não é a oposição: isso é a forma consagrada da oposição; a verdadeira resistência da justiça, repetimo-lo, existe nos sentimentos esmagados, nas tendências combatidas, nos instintos feridos. Aí se cria a verdadeira oposição: é no espírito do povo que vê a sua subsistência regateada, é no sentimento das populações do Norte, expulsadas dos baldios, é na miséria dos operários despedidos das fábricas.

Esta oposição não tem *meetings*, nem petições magníficas; tem apenas o sentimento, a persistência e a justiça. E essa oposição acabou porventura? Tem-se trazido já a cura a estas feridas profundas da multidão do trabalho? Foi levantado todo o imposto do consumo? Foi rasgado o tratado do comércio? Foi retirada a reforma da administração?

Pode findar a oposição oficial dos centros e dos comícios; não finda a oposição da alma e do corpo do povo: sempre a alma dele há-de resistir, porque vê o trabalho e a liberdade diminuída; sempre o seu corpo há-de resistir, porque vê a abundância cerceada.

Os homens escuros da reacção e da intolerância, os que aplaudem os fuzilamentos de Madrid e o esquife da Irlanda, têm sempre, em todos os tempos, quando vêem a justiça e o espírito enérgico da liberdade um momento adormecido, bradado: *morreu! morreu!* Porém, acontece que sempre, no terceiro dia, se dá o mistério da ressurreição. Na Meia Idade dizia-se: a liberdade morreu, e a liberdade fez o mundo novo.

No século XVIII dizia-se: o cristianismo morreu, e durante todo o século XIX a alma livre de Cristo inspira a vida social.

Dizia-se no tempo do império: morreu a república; e a república, um momento vital em 48, forma hoje o partido imenso de toda a nova Europa.

Os princípios não morrem; escondem-se por um momento, vergados pela fatalidade dos factos; são esquecidos, são transformados, mas o seu fogo latente manifesta-se um dia e produz os grandes incêndios de ideias. Não; a liberdade não morreu na Irlanda, não morre a independência na Grécia, não morre a justiça na Espanha; hoje estão sob a mão pesada da matéria tirânica, mas próximo vem o seu dia.

Em Portugal também não morreu a livre resistência popular.

Agora arrasta-nos o espírito da decadência, somos levados pela fatalidade da reacção, não há os protestos das almas, nem as contracções da força: comércio, indústria, propriedade, vida, tudo se vai dificultando e decaindo; mas será isto sinal de que nunca mais haverá sob o nosso céu abundância, justiça, liberdade, energia, riqueza e felicidade? Não.

Que importa que os pequenos jornais se aproximem desta cruz do povo com aquele gesto envergonhado, com aquele baixo orgulho com que os judeus da antiga legenda da Paixão se aproximavam do túmulo onde se dizia estar o corpo de Cristo? Como eles, aproximam-se com medo, zombando aterrados, escarnecendo, cheios de humilhação.

Mandam-nos zombar, zombam; mandam-nos apupar, apupam. Assim também os prefeitos mandavam apupar e escarnecer os mártires, e porventura deixavam os carrascos de admirar aquelas ressignações sublimes?

Estes também obedecem ao mando dos prefeitos burgueses. Triste mister! Julgam a opposição morta, e os salmos que lhe entoam são feitos dos versículos vis com que glorificam os

ministérios, as maiorias, as secretarias, os conselhos de estado, em geral todo o orçamento, e em especial todo o subsídio!

Estes dias são de movimento, de comércio, de alegria popular.

Quase toda a população do Alentejo e imensa concorrência do Norte vêm nestes dias, sob a protecção de uma festa popular, commerciar, vender, trocar, comprar, etc.

Antigamente as feiras eram quase o único sintoma da vida industrial das populações. Eram grandes bazares ruidosos e ricos onde todo o género sofria áspera concorrência. Eram as concentrações do comércio. Depois a indústria dispersou-se: foi por todos os pontos localizar-se, faccionar-se, e abastecer as populações pela multiplicidade dos estabelecimentos. Ainda depois, as feiras foram as riquezas das capitais de província. Os maus caminhos infestados, as estradas desfeitas, as dificuldades de viagem, afastavam os consumidores do mercado da capital.

Todos se reuniam na capital da província. Évora fornecia, nesses dias de imenso movimento, todo o Alentejo e todo o Algarve; reuniam-se nesta feira todas as formas da indústria e todas as variedades do comércio. Isto dava à cidade uma supremacia exclusiva, e como que o aspecto de uma corte de comércio. Colocada numa posição central, chamava a si toda a transacção das províncias do Sul.

Isto enriquecia, fecundava, engrandecia.

Depois, com a criação do caminho-de-ferro, construção de estradas, multiplicidade de comunicações, começaram os consumidores a procurar o centro do comércio em Lisboa; porque até aí as populações estavam descansadas no seu território, e as grandes caravanas de commerciantes é que vinham dos mais distantes pontos fazer o abastecimento. Isto em certo ponto diminuiu a importância commercial de Évora e em pouco

aumentou o comércio de Lisboa; ganhou este apenas a vantagem de se não deslocar.

Hoje as feiras são apenas uma tradição, uma das tradições mais queridas das populações. Perderam o seu lado útil, fecundo, pitoresco mesmo, e conservam apenas a importância de um hábito da população. No entanto, a feira de Évora, sob certo género de comércio, é ainda magnífica.

O Alentejo é activo, comerciadór, fértil.

Tem todos os elementos de riqueza, e todavia apresenta quase os resultados da miséria. Consequência dos péssimos sistemas políticos que há tanto contaminam Portugal como uma lepra moral. Política de concentração de forças sociais. Fez-se de Lisboa um cérebro apopléctico, pela acumulação de vida, e deixam numa fria inanimação as extremidades provinciais.

É este o sistema das monarquias. Sistema que é um mal em Inglaterra e que é uma esperança na América. E isto porque na América cada cidade é um pequeno país onde há todos os elementos de um completo sistema social. Em Portugal acontece o mesmo. Procura reunir-se na capital toda a indústria, toda a instrução, toda a soma das forças, que, espalhadas pelo país, deviam dar uma harmoniosa felicidade, mas que, concentradas assim, dão apenas o desequilíbrio de circulação que, nos homens como nas nações, produz a morte.

As províncias em Portugal são consideradas como terrenos inertes, cuja única protecção é a iniciativa particular. Colocam nas províncias e nos distritos autoridades. Mas para quê? Em que distritos têm eles produzido alguma coisa de elevado, de útil, de fecundo e de proveitoso? Coloca-os porventura o governo para darem a mesma direcção parcial, o mesmo impulso de verdade, na sua acção particular, que ele dá na grande esfera dos movimentos públicos? Não. O que as autoridades fazem é o mecanismo inerte do trabalho de secretaria

e a intriga infecunda do trabalho de eleições. Sob a sua influência definham as populações... Mas estes dias são de movimento alegre, de festa industrial, e bom é que, perante a pureza das tradições populares, cesse por um pouco a amargura das violências políticas.

N.º 49, 27 de Junho

Têm ultimamente os jornais ministeriais feito a gloriosa epopeia do governo, por ele ter dado um impulso ao código civil e abolido a pena de morte.

É necessário saber o que significam estes dois factos aparentemente grandes e realmente insignificantes. A codificação da legislação era uma necessidade sentida desde que os embaraços da obscuridade e da contradição começaram peando a franca e justa execução da lei. No entanto, poder-se-á dizer que foi isto um acto espontâneo e vivificador do governo? Não. O fazê-lo votar significa apenas que ele dispõe de uma maioria mais perfeitamente disciplinada que as maiorias passadas. Admira-se o governo porque faz votar um código. Mas que ideia deu para ele, sob que pensamento social o fez compor?

Que inovações livres pôs nele? Que nova organização da legislação criou em harmonia com o espírito da época?

Coisa alguma. Apresentaram-lho, e o governo fê-lo legalizar com a chancela de uma uniformidade comprada de votos. Fez um acto mecânico de secretaria. Os códigos da lei devem ser o resultado de toda a ordem social sob o ponto de vista da justiça. O governo pode influir neles, não com a pequenez individual da sua política, mas com todo o sistema de filosofia popular que lhe pareça o verdadeiro nas condições nacionais. O governo fez alguma coisa neste sentido? Criou alguma nova

ressurreição da justiça? Fez a alma melhor, fazendo a penalidade mais racional? A isto respondem: aboliu a pena de morte. É um erro. O governo não aboliu um facto bárbaro, riscou uma fórmula inútil. A pena de morte existia no código, existia na tradição, existia no medo vago dos criminosos, mas não existia na realidade dos patíbulos. Há muito que este país não via o espectro vermelho ensanguentar a liberdade. Não se assassinava legalmente em Portugal, em nome de palavra alguma do código: tudo estava abolido na justa intenção da magistratura. E se a força existia na realidade das leis, não existia no sentimento do povo. Tínhamos a inviolabilidade da casa onde mora o homem, e do corpo onde mora a alma.

Tínhamos visto aparecer a bondade popular, por ter desaparecido a vingança ensanguentada da lei. Esta repulsão do povo existia no sentimento, na amizade, na hostilidade e na política: na amizade, porque aplaudia os perdões da Itália; na hostilidade, porque incriminava os fuzilamentos de Madrid; na política, porque repelia toda a magistratura que condenava à morte.

Que importa pois que o governo venha abolir a pena de morte? Era ela porventura algum facto sinistro que ficasse como um resto dos tempos obscuros? Sob a luz da ideia moderna, a força tinha-se convertido em escola.

O governo chancelou com um decreto este sentimento. Sempre a chancela, sempre a legalização de uma ideia alheia: nunca um sentimento político nascido da sua consciência. Não discutimos a pena de morte. Não vem para aqui tornar a abalar a sinistra raiz do mal donde nascem as forças, os patíbulos, os cepos e a guilhotina.

De todos os pontos da Europa, os que vivem pela ideia de democracia, clamam a todos os momentos pelo respeito da vida. Desde Victor Hugo até ao último publicista de França, todo o grandioso partido moderno quer que se derrubem todas as eminências perigosas, feitas de madeira, ou se chamem tronos

ou se chamem patíbulos. Tudo que invade a dignidade da alma, e tudo o que invade a inviolabilidade do corpo.

Mas isto, que lá fora pensam os filósofos, pensava-o em Portugal o povo. Ele já tinha decretado na sua tradição, e na sua política de instinto e de sentimento, este passo para o bem.

E o governo, que tanto despreza o povo, copia-o nos seus instintos. Há só uma diferença. É esta: nada mais nobre que um grande progresso espontâneo, nada mais triste que um grande progresso imposto.

Se, para que Portugal fosse instruído, fosse necessário decretar a instrução sob pena de castigo, nós rejeitaríamos a instrução. Decretar os grandes actos de moralidade, torná-los obrigatórios, violentar a população a praticá-los, demonstra duas coisas: os péssimos antecedentes de um governo e a péssima índole de um povo. E com a acumulação destas tristes condições todo o bem social é impossível. Nós temos os maus antecedentes do governo, mas o povo bom em índole.

Aceita todos os melhoramentos morais com affecto livre.

Deixa-se facilmente civilizar. À rotina ainda resiste um pouco: mas que vale perante o grande movimento bondoso dos espíritos?

A abolição da pena de morte foi o progresso decretado inutilmente, porque já o tínhamos, e espontâneo. Poderia subsistir no código, ainda mais ampliadamente, que nunca seria aplicado.

Nunca. Porque é bem verdade que as decisões do poder inspiram-se insensivelmente na opinião da multidão. A opinião derrama-se, trespassa os espíritos, apodera-se deles e transforma-os. Debalde todos os protestos do privilégio, da rotina, da especialidade, acodem: o grande sentimento geral tudo alarga.

Havia este sentimento geral pela pena de morte. Que dificuldades venceu o governo então? Que reacção? Que prejuízo de legalidade? Nenhum.

Fez o que fazia o último cidadão: pôs em prática o sentimento vulgar. Seria ridículo um governo que na Inglaterra, julgando dar um passo decisivo, decretasse a inauguração da indústria.

É ridículo em Portugal um governo que, julgando coroar um imaginário edifício político, decreta a inviolabilidade da vida. E sobretudo quando os alicerces do edifício são de dor, de miséria e de fome do povo. Maravilhoso governo! Decreta a abolição de um acto que não afligia ninguém, e decreta o começo doutro que tortura o povo inteiro!

Antes haja no código a pena de morte do que no orçamento o imposto do consumo.

A pena de morte não era uma realidade e o imposto do consumo é um facto horrível.

Os jornais ministeriais têm proclamado a magnanimidade de um governo que aboliu a pena de morte. Era um grande passo e nós seríamos os primeiros a glorificá-lo, se fosse realmente um sentimento do governo e um acto espontâneo.

Mas não; foi a confirmação de um acto.

Aquela votação tem apenas a importância de uma chancela, como este governo tem apenas a importância de um amanuense... do mal.

N.º 50, 30 de Junho

Fecharam-se as câmaras. É ocasião de volver os olhos para a história política destes últimos meses e ver como foi compreendida a administração deste país.

Fechou a câmara depois de um período de injustiças, de privilégios, de votações sem consciência, de opiniões injustificáveis. Fechou-se, levando consigo a felicidade do povo e as garantias, levando a prosperidade, a indústria, o direito de petição, e até o pão dos pobres.

Fechou-se, depois de ter percorrido todos os círculos do mal: a tirania, a injustiça, a avareza, a adulação, a falsidade, o privilégio, a impunidade. Fechou-se, deixando o país retalhado e perdido, e meio devorado, já pela indústria da França, já pelos feudatários da riqueza, já pelos cofres da fazenda.

Tudo votou: a fome, a miséria, a prostituição, a sufocação do pensamento. Não fez um acto justo, não deixou um princípio honesto, não criou uma lei boa.

Foi desonesta, injusta e prepotente. Foi sobretudo vassala. Nada tinha do que faz nas sociedades os homens livres. Nenhuma das rígidas qualidades da justiça, nem a ordem, nem a verdade, nem a repartição sensata, nem a igualdade, nem a liberdade. Estudou em todos os sentidos o enigma da espoliação do povo.

Durante a sua permanência esteve o país revolido em

todos os sentidos, pela desconfiança, pelo despeito, pela indignação. Foi ela que promoveu todas as cenas dolorosas de agitação; a ela se devem os atropelamentos do Porto e os ferimentos da Póvoa. A ela se devem a estagnação do comércio e a paralisação da indústria. Tinha os vícios dos antigos vassallos: a avidez, a humilhação e o impudor; para ela se ergueram as representações, as petições, as verdades; nada atendeu e por cada manifesto votava uma injustiça. As suas sessões tomaram uma cor de sangue por um facto deplorável. Decretou a impiedade aos criminosos e a fome ao povo. Votou todas as medidas ruinosas, inúteis ou indignas. Votou a reforma da secretaria dos estrangeiros e quis que os farrapos do povo pagassem as fardas dos embaixadores. Votou a reforma do sistema de administração, que leva à concentração de poderes, e a abolição do direito de petição, que leva às infâmias da censura. Votou o imposto do consumo, que mata o trabalho, a agricultura, a indústria, e, tornando a vida mais cara, torna a liberdade mais precária. Votou o tratado do comércio, inaugurando o sistema do escambo com uma nação para onde nada exportamos e que nos exporta tudo, fazendo assim uma cerceação profunda à vitalidade da indústria.

Votou tudo o que traz para o país uma perda, um desperdício, uma vexação, um mal qualquer.

Toda a vida do povo foi esmagada, a sua opinião foi desprezada, o seu alimento regateado, a sua propriedade espoliada, a sua indústria extinta, o seu pensamento sufocado. Aboliu-se de facto a pena de morte para o corpo, mas inaugurou-se a pena de morte para as almas. Não há força no código, que é uma aparência, mas há a fome, a falta de trabalho, o roubo e a prostituição, como refúgios — o que é uma realidade.

Assim a câmara, durante o tempo que permaneceu, arrastou o país de decadência em decadência.

Inútil é fazer a história deste período de sessões, está bem claro e verdadeiro nos manuais de quase todo o país, nos protestos e nas prisões.

Os deputados levam na sua consciência a ruína do país, o que os não impedirá de dormirem o sono da justiça sob a olaria virgiliana. Homens, escarneceram a honra; cidadãos, esmagaram o seu país.

Sem liberdade de acção, sem espontaneidade de sentimento, foram uma corte servil, uma espécie de antigos bufões a quem os tiranos mandavam escarnecer os honrados, os justos e os inocentes.

Foram-se; mas com eles vai a tristeza do povo, os murmúrios, as indignações, as violências contidas, as ásperas inimizades, as lágrimas da fome, as penas pela propriedade perdida, as tristezas das fábricas; e tudo isso um dia se converterá em violência terrível. E então não lhe valerá o seu sistema habitual — que é a servilidade e a humilhação!

N.º 51. 4 de Julho

Fecharam-se as câmaras; o rei vai viajar; o espírito político está sereno, esperando; findaram os ásperos debates da imprensa; é esta a hora severa em que se devem preparar os elementos da nova vida política. Os factos passados não podem renovar-se, toda a política deste ministério tem de há muito o peso das condemnações da justiça.

Se o ministério vive ainda, e ainda tem o poder de decretar, é isso devido a um inesperado e simultâneo concurso de circunstâncias, que, se de um lado revelam que, como nos campos da força, o acaso domina um pouco nas lutas espirituais, por outro, torna bem patente o carácter desta opposição, que prefere construir a derrubar, que prefere criar a aniquilar. Se nos momentos de grande exaltação tivesse saído de um grupo político qualquer o brado de revolta, o país inteiro seria tomado por uma convulsão revolucionária que renovaria as cenas de 48, se não renovasse as cenas de 20.

Mas não: o empenho da imprensa, da opposição parlamentar, das comissões, dos *meetings*, foi sempre abrandar a efervescência popular e dar à resistência um carácter moral, e não uma attitude guerrilheira. Compreendeu-se então, e bem, que naquela desorganização de todas as forças sociais, lançar ainda a revolta seria perder um país para salvar um princípio, e,

seja qual for o amor pela espiritualidade das ideias, não é justo que se lhe sacrifiquem as pátrias.

Que faria uma revolução há três meses?

Apressava a morte.

Então, tudo aquilo que faz viver as nações: agricultura, indústria, comércio, trabalho, enfim, instrução, moralidade, honra, obras públicas, melhoramentos, administração, magistratérios; tudo desaparecia como uma vista de teatro entre os fumos enrolados de uma grande erupção popular.

As camadas sociais que *estão em baixo*, segundo a frase oficial, e que são simplesmente o coração do país, fazem nas suas erupções a mesma destruição dos vulcões: juntamente com muita lava estéril, arremessam e espedaçam muita semente fecunda; tudo desaparece no turbilhão e se perde para a natureza visível e actual.

As revoluções sociais despedaçam, com o estéril mundo oficial, muita instituição vital, muito trabalho proveitoso, muita realidade inteligente.

Para evitar esta catástrofe moral, foi que a oposição procurou evitar por todos os modos a alteração dos princípios e dos factos. Perdeu com isso o poder, mas ganhou a justiça e a liberdade. Não a influenciam as ambições, procede por isso de harmonia íntima com o seu carácter.

Agora durante estas tréguas políticas pode mais maduramente estudar o estado do país e meditar os remédios e os curativos. Agora sossegadamente, sem lutas e sem discussões, pode estudar todos os pontos capitais da grande reforma nacional, a administração, a fazenda, o exército, o funcionalismo, o trabalho, o tributo, etc. Em cada um destes modos da vida social há uma reforma enérgica a fazer, um privilégio a acabar, uma justiça a introduzir, um mal a evitar.

Assim habilitada, e conhecendo profundamente os passos que nos devem afastar da decadência, quando voltarem as lutas políticas do parlamento, estará apta a encetar o trabalho de reforma.

Deve fazer então decretar o seu programa pela voz do povo. Fá-lo em nome da liberdade e da independência do país, sob a protecção de sagrados direitos.

Nesse momento a sua acção deve ser incessante, a sua justiça incorruptível; os que vão reformar uma época má devem ser fontes pelo direito, bons pela justiça, respeitáveis pelo estudo. E veremos então aquela opposição de acaso e de entusiasmo, que não fez nada, substituída pela opposição de consciência e de estudo, que fará alguma coisa, isto é, a liberdade, a independência e a abundância.

N.º 53, 11 de Julho

Fica agora a política estacionária com o encerramento das cortes e com a saída do rei. Não que o rei seja um elemento indispensável do movimento público. Nas organizações constitucionais há um período que diz, com a subtileza de um comentador de Larraga ou de uma pretensiosa do Hotel Rambouillet, esta frase memorável: o rei reina, mas não governa.

Por isso, em nada prejudicaria a saída do rei, a ascensão indubitável que nós fazemos para a prosperidade e para a liberdade, e para a riqueza nacional, sob a protecção complacente e generosa deste feracíssimo ministério: nada prejudicaria, se não fosse o saber-se que o regente se escusa a chancelar com o seu nome qualquer medida que possa ter um alcance político.

Realmente os ministérios em Portugal, que não têm a seriedade da honra, nem a circumspecção da dignidade, costumam aproveitar o intervalo da comédia parlamentar para fazer brotar da secretaria ubérrimo jorro de decretos, de nomeações, de medidas individualmente proveitosas, de concessões, de munificências.

O regente, recusando-se a assinar esta transbordação de privilégios, de certo modo coacta a grande esfera que o ministério se queria talhar na acção dos desperdícios, das protecções, dos favoritismos, etc.

Mais que nunca, porém, cumpre ao governo olhar seriamente para o país, porque lhe há-de encontrar, sob os aspectos de geral serenidade, todos os elementos de uma catástrofe.

Há-de-lhe achar o surdo descontentamento, a violência coacta, a resistência enérgica e intransigível.

Hoje ao governo se atribuem, entre as populações, todos os males do país.

Falta de vida, estagnação comercial, entorpecimento da indústria, definhção da agricultura, tudo se lança, e com justiça, à conta de um governo que celebra o tratado de comércio com a França e impõe o imposto de consumo, e que subtrai às famílias pobres o uso antigo dos baldios. Por estas três medidas, que ferem simultaneamente, directa e reciprocamente, o trabalho, a indústria e a propriedade, só por estas três medidas, não poderia nunca num país livre, e onde há nos espíritos a consciência crescente da justiça e do direito, conservar-se um governo. Há países soffredores; Portugal é um destes.

Nestes países são suficientes as revoluções políticas; são fáceis as revoluções sociais. E em Portugal hoje, se houvesse uma revolução, seria uma revolução social; sagradas catástrofes são estas: fazem sempre a transformação do privilégio em liberdade, da servilidade em trabalho, da domesticidade em igualdade.

As revoluções políticas são filhas das ambições, das lutas de nomes, das surdas conspirações de famílias: são dinastias que se batem, ramos de famílias reais que disputam um trono, um condado ou uma província. Que lucra com isso o povo? Que lhe importa que a cabeça que representa nas cerimónias cortesãs o princípio autoritário e official, seja loira ou já branca, seja melancólica ou audaz: é a importância que têm as revoluções políticas.

Nada mais triste; duas raças, duas famílias ou duas dinastias, que disputam qual deles há-de tyrannizar um povo! E para isto assolam uma nação, suspendem-lhe a vida, arruinam as

famílias e dizimam os exércitos. A Europa tem visto estas lutas infames, do mal com o mal, este combate de dois factos perversos, dilacerando-se e bradando: qual de nós esmagará este povo, eu que me chamo Roubo ou tu que te chamas Espoliação.

As revoluções sociais são revoluções de princípios: é a antiga luta da luz com a sombra, e de Deus com Satã; é a liberdade que quer expulsar o privilégio; a razão que quer expulsar o preconceito; a justiça que quer substituir o arbitrário; a lei que pretende excluir a vontade. É uma nobilíssima luta em que vêm para a arena os grandes sentimentos, as fecundas dedicações, as nobres esperanças e os santos heroísmos. Pretende-se então reformar. Pretende-se extinguir o sofrimento social causado pela política deplorável dos herdeiros das tradições: pretende-se que todos tenham a igualdade, a abundância, o bem-estar, o trabalho livre, a propriedade respeitada. Pretende-se enfim aquele decálogo social que é o evangelho da democracia moderna, como foi outrora o código da velha liberdade. Código austero então; doce evangelho hoje! Para em Portugal se fazer uma revolução neste sentido, passarão anos e anos: ela torna-se urgente, mas onde estão hoje os elementos, os apoios, as dedicações, *os homens*, para fazer assim a transformação da sua pátria?

N.º 54, 14 de Julho

Segundo a coorte estrénuua dos panegiristas do ministério, o país chegou enfim àquele grau de abundantíssima prosperidade, de dita exuberante, em que só lhe resta ir de rastos adorar os ministros omnipotentes e sábios, e pedir indulto para aquelas simulações de opposição e de resistência que o convulsionaram em outros tempos de veleidade e de insensatez.

Realmente insensatos e vãos eram aqueles homens que bradavam contra o útil imposto do consumo, contra a ideal reforma diplomática. Insensatos e vãos eram aqueles que pediam o respeito à propriedade e a protecção ao trabalho.

O povo deixou-se realmente levar pela onda fanática e incoerente dos ambiciosos e dos ignaros.

O quê! Resistir a um ministério como este!

Ir pôr dificuldades e embaraços àquele glorioso caminho da justiça e de razão que levava os homens ao capitólio, e o país à dominação humana! Desconhecer estes ministros, que continuam o génio magnífico e discreto do rei D. Manuel e a administração prudentíssima e valorosa do marquês de Pombal! Opor a intriga popular aos que querem dar a liberdade! Organizar *meetings*, protestos, comissões, em resistência a estes homens resplandecentes que querem criar um olimpo radioso de embaixadores e directores-gerais! Estes homens tão grandes

que pisam a lei! Estes homens tão enérgicos que espoliam o povo! Estes homens tão católicos que glorificam o padre Claret! Estes homens tão clementes que indultam os criminosos! Estes homens tão sóbrios que limitam a alimentação do povo! Estes homens tão cheios de abnegação que matam a indústria portuguesa para engrandecer a indústria francesa! Estes homens tão desprendidos dos velhos preconceitos que atraíam orgulhosamente a sua pátria!

E clama este povo!

Onde viram ministros tão fluentes na palavra, tão correctos na dicção, tão iluminados de filosofia, tão perfeitos no *high-life*!

Cometeram erros, sim!

Esfomearam o povo, é verdade; aniquilaram a indústria, com efeito; inauguraram a sufocação do pensamento público, na realidade. Mas que importa isto?

O que vale? Não-de-se censurar tão perfeitos cavalheiros, pela insignificância de um povo esfomeado e de uma indústria aniquilada. Realmente!

O querer que se respeite a lei é uma antigualha! O querer a justiça para o povo é um ridículo esgotado! O ter respeito pela consciência é uma caturrice grotesca! No mundo oficial é que se vive e que se pensa; em baixo o povo geme, sofre, a liberdade agoniza, o trabalho anda esmolando; sim, é pena: por isso se estabelecem as associações de caridade, por isso há os asilos, por isso há essas fidalgas que fazem o bem esplêndido, cheio de ecos e de apoteoses. Isso já está remediando tudo: pois quê! Havemos nós de andar curando talvez as desgraças do povo! Lá tem os asilos e o trabalho.

Curve a vista para o sulco que lhe dá o pão, e não a erga para a região oficial que lhe dá o deslumbramento!

Há mais altos encargos para um ministério do que velar pelo seu país, organizar o bem-estar do povo, consolidar a liberdade; há a intriga a desfazer; há vaidades, a representação, os saraus, as medalhas e as adulações; só aos vinte anos é

que se pensa na liberdade! A liberdade é uma visão tão diáfana que nem os místicos a percebem já nas suas alucinações.

A liberdade facilmente se tornaria em licença. O povo vai conhecendo de mais os seus direitos. É necessário *um freio*, etc., etc., etc.

Assim falam. E as graças brotam, e as dívidas particulares solvem-se com os dinheiros do tesouro, e o país paga as subvenções e os estipêndios a protecctionados e validos, e as munificências acumulam-se sobre os favoritos e os íntimos. E entretanto, a indústria fenece, perde-se o crédito, o comércio não vive, a lei é desprezada, os géneros escasseiam, a fome aproxima-se.

Mas com estas desgraças vem também o castigo: com quanto mais andrajos se cobre o corpo do povo, mais desejo de liberdade lhe nasce na alma. E no dia dos castigos, os seus farrapos podem talvez ser a mortalha dos poderosos do mundo official!

Há na vida política, como em toda a acção humana, momentos em que os espíritos se concentram e parecem por um momento esquecidos do movimento prático.

Temos tido um momento destes na política interna.

Ou desconfiança, ou observação, ou reconcentração de forças, ou meditação de planos; hoje os combatentes têm-se recolhido ao silêncio e à contemplação. Mais que nunca, porém, é forte a sua vitalidade. Mesmo porque quase sempre a serenidade silenciosa é um meio maravilhoso de fazer adoptar a justiça. Não vingam, por mais justas que sejam, as oposições que se prodigalizam.

A polémica constante, a attitude hostil, dão um certo exclusivismo de ideias, dão uma certa inflexibilidade de opinião semelhante àquele estado de espírito que se apodera dos homens que trabalham sempre na solidão do gabinete, que consiste em serem sempre os escravos das suas ideias, os grandes adoradores dos seu métodos. A hostilidade não interrompida

produz as oposições sistemáticas, Não se combate então por haver motivo, porque foi cometida uma injustiça, porque foi consagrado um abuso, etc., não; combate-se então por hábito, por sistema, maquinalmente, sem vigor de alma.

Em Portugal não se entendem assim as coisas: aqui, quando se diz opposição, entende-se um jornal ou um partido que constantemente clama, que todos os dias fulmina o princípio da autoridade, que a toda a hora pede a expulsão do funcionalismo constituído. E logo que a opposição assim não seja, considera-se morta, estéril, inútil, e passa ao estado de reminiscência vaga. Mas devemos pensá-lo: nem todos os dias as autoridades e os ministérios cometem um crime, nem a todas as horas está sendo a lei abatida e esmagada.

Depois, a verdadeira opposição é despertar a atenção do povo, dizer-lhe: olha, são esses os homens que te governam; a justiça é isto, os teus direitos são estes; compara agora, e vê se o que eles fazem se não deve chamar privilégio, se o que eles te concedem se não deve chamar miséria.

Tem sido este o lado proveitoso da opposição moderna.

Conseguiu fazer olhar o povo para a vida official, e deu-lhe a consciencia da illegalidade dos poderes actuaes.

Quando chegar o momento de crise, toda essa observação do povo se transformará em acção, e a sua resistencia moral se transformará em castigo.

Nas localidades o povo tem despertado; hoje vê o governo através das autoridades; vê que o sistema do privilegio, do arbitrário, da corrupção, da protecção, da injustiça, não está limitado a Lisboa, a S. Bento e às secretarias; vê que é um sistema derramado por todo o país, pelas provincias, pelos governos civis, pelas administrações do concelho e pelas câmaras municipaes. Pode-se percorrer toda esta construção complicada do funcionalismo constitucional, que se encontrará por toda a parte o mesmo vicio de alma. Têm a perfeita harmonia do mal. São perfeitamente concordes na injustiça.

Nenhum discrepa de que se deve cometer o privilegio.

E no entanto, como somos justos, devemos dizer uma verdade: nem sempre é por espírito do mal que se comete o mal.

A maior parte das vezes as autoridades locais erram por ignorância, por desleixo, por esterilidade espiritual, por timidez, por obscurecimento de ideias, estando profundamente empenhados em melhorar, em criar o bem-estar, em serem proveitosos. Teremos muitas vezes ocasiões de demonstrar isto, hoje que o descanso e o repouso da política parlamentar nos deixa mais livres para tratarmos tudo quanto nesta localidade distrital prenda com o bem público.

A câmara de Évora, por exemplo, procura incontestavelmente fazer o bem às populações; mas então! imagina que prodigaliza o bem-estar, que anima a agricultura, que protege o trabalho, que favorece os contribuintes, fazendo no jardim público torrinhãs caídas, com algumas ameias por cima.

Nós sabemos como é deliciosa para a perspectiva uma torrinhã com ameias, mas realmente, com verdade, sem hostilidade, pode, alguém com senso conceber que vantagem vem dali para o povo, para o trabalho, para a prosperidade, para a propriedade, para a família, para o bem-estar! E não é possível convencer a câmara de que as torrinhãs com ameias, apesar do muito graciosas e pitorescas, não concorrem realmente em coisa para o progresso real da localidade.

E aí está como as melhores intenções são perdidas, porque certamente havia ali uma boa intenção para a cidade. Não censuramos os embelezamentos; mas, com verdade, para a harmonia natural e suave de um jardim bastam as vegetações copadas, plantas, sombras e águas; são inúteis, perfeitamente inúteis, as torrinhãs artificiais, de difícil acesso.

Como estes exemplos há muitos. Mas infelizmente o erro, ou seja praticado malevolamente, ou seja praticado inocentemente, produz sempre os mesmos maus resultados. As intenções são indiferentes para a consequência prática. Nós, porém,

sabemos tomar conta das intenções, porque falamos na região do espírito.

Mas venha ele donde venha, o erro é necessário combatê-lo e combatê-lo, tanto mais que a vida local está sendo prejudicada, e hoje a obrigação de cada cidade é erguer-se pela sua iniciativa, já que nada pode esperar deste governo deplorável.

N.º 55. 18 de Julho

Hoje que a escassez nos ameaça e a pequena e grande agricultura sofrem com as fatalidades doentias de um mau anno, é bom irmos pensando seriamente neste sério problema da agricultura, donde depende ainda talvez a nossa tímida ressurreição.

Todos dizem aberta e vangloriosamente que nós, os portuguezes, somos essencialmente agricultores, que a agricultura deve ser o nosso trabalho exclusivo, que o solo é fértil, o clima próspero, a água abundante, a vegetação soberba, etc., etc., e mil outras coisas que nos dão a attitude de um magnífico povo agrícola, feliz e repleto, rico e económico, que vai criando lentamente com o seu arado uma respeitável supremacia social.

Dizemos isto, mas escondemos cautelosamente a nossa indolência e a nossa ignorância, indolência que se transforma em rotina estéril, ignorância que se transforma em funda perda.

Escondemos ainda outra coisa: que esta indústria tão querida de todos, é por excelência a indústria de todos desfavorecida.

A verdade é esta: nós temos uma agricultura *de acaso*. Semeia-se, planta-se, arroteia-se, amanha-se, tudo ao acaso, sem métodos esclarecidos, sem ciência, sem conhecimento do terreno, sem habilidade para fruir a propriedade, sem os tra-

balhos indispensáveis para educação do terreno, sem coisa alguma. Concordamos que até há alguns anos atrás, causas independentes obstavam a que as populações se dessem ao estudo do trabalho agrícola.

Nós temos levado todo este século a constituir-nos; povo inquieto e político, andamos sempre na incerteza dos acampamentos e das escaramuças, deixando o campo da lavoura para as cargas de cavalaria. Depois a repartição injustíssima da propriedade, as corporações clericais, os morgados, o feudalismo da terra, tudo isso eram outras tantas causas de indolência, de ignorância e, por consequência, de atraso.

No entanto, hoje, que a agricultura tem tido auspiciosos incentivos, ampla facilidade, justo é que se abandone esta ignorância sistemática por uma verdadeira ciência agrícola que dará a riqueza, a abundância e a importância decuplicada ao solo. Nestes últimos anos têm-se aberto à circulação milhares de quilómetros de estradas e linhas férreas, têm-se fundado instituições de crédito, houve a extinção das leis vinícolas e de algumas outras injustíssimas formas de amortização; começou, entre nós, criando foros na cidade moral, o ensino agrícola: tudo isto são vantagens que de certo modo têm robustecido, e muito, a agricultura. Muitas estradas restam ainda por fazer e sobretudo as estradas vicinais, estradas que levam às estações de linha férrea as populações do interior; resta ainda estudar muito um completo sistema de bancos rurais; há ainda muito que desamortizar e muito que ensinar da ciência agrícola, mas, no entanto, com os elementos de que se dispõe já hoje, muito se poderia fazer na ordem agrícola, se se encetasse o utilíssimo sistema dos *inquéritos*. Este é que é um dos grandes passos a dar para o aperfeiçoamento dos trabalhos rurais. Já alguns se têm começado acerca da cultura vinícola sobretudo, que deram logo a entender que alcance valiosíssimo têm e que poderoso auxílio são para a grande agricultura. Estes *inquéritos* devem ser especiais e completos.

Estudo da cultura, estudo do terreno, do modo existente

de arrotear, descoberta de melhores processos, estudo do clima parcial, das qualidades geológicas, da natureza das águas, da silvicultura, da propriedade de trabalho relativamente às épocas; enfim, estudos perfeitos sobre toda a espécie de culturas, relativamente a todas as províncias.

Esses inquéritos formariam, depois de reunidos, a descrição das maiores necessidades da agricultura actual. Por ela se encetariam as reformas e as instituições.

Em virtude deles se fariam os projectos de estradas e de canais, se reorganizariam as instituições creditárias, se estabeleceria em largo sentido um ensino obrigatório agrícola; e quais seriam as vantagens disto, pode-se ver já pelas vantagens alcançadas com os pequenos melhoramentos que possuímos há alguns anos: vantagens demonstradas pelos progressos, que, ainda que pequenos, incontestáveis da riqueza pública e das estatísticas, ainda imperfeitas como são. O exemplo dos agricultores mais esclarecidos faz muito; desses inquéritos tomariam eles os melhores processos das diversas culturas, que estudariam comparativamente às condições especiais da província ou do ponto inquirido.

Não devem estes inquéritos ser exposição pomposa e oratória de teorias e de ideias especulativas, mas sim lúcida exposição dos melhores métodos, das suas respectivas vantagens, tudo expresso precisamente por factos e esclarecido por estatística.

A província do Alentejo, por exemplo, é uma das que mais necessitam de um vasto inquérito por distritos, onde esta riquíssima parte do país seja minuciosamente estudada, na sua geologia, nas suas condições climatéricas, nas suas águas, nas suas vegetações, na natureza dos seus produtos, e, corograficamente, pelo lado das estradas, dos canais, dos ramais, etc. Estudo completo e perfeito que revelaria toda uma riquíssima província que tem as condições de, por si só, fazer talvez a riqueza do país.

A agricultura tornar-se-ia então um trabalho verdadeira-

mente científico, com processos, métodos e observações que certamente centuplicariam o rendimento, e não um trabalho de acaso e de aventura, sem conhecimento de nenhuma das condições que directamente influem na produção.

Esta província é rica, o clima e terreno são magníficos, a água abunda; somente falta a ciência aos agricultores e a actividade aos práticos. A mesma falta de braços, tantas vezes acusada, e tantas vezes apontada como uma causa da decadência provincial, se supriria pela lei natural de emigração, que nunca deixa de aparecer logo que se generalizem grandes trabalhos. A isto tudo daria fácil solução um inquérito perfeito. Mas onde estão os homens capazes de determinar um tão vasto plano de prosperidade e de abundância? Como se pode sequer aconselhar isto, num país onde o governo tem os ouvidos cerrados a tudo quanto não sejam as novidades *high-life*? Num país onde as autoridades copiam a indolência e a frouxidão dos governos? Num país onde se procura ainda centralizar o poder e amortizar a propriedade? Num país onde os governos querem *durar* e não *administrar*?

Num país onde todo o fim do governo é político, onde só há ambições, e em lugar de dedicação, a vaidade, e em lugar de trabalho, a desmoralização?

N.º 56, 21 de Julho

O governo, depois de espoliar o país, força-o a degradações. O negócio da captura e restituição de um súbdito americano, é uma das acções mais profundamente vergonhosas que o governo tem praticado desde que assumiu a si a responsabilidade de aniquilar o país pelos meios materiais, e de o degradar moralmente.

Todos sabem a história deste triste conflito que terminou sendo o Sr. Silveira levado em triunfo, sob a esplêndida protecção da força americana, num navio de guerra comandado por um oficial superior, com destino a França.

O senhor ministro dos estrangeiros, discreto e diplomático como é, ou fez uma baixeza voluntária, ou cometeu um erro indesculpável. Ou tinha o governo direito a exigir a extradição, ou não tinha. Se tinha, sofreu uma violência sendo obrigado à restituição, foi insultado o país no seu carácter livre pela pompa de uma esquadilha ou de uma reclamação, e o governo ofendido, esmagado moralmente sob o peso das desconsiderações europeias, ainda por cúmulo de aviltamento entrega o preso com todas as honrarias e glorificações.

Se não tinha o governo direito à extradição, então cometeu um erro imperdoável, ofendeu uma nação livre, violou os tratados e as convenções internacionais, pisou o direito das gentes, cometeu uma acção brutal, sem justiça, sem verdade e sem

razão, desacreditou o país de boa vontade, degradou-o sistematicamente, teve a baixezça espontânea e reflectida, atraiçoou as boas relações que temos mantido com a América, para depois não ter força de continuar o erro, de sustentar a injustiça e fugir covardemente à primeira palavra áspera do representante da América, deixando o preso e mandando-lhe prestar todas as honras de príncipe destronado.

Não acreditamos que houvesse o direito de prender em França o cidadão americano Silveira. Se esse direito existisse, nenhuma reclamação viria da parte da América.

Na América sabem-se respeitar os tratados.

Ali os homens de Estado são justos, sensatos, corajosos e prudentes; e não estéreis galanteadores de sala, ou retóricos discursadores de parlamento. Ali conhece-se a justiça, a liberdade, o direito, a lei; não há, como em Portugal, uma profunda ignorância dos princípios, dos factos, ignorância que leva ao descrédito e à ignomínia.

Na América não se atropela a sacratíssima inviolabilidade dos tratados. A política lá não é de acaso como aqui. Lá pensa-se mais nas instituições da justiça do que nas festas do *high-life*.

Lá o governo procura a prosperidade, a grandeza, a liberdade, o respeito pela razão, e não é como o governo português uma coorte estéril de homens de sala, fraseadores e vaidosos, sabedores profundos dos *menus* elegantes, fertilíssimos na ciência hábil de dispor as festas, perfeitos no seu traje e nas suas equipagens como o mais ocioso *gandin*, inúteis e faustosos, homens *aux mille fleurs*, como dizem os franceses, que apenas são suportáveis na insípida e banal delicadeza das cortes, e impossíveis nos gabinetes de trabalho e de erudição. Ministérios de ostentação, simplesmente. Têm avidez de grã-cruzes, amam a intimidade dos embaixadores, adoram ser de leve conhecidos por um príncipe reinante: são políticos *Benoiton*, exagerados e corruptos, enfeitados e grotescos, para quem a justiça, a liberdade, o direito, são palavras oratórias

que tornam mais ampla a suave música dos períodos, e para quem as únicas realidades são as equipagens *armoiriées*, a linguagem meio francesa, imbecilmente inverosímil, os deslumbramentos sem gosto e sem arte dos *parvenus* da *Chaussée d'Antin*, toda a sorte de coisas ridículas, fúteis, grotescas e analfabetas. Aí está que ministério nós temos em Portugal. Aí está que caricatura de governo está colada às páginas da nossa história. Parece aquele ministério que Philipon formava no seu jornal *A Caricatura*, composto dos maiores apostadores do *Jockey Club* e do *Sport's Palace*, dos lacaios do Hipódromo e dos *badauds* da antiga avenida de *Longchamps*.

E durante que mais tempo suportaremos nós este estado inverosímil de coisas e de factos que nos degradam, que nos matam, que nos aviltam, que nos empobrecem, que nos aniquilam? Faltam homens, como diz o povo. Faltam realmente homens que vão, enérgicos e justos, pôr escritos nos palácios oficiais e adjudicar a moralidade do estado à Justiça e à Revolução.

N.º 57. 25 de Julho

A política ora se concentra, ora se dissipa. Uma vez os factos acumulam-se, os resultados complicam-se, as discussões crescem, as crises ameaçam, as convulsões aparecem, os descontentamentos espalham-se, a índole política robustece-se; outras vezes os ânimos esmorecem, as fidelidades afrouxam, as dedicações desvanecem-se, os patriotismos finam-se. Nós estamos numa destas épocas.

Todas as grandes tempestades nascidas das prepotências, das injustiças, das fatalidades, se transformaram, por graça da nossa anedótica paciência, em tormentas joviais de copos de água. Os grandes Dantons do parlamento rasteiam-se, de par com a estatura imortal de Mr. Prudhomme. Os leões têm astúcias de raposas; e os grandes Mazarini da política financeira, vê-se que são simplesmente umas edições da mais rasteira espécie do célebre Roberto Macário. São assim os nossos grandes homens: luzem, resplandecem, temonificam, clamam como os antigos profetas e, no fim, não podendo por mais tempo disfarçar o plebeísmo da origem, aparecem chã e lhanamente o que são — isto é, saltimbancos.

Que fez aquella opposição que bradava em nome dos homens e dos factos? Nada. Fez com as suas declamações o túmulo do seu silêncio.

Hoje resignam-se à passividade política e aguçam os seus

talentos nas dificuldades domésticas dos arranjos de casa. Da sua ferocidade apenas lhes ficou a atitude dramática. A alma, o espírito, voou.

Alguns há que andam em redor do orçamento, disposto como uma mesa abundante e generosa. Enquanto lhes não oferecem um convívio na deglutição das iguarias, andam em redor, clamando, protestando pela liberdade, atirando com o gesto violento às faces ministeriais os farrapos da Deusá Igualdade, trazendo o Evangelho no bolso como documento, etc.; depois, se lhes acenam que se assentem e que digiram, vêm ainda ruidosos e resistentes, aproximam-se, lançam um olhar ávido, tartamudeiam, sentam-se, absorvem, e daí a pouco, exaltam em linguagem felpuda a constância dos ministérios em permanecer no caminho da justiça, etc., apesar dos esforços da indouta oposição, que os querem maleficamente transviar, etc.

Ora enquanto assim procede a oposição oficial, nasce uma outra oposição, a verdadeira, a santa, a que frutificará e salvará. É a oposição popular e democrática. E esta oposição é feita dos descontentamentos dos povos a quem se tirou o direito de petição, dos cultivadores a quem se tirou a propriedade, dos operários a quem se tirou o trabalho, do povo a quem se tirou o pão.

Os descontentamentos estão crescidos, acumulados, concentrados e, além disso, irritados pelo desprezo, pela desconsideração, pelo egoísmo político, pelo impudor do ministério. Esta oposição sim: tem uma ideia, a liberdade; um fim, a prosperidade; um meio, o trabalho. Por esta, sim, que é necessário sofrer as injustiças dos prepotentes e as afrontas dos maus. Porque esta oposição envolve toda a sorte do país e todo o futuro da história. Não pela outra, pela oposição oficial e especuladora, pela oposição aparatosa e nefasta!

Essa, vive na intimidade das secretarias e colabora na vida política da nação.

É uma necessidade constitucional. As vezes é decretada

e constituída pelo próprio ministério. Quer a sublime carta constitucional, ou pelo menos a filosofia donde ella resulta, que quando um governo não tenha opposição, isto é, seja tão bom que não sofra resistência, tão livre que não suscite reclamações, tão próspero que não prejudique as individualidades; quer o sistema constitucional que este governo assim magnífico, discreto e ubérrimo, não possa subsistir: porquê? Diz a filosofia: porque os governos nimiamente bons são péssimos. Em virtude desta regra sábia e prudente, é necessário que haja sempre uma opposição. Quando não puder sair do país, arranjará o governo entre a maioria.

É assim que nos governamos há muitos annos. E começa a espalhar-se o boato de que, depois da América do Norte, nós somos o país mais livre do mundo. Se a liberdade é o impudor, a libertinagem, a ausência de policia, a corrupção, a levianidade, o desleixo impune, a indifferença das autoridades, então somos realmente livres, porque gozamos em alta escala destas proveitosíssimas qualidades.

Se porém a liberdade é a divisão racional, é o respeito pela propriedade, se é a abundância das classes pobres, se é a igual repartição do tributo, se é a harmonia económica, se é a severidade dos tribunais, se é a simplicidade de administração, se é a paz desarmada, se é a extinção da reacção, da adoração estulta do dogma, se é a abolição do dispendioso fausto cortesão, se é a virtude, se é a vida, somos nós porventura livres? O povo inteiro que o diga, do Norte ao Sul do país.

N.º 58, 28 de Julho

Em o nosso último número vimos que, pela mais profunda centralização, todas as coisas estão nas mãos do governo, e que a iniciativa particular é ainda hoje tão limitada e tão circunscrita como era no tempo do governo de *direito divino*, sinal certo de que a tirania se ajusta debaixo de todas as formas de governo e prova evidente de que não temos governo nem liberdade, e que esse estado livre, que se nos affigura que possuímos, é o efeito de um longo período de opressão, que leva sempre os indivíduos para o estado ominoso da obediência passiva: em o nosso último número, repetimos, dirigimo-nos ao senhor ministro do reino, exigindo-lhe em nome do pequeno burguês, em nome do proletário e do miserável, providências necessárias para que, na devida proporção à necessidade presente, se vendesse a bom mercado e no menor espaço possível, o pão cozido aos habitantes de Évora e do distrito; pedimos finalmente ao senhor ministro do reino para que, tomando a iniciativa em negócio de tanto momento, activasse os trabalhos applicando os meios, e removendo as difficuldades suscitadas pelas *rémoras municipais* desta cidade.

Hoje, porém, dirigimo-nos ao senhor ministro das Obras Públicas, visto que todos os meios de iniciativa estão na mão do governo, exigindo-lhe trabalho e salários para o proletário; para as classes que, sendo vítimas das intrigas políticas, ou

das intrigas da classe rica e influente, estão privadas inteiramente da propriedade territorial, e que nestas circunstâncias, faltando-lhes o trabalho e o salário, morrem como morre o índio, logo que lhe falta a colheita do arroz.

As estradas distritais, as estradas vicinais, estão todas por fazer; se as exigências económicas pedem que elas sejam feitas em todo o tempo, hoje o terrível flagelo da fome e a miséria do povo exigem juntamente que as estradas sejam feitas, para se darem salários às classes que morrem de fome logo que estes faltam; se porém o governo se tornar indiferente aos males que oprimem o povo, dará mais uma prova da sua incapacidade governativa; e irá talvez cair nesse momento fatal, em que, querendo remediar os danos e obrar segundo a justiça e a moral, se lhe responde: — *Já é tarde.*

Momento Internacional

N.º 45, 13 de Junho

O que mais ocupa hoje a França, e ocupar a França significa ocupar a Europa, é a visita do imperador da Rússia e o atentado do moço polaco. Aquella visita equivale a uma ostentosa nota official, trocada entre dois governos desconfiados, mas aparentemente amigos.

O encontro dos dois soberanos não é a ligação do princípio imperial, é a mútua adulação de duas potências que querem a supremacia da Europa.

E pode ainda considerar-se como uma homenagem indirecta e providencial do princípio da força, simbolizado pela Rússia, ao princípio da ideia, simbolizado pela França. A França é papa, disse Michelet. É ella, com effeito, que tem a supremacia espirital. Agitar-se-ão todas as nacionalidades no embate e nas esperanças inquietas do seu futuro, e sempre será a França que há-de dar a fórmula das ideias e do caminho. Hoje reúne em volta de si, pela indústria e pela ostentação, os reis e os príncipes, mas de há muito que aggregou pelas letras e pelas artes todos os sábios e filósofos. Desde todos os tempos tem a França dado a palavra de ordem, e se se disputar a dominação

da Europa, há-de ser chamada a ela a França, ainda que lhe fosse adversa a sorte das armas, porque a França tem as ideias e o cérebro, a grande arte e a grande ciência. A França, ainda vencida, dominará. Quando os cossacos entraram em Paris, respeitaram-na como uma cidade sagrada: ela é realmente a cidade sagrada da inteligência. Nada poderá nem a Rússia nem a Prússia, se a França for unida, unida pelo princípio da liberdade. Podem, de balde as legiões prostrar-se diante do Kremlin, porque as inteligências voltam-se sempre para o verbo espiritual que sai do Instituto da França. A visita do czar é pois considerada por todos como uma verdadeira homenagem, homenagem instintiva. Como se sabe pelos jornais e pelo telegrafo, os dois imperadores sofreram um atentado depois de uma revista militar. Um polaco disparou contra a carruagem um tiro de pistola; a pistola, por demasiadamente carregada, arrebentou. O polaco foi preso, e um célebre general polaco protestou contra o atentado em nome da emigração. Receava-se de há muito em Paris que a visita do czar lembrasse o martírio da Polónia. A polícia tinha afastado do trânsito tudo o que havia de polaco em Paris ao serviço do império; nas linhas do caminho-de-ferro, onde há muitos empregados polacos, foram estes substituídos por empregados das outras linhas, franceses ou estrangeiros. A França tem ainda muito recente os sofrimentos daquela nação cavalleiresca, que tantos serviços fez à Europa, para que, apesar de todas as festas, se não lembrasse um pouco de todos os mártires. No trânsito ouviram-se alguns gritos de *Viva a Polónia*.

A recepção feita ao czar, foi fria. A França, que não pôde protestar contra o procedimento da Rússia pela força das armas, protesta pela atitude do desprezo.

A França, vitoriando a entrada do tirano russo, juntava-se aos que aplaudiram os carrascos da Polónia e os carcereiros da Sibéria. No entanto, a hospitalidade, de certo modo, tornava inviolável a vida do imperador russo.

Mas o sentimento e a pátria foram mais enérgicos que as

falsas convenções de honra, e um emigrado, moço ainda, tendo por único cúmplice todo o sentimento da Europa, foi, em nome da vingança, da liberdade e da justiça divina, sacrificar-se, tentando assassinar Alexandre.

A reacção da maioria, depois da ansiedade de um perigo, resolve-se sempre em simpatia por aqueles que providencialmente escaparam da morte.

Por isso o povo, reunido no bosque de Bolonha, quando viu frustrada a tentativa assassina, vitoriou o czar. Mas isto não queria dizer que apupava as justas vinganças da Polónia, queria dizer que se congratulava com o que escapara à morte, apesar de ser o imperador da Rússia.

Disse o czar, depois do atentado, que os seus destinos pertencem à providência, palavras vaidosas e enfáticas, filhas da tradição do direito divino: nem à providência: nem ao acaso pertencem a sorte dos reis e dos povos.

Pertencem a justiça e às leis naturais da história. A providência não se encarrega de proteger o imperador da Rússia e de o tornar invulnerável aos tiros que lhe derem. Há só uma providência — é a marcha do espírito humano e certas fatalidades naturais; o espírito humano caminha progressivamente, lentamente, obscuramente, e eleva séculos a fazer de um barão feudal um homem igual em direitos a um servo dos trabalhos, e leva anos a raspar da tradição popular os braços de armas da antiga aristocracia.

Sempre caminhando no sentido do bem e da justiça, o seu obscurecimento é meditação, a sua demora é uma expectativa, a sua lentidão é um estudo. Tomado ora de vertigens, ora de superstições, ora de vaidades, pode por um momento desviar-se do caminho da razão, da lei, da liberdade e da justiça; mas sempre volta a seguir o instinto que o leva para o bem. A alma moderna é, na sua essência, a alma antiga; teve loucuras e obscurecimentos, teve a Idade Média, teve a escravidão, teve a morte moral, mas vê-se bem que desde a antiguidade vai-se refazendo sempre no sentido progressivo, pela própria

consciência do seu aumento de ideias, de sentimentos, de pensamentos e de qualidades.

Se o acaso salvou o imperador da Rússia, não pode atribuir-se à lei providencial o proteger um imperador que tem povoado os degredos da Sibéria com os mutilados da Polónia.

De resto, a Europa sossega, e entretém-se nas evoluções diplomáticas. Notícias do México, nenhuma há. Julga-se que Maximiliano fora sentenciado. Os Estados Unidos mandaram pedir a Juárez clemência para com o imperador. Juárez respondeu vagamente e queixou-se que os Estados Unidos quisessem intervir: mau presságio para a vida de Maximiliano. Decerto a sua sorte está bem definida pela sorte que têm tido todos os mártires da república. É o que é a vida política dos povos! O princípio imperial, glorificado em Paris, é fuzillado no México!

N.º 52, 7 de Julho

Foi fuzilado o imperador Maximiliano. Juárez é o presidente da república do México.

Assim findou aquella guerra colossal de dois princípios, o império e a democracia, um, tendo por auxiliar a tradição, um exército numeroso, a protecção de Napoleão e a casa de Habsburgo, e a supremacia europeia do princípio; a outra, a democracia, tendo apenas por si a justiça e a natureza. O exército de Juárez era um exército de guerrilhas, de maltrapilhos, de capitães de fortuna, de soldados de acaso. Tinha, é verdade, por si a natureza. Escondido nos montes, encoberto pelas florestas, protegido pelos lagos e pelas correntes terríveis, tendo por atmosfera a mortidez das pestes, e por tecto de barraca o peso feroz do céu do equador, durante cinco anos lutou, escondido, expulso, perseguido, dizimado, até que veio o dia da ressurreição ideal e da vitória do espírito. E foi o espírito da liberdade que venceu. Podia porventura aquele punhado de homens, sem pão, sem armas, sem água, destruir um exército experiente, cheio de provisões, equipado e repousado? Não.

Mas a justiça combatia ao lado dos juaristas, como as antigas deusas da fábula olímpica combatiam invisíveis ao lado dos heróis.

A santidade de uma causa é a verdadeira massa do exército, e mais vale a simples justiça de uma ideia erguida que

toda a floresta luzente das baionetas. Ali, no México, não eram as armas que combatiam, eram as consciências; uns tinham a abundância e a ilegalidade, foram vencidos; outros tinham a miséria e a justiça, criaram uma pátria.

Há que anos e anos aquela raça enérgica e independente, no meio da sua livre natureza, combate pela lei e pela igualdade! Têm ido de cá da Europa estes agentes de tiranias, estes comissionados do mal social, amesquinhar aquela selvagem e livre feracidade dos corações até à estreita prepotência oficial usada na Europa.

Hoje sofrem o desastre supremo, e as balas que atravessaram Maximiliano simbolizam as desgraças do México durante 3 séculos.

Nós lamentamos a morte do imperador, mas choramos mais a miséria do povo; e toda a dor de Maximiliano não resgata os sofrimentos de Juárez. Durante 5 anos aqueles homens tirânicos empreenderam, sob o clima e as febres, e as lagoas infectas, e a fome e a miséria, e as tempestades e as torturas sem fim, empreenderam o triunfo, não de um facto material, não de uma conquista de abundância e de gozos imediatos, mas o triunfo de um princípio, de uma filosofia, de uma ideia.

Aqueles homens bateram-se pela alma.

Não se poderia evitar a morte do imperador.

A república tropeçaria constantemente naquele imperador vencido.

Teria sido nobre dar-lhe o perdão, a ele, imperador e arquiduque, como ao último soldado: é mais justo o fuzilá-lo a ele, da casa da Áustria e príncipe da Hungria, como ao último criminoso.

Não se deve inviolabilidade do corpo aos que não respeitaram a inviolabilidade da alma. Não foi um homem que se matou: isso teria sido uma vergonha para a república do México: foi um princípio que se sufocou, uma manifestação do mal.

Aquelas balas que o atravessaram foram direitas ao princípio imperial.

Aquele sangue regará o México e possa dele brotar a liberdade: atiraram-se as podridões à terra para fecundarem o pão sagrado.

Lamentamos a perda de um homem e aplaudimos a extinção de um imperador. É mais uma nódoa que desaparece do grande céu da liberdade: as nódoas rareiam já, mais alguns anos e ver-se-á todo o céu limpo. Ali levaram as ambições e a estéril educação oficial. Pelo trono do México perdeu aquele homem a esposa e a vida; agente da tirania social, sofreu as tiranias do destino.

Possa ser aquele o último sangue que corra um terra do México. A república, abolindo a pena de morte, o que é justo, aceitando o que é bom, a lei abraçando a graça, é um grandioso espectáculo moral que toda a democracia aplaude.

A Miximiliano não podia vir o perdão. Os que andam na sociedade expugnando o mal, não podem ficar embaraçados diante de uma vida que impede a sua acção magnífica. Ou hão-de retroceder, perder o bem, ou hão-de esmagar os obstáculos. Para salvar um homem, hão-de perder uma pátria? Para poupar uma dor, hão-de perder a liberdade? Os princípios, quando são augustos e grandes, não capitulam com as vidas! Todo o sangue dos imperadores do mundo não vale um benefício da liberdade!

N.º 56, 21 de Julho

No dia em que foi fuzilado o imperador Maximiliano do México faltava um mês para completar quarenta e três anos depois do fuzilamento de outro imperador. Foi em 19 de Julho de 1824 que coube ao imperador Iturbide, espanhol, uma sorte igual à de Maximiliano. Este também havia feito valentemente o sacrifício da sua vida; expulso dos estados que conquistara, proscrito pelo congresso, refugiado em Inglaterra, ameaçado com a morte se tornasse a pôr pé em território mexicano, embarcou-se em Londres com os seus filhos, voltou ao país que o lançara a si, e, desembarcando, foi direito ao general Felipe de la Garza e disse-lhe:

— Sou o imperador!

O general respondeu pedindo-lhe a espada, e anunciando-lhe que se preparasse para morrer.

— Quando?

— Dentro de três horas.

Iturbide inclinou-se e reclamou o seu capelão. Mas no momento de dar a ordem de execução, o general Garza hesitou, por medo ou por compaixão, mandou ao congresso de Tamaulipas a notícia da captura, e depois, com boa guarda, levou o prisioneiro aos deputados, dando ao próprio Iturbide o comando dos soldados da escolta. Chegando a Padilla, o imperador soube

que o congresso, constituído em tribunal, já o condenara à morte. Eram seis horas da tarde.

— Sabem — perguntou Iturbide aos soldados — sabem o que há de novo? Vocês vão fuzilar-me.

E no momento de partir, disse:

— Vamos deitar um último olhar para o mundo.

O lugar da execução ficava bastante afastado, e o condenado queixou-se mais do que uma vez de o fazerem andar tanto. Quando a escolta parou, ele tirou do pescoço o seu rosário e deu-o ao sacerdote.

— É para meu filho mais velho.

E depois o relógio:

— É para meu filho mais novo. Façam parar os ponteiros na hora da minha morte. Quanto a esta carta, é para minha mulher.

Depois, consultando a sua bolsa, encontrou três onças de ouro, em miúdos, e mandou-as distribuir pelos soldados.

Quando foi dado o sinal de fogo, Iturbide exclamou em voz clara:

— Mexicanos, nesta hora da morte, recomendo-vos o amor da pátria, porque é ele que há-de conduzir-vos à glória. Morro por vos ter socorrido, mas morro contente, porque morro no meio de vós! — Fogo!, disse ele depois ao ajudante Castillo. E caiu morto.

O jornal francês *La Liberté*, cujo director é o liberal e distinto escritor Emílio de Girardin, tem inserido alguns artigos no intuito de atenuar a animadversão pública suscitada contra os mexicanos por haverem passado pelas armas a Maximiliano. Deu publicidade a cartas mui comoventes, escritas pelos generais juaristas Artiaga e Salazar a suas mães e seus irmãos, poucos dias antes de serem fuzilados em 1865 por ordem dos imperialistas.

Também a *Liberté* deu cabida nas suas colunas a uma correspondência de Napoleão I, na qual se assevera que José I

esteve a ponto de ser executado depois da derrota de Vitória. Rememora igualmente a execução de Murat e outros factos idénticos, realizados pela vontade dos monarcas, livres de qualquer coacção que os compellesse a assinarem as sentenças de morte.

N.º 59, 1 de Agosto

A situação da Itália chama a atenção da imprensa. A chegada a Roma do general Dumont com um carácter official, a fim de inquirir sobre as deserções que se têm dado na legião dos Antibes, é por certo, da parte da França, uma violação do tratado de 15 de Setembro, a ser exacto que as palavras attribuídas pela imprensa ao general foram a expressão da vontade do governo imperial, e não um excesso de zelo da sua parte.

O governo temporal do papa, que tem vivido agonizante há tanto tempo, é para recear-se muito que não resista ao choque que lhe prepara o partido de acção italiana: com effeito, na fronteira romana acham-se talvez mais de 40 000 homens de tropas do governo, que também faz cruzar uma esquadra em frente de Gaeta, a fim de proteger o litoral romano contra as tentativas republicanas.

É curiosa a posição do gabinete de Florença em presença da questão romana: por um lado deseja e espera a posse de Roma, e pelas obrigações dos tratados vê-se obrigado a defendê-la da invasão externa; ora, operando Garibaldi e Mazzini de forma que a insurreição de Roma coincidisse com a invasão, era natural a intervenção do governo de Victor Manuel para proteger o papa, que as circunstâncias levariam a aceitar esse apoio.

O cardeal Antonelli dirigiu-se aos embaixadores das dife-

rentes potências, consultando-os sobre que fariam nos casos — 1.º, do governo italiano favorecer a revolução; 2.º, de ela chegar às portas de Roma; 3.º, de levantar-se a insurreição dentro da cidade.

Diz-se que os embaixadores responderam que iam consultar os seus governos, mas que ofereciam já protecção pessoal ao papa e cardeais.

Acrescentam que as respostas dos representantes português e austríaco não foram tão animadoras como a dos outros embaixadores.

A Junta Nacional Romana é um facto importante, que deve alegrar os amigos da Itália. Esta junta é formada pela fusão dos dois centros liberais, a Comissão Nacional Romana e o Centro da Insurreição.

A imprensa occupa-se em comentar a proclamação que anuncia esta fusão. Transcrevemos este documento em seguida:

«Romanos — Está realizado o voto comum, o voto de todos aqueles em quem pulsa o coração pela honra e pela liberdade da pátria. Já não há desacordos nem divisões; todas as fracções do partido liberal deram as mãos, e uniram as suas forças para destruir para sempre esses restos do governo papal, e dar Roma à Itália.

«A Comissão Nacional Romana e o Centro da Insurreição formaram uma Junta Nacional Romana, que tomou a direcção suprema do movimento.

«Regozijemo-nos desta santa concórdia, e empreguemos todos os nossos desvelos para fecundar pela unidade da fé e da disciplina, assim como pela unidade das ideias e dos sacrificios. O elo romano está na actualidade verdadeiramente formado; procedamos de maneira que esse elo jamais se destrua, e nos dê em breve a vitória.

«Romanos — Os cidadãos honrados que fazem parte da junta em cujas mãos resignamos o nosso mandato, são dignos da alta missão, mas nada poderão eles conseguir sem o vosso concurso. Secundai-os, pois, com confiança e coragem, e a em-

presa não se malognará; tenhamos todos vontade, e dentro em pouco, vinte e cinco milhões de irmãos saudarão Roma como capitólio da Itália.

«Roma. 13 de Julho de 1867.»

Nada se sabe ao certo da situação actual da Espanha, porque a imprensa do país, como é sabido, viu-se obrigada a emudecer sob a pressão da autoridade.

Ainda ultimamente, para mais glória da religião, provavelmente, mandou-se suspender a publicação dos jornais aos domingos e dias santificados.

Pelas correspondências de jornais estrangeiros, consta que a insurreição vai ganhando terreno, devendo, segundo a *Situation*, o general Prim desembarcar no sul da Península para se colocar à testa da revolução, enquanto que O'Donnell se dirigirá ao Norte.

Em Barcelona parece que tem havido grande número de prisões, tendo-se já fuzilado alguns, depois de julgados em conselho de guerra.

Revista da Imprensa

N.º 19, 14 de Março

De hoje em diante daremos, conforme o interesse, a revista dos jornais do Alentejo, como aqueles que mais directa e intimamente interessam o espírito desta província: não só neste momento de crise política, crise tão terrível como há muito se não dá no país, mas mesmo relativamente aos negócios districtais e provinciais; temos que não será inútil apresentar o estado do espírito público e da opinião formada nesta província, por tantos respeitos importante e respeitável na vida moral e material do país.

Bejense — Beja, 9 de Março

Faz uma resenha dos principais acontecimentos da semana, cheia de amor ao governo e de respeito pela situação. Escreve estas palavras memoráveis num dos seus artigos, palavras incortes, que destoam da seriedade da imprensa, e mostram que os seus meios de defender a situação são escassos e pueris:

«O sr. Faria Guimarães, corrido pela imprudência que cometeu, pediu depois para explicar-se: gaguejou quatro desculpas,

mas tão mal que o sr. Carlos, Bento correu em seu auxílio, e melhor fora que ficasse calado, porque fez um tristíssimo papel.»

Traz mais uma correspondência de Lisboa, laudatória do governo e aplaudindo-o por uma das maiores prepotências — a demissão do sr. José Alberto Homem Corte-Real, provocada pela opposição que este empregado fazia, como correspondente do *Tribuna Popular*. Nada traz relativo ao interesse directo da província.

Campeão do Alentejo - Pontalegre, 7 de Março

Clama contra a supressão do distrito de Pontalegre, lembrando sempre o serviço e amor da pátria daquela cidade, o que comprova com a seriedade da história. Publica a representação, assinada por 463 indivíduos em casa do senhor conde de Avilez, pedindo a conservação do distrito.

Brada contra o governador civil daquele distrito. Acusa a falta de polícia e anuncia o *meeting* que ali se deve celebrar no domingo 10, pelas 11 horas da manhã, para protestar contra as medidas financeiras.

Democracia Pacífica — Elvas, 1 de Março

Combate o governo, por deixar impunes e soltos os malfeitores que infestam o reino, e não dá providências sérias para a sua perseguição. Discute, com censuras e esclarecida argumentação, a reforma administrativa. Traz um artigo sobre os bancos agrícolas, onde de passagem censura a centralização e acusa a actividade paralisada da vida local.

Folha do Sul — Évora, 9 de Março

Traz um boletim político em que faz a resenha dos principais factos do movimento parlamentar.

Querendo defender o governo e atacar o sr. Lobo de Ávila, diz no seu principal artigo que a eleição do círculo III foi uma demonstração de ódio ao governo, e não uma declaração de simpatia pelo sr. Lobo de Ávila. Diz que se atendeu à eleição, mas não ao eleito. Supõe isto. Não o afirma, mas entende que isto devia estar no espírito dos eleitores. Entende que todo o entusiasmo pelo sr. Lobo de Ávila não foi entusiasmo pelo sr. Lobo de Ávila, que foram apenas manifestações de antipatia ao governo pela maioria dos eleitores de um círculo. Diz mais que o governo nem sempre pode vencer em todos os círculos. Declara que, insensivelmente, vai seguindo aquela máxima jesuítica que diz que todos os meios são bons se o fim o for. Diz que muitos jornais que não combatiam o governo, estão na opposição; maravilha-se que haja nos actos do gabinete coisa que dê lugar a estas mudanças; diz que nada vê a não serem duas excellentes cousas, a reforma administrativa e o imposto do consumo. Mas em sua consciéncia duvida que isto seja motivo para tão grande opposição.

Diz que só são bons os governos que duram muito, e que a conservação do gabinete é uma garantia de felicidade pública. Diz que toda esta opposição terrível tem por base este principio — *variatio delectat*.

Traz mais uma correspondéncia de Coimbra.

A respeito dos pasquins apparecidos nesta cidade, diz que ficaram sem effeito, confessando que eles clamavam contra os tributos e contra a perda da independéncia; e diz que eles não foram attendidos porque esta cidade está muito adiantada.

Donde se deduz que uma cidade é tanto mais civilizada quanto menos atende aos desperdícios do tesouro e quanto mais despreza a autonomia nacional. Confessa que há dias sustentou a opinião do contentamento geral e diz, com elegante superioridade, que não se lembrava bem de uma folha desta cidade onde se ataca o governo. Donde se deduz que é tanto menos lembrado na sua redacção um jornal, quanto mais esse jornal clama em nome do povo e ataca as corrupções.

Termina dizendo que foi só por falta de atenção que declarou haver falta de opposição no Sul do país, do que pede desculpa. Donde se deduz que foi por não reparar bem que afirmou uma coisa de tanta gravidade, e que está pronto a declarar que a opposição é imensa, enérgica, geral o descontentamento.

Folgamos que o nosso colega assim se venha aproximando da verdade e que os amigos do governo sejam os primeiros a confessar que grande é o ódio do país contra os seus desperdícios. E confessando o nosso colega, como tacitamente dá a entender, que o povo está descontente, implicitamente confessa a corrupção do governo, porque não pode pensar que o povo esteja descontente porque um governo é moral e económico. Folgamos que os jornais ministeriais vão reconhecendo a corrupção das árvores a que se encostam. Primeiro que tudo, a justiça. Pode-se defender um governo por interesse particular, por simpatia pessoal, por qualquer motivo, mas confessar-se que a sua moralidade é pouca e a sua lisura nenhuma. Este procedimento é louvável.

Temos o nobre caso daquelle musgo que se abraçava àquele carvalho, dizendo-lhe: eu abraço-te, mas tu estás podre!

N.º 21, 21 de Março

Bejense — Beja, 16 de Março

No seu primeiro artigo, falando das ameaças que têm sido feitas aos deputados se eles votarem o imposto do consumo — escreve: «a opposição, porém, não censura tão vil procedimento, antes encapotadamente *anima a canalha* a realizar o seu intento». *Anima a canalha*. Estas coisas não se combatem, nem se fulminam, mostram-se; transcrevem-se para se saber que um jornal sem pudor, sem dignidade, pensa destruir as representações, as manifestações, as reuniões, o direito de petição, todos as santas manifestações da santa soberania popular, atirando àqueles que as promovem e que as realizam o epíteto de *canalha!*

Folgamos que os ministeriais se desacreditem e deixem ver bem as suas chagas, para que nós outros, os que fazemos opposição, não tenhamos o trabalho de lhas andar descobrindo.

Defende no seu segundo artigo as medidas de impostos, frouxamente e banalmente.

Traz uma resenha dos acontecimentos políticos da semana.

Transcreve a proposta de lei da administração civil.

Campeão do Alentejo — Portalegre, 10 de Março

Combate o governo por desatender o direito de petição.

Transcreve a representação da câmara municipal do concelho de Alter do Chão contra a supressão do distrito. Nada traz relativo ao interesse directo e activo da província.

Democracia Pacífica — Elvas, 9 de Março

Fala, com ásperas palavras, na corrupção do governo, na immoralidade triunfante, neste sistema de vexação e de opressão que se vai lentamente tornando sistema natural e inveterado de reger o país.

Discute a reforma da administração civil. Traz o boletim parlamentar e transcreve a representação dos habitantes de Lisboa contra as propostas do governo.

14 de Março

Traz a mesma acérrima polémica contra o despotismo governamental. Faz uma proclamação ao povo de Elvas, convidando-o a protestar por meio de uma reunião contra aqueles protestos que condenam o povo a não ter pão. Lembra que o povo se reúna pacificamente, que haja uma comissão para redigir um manifesto às cortes, onde a vontade justa do povo seja manifestada e proclamada.

Folha do Sul — Évora, 13 de Março

No seu boletim interno dá os pésames à opposição, por o senhor conde de Lavradio ter taxado de inexactas as palavras que os jornais lhe attribuíram na revelação sobre a perda da nossa independência: a opposição o que fez por essa ocasião foi inquietar-se e imprimir nos seus jornais as palavras do senhor conde de Lavradio, assustada e aflita; o senhor conde de La-

vradio depois retirou as suas palavras, isto é, declarou que nunca dissera que a nossa independência estava em perigo; ficaram então todos satisfeitos e descansados. Porém, o excelente jornal a *Folha do Sul* dá os pêsames à opposição: dá os pêsames de o senhor conde de Lavradio se ter retractado, dá os pêsames por todos adquirirem a certeza de que a nossa independência não está em perigo, dá os pêsames por não termos de ser invadidos! De modo que, para o excelente jornal a *Folha do Sul*, os melhores factos da nossa história, os mais gloriosos, os que mais a devem alegrar, os que mais a enchem de satisfação, devem ser a dominação dos Filipes e a invasão dos franceses.

Diz que o sr. Lobo de Ávila se mostrou no seu discurso económico e atacou os empréstimos. Diz que o seu discurso fora um sermão de Frei Tomás e que a representação do Porto não é edificante; acrescenta assim algumas outras frases joviais, e conclui com este argumento enérgico e talvez excessivamente violento: o imposto é uma necessidade.

No seu principal artigo discute esclarecidamente as condições de cultura, povoação e de indústria da província do Alentejo.

Traz o boletim municipal.

16 de Março

No seu boletim interno descreve a sessão em que o senhor Faria Guimarães condenou os pasquins do Porto, e em que o senhor ministro do reino deu uma satisfação aos habitantes, e em que o senhor ministro da Fazenda respondeu debilmente às acusações do sr. Lobo de Ávila. Extasia-se diante de tudo o que naquelas sessões partiu do governo.

Em todo esse boletim fala muitas vezes em pasquins, parecendo querê-los attribuir aos que, nesta terra, fazem popular opposição ao governo, insiste nesta ideia, e de tal modo insiste que parece querer desviar culpas e acusar os opposicionistas.

para que ninguém atribua os pasquins aos ministeriais; se a *Folha do Sul* não tivesse uma tão grande reputação de recatada prudência e esclarecida moderação, podia alguém suspeitar que aquela acusação tão insistente encobria uma defesa envergonhada.

Ninguém seria capaz de suspeitar que o partido ministerial daqui fosse atirar ao vento popular clamores de revolta; não, os bons soldados, na luta e na refrega áspera, seguem sempre os penachos coloridos dos chefes: ora os penachos do governo afastam-se muito das praças e das multidões populares para que a *Folha do Sul* se aproxime delas, e os ministeriais têm isto de bom: não são espontâneos nem livres, seguem sempre a pisada oficial, com circumspecta devoção.

No seu boletim parlamentar a *Folha do Sul* fala, com acre insistência, nos propugnadores de pasquins e nos assopradores de agitações populares.

Aqui não há assopradores de agitações populares nem encomiadores de pasquins.

Aqui há homens com consciência e com alma que se atrevem a combater corajosamente os dispensadores de graças e de subvenções, e a tomar nas suas mãos, para a defender e acobertar, a causa popular.

Aqui o que há é isto: o país vai numa decadência, a bancarrota aproxima-se, a miséria começa a aparecer, as classes pobres, que já tinham a ignorância, que é a miséria da alma, vão agora ter a fome, que é a miséria do corpo; a crise financeira torna-se assustadora, e já a imprensa estrangeira fala nela, tremendo pelos nossos destinos; o governo, no meio disto, propõe tributos onerosos e desperdícios prepotentes, mata o sistema de descentralização, cerca-se de um corpo de descon-fiança e de observação, imitado de Espanha, onde serve para metralhar o povo e dar escudeiros para as orgias oficiais. É o que há: perante esta crise, uns alegram-se, outros entristecem-se: a *Folha do Sul* é daqueles que se alegram, e nós somos daqueles que nos entristecemos.

A *Folha do Sul* conta as maravilhas do governo, aplaude as prepotências, folga com a miséria do povo; nós bradamos contra as injustiças e protegemos as classes que sofrem; a *Folha do Sul* aperta mais a corda, para acabar de garrotar o povo; nós pomos-lhes por cima a bandeira da misericórdia; a *Folha do Sul* adula os ministros corruptos; nós vilipendiamos-os; a *Folha do Sul* não atende à miséria do povo, à decadência, à opressão que se vai organizar, aos resultados das crises financeiras, aos inconvenientes ruinosos dos impostos do consumo, porque tem amizades oficiais e não se importa que o país caia na miséria e na fome, contanto que não deixe de receber o protector riso ministerial; nós desprezamos conveniências, para só ver a justiça. Ora a *Folha do Sul* pode fazer isto por dois motivos: ou por não saber que resultados terríveis vêm do imposto do consumo e das outras medidas, ou unicamente por espírito político de afeição ao governo.

Não cremos que seja por espírito político: seria uma indignidade, que não supomos a caracteres probos e a inteligências sãs: é, sem dúvida, por não saber bem as consequências desastrosas que hão-de vir desta crise que os homens que hoje estão no ministério têm preparado e dilatado; então aconselhamos-lhe a que leia a história económica contemporânea das nações estrangeiras, que leia todos os publicistas, todos os economistas, todos os positivistas e democratas modernos da França, da Inglaterra, da Alemanha, e verá como lá fora se considera o imposto de consumo, e como lá fora se repele, e como lá fora se tem abolido: verá que a Inglaterra, num momento de crise e de déficit horrível, a primeira coisa que fez foi eliminar o imposto de consumo; verá que na França, em todas as épocas, todos os publicistas bradaram pelo fim desse imposto, porque viam que ele levava ao proletariado e à miséria; os homens dos partidos mais diversos e dos sistemas sociais mais diferentes, pediram sempre o fim daquela pressão sobre os poderes, etc., etc., etc.

Não queremos dar uma lição de economia social à *Folha*

do Sul, que sabe estas coisas com mais experiência lúcida e com mais perfeita crítica do que nós.

O que nos parece é que ela renegará do seu amor aos corruptos para entrar na religião de protecção dos pobres. Honesta como é, logo que lhe tiverem demonstrado que está aprovando a morte da pátria, abandonará os velhos erros e irá fazer penitência no grémio daqueles que ousam combater os poderosos, protelar os interesses, defender o povo, e dizer a verdade aos assalariados e aos mal intencionados.

No seu principal artigo diz que a opposição ou pode vir da corrupção, da miséria, do desleixo, da pouca lisura, da tradição dos ministros, ou das ambições da opposição.

Estamos perfeitamente de acordo.

Nada mais traz de interesse activo para o direito ou para a província.

Traz um telegrama, com todas as honras tipográficas, espécie de hino vitorioso pela miséria das classes pobres: anuncia-se nele a grande maioria do governo na votação do imposto do consumo. A *Folha do Sul* não anunciaria com maior alegria a morte da nossa independência; tudo é invasão, invasão do exército e invasão da miséria. Felizes os que podem, como ela, cantar vitórias; somente aquelas vitórias são as vitórias da opressão sobre a honra, são as vitórias da prepotência e da reacção sobre a liberdade.

Noutra secção deste jornal, rectificamos certas inexactitudes que a *Folha do Sul* se honra de nos insinuar.

N.º 21, 21 de Março

A *Folha do Sul*, nalgumas linhas do seu noticiário, escreve estas palavras: «o pasquim... que tão decantado foi numa folha que se publica em Évora (de certo inocente) apenas se traduziu numa representação anónima, que, nos dizem, percorreu as ruas da cidade, mendigando.»

Digamos primeiro que toda a imprensa ministerial, pequena e ténue, tem acatado as representações e mostrado contentamento em que esta interferência do povo nos negócios do estado, pela forma constitucional, fosse uma realização fecunda do espírito democrático. A *Folha do Sul*, mais ministerial ainda, procura ferir este santo direito com toda a sorte de frases joviais; uma imagem sagrada não perde a majestade e a elevação porque alguns vagabundos lhe atiram farinha e pó! Diz a *Folha do Sul* «que uma folha de Évora, decerto inocente»... É necessário que expliquemos esta palavra: jornal inocente si, porque é puro e imaculado nas suas intenções do bem e nos seus grandes amores pela justiça; inocente, porque não assalariou a sua consciência e a sua voz para defender os prepotentes e os reaccionários; inocente, porque adora todas as ideias espontâneas e vitais do homem, a independência da pátria, o amor do povo, o respeito pelo trabalho, a protecção às famílias operárias; inocente, porque ainda não mergulhou naquela corrupção vil e profunda, onde andam vozes perdidas, amaldi-

coando umas o direito de petição, outras a opinião do povo, a independência do jornalismo, outras aquela velha tradição que faz que se respeite a honra e que se acate o pundonor; inocente, porque não vai por amor de facções ou de corrilhos ajudar a pregar as tábuas do esquife do país; inocentes são aqueles que fulminam as traições e os beijos de Judas; inocentes são os que clamam contra as especulações que se fazem com os pobres; inocentes são os que levantam a sua mão pelo bem do país e a sua voz pela abundância dos miseráveis; inocentes são os que respeitam a opinião das praças e as petições das cidades; inocentes são aqueles que repelem, que esmagam os homens de alma disforme que andam ao mando dos tiranetes e dos negros especuladores da política, apupando a honestidade e as multidões.

Estes são os inocentes: é por isso que agradecemos ao nosso colega da *Folha do Sul* aquele imerecido conceito que a sua bondade incansável derramou sobre nós como um bálsamo perfumado.

Agradecendo, temos a rectificar uma inexactidão: a representação contra as medidas do governo, não era anónima: firmava-a um grande nome, um nome maior que os dos falsos fidalgos e dos homens grotescamente aparatosos, um nome que vale mais por si só perante o país do que a soma total dos títulos das camarilhas; um nome que tem tradições mais nobres do que todos os montões de árvores genealógicas; um nome que lembra mais feitos do que os pergaminhos históricos de todas as famílias vassalãs do poder; um nome independente, que nunca teve mácula nem acusação; um nome indissoluvelmente ligado à história de Portugal; esse nome é *povo de Évora*.

E se o nosso prezadíssimo colega quer saber os mil apelidos que esse nome tem, pode procurá-los em mais de 500 assinaturas que em dois dias têm firmado generosamente aquele documento da vontade popular.

A representação não andou mendigando.

E *mendigando* todavia é o termo que devem usar os susten-

tadores do imposto de consumo, e os que enchem de aplausos este fim doloroso da catástrofe pública; a representação não mendiga, o que não quer dizer que o povo que a faz não mendigará um dia; para isso o levam os governos corruptos, as maiorias avassaladoras, e a imprensa vendida. A representação não mendiga; nasceu no sentimento geral, foi a manifestação clara e orgulhosa do que o povo revolveia na mente.

Concebida pelo povo, é firmada pelo povo; e ao contrário do que succede na camarilha — ali o que é concebido pelo governo, é aplaudido pelos cortesãos.

A representação não mendigou, mostrou-se; não se impôs, apareceu; não se criaram conciliábulos, nem comícios, nem reuniões, nem *meetings*, nem comissões: foi feita, apresentada e coberta de assinaturas. Saía do povo, não repugnava ao povo. Era a sua ideia que ele ali via, assinou; era o castigo dos seus vexadores que ele ali pressentia, assinou.

N.º 23, 28 de Março

Bejense — Beja, 23 de Março

Traz com a sua usual jovialidade a revista dos factos da semana política.

E a respeito da câmara municipal do Porto escreve esta sentenciosa frase, que é a condenação do seu próprio carácter: *O jornal, em certas ocasiões, é necessário*: aí está como se explica a existência do *Bejense* no mundo político.

Faz um artigo sobre o facto de a câmara municipal de Beja ter pedido a sua demissão em consequência de lhe ter sido, pelo governo civil, devolvido um officio dela, com a nota *inconveniente*.

Relata as propostas apresentadas na câmara popular pelo ministro da justiça.

Escreve algumas chocarrices, reminiscências do *Asmodeu* e do *Torniquete* e das antigas folhas burlescas, a respeito do *Distrito de Évora*.

Transcreve a carta do Sr. Custódio José Vieira explicando o seu voto.

Copia a proposta de lei de administração civil.

Campeão do Alentejo — Pontalegre, 17 de Março

Traz a consulta extraordinária que a junta geral do distrito de Pontalegre dirigiu ao rei sobre o projecto de reforma administrativa.

Traz a descrição do *meeting* que houve em Pontalegre no dia 10 de Março, e transcreve a petição às câmaras ali assinada espontaneamente por 1222 pessoas.

Traz a representação da câmara municipal do concelho de Gavião, pedindo a conservação do distrito de Pontalegre, e que não seja adoptado o expoente de 5000 fogos para formação dos concelhos.

21 de Março

Combate o governo e a maioria que votou o imposto de consumo.

Fulmina o *Bejense*. Inscreve as representações das câmaras municipais de Arronches, de Campo Maior, de Fronteira e de Ponte de Sor, pedindo a conservação do distrito de Pontalegre.

Traz um estudo sobre as fábricas de Pontalegre.

Folha do Sul — Évora, 20 de Março

No seu boletim interno, onde fala no *infeliz Sr. Lobo de Ávila*, dá os nomes dos deputados que votaram o imposto de consumo e os nomes dos que o rejeitaram.

No seu artigo essencial discute o défice e declara que só no imposto podemos achar a salvação; diz que a extinção do défice é um sonho de poeta (!), apela para os mimosos da fortuna, lembrando-lhes as subscrições espontâneas e patrióticas.

Fala sobre a conservação dos monumentos nacionais, apoia a ideia de se criarem comissões inteligentes e artísticas que velem pelos monumentos antigos, que são as grandes letras de

pedra em que está escrito o mote augusto da nossa história; fala proficientemente sobre este sério assunto, com ódio aos destruidores, aos mutiladores da arquitectura e dos monumentos portugueses.

Traz um curioso e lúcido estudo sobre a aplicação da electricidade à vegetação.

23 de Março

No seu boletim relata levemente a história da semana política, falando nas tempestades, nos teatros, e nos que salvam a pátria.

No seu principal artigo combate o *Distrito de Évora*, censurando que ele faça opposição.

Hoje, fazer opposição significa não querer bancarrota, não querer as vexações de polícia, não querer o sistema de reacção com o seu cortejo de arbitrariedades, prisões, sufocação do pensamento, etc.; querer a prosperidade do país, a fecundidade do trabalho, o aumento da produção, a derramação de instrução, a lisura da administração, etc. Isto tudo significa fazer a opposição: a *Folha do Sul* acha inconveniente que o povo queira assim realizar a sua felicidade e a sua liberdade. Lamenta que nós vamos seguindo um caminho errado; por alguma tristeza que ela mostra pelas nossas ideias, oferecemos nós toda a compaixão pelos seus princípios.

Escreve cansativa e longamente, arrastando um montão de vulgaridades, e querem persuadir que esta opposição não é feita pelo povo, porque o povo são 4 milhões de homens e a opposição conta apenas alguns milhares. Já se tem explicado em todos os jornais de todas as políticas perante a aritmética e perante a estatística que numa população há mulheres, crianças, indiferentes, menores, militares, empregados públicos interessados, analfabetos, estrangeiros, etc., etc., que apurados os homens que num país têm a força, a espontaneidade, a condição, as circunstâncias possíveis para fazer opposição, encon-

tra que hoje em Portugal tudo o que está em condições de fazer opposição espontânea, faz opposição.

Exceptuam-se os 100 do imposto do consumo, a *Gazeta*, a *Revolução*, o *Bejense*, cremos que o *Torniquete*, a *Folha do Sul*, etc.

Mas esses também estão incluídos no número daqueles que não têm voto espontâneo, são interessados, afilhados, protegidos, expendidos, etc.

Fala nas profecias do Bandarra e noutras coisas sumamente joviais e farsistas.

Fala na revolta, na revolução, no sangue derramado, com timidez, desconsolo e nobre patriotismo. Diz que o *Distrito de Évora* aconselha as petições às câmaras e ao rei, e que aconselha a revolta: nas regiões ministeriais, com efeito, o fazer petições é sinónimo de fazer tumultos.

Acha indigno que se lembre ao povo que deve despertar, acordar, pensar, falar, ter acção: o excelente jornal a *Folha do Sul* preferia ver o povo inerte, morto, adormecido, esmagado; preferia que à liberdade succedesse o arbitrário, e que à acção do povo succedesse a escravidão das multidões. É uma opinião: uma opinião que, nos tempos da liberdade e da igualdade exaltadas, levava na França à guilhotina e que em Portugal, nestes tempos de igualdade, e de liberdade serenas, leva só à degradação.

Depois, nessa série de artigos, ora irónicos, ora galhofeiros, ora sérios, ora ásperos, ora tímidos, combate as doutrinas justas, nega os factos, e procura destruir argumentos com chufas.

Repete que a representação era mendicante e anónima: que não saíra do povo porque está só firmada por 500 pessoas (aliás 650), diz que por isso não pode ser a expressão de 14 000 pessoas que estão na cidade.

Em primeiro lugar, Évora tem 10 000 habitantes, ora desses 10 000, 5000 são mulheres; dos 5000 homens 2500 são menores: dos 2500 restantes que têm opinião e voto e respon-

sabilidade, 200 não sabem escrever. Dos 1200 restantes, 400 pelo menos são velhos, indiferentes, descontentes, pertencentes a bandos políticos diferentes, dependentes do governo, empregados de confiança; dos 800 restantes assinaram 650, os outros 150 são aqueles sobre quem se fez pressão para que não fosse assinado aquele protesto de liberdade contra a vexação, e da verdade contra a reacção.

Isto dá em resultado que tudo o que podia fazer opposição, fez espontânea opposição.

Nós não sabemos se a representação era mendicante e anónima; sabemos que foi combatida mendicantemente, e anonimamente: mendicantemente, porque alguns, por espírito de facção e invejas pequenas de partido, andaram mendigando e suplicando aos homens livres que não assinassem aquella livre manifestação de uma ideia livre; anonimamente, porque os homens que tal faziam não era sob a influencia de uma ideia, sob a direcção de um principio, com um pensamento politico, mas occultamente, por invejas desconhecidas, por ódios sem nome.

De resto, traz pequenos artigos jovialíssimos em que a elevação da ideia e a unção do pensamento rivalizam com a deliciosa finura da graça e com a delicadeza mimosa do conceito.

N.º 25, 4 de Abril

Bejense — Beja, 30 de Março

Traz, com a sua usual jovialidade e attitude cómica, a história da semana política.

Agride o *Distrito de Évora* num innocente artigo que termina — *E adeus, amorzinhos!*

Traz um officio dirigido àquella redacção pelo presidente da câmara municipal.

Transcreve a proposta da administração civil.

Democracia Pacífica — Elvas, 21 de Março

Combate energicamente o governo em nome do povo escarnecido e oprimido.

Analisa a reforma do senhor ministro da Justiça, louvando o pensamento generoso e justo da extinção da morte, como pena.

Campeão do Alentejo — Portalegre, 24 de Março

Escreve, com mágoa e com censura, sobre o nosso estado financeiro; acusa as dolorosas injustiças e desproporções do imposto do consumo.

Traz as representações das câmaras de Castelo de Vide, Sousel, Marvão e Nisa, contra a suspensão do distrito de Portalegre.

Continua os seus estudos sobre as fábricas de Portalegre.

Folha do Sul — Évora, 28 de Março

Fala no seu principal artigo do povo de Évora e repete as cansadas acusações sobre os pasquins e sobre os *meetings*.

Diz que em todos os tempos o povo se tem revoltado contra as tiranias, sob este governo, porém, tem estado silencioso e indiferente: logo, que há tolerância e liberdade.

Comprova isto com argumentos da história, com os levantamentos liberais no tempo dos Filipes e com um outro exemplo.

Acrescenta que o povo de Évora ficou *agora* inerte e sossegado, e que por isso foi nobre, digno, ilustrado no seu procedimento, e sobretudo lógico.

E qual foi o procedimento do povo de Évora, *agora*?

Representou. Foi lógico no seu procedimento: logo que vê um governo corrupto, devasso, vexador, desorganizador, representa ou alarga tumultos.

No tempo do conde Andeiro e Filipe II fazia motins, *agora* faz representações.

Hoje as populações representam pelos meios serenos, legais, espirituais; antigamente representavam com tiros, vozearias, aclamações de encruzilhada.

Sucederam-se os tempos das assembleias populares, dos clubes, dos jornais, das reuniões, dos parlamentos, das organizações legítimas e filosóficas; sucedeu-se também uma maneira vitoriosa e fecunda de fazer oposição aos governos contaminados e impuros: a petição.

Ora o povo de Évora peticionou. Aí está porque a *Folha do Sul* lhe chama lógico.

A *Folha do Sul* foi justa, verdadeira, honrada e popular.

Nos tempos do conde Andeiro, o motim; nestes tempos, a petição. Ou opposição serena e legal, ou opposição violenta e ilegal. Isto prova que o povo de Évora sabe que tanto mal lhe vem hoje deste governo como naquele tempo lhe vinha das prepotências de D. Fernando, o *Formoso*, e seus favoritos.

Ambos lhes desagradam: um, porque o oprimia no tempo em que a palavra dos reis era: *tiranía*; outro, porque o arruína no tempo em que a palavra dos governos deve ser: *economia*.

No entanto, a *Folha do Sul* é injusta quando, dizendo que o povo é lógico por ter petitionado contra este governo depois de ter tumultuado contra os Filipes, de certo modo compara este governo às tiranias espanholas de 1600 e às infelicidades do fim da primeira dinastia.

É injusta. O país hoje está infeliz, mas não temos, como naqueles tempos, o garrote, o cepo, a força, a masmorra, o assassinato palaciano, a miséria profundíssima, a ignorância absoluta, a tirania implacável.

Aqueles tempos são mais infelizes que os nossos. Haja a opposição, mas não haja a calúnia.

A *Folha do Sul* termina o seu notável artigo, dizendo:

«Os habitantes de Évora, que tantas vezes se revoltaram contra os despotismos, não se revoltam hoje contra a situação actual.» Não se revoltam, decerto, mas petitionam. Na transformação inteligente da vida social, a petição substituiu a revolta. Ora o povo de Évora petitionou. Peticionar é revoltar-se à moderna. Logo, o povo de Évora, a quem a *Folha do Sul* chama lógico, opôs-se a este governo como se opôs aos despotismos das primeiras dinastias.

É a *Folha do Sul* que o diz, é a *Folha do Sul* que implicitamente compara este governo à tirania dos reis feudais, achando este juízo exagerado, não podendo deixar de confessar que é insuspeito. Parte da *Folha do Sul*, que se proclama vangloriosamente nas intimidades ministeriais!

Em dois seguintes artigos procura convencer que a educação, o saber, a vida de espírito, está profundamente derramada pelo país.

Nós temos aqui dito os males políticos que traz o governo, que são os males políticos que trazem todos os ambiciosos e todos os especuladores políticos. Dissemos que conservava o povo na ignorância, desprezava o espírito público, cercava-se de uma polícia vexatória, queria cegar os olhos justos com aparatos de glória, arregimentava maiorias que o defendessem, sufocava a palavra e demitia por vinganças, dilapidava o tesouro, exagerava os impostos, governava enfim pelo prazer de governar, sem atender à felicidade do país: dissemos que o governo fazia isto, e por trás de cada acusação tínhamos um facto comprovativo. Ora a *Folha do Sul*, de todas estas acusações, apenas levantou aquela que dava ao governo a responsabilidade da ignorância popular.

E querem saber como a *Folha do Sul* o nega? Querem saber com que provas, com que documentos, attribui ao governo uma superior generalização do ensino e da educação espiritual?

Querem saber?

Com o facto de o senhor ministro do reino se ter dirigido às autoridades administrativas! Com uma portaria em que o senhor ministro da justiça ponderava aos prelados que era conveniente derramar o pão do espírito! Com as escolas de novo criadas pela beneficência e generosidade do senhor conde de Ferreira! Com o maior rigor que houve nos exames dos liceus, devido à actividade do Sr. Ferrão! Com a consulta que se fez à universidade sobre a organização dos seus estudos! Com a voz geral que corre nos afeiçoados do ministério que o Sr. Ferrão *vai fazer* a reforma da instrução.

É com isto que prova a superioridade espiritual que tem dado ao país este governo, amigo do arcebispo Claret — *o adorador do livre exame!*

Traz o relatório e contas da gerência da direcção da Associação de Caridade de Viana do Alentejo no ano de 1866. Nada de interesse directo e activo para a província.

30 de Março

Fala acerca da impossibilidade de fazer economias, da inutilidade de as fazer.

Acerca da diminuição do funcionalismo, escreve aqueles aumentos tantas vezes esclarecidos quantas vezes pulverizados.

Censura o *Distrito de Évora* por ter calado os nomes dos fidalgos espanhóis agraciados, e ter apenas escrito o do general Narvaez. Rectificamos essa omissão, declarando aqui que também foi agraciado o padre Claret e o ministro González Bravo.

Escreve sobre a representação do povo de Évora, acusando-a de afrontar todos os empregados públicos, desde os ministros até aos correios.

A *Folha do Sul*, no seu jornal de 30, combateu a nossa argumentação (respectivamente à maioria inteligente que assinou o manifesto de Évora), abusando, menos nobremente, desse erro tipográfico. Onde se lia: *dos 2500 restantes que têm opinião e voto e responsabilidade, 200 não sabem escrever. Dos 1200 restantes, etc.*, o espírito mais simples e distraído veria que se devia ler: *dos 2500 restantes que têm opinião e voto e responsabilidade, 1200 não sabem escrever. Dos 1200 restantes, etc.*

Perdoámos ao cálculo os cinquenta devidos para tornar mais ampla e fácil a argumentação. A *Folha do Sul*, pois, abusou de um erro tipográfico para combater uma ideia. Discussões assim não esclarecem nem honram: quando se não têm outros meios de combater, faz-se como o antigo grego, que, vendo-se numa luta da pátria ática, sem armas

e sem justiça, cobriu a cabeça com um manto e chorou a vergonha da sua raça.

Não voltaremos a discutir e a combater a verdade contestada das ideias, sem que as questões e as argumentações sejam colocadas naquela posição séria, elevada, nobre, honrada, onde se escuta a voz das inteligências e não a risada dos jograis.

N.º 26. 7 de Abril

Campeão do Alentejo — Portalegre, 28 de Março

Declara que a única solução possível para esta crise de dinheiro, da moralidade e da liberdade, é a demissão do ministério.

Fulmina, justamente, o *Bejense*, escrevendo que aquele jornal, para defender a situação, não recua diante dos meios mais escandalosos que a dignidade da imprensa rejeita com desprezo e abominação.

Agride violentamente o jornal *Estrela da Beira*, como adulator das devassidões ministeriais.

Insere correspondências de Lisboa e de Elvas.

Continua os seus proveitosos estudos sobre as fábricas de Portalegre.

Democracia Pacífica — Elvas, 30 de Março

Acusa a luta terrível que se dá entre o procedimento do parlamento e a vontade do povo.

Mostra o povo suplicando, representando, peticionando, mostrando pelos meios justos a sua justa vontade, e o parlamento, indiferente, desprezador, votando com cerrada maioria as medidas vexadoras.

Fala sobre o livre poder que tem o constituinte, em bem dos seus interesses feridos, de retirar o mandato legal ao seu procurador em cortes.

Discute, com ásperas censuras, a reforma de administração civil.

Insere correspondências de Lisboa em que se refere a história da opposição popular que se tem feito pelos *meetings*, pelas reuniões, pelas representações, etc.

Folha do Sul — Évora, 3 de Abril

Resume a crónica política da semana.

No seu primeiro artigo escreve estas palavras extraordinárias:

«A nação sabe fazer inteira justiça aos esforços do gabinete, reconhece as boas qualidades que o ornaram, e, cheia de gratidão, confessa os serviços que dele tem recebido.»

Ora como é que a nação se confessa cheia de gratidão? Assim:

O Porto representa pela sua câmara municipal, lança um voto de censura ao ministro do reino, peticiona com 14 mil assinaturas, nomeia uma comissão de organização popular, faz *meetings*, e toda a sua imprensa combate violentamente o governo.

Lisboa representa, peticiona, nomeia uma comissão de opposição, e estabelece com a comissão do Corpo da Guarda comunicações políticas e planos políticos de revolução serena. As principais cidades, Évora, Braga, Portalegre, Viana, Guimarães, Viseu, Coimbra, Elvas, Santarém, Guarda, Bragança, Estremoz, representam, protestam contra as vexações tributárias e contra as centralizações reacconárias.

A maior parte das vilas e dos concelhos, Loulé, Mirandela, Almeida, Sousel, Castelo de Vide, Espozende, Monção, Almadã, Resende, Barquinha, Almeirim, Constança, Nelas, Cascais, Santo Tirso, Fafe, Manteigas, Covilhã, Belém, Ferreira

do Zêzere, Sobreira Formosa, Ponte de Sor, Coura, Arcos de Valdevez, Marvão, Campo Maior, Abrantes, Rio Maior, etc., protestam, peticionam, fazem enérgica e irreductível opposição; succedem-se os *meetings*, constituem-se assembleias políticas, formam-se comissões; no Norte a revolta quer fazer apparecer a sua sombra cor de sangue: há tumultos sufocados, pequenos motins abafados; no Porto o governo nomeia uma comissão de salvação pública, os regimentos estão armados e seduzidos; toda a imprensa, o *Jornal do Comércio*, o *Jornal de Lisboa*, *As Economias*, o *Nacional*, o *Jornal do Porto*, o *Comércio do Porto*, o *Diário Mercantil*, *O País*, o *Libertador*, o *Observador*, *O Jornal de Setúbal*, a *Independência Nacional*, a *Democracia Pacífica*, o *Campeão do Alentejo*, o *Eco Liberal*, toda a imprensa illustrada e honrada todos os dias combate o ministério, destrói pela exposição da verdade os seus manejos políticos, pulveriza pela argumentação as suas reformas, ensina ao povo os seus direitos, esclarece a situação dolorosa das finanças, opõe-se com a palavra serena e correctã às tentativas de reacção e de ditadura. Em redor do governo vê-se a *Gazeta*, jornal estipendiado, a *Revolução*, jornal dos cavalheiros que estão no ministério, o *Jornal do Norte*, sustentado pela fazenda e criado para apoio, a *Estrela da Beira*, o *Bejense*, jornal galhofeiro, *O Pirlampo*, *O Torniquete* (supomos nós), e apenas por desinteresse e convicção, e espontaneidade independente, a *Folha do Sul*. Aí está como a nação, cheia de gratidão, confessa os serviços que tem recebido do governo presente.

No seu seguinte artigo insinua que a opposição está desorganizada, e que entre ella há desinteligências amargas e desuniões ásperas.

A *Folha do Sul* confessa implicitamente um dos maiores sintomas de descrédito do ministério e do desinteresse nobre da opposição.

Quando homens de diversas coortes políticas, com índoles constitucionais desencontradas, se unem na mesma fileira sob uma ideia dominadora, sob a protecção de um princípio de

justiça e de dignidade, para combater um ministério que está destruindo a felicidade da pátria, esse ministério não pode sustentar-se pela liberdade e só se poderá sustentar pela ditadura. É condenado por todas as facções, renegado por todas as tolerâncias, repellido por todos os interesses nacionais.

Homens políticos, de fileiras diversas, espalhados naquela multidão de arraiais pacíficos que há tanto tempo cobrem o solo da pátria, viram nascer um princípio mau — o princípio doutrinário, opressivo, reaccionário, despótico — e esquecendo as antigas contendas e as dilacerações mal saradas, vão debelar todas as forças dessa opressão com todas as forças da sua liberdade. Em França: há mil partidos políticos, de sistemas inconciliáveis: há os republicanos, os democratas, os constitucionais, os montanhesez, os carlistas, os legitimistas, os orleanistas, etc. Pois bem, quando aparece o princípio intolerante e opressivo do império, reúnem-se e formam opposição — opposição tenaz, unida, uniforme; hoje na esquerda do parlamento francês há democratas, liberaes, legitimistas, carlistas, etc.: abdicam a sua opinião individual para combater o mal comum: há uma questão de pátria, esquecem a questão de facção. Nós não queremos de modo nenhum comparar os imperceptíveis métodos políticos do governo de Portugal às intolerâncias sinistras do império em França; mas queremos provar que muita força dá à opposição essa união de ideias diversas, e muita força tira ao governo este ataque simultâneo de opiniões contrárias.

E seria uma glória para a opposição genuína, ver que o sistema opressivo e destruidor do governo era repellido por todas as ideias, desprezado por todas as facções, combatido por todos os partidos. Os partidos são as diversas maneiras de compreender a liberdade: a liberdade, essa, é por todos reconhecida como um sol espirital: quando se levanta um braço para a sufocar, todos os que a seguem, ainda que a interpretem variamente, vão decepar esse braço.

Mas a nossa correspondência, quando falava de traição

nos bandos nobilíssimos da opposição, aludia ao desassossego e irritabilidade com que o *Jornal do Comércio* tem visto a ascensão política do Sr. Lobo de Ávila, ascensão que vai trazer uma era nova de harmonia económica. Não sabemos por que escondidas instigações a folha comercial acompanha, com galhofeiríssimos comentários, os passos que o Sr. Lobo de Ávila vai lentamente dando para as cadeiras ministeriais. Não o sabemos. Julgamos que é uma pequena inimizade de noticiarista. Em todo o caso, essa pequena e falsa opposição à verdadeira e grande opposição, é sanada pela maneira vitoriosa, ampla e impecável, com que os principais artigos daquele jornal esmagam a coorte frouxíssima do governo, das maiorias, dos amigos do governo, dos amigos da maioria, dos sustentadores das reformas, dos applaudidores dos impostos.

Traz um artigo jocoso e que não criticamos, porque não está nos nossos hábitos de justa hombridade e de nobreza impecável e escrupulosa, curvar o espírito até àquele lugar onde, como no circo dos saltimbancos, só se ouvem os ruídos de chufas, as risadas desonestas, e os apupos invejosos e baixos. A *Folha do Sul*, pela sua honestidade e lucidez de espírito, merece sempre uma argumentação ampla e honrada, enquanto se não transvia tristemente pelos caminhos lamacentos do *Bejense* e do *Torniquete*.

No seguinte artigo, que é a crítica do manifesto do povo de Évora (crítica que não apreciamos agora), repete a esclarecidíssima questão da maioria ou minoria do povo que assinou aquele justo manifesto. Pelo seu cálculo, assinou a minoria do povo: nesse cálculo nota-se a excentricidade estranha de sustentar implicitamente que, de cada 100 pessoas de uma população 90 sabem ler e escrever. Isto não é assim nem em Itália, nem em França, nem na Inglaterra, nem na Prússia, países um pouco mais espiritualmente favorecidos do que Portugal.

Só num futuro distante de paz e de progresso luminoso, é que se poderá dar aquella nobilíssima e providencial condição.

A *Folha do Sul* escreveu aquele cálculo para um ideal futuro, todo iluminado pelos resplandecimentos de um paraíso social. Mas, bem triste e dolorosamente, não é aquela a verdade: em cada 100 habitantes dos países inteligentes apenas sabe ler e escrever uma lastimável maioria de 60 habitantes. E isto é um cálculo alto, que vai mais cheio de amor à instrução popular do que de respeito pelo rigor da estatística. Em Portugal, porém, pode dizer-se que sabem ler e escrever 40 por 100 habitantes: e no Alentejo 30 por 100.

Ora, para terminar esta questão, nós, sem argumentos, sem discussões especiosas, sem minuciosidades estatísticas, sem deduções traiçoeiras, vamos apresentar o cálculo verdadeiro e impecável.

E não nos favorecemos, porquanto damos à cidade um maior número de habitantes do que realmente tem; damos-lhe um número de mulheres muito inferior à verdade estatística, e no número das pessoas que sabem ler e escrever tomamos a unidade de 50 por cento, o que é um generosíssimo erro.

O cálculo é:

Habitantes de Évora intramuros ...	10 000
Mulheres	5 000
Homens	5 000
As mulheres não podem assinar: por isso, pessoas que podiam assinar em virtude do sexo	5 000
Desses são menores	2 500
Restam pois 2500 homens maiores, com responsabilidade, opinião e voto	2 500
Homens com responsabilidade, opi- nião e voto	1 250
Destes não sabem escrever	1 250

Por isso, homens que têm responsabilidade, têm voto, opinião, e sabem escrever 1 250

Ora, destes devemos descontar os seguintes:

Empregados públicos	100
Enfermos, velhos, inaptos, indiferentes	200
Homens dependentes sobre quem se fez pressão para que não assinassem	100
Ora, 100, com mais 200, com mais 100 somam	400
Ora, 1250 menos 400 são	850
Por isso, homens nas condições estritas e rigorosas, e na possibilidade de assinar	850
Destes 850 assinaram	673
Deixaram de assinar, pois	177
Há, pois, uma maioria relativa de ...	496

Isto é claro, é generoso. A restrita e avara exactidão do cálculo levar-nos-ia a uma maioria mais numerosa.

Ora a *Folha do Sul* diz que o povo em Évora está deliciosa e repousadamente satisfeito, e que a única opposição é do *Distrito de Évora*. Não prova isso nem com factos nem com ideias. Pela mesma razão, nós podemos dizer que o povo está desassossegado, inquieto, tempestuoso, cheio de ódios contra o ministério, e que a única amizade ministerial é a *Folha do Sul*. Pela mesma razão. Somente provamos isto com factos, provamo-lo com uma representação que o povo fez, que o povo assinou, que o povo não renega, e onde há uma maioria relativa de 496 habitantes.

N.º 27, 11 de Abril

A uma terrível vacuidade de ideias está reduzida a imprensa ministerial: é este o castigo providencial dos que querem legalizar injustiças e sagrar vexações, vem-lhe à alma a esterilização. Correm-se os jornais do ministério, nem se encontram ideias, nem discussão, nem sistemas, nem entusiasmo, nem vida.

A *Gazeta* censura, com uma inveja gulosa, os vinhos que se beberam no jantar da comissão popular.

O *Jornal do Norte* põe as esperanças e os destinos da pátria na *comissão de salvação pública* e canoniza os soberbos brios militares do senhor barão de S. Januário.

O *Bejense* solta jocosamente o seu coro de chufas populares.

A *Revolução* diz, gravemente e discretamente, que a oposição ensanguentou as suas bandeiras com o sangue do Sr. José Júlio (!)

O *Lethes* diz nos seus principais artigos, entre outras melodiosas jovialidades, que os chefes da oposição são *primeiros-tenores, que puxam debalde pelos pulmões, que pregam choro choramingadores* (textual), *mas que a bravata há-de se desfazer*, etc.

O *Conimbricense*, em séries de artigos, diz, sem razões

nem argumentos, nem crítica, que ele, *Conimbricense*, entende não ser má a paróquia civil (!)

O *Pirilampo* promete há tempos, com uma pompa ameaçadora, dizer *algumas verdades amargas* à Comissão Patriótica.

A *Folha do Sul* polvilha as suas immaculadas colunas com ironias, motejos, insinuações, jovialidades, chascos — tudo dirigido a um jornal que todos os dias lhe declara não estar nos seus hábitos fidalgos a polémica grotesca e jocosa.

É este o esquadrão roto e magro que trota medrosa e vassalamente ao lado das bagagens ministeriais, para lhes dar defesa brava e protecção rechaçante.

Não apresentam uma ideia, uma discussão inteligente, um movimento espiritual qualquer.

As reformas improdutivas do governo são todos os dias dilaceradas, os seus projectos aniquilados pela contestação, os seus planos políticos repelidos pela lógica sensata e palavra correcta, as suas ideias de governo combatidas por uma crítica erudita e conscienciosa; todos os dias se lhe apontam reformas, economias, planos conducentes à salvação financeira e moral do país.

Tudo o que o governo tem procurado edificar de injusto, de iliberal, tem sido esmagado com uma argumentação vasta e poderosíssima: provou-se que o imposto do consumo levava à atenuação do trabalho, à improdutibilidade das forças económicas, à sensível diminuição da riqueza pública; tem-se provado que a reforma administrativa leva à concentração de forças políticas, à centralização, à extinção do patriotismo pelo fim dos interesses locais, à supressão da espontaneidade municipal pela invasão da esfera administrativa, à indiferença política pela extinção do direito de petição, etc.; tem-se provado a injustiça opressiva da guarda civil, que nos leva ao estado odioso das polícias políticas; demonstrou-se a inutilidade de Tancos; demonstrou-se o prejuízo da reforma diplomática, etc., etc. O que têm respondido a isto os jornais que

fazem profissão de defender, legalizar, sagrar o espírito ministerial?

Gracejos, divagações esquivas, ironias tímidas, insinuações pessoais, etc.

É assim, num momento tenebroso de crise, de decadência, de miséria, de corrupção, que se trazem de rastos e enlameados os interesses da pátria?

É este porventura o momento de esquecer as grandes ideias de moral, de política, de economia, de sufrágio, de liberdade, de penalidade, de legislação, de tributos, para se encetarem as questões vaidosas, as argumentações grotescas, os jogos de palhaços?

A pátria está na véspera da sua agonia, e as folhas do governo só têm galhofeiras incitações e gestos de ebriedade! Acham porventura nobre o feito de um filho que se espojasse nas convulsões do riso e da desonestidade sobre o cadáver de sua mãe?

É justo e elevado que o povo vá descendo os degraus da ruína e da miséria, vá da exageração do imposto à morte do município, da extinção do direito de petição à criação da política de sufocação, da invasão das tendências militares ao iberismo, que vá assim percorrendo este círculo das sete dores, acompanhado das chufas, dos escárnios cortesãos, dos traiçoeiros apupos?

É assim que nós havemos de livrar a pátria da miséria e da anexação, da reacção e da oligarquia?

É assim? Com as momices do *Bejense* e com as palavras jocosas da *Folha do Sul*? Quando nós havíamos de decidir estas questões, que estão subindo da profundidade do povo a esta superfície alumada da imprensa, estas questões supremas, pelas quais lá fora se fazem revoluções e se derrubam dinastias; quando nós as devíamos decidir, é que encontramos no bando contrário, em lugar de discussão, risada; em lugar de argumentos, chufas; em lugar de ideias, inaptidões; em lu-

gar de princípios, invejas pessoais; em lugar de moralidade, podridão; em lugar de justiça, vileza?

Mas é já falar muito sobre a imprensa ministerial.

Ela faz o seu serviço de cortesã. Nós, o nosso dever de jornalistas.

Ela escarnece o *Jornal de Lisboa* por vender boletins à tarde pelas ruas. Nós chamamos o povo à comunhão da vida política.

Ela escarnece os sonhos da Comissão Patriótica.

Nós clamamos pelo direito de petição.

Nada há de comum entre os jornais da opposição e os jornais do governo: nós, que nos chamamos opposição, representamos as ideias; eles, que se chamam governo, representam as chufas. Estamos ambos diante do povo. Falamos-lhe ambos: nós, ensinando; eles, apupando; e para o povo qual terá razão, qual será atendido — o jornalista ou o palhaço?

N.º 27, 11 de Abril

Bejense — Beja, 6 de Abril

Historia modestamente as circunstâncias tristíssimas que precederam o duelo do deputado José Júlio de Oliveira Pinto.

Agride, timidamente, a Comissão Popular de Lisboa.

Escreve sobre a reforma telegráfica, e transcreve o projecto da reforma da administração civil.

Vem com todas as severas aparências de um jornal honesto e digno.

Democracia Pacífica — Elvas, 4 de Abril

Censura vagamente que o governo busque adesões nos grupos políticos caídos em descrédito, em individualidades aniquiladas pela justiça e pela probidade, em nomes que recordam maus sistemas políticos e gerências desastrosas.

Escreve sobre a injustiça, sobre a ilegalidade, sobre a perversidade e animalidade dos duelos.

Insere correspondências de Lisboa e de Coimbra.

Nada que seja de directo interesse para as questões provinciais.

Fala no seu artigo essencial do projecto de reforma administrativa. Diz, derramando-se em exclamações, que nenhum deputado bandeado na opposição pediu a palavra para abertamente se pronunciar contra o projecto: nenhum deputado; e todavia, no seu boletim externo, que é a relação concisa da vida política e parlamentar da semana, diz que, sobre a reforma, falou no dia 2 o sr. Aragão Mascarenhas para propor alterações, e nos dias 3 e 4 falou o sr. Dias Ferreira, e a estes deputados, diz que respondera o sr. Sampaio, relator da comissão.

Defende o projecto de reforma com estes argumentos enérgicos e filosoficamente críticos: *o projecto do governo não está, em verdade, completamente isento de defeitos. É obra humana, basta isso.*

Os seus seguintes artigos são amplas e jocosíssimas variações sobre a nossa argumentação, puerilidades amontecidas, que estão para a questão elevada e crítica como as espumas imundas das praias estão para a nobre severidade do mar.

N.º 29, 18 de Abril

Bejense — Beja, 13 de Abril

Refere alguns decretos do *Diário de Lisboa*; historia modestamente a reunião da maioria das câmaras. Noticia a existência de um círculo político do senhor marquês de Nisa.

Transcreve o projecto de administração civil.

Democracia Pacífica — Elvas, 11 de Abril

Acusa a corrupção ministerial e aquele silêncio da consciência que, nas administrações de carácter absolutista, faz desprezar as maiorias populares; acusa a política de interesses que hoje se embate em Portugal, com esquecimento e negação da política de princípios. Acusa esta mudança compassada e saída dos mesmos nomes e dos mesmos caracteres, e a falta de ideias dos partidos, e a falta de fé política dos grémios, a falta de sistemas dos bandos partidários.

Acusa esta política, que é de facções porque é de intrigas, que é de corrilhos porque é de invejas.

Num seguinte artigo mostra a necessidade de haver novos chefes políticos, que não abandonem o povo, que velem por ele, que sejam os verdadeiros representantes do seu justo espirito de liberdade.

Lembra muito sensatamente que se dirija ao rei uma grande deputação, pedindo-lhe a interposição do seu veto às medidas financeiras e administrativas. Essa grande deputação deve, segundo o seu conselho, ser composta de cidadãos de cada município que tenha manifestado a sua opposição; nomeada pela câmara nas localidades em que a câmara tenha representado; escolhida pelos signatários das petições, ou pelos habitantes descontentes, naqueles lugares em que a câmara ficou silenciosa e apenas se fez ouvir a voz popular. Essa grande deputação deveria ser convocada pela comissão central de Lisboa, e rapidamente, para obstar o mais depressa possível a este estado de inquietação, de paralisação e de perda em que o país se definha.

Achamos profundamente justa esta ideia, cheia de espírito liberal e de interesse popular.

Desatendida a imprensa, a tribuna, as *meetings*, as representações inumeráveis, os manifestos, as petições das câmaras, as vozes constantes de opposição e de repulsão, e a não querer sacudir pela força os que estão no governo pela injustiça, o meio mais constitucional, mais fecundamente pacífico, é sem dúvida esta grande deputação ao rei, que lhe expozha a situação dolorosa das coisas, uma vez que os áulicos lha calam, que lhe exija a interferência do veto, uma vez que essa é a forma seguida e indicada nos catecismos constitucionais.

Campeão do Alentejo — Pontalgre, 10 de Abril

Combate a reforma administrativa, lembrando que a comissão de administração pública de modo algum atendeu às petições e às manifestações, onde abundavam as razões e as argumentações contra aquella lei popular. Comenta o caso estranho de ter o senhor ministro do reino attribuído 22 concelhos do distrito de Pontalgre, quando na realidade os concelhos são 15.

Inferre da verdade dos cálculos a solidez das bases em que fundou a reforma.

Publica a canção dirigida pela comissão de Pontalegre à
Comissão Patriótica de Lisboa e Porto.

Folha do Sul — Évora, 10 de Abril.

No seu boletim político traz a lista triunfante dos íntimos
que votaram a reforma administrativa. Precede-a este comentá-
rio, característico e limitado: a *grande maioria a favor... mani-
festa a fortuna do governo*. A *Folha do Sul* não se atreveu a
dizer *manifesta a justiça*.

Depois relata miudamente os factos políticos da semana
parlamentar e o expediente do *Diário*.

No seu principal artigo faz uma dolorosa revelação acerca
da injustiça, da desarmonia e da improporcionalidade que estão
ominosamente coladas às nossas finanças: é a transcrição da
estatística dos impostos nos países da Europa. Por ela se vê
que países em condições de uma indizível superioridade, com
causas mais sérias de impostos fiscaes, com organizações políti-
cas muito mais susceptíveis de taxas elevadas e pesadas, pagam
o mesmo que Portugal. Diz a estatística:

Por cada habitante, comprehendidos os impostos municipais,
paga.

A Prússia	5\$220 réis
A Áustria	3\$960 "
Portugal	3\$420 "

Mas, acrescenta o jornal criticado, pelo aumento do im-
posto do consumo virá a corresponder de mais a cada habitante
a quantia de 4\$60 réis.

Portanto ficara:

Portugal	3\$880 réis
----------------	-------------

De modo que a Prússia paga 5\$220 réis e Portugal 3\$880 réis: apenas pagamos de menos 1\$340 réis!

De modo que a Áustria paga 3\$960 réis e Portugal 3\$880 réis. Nós, sem exército, sem províncias conquistadas, sem territórios anexados, sem 10 milhões de habitantes, sem um regímen imperial, pagamos apenas menos quatro vinténs que a Áustria!

E do que a Pússia, 1\$340!

Ora a Prússia é um dos países mais abundantes, mais trabalhadores, mais energeticamente produtivos, da Europa. Tem vivido sempre nas oscilações perigosas da política da Santa Aliança, do equilíbrio alemão, da unificação germânica, etc.

Possui territórios enclavados, territórios anexados, custosas intimidades de pequenos estados protegidos. Tem a melhor e mais robusta organização militar do mundo.

O país está coberto de estradas, de locomotivas, de escolas, de museus, de galerias, de universidades, de canalizações, de fábricas, de indústrias etc., etc.; sustenta um extraordinário e vastíssimo pessoal administrativo, militar, científico, diplomático, construtor, etc.; entra largamente nesta dispendiosa vida moderna de exposições, de descobertas, de academias, de teatros, etc.

A despesa do seu orçamento é monstruosa, comparativamente com os dispêndios imperceptíveis da nossa imperceptível existência, e todavia apenas pede a cada habitante, de imposição fiscal, mais 1\$340 réis do que nós!

A Áustria, sem possuir aqueles elementos feracíssimos de riqueza, de elevação material e de vasta respiração pública, está numas condições de organização em que o tributo é o primeiro meio da política e o primeiro apoio do tesouro. Dominada por aquela terrível política imperial, toda feita das antigas tradições da Casa de Habsburgo, é o ninho negro e infame de todas as reacções, de todos os ultramontanismos, de todas as misérrimas fradescas e absolutistas.

Composta de populações diversas, de índoles e de raças

contrárias, de províncias anexadas, herdadas, conquistadas, roubadas, apenas lhes dá como aço comum e uniforme o peso do tributo e a fatalidade do recrutamento.

Envolta constantemente em guerras de conquista e de violência, única política que está no instinto daquele covil trágico de arquidukes e feld-marechais, pobre pelos custeios enormes de exércitos e de armamentos, sempre nas vésperas de uma bancarrota, dilacerada interiormente em todos os sentidos políticos, envolvida sempre na questão da Hungria, na questão do Tirol, na questão da Vénicia, nas questões da Moldo Valáquia e da România, etc., com uma conte pródiga e faustosa, com uma despesa colossal, apenas pede a cada habitante, pela imposição fiscal, mais 80 réis, mais quatro vinténs do que nós. Isto é extraordinário!

Este esclarecimento, dado pela *Folha do Sul*, é a mais incisiva das acusações ao governo, que, encontrando um estado financeiro tão opressivo e tão desproporcional, ainda o sobrecarrega com os impostos à carne, à alimentação, à vida do trabalho, ao consumo, às fadigas da pobreza!

Os seus restantes artigos são aquelas pequenas murmurações, aqueles dizeres meio jocosos, meio irados, aquela miudeza de argumentação, aqueles farrapos de ideias, aquela franja rota dos princípios, aquela polémica, indecisa, diáfana, espedaçada, que passa desapercibida, esquece, e que é entre as grandes ideias e os grandes princípios, e elevadas discussões, como aquelas pequenas ervas secas, sem seiva, sem utilidade, sem frescura, que se dobram rasteiramente junto dos grandes cedros religiosos e dos carvalhos austeros.

13 de Abril

Volta a falar do défice, da impossibilidade de fazer mais economias, constelando o seu artigo com estes argumentos irrespondíveis: o imposto é uma necessidade, etc. Fala também nos melhoramentos materiais, em 722 quilómetros de cami-

nhos-de-ferro, etc., e diz que o país deve pagar esta felicidade, etc.

Querendo provar que o governo fez economias poderosíssimas, eliminando do orçamento tudo o que ali podia haver de inutilmente absorvedor, diz...

Ora como imaginam que ele comprova o profundo sistema de economias seguido com religiosa exacção pelo governo? Supõem que será dizendo que vai ser extinto o tribunal de contas? Reformado o corpo de engenheiros? Abolida a junta do crédito público? Suprimido o pessoal numeroso do ministério de fazenda? Reformando com uma organização económica o exército? Reformando o pessoal fiscal? Atenuando a ostentação diplomática? Com a extinção do conselho de Estado? Do conselho ultramarino? Do conselho das obras públicas? Supõem que foi revelando algumas destas reduções económicas, ou pelo menos declarando que o governo, com uma moralíssima iniciativa, as ia encetar?

Não foi. Querem saber com que comprova a economia do governo?

Com um decreto concedendo a exoneração do emprego de terceiro-official da alfândega de Angra do Heroísmo e sobrestando no seu provimento!

Com uma portaria no mesmo sentido em respeito ao lugar de amanuense de segunda classe da repartição das contribuições indirectas!

E acrescenta: *o governo responde assim aos seus detractores.*

Isto é extraordinário!

Num dos seus pequenos artigos dá este honroso e justo testemunho do espírito universal de opposição que do Norte ao Sul se manifesta por todos os meios de publicidade, de petição, de reunião pública, de protesto irritado. Diz a *Folha do Sul*, que é insuspeita: «... uma coorte de manifestos, representações, *meetings*, petições, e todo esse movimento afanoso e febricitante que a imprensa oposicionista apregoa aos quatro

ventos da publicidade, que se faz sentir por todo o país, nas praças, nas ruas, nos cafés, nos círculos, nos clubes, etc., contra as medidas financeiras e administrativas ultimamente apresentadas pelo governo ao parlamento.»

Tínhamo-nos reservado para responder à crítica do Manifesto do Povo de Évora, quando ela, na sequência dos artigos, fosse terminada pela *Folha do Sul*.

Aquela crítica era sobretudo dirigida para as acusações que estavam no manifesto, contra a iniquidade do imposto de consumo.

Essa série de artigos críticos, terminou.

Houve um célebre matemático tragicamente ateu que dizia que tinha durante três dias procurado Deus por todo o céu e não o tinha podido encontrar.

Durante três dias, com efeito, estivera encerrado nos observatórios, batendo a crença pelo cálculo. Nós também, noutro sentido descrentes, estivemos algum tempo procurando ideias por todos aqueles artigos e não as pudemos encontrar.

Tudo ali são insinuações imperceptíveis, microscópicas questões de forma, sofisticações miudíssimas.

Nós imaginávamos que a *Folha do Sul* ia sustentar o imposto de consumo pela filosofia económica; que o iria conceber pelo lado moral; que o iria considerar o melhor sistema de política doutrinária, que o apoiaria como a mais fácil das contribuições indirectas, como um passo para o imposto harmonico; que iria às grandes questões de *unidade* e de *diversidade* de imposto, à questão da voluntariedade do imposto do consumo; que iria argumentar sobre o imposto de crédito ou de capital, sobre a simplificação de relações económicas entre os governos e as populações, sobre os impostos como obstáculo ao desenvolvimento da população, ou como facilitação do consumo e da circulação, sobre a inconveniência do imposto de consumo como onus dos proprietários, como atenuador da agricultura; que o iria considerar na ordem económica, na ordem moral.

na ordem política, na ordem médica e industrial; que iria combater o que nós temos dito.

E nós temos sempre dito que o imposto de consumo pesa sobre os proprietários, que embaraça o comércio, provoca fraudes e condenações, aumenta os salários, causa aspereza e irritabilidade das populações, sujeita os vendedores a vexações, prejudica a saúde pública, diminui o consumo e portanto destrói-se a si mesmo, que aumenta as despesas do Estado uma vez que o Estado o paga pela sua própria despesa e pela despesa de todos os seus empregados, que dá aos mercados estrangeiros uma vantagem na concorrência comercial, que é descrédito incalculável, etc.

Quando nós imaginávamos que se ia começar uma daquelas profundas discussões que elevam, instruem, esclarecem a política, adoçam as animosidades, transformam os espíritos, a *Folha do Sul* apenas aduz...

Ora, o que imaginam que aduz a *Folha do Sul* sobre esta questão complicada e filosófica do imposto de consumo? O que imaginam?

Aduz: que as nações mais adiantadas têm o imposto do consumo.

Isto é extraordinário.

E não é um argumento; ainda que estivesse em todos os países consolidado o imposto do consumo, nada provaria isso para a justiça e para a equidade económica dessa imposição indirecta.

Na Espanha, na Rússia, na Turquia, na Suécia, em França, na Alemanha, há a pena de morte; e é justo e verdadeiro o princípio da morte como pena? Na França, na Rússia, na Áustria, há a política imperial; é justo e verdadeiro este princípio, última tradição feudal?

Na França, na Prússia, na Espanha, na Rússia, há a predominação do espírito do militarismo; e é justo e livre este princípio das pressões organizadas?

Na Espanha, na França, na Prússia, na Áustria, na Suécia,

na Itália, há a censura; e é justo e verdadeiro este princípio de sufocação espiritual?

Há em muitos países o imposto de consumo, como há muitos outros princípios económicos, políticos, sociais, morais, que o moderno espírito de liberdade, de justiça e de direito, anda combatendo e minando.

Se assim não fosse, o único delito dos que querem afastar vitoriosamente o imposto de consumo seria ir, na ordem espiritual, um pouco adiante do seu tempo.

No entanto, devemos dizê-lo: em toda a parte os economistas, os publicistas, os homens de Estado, os que talham as filosofias sociais e populares, têm procurado destruir o imposto sobre o consumo.

Na Bélgica, já em 51, Frère Obans, o célebre ministro das finanças, dizia: «Todo o imposto de consumo é uma redução de salário» e levava estas palavras da tribuna para a realidade do orçamento.

Já em 47, o deputado Leon Talbot dizia num estudo das finanças inglesas e do sistema político e económico, estatuído naquela nação para libertar do imposto os homens do trabalho, dizia: «A Inglaterra pensou que era necessário *libertar os homens do trabalho de todos os impostos que os sobrecarregam*; empreendida esta ideia, de tal modo a realizou que é necessário esquadriñar os mais obscuros e estreitos recantos do orçamento inglês para lá encontrar um imposto que pese sobre os operários, jornaleiros, etc.». E acrescentava: «Assim neste momento (1847) eles têm um *défice considerável e substituem a imposição do trabalho pela imposição do capital, a imposição sobre o pobre pela imposição sobre o rico.*»

Em França, Passy, ministro das finanças em 48, e Bineau, ministro das finanças em 52, falavam no parlamento, em nome do governo, contra o imposto do consumo.

Bineau falava energeticamente e eloquentemente contra o imposto sobre a carne, que tinha o odioso *de a tornar cara aos*

obreiros e às classes pobres, e contra o imposto sobre o vinho. Era isto em 11 de Maio de 1852.

A data é notável.

Bineau manifestava já o sentimento do governo imperial.

O economista Socialoia, representando a vontade e as tendências do partido liberal da Itália, fulmina o imposto do consumo.

Em 1847, Leon Talbot, em nome do partido democrático da França, apresenta na tribuna acusações terríveis contra a iniquidade do imposto de consumo, e apresenta esta estatística que confundiu todos os oradores da direita: «Observações feitas sobre os operários: em 1833 ainda na alimentação dos operários se não introduzira o uso da carne; uma população de obreiros de um dado número de fábricas, ganhava de salário 20 000\$000 réis; essa população perdia por ano por motivo de doença (termo médio) 880\$000 réis. Depois de várias reformas e melhoramentos de condições, foi introduzida na alimentação a carne de açougue; desde então, em motivo de doença, perdia apenas por ano (termo médio) 200\$000!»

Outra estatística terrível: David Macaire calcula que desde 1809 até hoje, em virtude do imposto, o consumo do vinho em Paris diminui na mesma proporção em que a população cresce, isto é, 5 por cento!

O imposto sobre o vinho e sobre a carne prejudica a produção, o consumo, a alimentação, a saúde, e causa incalculáveis vexações.

Só isto.

Um dos primeiros actos da Assembleia Constituinte em 1790 foi a abolição deste imposto, condenado pela boca eloquente de Roederer.

Desde Turgot, o grande ministro, até E. de Girardin, o grande publicista, tem sido este imposto combatido pela lógica, pela economia, pelos factos, pelas estatísticas e pelos resultados dolorosos.

Todas as políticas o têm condenado: o império pela boca

de Napoleão I; a democracia, pela boca de Lamartine; a república, pela boca de Roederer e de Mirabeau; a monarquia, pela boca de Colbert e de Turgot; e ultimamente todo o moderno partido económico e democrático, pela boca sábia de Proudhon.

Economistas de todas as escolas, filósofos de todas as doutrinas, publicistas de todas as facções, têm condenado aquela opressão dos pobres, aquela carestia da vida pública; todos — Adam Smith, Dussart, D'Audifret, Roederer, Scialoja, J. B. Say, Leon Talbot, Frère-Obans, M. Chevalier, Proudhon, etc.

Até o feudalismo e a monarquia puramente aristocrática, condenou os impostos de consumo, pela boca de Carlos V. De Carlos V!

Carlos V decretou nestes termos em 1541: ... «são odiosos e dão lugar a grandes abusos, a fraudes, a injustiças, a execuções, a *fouleries*: são um encargo ruinoso para o pobre povo e honrados trabalhadores, cujo bem-estar é a base da prosperidade geral.

«Fazemos saber que para subtrair os nossos bons vassallos a essa *tortura* abolimos, etc.»

Assim falava Carlos V há 300 anos!

Não é verdade que aquilo parece escrito ontem por um jornal da opposição?

Basta. A *Folha do Sul* não combate com princípios, é inútil que nós aduzamos ideias e factos.

Os seus hábitos joviais evitam-lhe as réplicas científicas. Nesse sentido, não respondemos à crítica do manifesto.

N.º 30, 21 de Abril

A *Folha do Sul*, num dos seus últimos números, num artigo memorável na história das decadências morais, explica francamente e com atitude de humildade escarnecedora, os motivos do seu riso. O leproso da antiga legenda também explicava aos que passavam no caminho a origem das suas chagas!

Mas a *Folha do Sul* diz que se rira porque no nosso número 21, pg. 1.^a, col. 3.^a, se dizia «que o povo português era metralhado pelo actual gabinete».

Percorrendo a col. 3. da p. 1.^a, desse motejável n.º 21, lê-se: «Vejamos o que fazem os homens honestos e cheios de liberdade...» E mais adiante: «Protestam pelo fim da força e querem um sistema esclarecido de governação pública, de onde seja excluída a metralha e a polícia política.»

Mas a *Folha do Sul* diz que se rira porque no mesmo n.º 21, pg. 1.^a, col. 4.^a, atribuíamos os desvarios do governo «às argumentações estereis da opposição parlamentar, que fazem perder a serenidade aos directores da administração pública».

Percorrendo a col. 4.^a da pg. 1.^a, desse motejável n.º 21, lê-se: «querem a monte das polémicas vãs, por isso aconselham a ingerência do povo no Estado, com desprezo das argumentações oratórias e retóricas do parlamento, que consomem o tempo, obscurecem a opinião, azedam

os debates, fazem perder a serenidade aos directores da administração pública».

Etc., etc. Mas não queremos que a *Folha do Sul* tivesse a desonestidade de fazer às ideias transfigurações insensatas e às formas mutilações miseráveis.

Nós dissemos que o pensado desejo dos homens honestos era que chegasse aquela política de liberdade, de profundas garantias, de economia, de serviço zeloso, de elevação e de preponderância, de abundância popular, em que os meios são as discussões sensatas e limitadas, as intervenções formuladas dos povos e das imprensas, a opinião esclarecida e justificada, o instinto justo e claro das populações interessadas. A *Folha do Sul* riu-se: riu-se porque quer aquela política de individualidades soberanas e de coontes oficiais, de corrupção e de dádiva, de empenho zeloso e de protecção vinculada; aquela política de intimidades, de vassalagem, onde só há conezias e prebendas para os íntimos, bordados e reluzentes, e metralha e polícia áspera para os movimentos populares filhos da lei moral; aquela política, superior e flutuante, ornada e iluminada, de onde chovem, com pródiga abundância, os títulos, as rendas, as acomodações, os subsídios, as dádivas, os favores, as opulências, e a mais doce e preguiçosa flor de vida.

Nós dissemos que o desejo dos homens honestos era ver a interferência popular substituindo as discussões estéreis, os exames improdutivos, as contradições de forma, a vangloriosa aparência do sistema parlamentar, a força sonolenta das maiorias. E a *Folha do Sul* riu-se. A *Folha do Sul* riu-se porque a entrada do povo no governo do Estado era o fim da protecção, da intimidade ministerial, das dívidas, do zelo, e o começo da austeridade, da lisura, da justiça, da economia, da lei; porque a interferência do povo no Estado era o fim do funcionalismo vinculado, do aparatoso espírito militar, das tendências de pressão policiais, das munificências indevidas, da vassalagem rendosa dos espíritos, do mercado das consciências, e do grande bazar onde passam toda a sorte de vendedores envergonhados

e avaros, apregoando um a consciência, outro a independência, outro vendendo a justiça, outro vendendo a lei, outro vendendo a imprensa, outro vendendo o voto, e todos, com inoculada corrupção, vendendo a alma do povo!

Nós dissemos que os especuladores políticos conservam o povo na ignorância; e a *Folha do Sul* riu-se. A *Folha do Sul* riu-se porque encontra no espírito popular um tão grande espírito de justiça e de verdade que teme que o esclarecimento desse interior inteligente seja o derrubamento desta moderna vida política; o povo na ignorância significa o arbitrário, a pressão violenta, a extinção desconhecida dos melhores direitos, a prepotência da força, a anarquia económica, a dissolução da moral pública, o embrutecimento das almas nobres, a estiolação do espírito de reacção justa, a exageração das penas, a aniquilação do bem-estar, a divisão irracional do trabalho, a predominação esmagadora dos privilégios, a consolidação de todos os abusos, a transformação do espírito da liberdade em inércia da obediência.

E a *Folha do Sul* aplaude este estado doloroso, porque é nele que triunfam as camarilhas, os corrilhos esfomeados e ambiciosos, as magnas invejas de partidos, as pálidas rivalidades de bandos aristocráticos, miseravelmente decaídos; porque é neste estado doloroso que se faz o comércio de consciências e de opiniões; porque então as graças são amplamente dispensadas, e no fim do aplauso encontra-se uma renda ou uma dádiva; porque nesse estado não há quem acuse a inércia dos espíritos, a corrupção dos escritores, as maculações das consciências, as especulações que se fazem com os pobres e com os rotos, os abusos incessantes, a criminalidade aristocrática e luzidia, a infâmia fidalga, o abaixamento cortesão; porque a ignorância do povo é a liberdade das especulações, é a nudez da justiça indignada, é o poder colaborar-se numa história de desonestidades e de vilezas políticas, sem receio dos castigos da opinião.

Nós dissemos que o governo português só conhecia a força

como meio de apoio, comparámos este ministério ao ministério militar do general Narvaez. *A Folha do Sul* riu-se.

Riu-se. Quando se declara, em nome da diplomacia, que a nossa independência tem subterrâneos abalos, quando se trocam intimidades palacianas e políticas entre um governo de ditadores e um governo de reaccionários; quando se ligam, por uniformidade de sistema, dois ministérios da escola doutrinária; quando o concílio da Europa acusa implicitamente a necessidade da nossa fusão com a Espanha, pela igualdade das nossas raças; quando o ministério declara que seguirá uma política de amizade, de ligação e de união com a Espanha; quando se descobrem revoltas nascentes, todas cheias do espírito de federação peninsular; quando se trocam, com perigo e perturbação policial e incisivos medos administrativos, visitas de reis e de cortes; quando o ministério transporta para o nosso sistema as instituições do sistema espanhol; quando todos se sobressaltam nas altivas inquietações da independência, quando desperta em nós aquele antigo brio clássico de valor liberal, e de energia sobranceira, e de patriotismo robusto e intratável — *a Folha do Sul* ri-se!

Num momento indubitavelmente perigoso, quando se abalam as fronteiras dos reinos; quando há oscillação na carta da Europa; quando se aproxima a época do derrubamento de instituições, e de transformações sociais; quando se precavêem as nações com armamentos, invenções, organizações; quando a política de alianças suscita desconfiança às potências dominadoras; quando as pátrias vão ser revolidas, como nos tempos geológicos se revolia a terra; quando se agita a política de arredondamento de nacionalidades, de inutilidade de pequenos países, e a política de fraccionamento de estados, e de inconveniente das grandes extensões políticas, neste momento de perigo para Portugal, de luta para a Espanha, de miséria para ambos — *a Folha do Sul* ri-se!

Quando um ministério toma intimidades injustas, adopta imitações perniciosas, consagra relações desairosas com aquele

sistema doutrinário do governo espanhol, que não podendo sustentar-se pela liberdade, se sustenta pela ditadura; quando um ministério corteja e aplaude todo o sangue liberal que cobre o corpo inteiro do general Narvaez; quando adopta as ideias dos moderados de Espanha, *que declaram que lhe é insuportável a liberdade, que é necessária a inquisição*; quando esta união de factos, de ideias, de vistas cortesãs, inquieta os nobres espíritos, as consciências livres, os filhos daquela gente que teve fome e frio no cerco do Porto, e netos dos que se bateram pela independência da Península, e que viram as casas queimadas, as famílias assassinadas, as fortunas dispersas; quando se desenham no espírito estas negras dores — a *Folha do Sul* ri-se!

Já vêem que é o riso dos antigos bobos cortesãos, meio doidos e meio perversos.

A *Folha do Sul* ri-se mais por não sabermos aritmética, pela nossa obscuridade de ideias, por não sabermos geografia.

Ora nós sabemos mais aritmética decerto do que aqueles que apoiam o ministério destruidor das finanças.

Temos mais lucidez de ideias do que aqueles que, para combater princípios, procuram em todo o seu interior, no pensamento, no espírito, na alma, no coração, no instinto e na vontade, e só acham a chufa!

Sabemos mais geografia decerto do que aqueles que apoiam um ministério que quer chamar a fronteira de Espanha até ao Oceano Atlântico!

A *Folha do Sul* ri-se, porque considera a pátria o tablado de uma força.

Mas na imprensa combatem-se ideias, discutem-se princípios, debatem-se sistemas, argumentações, métodos, mas não se provocam risos. O lugar augusto das ideias não é o recanto cómico das risadas.

Quem tem a alma cheia de impropérios, de desonestidades, de cinismos violentos, não vem para aqui, para a imprensa. Para a imprensa vêm os que têm uma ideia, um princípio gene-

realizador, uma alma criadora. Aqui não é o lugar dos que se riem.

Depois da traição, não venha o escárnio. Já bastante ferida está a liberdade, a fortuna popular, a administração pública; este pobre país não tem já a vitalidade dos fortes.

Os que aplaudem o imposto de consumo e a guarda civil, já lhe deram as punhaladas; não lhe atirem agora as imundícies!

N.º 31, 25 de Abril

Bejense — Beja, 20 de Abril

Historia, com acobertada crítica, as evoluções políticas dos últimos dias. Aí considera o jantar do sr. Casal Ribeiro como o facto mais incisivamente determinativo dos destinos nacionais, e descreve complacientemente a esmerada disposição dos talheres.

Escreve o nome dos eleitos por aclamação popular para dirigir a União Patriótica.

A este respeito fala em Camilo Desmoulins, Robespierre e outros nomes que conhece da época republicana de 89.

Conta as economias auferidas com a aprovação da reforma administrativa.

Insera a proposta de administração, uma correspondência de Évora, um comunicado sobre as pílulas Holloway, etc.

Campeão do Alentejo — Portalegre, 14 de Abril

Transcreve, cercando-o de elogios, a parte do belo discurso do sr. Pequito em que ele combateu a divisão territorial do Alentejo e a supressão do distrito de Portalegre.

Publica a representação da câmara de Alter do Chão contra as medidas de fazenda.

Insere correspondência de Lisboa e um artigo erudito sobre a sinonímia das palavras.

18 de Abril

Traz uma lamentação sobre a história mística da Paixão. Transcreve a *Exposição da necessidade e vantagem, e bases da União Patriótica*.

Democracia Pacífica — Elvas, 17 de Abril

Combate o espírito de reacção sufocadora que quer subtrair às câmaras o direito de petição.

Acusa a imoralidade política como a primeira e oculta causa desta dolorosa decadência que nos leva.

Insere o boletim parlamentar.

Folha do Sul — Évora, 13 de Abril

Diz que a opposição é injusta, parcial, interesseira, pouco esclarecida, pouco verdadeira, constantemente em reacção; e enfim declara que a opposição é uma válvula de segurança.

As razões com que comprova estas sisudíssimas acusações, são ainda as primitivas com que os ministérios de 20 combatiam as suas opposições: «Que ataca facciosamente os projectos: que até o trabalho, o trabalho útil, o trabalho profícuo, o trabalho benéfico, o trabalho civilizador, o trabalho... etc., até esse trabalho serve de tema para acusações; que não tem dúvida em empregar todos os meios de promover a queda do gabinete, que combate os seus adversários desacreditando-os no estrangeiro, que contesta princípios geralmente admitidos, que attribui aos membros do gabinete intenções que não têm, que cava a ruína do país, etc.»

São estas as acusações: como vêem, datam de há 40 anos.

N.º 32, 28 de Abril

Folha do Sul — Évora, 24 de Abril

Dedica extensíssimas palavras, com copiosa benevolência, à crítica dos nossos artigos.

Páginas inteiras vêm cheias de iras, de irritabilidades, de desvairamento de ideias, de miudíssimas insinuações.

Seria fastidioso criticar a abundância irritada das ideias da *Folha do Sul*.

Diz que somos faltos de franqueza, de lisura, de verdade; diz que o nosso sistema é indecoroso e repugnante; diz que escrevemos falsidades claríssimas; diz que somos ateus; diz que nos damos ao culto de Baco; que dizemos descomumais inépcias, etc., etc. Assim vai por uma via dolorosa de desacatos, espedaçando-se contra os argumentos, perturbada, indecisa, vazia de ideias, abundante de afrontas, substituindo os princípios pelos motejos, a imprensa pelo pelourinho, a alma pelo chasco.

Estuda, com estranha minuciosidade, as assinaturas do manifesto. Mas de onde as conhece? Como as viu? Onde foi buscar com tal rigor os dados estatísticos? Como andou esquadrihando aquelas particularidades de idade, de localidade, de nacionalidade, de capacidade? Essa explicação pertence à história das indignidades políticas, à história das maquinações frei-

ráticas e das pequeníssimas afrontas ocultas; a história daqueles governos que, não podendo valer-se das claras liberdades, querem valer-se das traições escondidas. Etc., etc.

A *Folha do Sul* diz, com um rigor feroz, que havia na representação, entre as assinaturas, pessoas de extramuros, menores, estrangeiros, nomes supostos, dementes, nomes repetidos, etc.

Tudo havia naquela malfadada representação — até ideias, o que mais scandaliza a *Folha do Sul*. No entretanto, como a *Folha do Sul* levou para o terreno do rigor legal a discussão do manifesto, nós pedimos instantemente a atestação do pároco acerca dos que diz serem de extramuros; a certidão de baptismo dos que diz serem menores; os passaportes, folhas corridas, etc., dos que diz serem estrangeiros; a certidão de médico dos que diz serem dementes; a prova legal de que há nomes supostos; e a certidão de tabelião sobre a repetição de nomes.

De modo algum queremos desconsiderar a *Folha do Sul*: é verdadeira e honrada; não é por vãs desconfianças que exigimos — para encetar discussão — o apoio legal dos documentos; não queremos dizer que a *Folha do Sul* adoptasse o sistema de transfigurar as ideias, mutilar a forma e perverter os factos; não queremos dizer que quem arvora o sistema dos improperios, aceite o sistema das falsidades; não queremos dizer que quem tem nas ideias pouca lucidez, tenha na consciência pouca rectidão; de modo algum queremos dizer tal: respeitamos a *Folha do Sul* como filha da probidade, e improvável de discussões; no entretanto, a verdade legal exige documentos legais.

Pedimos esses documentos.

Num seguinte artigo, para atenuar a gravidade política do manifesto, diz que não assinaram os médicos, que não assinou a câmara, que assinou a minoria dos padres, a minoria dos maiores contribuintes, a minoria dos bacharéis.

Todas as minorias.

Nós poderíamos dizer que a política nacional obstou a política local; que as convicções deixaram de assinar, e ne-

ninguuma pessoa foi obrigada a assinar; que os homens que a *Folha do Sul* diz não terem assinado, esses comerciantes, esses bacharéis, esses clérigos, esses contribuintes, esses camaristas, antepuseram as amizades individuais, os deveres simpáticos de afeição, a ligação habitual, a esta crise política; que tudo tem uma explicação na história minuciosa da política de Évora, que não é agora hora de fazer; que as pressões exercidas foram muitas; que se pediu, mendicante, anonimamente, a abstenção da assinatura; que por espírito pequeníssimo de facção invejosa se combateu um documento de justiça e de perigo da pátria; que, no meio das dores públicas, muitos são os indiferentes; que são indolentes, inactivos, desprezadores do seu dever, incapazes de dedicação inteligente, aqueles que, tendo um cargo popular, nada fazem pela miséria das classes pobres, pela opressão sobre os operários, pela fome dos proletários, pelas regalias municipais, pela liberdade aflita, pela decadência iminente; podíamos dizer que combater occultamente pela traição em lugar de combater pelas ideias, empregar a intriga malévola e os interesses familiares em lugar de princípios e meios morais, é uma política deplorável e triste; podíamos dizer que seguir um sistema, não por convicção ou por ideia, mas por um imperceptível interesse, por amor de uma dádiva ou de um subsídio, pela glória de uma pequena preponderância burguesa, é um abaixamento moral, célebre entre os abaixamentos morais! Podíamos dizer toda a sorte de verdades dolorosas, mas não; pedimos apenas à *Folha do Sul* que nos dê as provas legais do que diz, que não queremos desconsiderar a *Folha do Sul*; não desconfiamos da sua nobre sinceridade, mas, por um instinto natural, sem prevenção despeitada, assim como as ovelhas se aconchegam no monte mal sentem faro de lobo, nós precavemo-nos, pedindo documentos legais e reconhecidos, mal sentimos no ar uma afirmativa da *Folha do Sul*. Não queremos desconsiderar a *Folha do Sul*; mas ela pode, casualmente, pela fatalidade de um hábito impuro, transfigurar a realidade. Não queremos desconsiderar a *Folha do Sul*, de galhofeísimos di-

zeres, mas pedimos documentos legais e reconhecidos da sua alegação reboníssima. De resto, traz outros extensos artigos de pequena importância, joviais e despeitados, onde se compara modestamente a Deus, e cita Boileau, etc. É uma risonha argumentação, que não rebatemos; não tomamos aqueles ditos por ideias: sabemos distinguir as estrelas que as patas dos marrecos fazem na lama, das constelações divinas e esplêndidas que habitam no infinito.

N.º 33, 2 de Maio

Campeão do Alentejo — Portalegre, 25 de Abril

Acusa os extremos desastrosos a que tem levado a política do governo, provocando os motins, o sangue e as prisões.

Combate a saída do rei, num momento perigoso de crise nacional e de perturbação europeia.

Discute, com grande censura, a reforma telegráfica preparada pelo sr. ministro das obras públicas.

Insere correspondência de Lisboa; escreve sobre a sinonímia das palavras.

Folha do Sul — Évora, 27 de Abril

No seu principal artigo, não contestando que os eleitores tenham o direito de cassar os mandatos aos deputados ministeriais, diz que todavia não é de esperar que o façam, porque os representantes do povo português estão votando em harmonia com as opiniões do povo que os elegeu.

Ora os deputados votam o imposto do consumo e a reforma administrativa. E o povo representa contra o imposto do consumo e a reforma administrativa.

Não compreendemos o dizer sentencioso da *Folha do Sul*. A *Folha do Sul* diz que a oposição não parte dos eleitores, parte

do povo. Os eleitores, esses, classe privilegiada, têm um nobre e pesado valor de opinião; o povo, excluído do sufrágio, tem apenas a importância política de uma assuada. Mas esta opinião da *Folha do Sul* vem simplesmente de uma errada opinião sobre o direito de voto, que é também uma falsa realidade do sufrágio em Portugal.

Não é o momento, porém, de embater essa questão. Seria mais uma vez de riso para a *Folha do Sul* o ver soltar essa livre e fecundíssima ideia de reforma eleitoral. Ainda há pouco a *Folha do Sul* dizia, num artigo sentencioso e abundante, que, nas 673 assinaturas do manifesto de Évora, havia apenas 216 indivíduos recenseados. Dizia isto para tirar a importância política ao manifesto, fazendo-o proceder de uma multidão ignara, sem voto, sem opinião, sem ideias, sem perda e sem trabalho. Esta opinião é uma miscelânea opressiva de política turca e de moral chinesa.

Não é o recenseamento que dá opinião, sentimento e inteligência. Num momento de crise, quando o imposto vai afectar o salário, o trabalho, o consumo, o pão da família, não há recenseados nem excluídos: há homens. Têm importância política que lhes dá a sua inteligência, a sua liberdade, os seus direitos, o seu trabalho e o seu consumo.

Tudo o que for contrário a isto, é a entronização da velha política de privilégios.

Traz ainda um outro artigo, reprodução de todas as velhas argumentações ministeriais em que é hábito antiquíssimo e inoculado chamar à opposição *bando de especuladores, de agitadores; de subversivos, etc.*, chamar às acusações dos jornais que combatem o governo o *veneno que distila das colunas desses órgãos*, chamar aos ataques da opposição os *meios ignóbeis e infames de que esses sicários usam para escalar o poder*, chamar ao comandante do destacamento que repele o povo o *nobre guerreiro que manteve e salvou o princípio da ordem*, chamar ao deputado do círculo o *nosso ilustre, invicto procurador e representante em cortes*, chamar aos que representam

pacificamente os pérfidos que vêm no seio do país assoprar a anarquia. etc., etc.

É uma linguagem convencional, consagrada, maquinalmente escrita, que não deixa no espírito nenhuma comoção: passa em herança de uns para outros jornais ministeriais, sempre fastidiosa e falsa.

De resto, cita Ganção, Tolentino, como num anterior artigo citava o clássico Boileau, o *Hissope*, a *Carta de um Moribundo*, Bocage, Tolentino, cremos que uma carta do Manuel Enxúndia, e vários outros poetas cómicos.

Tudo isto para defender o governo!

Oh! justiça, oh! verdade, oh! bom-senso!

N.º 34, 4 de Maio

Bejense — Beja, 27 de Abril

Dá conta resumida dos tumultos do Ponto. Escreve sobre os projectos de caminho-de-ferro. Transcreve o regulamento das conservatórias. Insere correspondência de Silves.

Folha do Sul — Évora, 1 de Maio

Insere uma longa dissertação académica sobre a sociedade.

Fala aí no absolutismo, no feudalismo, na *organização social*, nas evoluções, transformações, com pompas, retóricas e formas cansadas, para dizer que a supressão de alguns distritos contribui para a centralização política, e chama quase a história do mundo para dizer que a opposição é de má fé. Sempre a mesma vacuidade de ideias novas, as mesmas velhíssimas declamações de 1820, sempre as mesmas revelações críticas que se encontravam já há dez anos no *Manual do Estilo* e nos *Temas do Lobato*.

No seu seguinte artigo, tomada de vaidades literárias, cita La Fontaine, Buffon, Cuvier, as traduções de Almeida, tudo para provar que *canard* não significa *marreco*. Isto é grotesco. Quando a imprensa discute, quando se embatem ideias, siste-

mas, quando a iluminada discussão alarga as profundidades da alma, quando todos abrem o seu interior a este ar vital de ciência, de arte, de melhoramentos, quando há uma imensa criação moderna na política, na história, na filosofia, quando agora mesmo em Portugal se ensaiam as questões sociais, económicas, políticas, num renascimento científico e literário, há um jornal que gasta colunas a comprovar que *canard* não significa *marreco*. Portugal é o único país que sofre o tédio indescrevível de presenciar estas farsas.

A *Folha do Sul* censura-nos por termos imitado Victor Hugo, e dado aos seus ditos dela a mesma desdenhosa atenção que se dá àquelas estrelas imundas que as patas dos marrecos desenhavam na lama. Por outro lado, dissemos que as ideias eram sagradas e maravilhosas, como as constelações que habitam o infinito. Quanto mais que na intelectual espessura humana as ideias são raras, como na negrura imensa do céu são diminutas as estrelas. As estrelas são gotas da luz eterna, como no homem as ideias são gotas da verdade eterna. Rareiam no céu, como rareiam no homem.

Mas a *Folha do Sul* não pode ouvir estas coisas, e com sentenciosa e doutoral majestade, vem-nos dizer que Buffon, Cuvier, etc., tinham dito, etc., o que a *Folha do Sul* diz. E censura-nos sobretudo por termos citado Victor Hugo: censura justa, porque ninguém deve inspirar-se num grande espírito quando se trata de desdenhar um pequeno jornal.

Nós vimos a *Folha do Sul* tão jocosa, tão irritável, tão desprezadora da verdade e da justiça, tão infinitamente escarnekedora, tão abundante de gestos desordenados, que instintivamente a comparámos ao que mais de perto toca a lama — as patas dos marrecos.

Vimos a verdade, a justiça, as ideias de bondade, de liberdade, de igualdade, de elevação espiritual, tão grandes, tão nobres, tão esplêndidas, tão purificadoras, que instintivamente as comparámos ao que mais de perto contempla Deus — os mundos e as constelações.

Não quisemos agredir a *Folha do Sul*, dando-lhe a camaradagem da lama. Quisemos exaltar as ideias, dando-lhe a convivência de Deus.

Mas a *Folha do Sul* não questiona isto, é inútil insistirmos; o que ela questiona, o que diz, o que discute, o que medita, é a questão sobre se *canard* significa *marreco*. Que importam as ideias, que importa a verdade?

Canard significa *marreco*? Esta é a questão, a grande, a única, a verdadeira questão.

E aí está como a *Folha do Sul* defende a ideia do governo, provando que *canard* não significa *marreco*.

Há pouco um outro jornal do governo chamava à Associação Patriótica congresso de *thugs*. Vivem disto!

Traz um outro artigo, de uma desmesurada insignificância, que nós transcreveríamos para comprovar tudo o que temos dito da argumentação fútil, da esterilidade das ideias desse jornal, se porventura nos sobrasse o espaço para essas imperceptíveis inutilidades.

É no n.º 299, pg. 2, col. 2, que se lê esse artigo inexplicável.

De resto, censura a tabela dos tributos, mas de tal modo fútil que evitou uma réplica séria.

N.º 35, 9 de Maio

Bejense — Beja, 4 de Maio

Extracta os mais importantes documentos officiais.

Sem criticar ou emitir opinião, ou aduzir comentários, relata brevemente os cometimentos da semana finda. Somente quando fala dos descontentes da Póvoa de Lanhoso, escreve: «Meia dúzia de bêbedos... etc.»

Escreve sobre a convenção postal com a Espanha.

Escreve ainda sobre alguns factos parlamentares.

Insera a relação das dúvidas apresentadas por alguns conservadores com as respostas que as resolvem — relação que fica fazendo parte da portaria de 16 de Abril.

Publica correspondências.

Democracia Pacífica — Elvas, 25 de Abril

Aconselha uma grande deputação que vá pedir a el-rei a interferência do veto às medidas de fazenda e de administração.

Discute com a *Revolução de Setembro* sobre o direito que as câmaras têm de auxiliar o povo e de representar perante o governo, nos momentos de luta constitucional.

Insera um artigo em que, com uma notável desarmonia

das ideias do jornal, o seu autor faz uma profissão de fé tributária e policial. Defende os tributos e a polícia política.

Insere boletim parlamentar e correspondências políticas.

Publica um artigo humorístico e satânico sobre os costumes eleitorais.

Folha do Sul — Évora, 4 de Maio

Adula o povo. Continua falando na necessidade dos impostos e diz, com toda a ingenuidade, que é urgente a reforma administrativa.

Acudindo em defesa da câmara, declara (o que é uma verdade) que os cavalheiros que a formam são ilustrados, amigos do povo, e são liberais. Não se discutia isso: ninguém o pode nem o deve contestar. Só achamos desventurosas as provas que a *Folha do Sul* dá da sua ilustração, do amor ao povo e do liberalismo daqueles cavalheiros, membros da câmara. Diz que são ilustrados — porque reconhecem a utilidade do imposto do consumo: mas o imposto do consumo, como tantas vezes temos explicado à *Folha do Sul*, sem recompensa de uma fácil compreensão, o imposto do consumo tem sido rejeitado por todos os economistas, todos os financeiros, todos os que conhecem a alma das sociedades e a história económica; rejeitado como destruidor do comércio, da agricultura, da indústria, da saúde, da liberdade, de tudo o que sustenta e firma o homem na vida social.

Diz mais a *Folha do Sul* que aqueles cavalheiros são amigos do povo e, por isso, não representariam nunca contra uma proposta tributária que faz a felicidade do povo. Duas maravilhas. Em primeiro lugar, o imposto que mata o comércio, a agricultura, a indústria, a saúde, a liberdade, a fortuna pública, faz, segundo a *Folha do Sul*, a felicidade do povo; em segundo lugar, é uma prova de amizade ao povo o dar assentimento moral às medidas que o oprimem. É uma lógica audaz, mas desditosa.

Em terceiro lugar, diz que aqueles cavalheiros são liberais, e que por isso apoiam a reforma administrativa. Ainda outra curiosidade. É liberal o homem que apoia uma lei pela qual se mata o direito de petição, se aniquila a influência e vida municipal, se reduzem os pobres e miseráveis pela subtracção dos terrenos baldios, se mata o patriotismo pela extinção da vida local, e se dá uma organização política ao país inteiramente avessa à índole livre das nossas instituições administrativas — índole livre que lhe foi dada por outros liberais, liberais que se batiam, que sofriam, que se sacrificavam, que deixavam famílias, bens, fazenda, amores, sossegos, tudo, para se irem bater por um princípio, por uma ideia, pela Liberdade!

De modo que um homem é ilustrado, segundo a opinião da *Folha do Sul*, quando vai obstinadamente, e sem razões, contra a opinião da filosofia, da ciência, da experiência, da história, etc.; é amigo do povo quando aplaude as medidas que desgraçam o povo; é liberal quando saúda a extinção das liberdades. Curiosidades.

Acresce ainda que a *Folha do Sul* diz que o imposto do consumo livra de impostos vexatórios os alimentos de que os pobres mais em particular se nutrem (textual). Isto é que é inteiramente novo no catecismo ministerial.

Imposto do consumo é aquele que livra os povos do imposto do consumo! É no n.º 295, pg. 2.ª, col. 1.ª, que se vêem aquelas palavras extraordinárias. Deixamos o lugar bem indicado, para governo dos que quiserem ir examinar aquela ideia fenomenal.

Pretende sustentar depois que a câmara, como corpo colectivo, devia ficar indiferente à política do país.

Não o entendeu sempre assim a câmara de Évora, que, em 43, num momento político igual ao de hoje, tomou a iniciativa de apresentar à rainha, quando ela veio ao Alentejo e passou por Évora, uma enérgica petição pedindo a demissão do ministério. Este exemplo foi seguido pelas câmaras de Vila

Franca, e depois por quase todas as câmaras do país. Hoje, a câmara entende de outro modo.

Das suas tradições renega aquela que mais honra popular lhe dava.

Como é que o que se julgava justo, enérgico, maravilhoso, legal e profundo em 1843, é injusto indigno, ilegal, tumultuoso em 1867?

E digamos: menos motivos havia então para um sério sistema de opposição. Podia dizer-se talvez que vieram outros costumes, outros métodos, outros homens. Não, os costumes são os mesmos; os homens são os mesmos. O presidente da câmara de 43 já não é presidente da câmara de lei em 67, mas nós podíamos ver em todas as resoluções da câmara, em todos os despachos, em todas as suas iniciativas, a influência secreta do antigo presidente do município de 43.

Se a câmara pois não peticionou, não foi por instinto, não foi por convicção, não foi por ideia, não foi por imaginar que ia contra a lei. Não.

Ela sabe que a lei lhe permite a petição, está nas suas ideias que os corpos morais dos municípios pertencem ao país, e como tal não podem ser indiferentes à sua política e ao seu estado; está na sua convicção que uma câmara livre deve representar contra um governo reaccionário. A câmara pensa tudo isto: isto é, pensa-o a influência oculta que a dirige. Por conseguinte, se não seguiu o seu pensamento, se não peticionou, como estava no seu instinto e como fez em 43, é porque foi dominada por ódios imperceptíveis, por desinteligências mesquinhas, por cálculos de ambição, por espírito de obediência, por todos aqueles sentimentos menos límpidos que a *Folha do Sul* attribui constantemente à opposição, na sua linguagem burlesca umas vezes, na sua linguagem insípida outras vezes.

A *Folha do Sul* diz da câmara: os seus actos são-lhe inspirados pela consciência, etc. Mas que consciência é esta — que nas mesmas condições, entre as mesmas circunstâncias,

muda de ano para ano? E que mudanças dolorosas e decadentes!

Num ano, as suas tendências levam-na para a política do seu país, para a desgraça da sua pátria, para as infelicidades directas do seu município, para o campo da justiça; e passados anos, as suas tendências só conseguem levá-la para a cultura da peónia e dos manjeriões.

O discutir se a câmara, como corpo colectivo, deve ser indiferente ou não à política do seu país num momento de crise, é lamentável. É uma discussão imoral: é o mesmo que discutir se um filho deve chorar ou não pela morte de seu pai. São coisas que só a *Folha do Sul* se honra de discutir; de discutir, leiam — de escarnecer.

De resto, o seu pequeno artigo adula a câmara, aprecia jovialmente a influência do *Distrito*, e dá mais a descrição das grandes transformações de obras feitas pela câmara, e quase nos faz assistir ao espectáculo beatífico da plantação de uma papoula pelas mãos da câmara, trémulas de justo orgulho, enquanto em redor, ao largo, as multidões comovidas aplaudem e agradecem! Oh jovem *Folha do Sul*!

Diz que nós transformámos as suas ideias, atribuindo-lhe estas frases: «Os representantes da nação estão votando de harmonia com o povo.» Nós achámos esta frase tão extraordinária que a transcrevemos. Agora, a *Folha do Sul* nega-a. Também, reconsiderando, a achou extraordinária. No entanto, como prezamos os nossos créditos de verdadeiros, vamos transcrever da *Folha do Sul* o texto exacto da sua frase.

É este:

«Os representantes do povo português estão votando em harmonia com as opiniões do povo que os elegeu.»

Lê-se esta coisa na *Folha do Sul*, n.º 293, pág. 1, col. 2.ª,

De resto, continua contestando a nossa tabela sob a protecção dos nossos sorrisos.

N.º 37, 16 de Maio

Respeitámos sempre a *Folha do Sul*: não pela sua importância política, mas pela probidade e inteligência da sua redacção; mas por mais que se respeite e se cerque de acatamentos um homem, não é digno acompanhá-lo quando ele se transvia calculadamente num lugar infecto e perigoso. A *Folha do Sul* transviou-se da discussão honrosa. Perdeu os direitos ao respeito e à estima das inteligências.

Terminou entre nós todo o comércio intelectual e moral, até que aquele jornal, pela sua conduta nobre, justa e sensata, se reabilite no conceito dos espíritos honestos e lúcidos.

N.º 37. 16 de Maio

Bejense — Beja, 12 de Maio

Descreve, com grande abundância de jocosidades e chufas, a entrada e recepção em Lisboa da comissão do Porto.

Estigmatiza os meios violentos de força popular, e acusa os fautores dos tumultos.

Transcreve um artigo da *Gazeta* em que não poupa as insinuações desgraciosas e cansadas à comissão do Porto.

Dá conta da discussão parlamentar sobre os caminhos-de-ferro de Douro e Minho.

Democracia Pacífica — Elvas, 11 de Maio

Com justas violências faz acusações incisivas à responsabilidade ministerial e dá um conselho ao rei. Combate nos ministros o seu pouco amor da pátria e o seu nenhum amor da liberdade.

Insere boletim parlamentar e numerosas correspondências políticas de interesse puramente privado.

Folha do Sul — Évora, 8 de Maio

Historia a semana política. Agride o *Distrito de Évora*.

12 de Maio

Escreve em louvor amplo do governo. Agride o *Distrito de Évora*.

N.º 39, 23 de Maio

Bejense — Beja, 18 de Maio

Num artigo jocoso ridiculariza o espírito de associação política, e dá conta das alterações feitas ao projecto de reforma administrativa.

Censura que *O Mercantil* tenha lembrado ao rei a sonte de Carlos X, que tinha um ministério com grandes maiorias, e de Luís Filipe, o rei indolente, indeciso e frouxo.

Dá conta dos pormenores da entrada da comissão do Porto. Fala abundantemente no Sr. José Pereira, homem que tem a infelicidade de ser honrado e trabalhador neste país de inertes e de devassos.

Insera correspondências.

Democracia Pacífica — Elvas, 15 de Maio.

Num belo artigo, dizendo que estão cerrados com baionetas todos os caminhos do povo, aconselha a luta.

Todos os tribunais sociais e constitucionais, para onde se podia apelar, estando fechados, sendo a petição inútil porque é sempre seguida da afronta, o único passo a dar é da justa insurreição. Diz excelentemente que o sistema parlamentar é a

arte capciosa de ligar as vontades sem possuir as convicções. Acusa a necessidade de reformar as nossas velhas instituições, de dar direito de cidade às ideias da nova democracia, e de procurar, enfim, o meio de termos representação nacional.

As palavras deste jornal são um sintoma desta vontade enérgica que vai possuindo os espíritos, vontade de reforma social, ou antes, de ressurreição. Sim, é chegado o momento em que este canto de terra também queira possuir a verdadeira liberdade, queira possuir o livre trabalho, a repartição dos sofrimentos sociais, queira a resolução de todos os problemas da desgraça. Estão gastas as velhas fórmulas de rotina parlamentar: essas evoluções oficiais, sem alma, sem justiça, sem verdade, sem bem, sem protesto, levam o país à indiferença, ao estiolamento, à miséria, à decadência em todos os sentidos, em todas as ideias, ao desmoronamento profundo das almas e à putrefacção das honras. Tudo em Portugal precisa de uma reforma profunda. Tudo precisa ser modificado ou alterado, ou recomposto ou criado, sob a inspiração de uma outra ideia, da ideia nova, da ideia democrática, livre e bondosa. É neste sentido que se deve combater, e é sempre sobre que se unam na mesma comunhão de ideias os jornais do mesmo sistema político.

Campeão do Alentejo — Portalegre, 16 de Maio

Acusa violentamente o governo e o parlamento.

Mostra que a política que tem saído da colaboração daquelas duas entidades tem sido uma política deplorável, vergonhosa e destruidora. Pede a queda pacífica do ministério, para evitar uma outra queda, ensanguentada e terrível, entre as fulminações da revolta. Mostra o estado do país e faz por ele ver as questões que se erguerão à superfície, se as mãos rudes e justas do povo foram volver robustamente a nossa política

moderna. Faz sentir o perigo, e apenas lhe vê como remédio uma terrível desorganização social, saída das revoltas. Fulmina a câmara dos deputados. Inse-re correspondências políticas.

Folha do Sul — Évora, 18 de Maio

Elogia longamente a câmara municipal por lhe constar que ela vai, talvez, mandar fazer viveiros de árvores.

Agride o *Distrito de Évora*.

Inse-re o extracto das sessões camarárias e uma correspondência política.

N.º 57, 25 de julho

Em a *Folha do Sul* publicada em 13 de julho corrente, lê-se a seguinte notícia — *Crise alimentícia*:

«Houve na quinta-feira uma reunião no paço da câmara municipal eborense a que concorreram as autoridades administrativas e muitos convidados, entre as pessoas importantes da cidade, com o fim de acorrer aos embaraços que pode trazer a falta de boas colheitas deste ano. Dava poderoso motivo à reunião com este fim o cálculo feito sobre a produção do nosso concelho e distrito, que, exportando todos os anos bastantes cereais, não produziram no actual o bastante para consumirem em seis meses. Foi decidido que se criasse uma comissão e um fundo, para obstar a que succedesse vir a faltar de repente o pão no mercado, e sofrer com isso o povo, que tudo poderá dispensar primeiro do que o seu principal alimento. A comissão ficou sendo composta de pessoas muito competentes. O capital que têm à sua disposição é da câmara, e está destinado para outras aplicações, mas foi levantado enquanto para elas não for necessário, e nesse caso será convenientemente substituído. A câmara obviou assim ao perigo da falta de pão, e tem determinado obviar ao da falta de trabalho, que realmente existe, porque os lavradores não colheram e, por isso, não podem mandar fazer serviços às suas terras, promovendo o desenvolvimento das obras municipais quanto lhe for possível.»

Não vemos que até hoje se tenham dado algumas providências, e a causa de alimentos não tem dilação. O indivíduo não pode esperar um só dia para comer. Consequentemente, a notícia dada pela *Folha do Sul* não passa de ser uma louva-minha feita à câmara e às autoridades administrativas, género de estilo em que aquele jornal é useiro e vezeiro.

A negligência com que é tratada a causa alimentícia, prova que a câmara e as autoridades administrativas não estão persuadidas que o mal actua já de um modo poderoso nas classes mais miseráveis da sociedade. Prova que os homens mais abastados se persuadem que a fome não oprime já um grande número de pessoas, e que o mal é provável, e não effectivo.

Este modo de pensar e de ver as coisas, procede certamente dos diferentes graus de fortuna em que se acham as diversas classes da nossa sociedade; e procede também do isolamento em que está o pobre, isto é, dessa distância em que o pobre está do rico e do poderoso, entes para quem os males do miserável são um problema, uma dúvida.

Vemos portanto que a reunião da câmara municipal desta cidade em respeito à *crise alimentícia*, começa a ter um efeito negativo, porquanto a carestia das subsistências tem um aumento progressivo; o pão, principalmente, tende constantemente para a alta do preço; e o pão é o alimento principal do alentejano.

Os salários que deviam subir à medida da carestia dos víveres, vice-versa, diminuem progressivamente e em muita desproporção da alta do preço das subsistências.

Consequentemente, o espírito do latrocínio desenvolve-se; os roubos vão sendo frequentes, e as ameaças dos pobres contra a ordem e a propriedade ouvem-se já por toda a parte.

Os que vivem no centro da cidade, e que têm ou podem dispor de muitos meios de segurança, poderão julgar que o mal não é tão intenso como é effectivamente; isso depende das circunstâncias especiais em que se encontram, e do pouco

estudo dos males da nossa sociedade; porém, mais tarde, se não se prover de remédio ao mal, hão-de sentir, talvez irremediavelmente, as consequências da incúria e da negligência administrativa.

Assim pois, como jornalistas, temos o direito e o dever de zelar pela causa do povo, e cumpre-nos por isso apresentar também o nosso alvitre sobre os meios que podem ou deviam ter sido empregados em bem do povo eborense, e em bem da humanidade em geral.

Todos sabem, e já hoje estão convencidos de que a via férrea é um dos mais poderosos meios de transporte que até agora têm sido inventados. É pela via férrea que se tem aumentado a zona do aprovisionamento das populações. Os maiores exemplos que podemos apresentar, são Paris e Londres.

Consta, portanto, e é certo, que em Lisboa o meio quilograma de pão custa de 45 a 50 réis (e poderá por meio de comissão comprar-se mais barato).

Vemos que os esforços do governo e das companhias comerciais, são todos empregados directamente para abastecerem a capital, e que aí é que está o centro do aprovisionamento das províncias.

Conhecida esta verdade, não se deve hesitar um momento: os meios destinados devem ser empregados imediatamente. A câmara, se outros meios não tem melhores e mais rápidos, porque a rapidez é, segundo julgamos, uma circunstância necessária deste negócio, deve mandar vir pelo caminho-de-ferro pão cozido da capital, e pô-lo imediatamente à venda em Évora. O pão que actualmente se vende na capital deste distrito, não satisfaz por modo algum às necessidades dos habitantes. Em comparação com o da capital, é mal fabricado, não tem peso e custa o duplo.

Insistimos pois em indicar que a via acelerada é o mais poderoso meio para se abastecer a cidade.

Paris, segundo refere Mr. Léonce de Lavergne, consome,

graças ao caminho-de-ferro, o leite vindo de 50 léguas de distância.

Quanto é mais fácil e seguro transportar pão cozido!

Também somos de voto que, sendo a salvação do povo a suprema lei, a câmara, representando ao governo, deve empregar os fundos que tem destinados para outras despesas; e quando fundos não houvesse, contraír até um empréstimo para pôr o pão mais barato do que corre no mercado, ficando o preço em correspondência com os salários, e pagando a câmara os réis abatidos do preço corrente.

Foi assim que, em favor dos miseráveis proletários e em bem da humanidade em geral, procedeu a municipalidade de Paris em 1853.

Também as câmaras das outras terras do distrito, especialmente as que não estão em ponto immediato com a linha férrea, poderão, se assim entenderem necessário, e do melhor modo que as circunstâncias o permitirem, convenienciar com a câmara de Évora para, redobrando os meios e aumentando as forças em comum, chegarem a alcançar o remédio de evitar a miséria do povo, e matar a fome, esse dragão terrível que ameaça devorar em suas terríveis fauces as classes mais desvalidas ou as menos favorecidas da fortuna.

O senhor ministro do reino deve também, nas actuais circunstancias, visto que o corpo municipal desta cidade mostra tanta negligência no que devia tomar, mais do que nunca, uma parte activa, dar providências para que se empreguem os meios prontos e se oponha um dique à torrente do mal: é isto que lhe cumpre fazer, para desempenho dos deveres do alto cargo que occupa.

Pelos maus resultados fica Sua Excelência responsável moralmente, visto que a lei de responsabilidade ministerial é ainda entre nós uma quimera.

N.º 59, 1 de Agosto

A *Folha do Sul*, em dois artigos consecutivos do seu número 318, toma o nosso humilde jornal para alvo de um tiroteio de ditos facetos e engraçados, mais *agudos* que qualquer tranca.

É difícil, nestas questões de campanário, e atendo-nos a uma argumentação daquela casta, deixar de descer da altura de uma séria discussão de princípios a um campo mais limitado e mesquinho, onde a individualidade substitui a ideia, e onde o sistema é posposto ao homem. E infelizmente teremos de fazer isto, se quisermos, neste ponto, amoldar-nos à época, aos costumes e aos indivíduos a quem teremos de dirigir-nos.

O colega inegavelmente tem muito tacto nisto de comparações picarescas: aos homens do nosso jornal, chama ele D. Quixotes, o que pressupõe nele certa preferência pelas espertezas lorpas e empresas culinárias do bom Sancho. Há realmente uma classe social, muito conhecida nossa, que deve tomar por empresa, por divisa do seu credo, a pintura no seu escudo de armas do cavaleiro da Mancha derribado pelo escudeiro, porque é símbolo de uma verdade esta vitória do materialismo sobre o espírito: Sancho matou D. Quixote; a frigideira gordurosa das bodas de Camacho substituiu o elmo de Mambrino, e a própria Dulcineia del Toboso, um ideal, transformou-se em Teresa Lourenço, a toicinhada e espadaúda moçetona!

Parece que, segundo a escolha do colega, deverão assim simbolizar-se isto que chamam a *gente do Distrito* e os *senhores da Folha do Sul*. Ainda assim não nos rebaixava o paralelo. Sempre preferimos divagar por mundos imaginários a enlondar-nos em os lamaçais da realidade: sempre preferimos a utopia consoladora e justa a uma governação vexatória, estúpida e desigual; antepusemos sempre o domínio das forças morais ao dos *agentes* da matéria; as sublimes concepções do espírito, as criações da arte, aos abortos de acaso e à rotina dos empíricos.

Não tomamos a questão na *profundidade* em que a achamos: a polémica travada entre os dois jornais estará perfeitamente julgada por quem conhecer os princípios de ambos: e como, por desgraça, o colega procura mais personalizar do que generalizar a discussão, podemos afirmar-lhe que não percebemos as alusões, nem reticências, nem frases sublinhadas com que deparamos nos tais escritos.

Uma coisa poderemos, sim, dizer-lhe sobre esses *pobres de espírito, irrisórios*, de quem o colega quer falar. Parece-nos que não sabe o que vêm a ser esses pobres de espírito segundo a letra do Evangelho, que não é por certo a que serve de guia à gente a quem se encosta o colega. Pobres de espírito, os *beati pouperes* do sermão no monte, são os pobres voluntariamente, os que repartem os bens da terra para alcançarem os do céu, os que se desapegam das comodidades e das conveniências da sociedade para se santificarem pelo sofrimento, e se purificarem pelo baptismo da verdade.

Não gostamos dessas análises minuciosas à letra de uma discussão séria, onde a matéria dispensa até certo ponto a forma, mas fazemo-lo para que os nossos leitores avaliem por que modo, ligando-nos à doutrina recebida na velha imprensa eborense, teríamos de responder, *verbum ad verbum*, com minuciosidade *ergotística* a um aranzel que pomposamente se chama aqui — um artigo!

Terminamos com uma observação sugerida pelas últimas

palavras dos tais artigos: nós também, como a gente que escreveu anteriormente neste jornal, nos dizemos *zeladores da causa do povo*, sem nunca o lisonjearmos, todavia.

E amamos o povo, de que fazemos parte; e enquanto a paixão não obscurecer a fraca luz da nossa inteligência, podemos falar, representar em nome dele, porque os seus interesses são os nossos, porque devemos auxiliar-nos mutuamente a equilibrar o que nos sobra do produto dos esforços: dando a uns a seiva da alma, o ensino; recebendo de outros a do corpo, o pão de cada dia.

Ora conhecer que o povo é forte, bom e sofredor, não é, por certo, bajulá-lo; poderão todos dizer o mesmo a respeito daquela *classe* que especialmente defendem?

Crónicas

N.º 9, 7 de Fevereiro

O correio trouxe-nos duas tristes notícias: a morte de Ingres e a morte de Cousin. Cousin era o chefe da filosofia ecléctica, Ingres era quase o chefe da escola da pintura francesa. Ultimamente Cousin tinha abandonado a filosofia e dava-se todo ao estudo dos tipos femininos célebres do século xvii. Ele adorava aquelas mulheres divinamente belas, divinamente poéticas, divinamente espirituosas.

Escrevia aquelas monografias, que eram verdadeiras revelações sobre a vida e sobre as tendências do século xvii.

Ingres era um dos maiores pintores de França. Morreu ele, fecha-se o ciclo da grande pintura.

Quem sucederá hoje? Os desenhistas de romances? Não. Só vemos — Gustavo Doré. É um fantasista, um desenhador humorístico. Ainda que nas suas últimas obras, na ilustração da Bíblia, na ilustração de Dante, ele tem mostrado todas as qualidades de grande pintor, a concepção elevada, o ideal, profundo conhecimento das raças, dos tipos e das formas da paixão, profundo sentimento da poesia grandiosa.

O seu carácter é todo de idealismo e de romantismo. O seu espírito é levado instintivamente para aqueles poetas que ca-

minham no mundo das puras idealidades e das abstrações terríveis. Ingres dava-se à pintura moral, e uma das suas grandes obras é a apoteose de Homero.

Vai-se assim perdendo a pintura em França com a morte de todos aqueles que foram as constelações da grande escola de 1830.

CRÍTICA

É preciso reconhecer que a arte de Ingres é a morte de Goethe. Como era o caso de todos os artistas que se seguiram a ele, Ingres não quis o ideal da arte da pintura moral, mas sim a arte da pintura da realidade. Ingres não quis a arte da realidade, mas sim a arte da realidade moral. Ingres não quis a arte da realidade moral, mas sim a arte da realidade moral.

Ingres não quis a arte da realidade moral, mas sim a arte da realidade moral. Ingres não quis a arte da realidade moral, mas sim a arte da realidade moral. Ingres não quis a arte da realidade moral, mas sim a arte da realidade moral.

Ingres não quis a arte da realidade moral, mas sim a arte da realidade moral. Ingres não quis a arte da realidade moral, mas sim a arte da realidade moral. Ingres não quis a arte da realidade moral, mas sim a arte da realidade moral.

Ingres não quis a arte da realidade moral, mas sim a arte da realidade moral. Ingres não quis a arte da realidade moral, mas sim a arte da realidade moral. Ingres não quis a arte da realidade moral, mas sim a arte da realidade moral.

N.º 11, 14 de Fevereiro

Consta-nos que no dia 7 alguns párocos das freguesias rurais do concelho de Évora chegaram aos paços do município, para onde tinham sido convocados para se proceder ao novo recenseamento militar; acharam-nos desertos! Nem vereação, nem presidente, nem recenseamento, nem coisa alguma que indicasse ter sido uma coisa séria a tal convocação!...

Havia luto público, que previamente se não pode prever?
Nada: houve uma caçada de lebres!

Quando os párocos abandonaram as freguesias para vir exercer um dos seus mais sagrados direitos, uma das suas mais humanitárias atribuições, quando vinham tornar o menos oneroso possível aos seus paroquianos o mais que todos odioso tributo de sangue, as autoridades administrativas e municipais, que deviam presidir a esse acto tão sério, tão delicado, tão importante, saíam para... uma caçada de lebres.

Quando nos esplêndidos salões das camarilhas, nos espaçosos vestibulos, nos átrios de mármore, o ruído dos trens, o perpassar contínuo dos escudeiros e das escovas dos lacaios, que limpam o verniz das botas dos seus donos, abafam as vozes da multidão que se roja na miséria, que mendiga, que se demoraliza cada vez mais; quando alguém se destaca no centro dessa sociedade corrompida e faz aparecer ao longe num fundo nebuloso essa multidão, e faz escutar um vago murmúrio,

e diz: aquele é o povo, aquela é a sua voz; respeitem-no que, se apenas murmura agora, pode rugir em breve, pode despedaçar essas cadeias ignominiosas que o ligam; atendam-no, que em pouco ele pode não suplicar, mas exigir: esse alguém, esse homem ou esses homens, são desprezados, vilipendiados, torturados, escarnecidos!

Mas o povo lá está; o mundo, a sociedade, segue o seu caminho, aproxima-se dessa crise medonha que lhe marca o destino; por rir ainda algum tempo a corrupção, pode folgar ainda alguns dias: é o festim de Baltasar. A voz do povo há-de soar, há-de fazer-se ouvir após o desmoronamento desta sociedade.

N.º 14, 24 de Fevereiro

Transcrevemos do *Jornal do Comércio* essa desoladora notícia do que são as misérias de Londres.

Eis um quadro da desgraça que vai pelas ínfimas camadas da humanidade londrina. É verdade que a miséria tanto campeia em Londres como em Paris, como nas mais cultas capitais. São contingências dos grandes centros de movimento.

Mas vamos à nossa história. Sara Mason era uma moça de seus vinte anos, filha de um operário. Aos três anos ficou logo órfã de pai e mãe quase ao mesmo tempo, com mais dois irmãos. Um *policeman* veio e viu uma noite estes três desgraçados entes assentados à porta da casa que fora sua, aconchegados todos como três avezinhas que a espingarda do caçador reduziu à orfandade com a destruição do ninho paterno. O polícia levou os pequenos para a *workhouse* mais próxima. Só o nome deste asilo de caridade fez logo dar às de vila-diogo o irmão mais velho de Sara, tal é a popularidade destes estabelecimentos. Os dois ficaram no asilo. Aos 15 anos, Sara saiu deste hospício para ir servir para uma casa de boa gente. Aqui seduziram-na, e um mês depois deixaram-na ao abandono, e ultimamente andava na maior devassidão que é possível.

Um dia, em que estava sem pão e sem recursos alguns, não fazia senão caminhar entre Temple Bar e Charing Cross. A noite estava má e Sara tiritava de frio. A dona da casa em

que vivia advertiu-a de que não tornava a entrar senão trazendo-lhe um *shilling*. Eis porque ela, à meia-noite, ainda cruzava no mesmo sítio. Encontrou-se com outra desventurada mulher sua conhecida, e explicou-lhe as suas dificuldades pecuniárias. Combinaram em ir mendigar alguma coisa. Vai tu para a ponte de Waterloo que eu ficarei no Strand, lhe disse a outra. Mas nem sequer tenho para pagar a portagem na ponte, disse Sara. Isabel Good deu-lhe o dinheiro e prometeu voltar ao posto daí a duas horas. Eram três da manhã quando Isabel entrou na ponte com cinco *shillings*, a fim de ir valer à sua desgraçada companheira.

O cobrador da portagem estava no seu posto, e ao ver passar Isabel, disse: — Espero que não façais o mesmo que a outra que lá há uma hora saltou por cima do parapeito para o rio!

— A outra, quem? — disse Isabel.

— Não se sabe quem era. Algum dia lhe pescarão o corpo. Aqui está uma coisa que achei na ponte.

Era o chapéu de Sara Mason. Três dias depois acharam-lhe o cadáver perto de Billingsgate.

O *coroner* procedeu ao seu inquérito, e o júri proferiu o *verdictum* de asfixia por um acesso de loucura sobre este desgraçado caso.

N.º 15, 28 de Fevereiro

Segundo o *Jornal do Comércio* transcreve dos jornaes ingleses, vai tomar assento na câmara dos comuns, em Londres, um fenómeno, um homem sem braços e sem pernas.

Há pouco vimos aqui um desses infelizes por nome Feliciano da Assunção, que falava, escrevia, e parecia ter uma vida regular e sadia. Na Inglaterra, onde tudo se toma a sério, onde a falta de um braço ou de uma perna não destrói uma individualidade, Sir Arthur é nomeado deputado; cá o pobre fenómeno pede esmola. É o caso.

O condado de Wexford, na Irlanda, acaba de mandar à câmara dos comuns um representante fenomenal, na pessoa de Sir Arthur Cavanaugh, cavalheiro de uma deformidade corporal como não se conhece outro. Propriamente falando, Sir Arthur não tem braços nem pernas. É um busto sólido e vigoroso encimado de uma bela cabeça bem conformada, com feições regulares e olhos expressivos. A extremidade inferior do tronco é rematada por dois reforçados cotos de meio pé, pelo seguro, mas um é mais curto que o outro. Dos ombros deste busto saem dois apêndices que nem são braços nem mãos, mas que podem contudo cruzar-se a custo diante do peito. O que há de mais singular é que Sir Arthur pode, no meio de tudo isto e de toda esta singular conformação, atirar um tiro de espingarda, montar a cavallo, e guiar um carrinho de quatro

cavalos sem grande trabalho. Também escreve e desenha, pegando com efeito com a boca na pena ou no lápis e dirigindo-os com os simulacros de braços que tem. Esta fenomenal criatura tem uns quarenta anos, é senhor de uma imensa fortuna e casado com uma linda mulher, de quem possui três belas crianças, que nenhuma tem as deformidades do pai. Foi este homem singular que o condado de Wexford se lembrou de constituir seu mandatário junto ao parlamento britânico. Também é singular!

N.º 15, 28 de Fevereiro

Achamos tão notável, tão cheia de interesse, pelos factos que conta e pelas revelações que faz, uma correspondência de Espanha dirigida ao jornal *Independência Belga*, sobre soror Patrocínio, que a publicamos separadamente.

Vê-se que é doloroso o estado da Espanha. Como nos tempos antigos das inquisições e dos reis freiráticos, tudo se decide por intrigas, por galanteios, por vinganças e por influências apaixonadas. Soror Patrocínio é a grande inimiga de toda a liberdade, e favorita do rei. Contra ella têm clamado os liberaes e os próprios liberaes do partido Narvaez se indignam contra ella; no entanto, cobrem-na altas protecções. O que é terrível é que parece haver desarmonia do trono com o ministério. O rei está de mal com o gabinete, e a rainha reconciliou-se com o rei. Este jogo de camarilha pode fazer cair Narvaez. E aberta esta luta terrível, ninguém sabe o que poderá succeder; tudo o que temos visto de prisões, de sangue derramado, de revoltas militares sufocadas, será apenas o symptoma sinistro do que se vai passar. E enquanto se decidem estas coisas por intrigas de camaristas e de freiras, o povo espanhol morre numa lenta agonia.

N.º 17, 7 de Março

A cidade de Hillsboro, nos Estados Unidos, acaba de ser testemunha de um singular processo.

Uma dúzia de mulheres dessa cidade compareceram perante o tribunal de justiça, por terem entrado à força na loja de um licorista, entornando-lhe todos os líquidos de que estava sortido aquele estabelecimento.

Estas inimigas do *divino* licor acabavam de reunir-se em conciliábulo numa igreja, onde tinham resolvido opôr-se à venda de bebidas alcoólicas no bairro em que habitam. Dirigiram-se, portanto, à loja de um licorista e lhe ordenaram terminantemente que fechasse o seu estabelecimento.

Tendo-se a isto recusado o lojista, elas penetraram no seu estabelecimento, precedidas por Mrs. Blackburn, mulher já idosa, a qual exclamou:

— É aqui que, há um ano, meu filho morreu em resultado de uma contenda, assassinado por alguns dos seus camaradas que estavam embriagados. — E, dito isto, deu começo à sua tarefa destruidora, em que tomaram parte as outras mulheres.

O queixoso reclamava 1292 dólares e 93 cêntimos de danos e perdas, posto que não houvesse dúvida quanto à ilegalidade do seu comércio.

O tribunal condenou as autoras dos estragos a pagarem ao licorista 615 dólares (562\$500 réis), por terem querido fazer respeitar a lei!...

O senado de Cansas, nos Estados Unidos, acaba de conceder o direito de sufrágio às senhoras, riscando a palavra *masculino* do *bill* que regula a maneira de votar naquele estado.

Igual direito lhes foi reconhecido em Paris, onde as operárias serão admitidas a votar pelas delegadas que houverem escolhido, e que elas incumbiam de lhes apresentarem relatórios sobre os progressos de que tiverem tomado conhecimento, progressos concernentes às indústrias que lhes são mais particulares, tais como o fabrico das flores artificiais.

N.º 20. 17 de Março

Brevemente julgar-se-á em Paris um processo cuja origem é assaz extraordinária.

Um opulento bibliógrafo, conhecido pela sua paixão pelas encadernações luxuosas, tinha mandado a um dos primeiros encadernadores de Paris uma *História de Luís XVII*, escrevendolhe que sobre a encadernação gravasse as armas de França, e fixando de duzentos a duzentos e cinquenta francos o preço por que desejava pagar esta obra magnífica.

Três semanas depois, o bibliógrafo recebeu a obra primorosamente encadernada, trazendo gravado em letras de ouro o escudo da fazenda imperial.

O bibliógrafo reenviou o livro, objectando que havia pedido que sobre a encadernação se gravassem as armas da casa dos Bourbons.

— Isto é menos exacto — respondeu o encadernador —, porque me escrevestes que deviam ser gravadas as *armas de França*. Tenho em meu poder a vossa carta. Ora, as armas de França, depois da restauração do império, são as da família imperial. Portanto...

— Mas — replicou o bibliógrafo —, sois um encadernador heráldico. Ora, em termos da França, significam as flores-de-lis de ouro em campo azul... Portanto...

Portanto, haverá um processo.

N.º 26, 7 de Abril

Eis o cálculo que está feito sobre o aumento de despesa na alimentação diária, isto ainda quando feita com moderação e demasiada economia.

Família pobre de três pessoas, na aldeia:

Unto, uma quarta para nove tigelas ...	5 réis
Azeite, um quarteirão, para tempero e luz	10 »
Vinho, um quartilho	20 »
Sacrifício diário	<u>35 »</u>
» anual	12\$775 »

Família de três pessoas:

Carne de vaca, um arrábel e meio (jantar e ceia)	45 réis
Toicinho, meia quarta	5 »
Arroz, um arrábel	5 »
Manteiga de porco, meia quarta	2 »
Azeite, um quarteirão	7 »
Vinho, um quartilho	20 »
Sacrifício diário	<u>84 »</u>
» anual	30\$660 »

Família de oito pessoas:

Carne de vaca, dois arrátéis e meio ...	75 réis
Toicinho, uma quarta	10 »
Arroz, um arrátel	10 »
Azeite, meio quartilho	12 »
Vinho, um e meio quartilho	30 »
	<hr/>
Sacrifício diário	137 »
» anual	50\$000 »

Veja o povo que sacrifícios lhe pedem!

N. 28, 14 de Abril

Recebemos o livro do Sr. A. Filipe Simões, *Cartas à Beira-Mar*.

É uma viagem real e ideal através da natureza marítima.

O escritor conta-nos despreziosamente, e com aquela serenidade melancólica que dá a intimidade do mar e das praias aos espíritos contemplativos, conta-nos as estranhezas das águas, as profundidades oceânicas, as tempestades, as vegetações marinhas, as aves das águas, os peixes, etc.

É um livro de ciência humorística. Através da sua linguagem, familiarmente indolente, pressente-se aquela áspera e profundíssima crítica da filosofia da ciência moderna.

Livros destes são os sintomas de que se avizinha aquela era positivista, em que a alma luminosa das artes e das literaturas há-de ser a ciência, como nos tempos góticos foi a religião, na Grécia artística a beleza do corpo humano, no século XVII o espírito contesão e monárquico, e nos fins do século XVIII aquele idealismo nostálgico e indefinido que produziu Werther, D. Juan, Manfredo, Fausto e os poemas musicais da Alemanha. É um livro que, neste inteligentíssimo país, vem cem anos adiantado. Este livro sai entranhadamente daquela ideia que deu à França *L'oiseau*, *L'insecte*, *La mer*, e todos aqueles livros cheios de imaginação, resplandecentes de verdade, onde estão ocultos os processos críticos de concepção e de estudo, e apenas se vê uma fina flor de ciência.

Livros como as *Cartas à Beira-Mar*, fecundam todo o ser espiritual, porque deixam no coração aquele idealismo suave que dá a contemplação da natureza, deixam na inteligência sementes de uma impecável crítica científica, e deixam na consciência a certeza de que cedo virá uma época em que na ordem intelectual tudo assentará sobre a ciência, como na ordem social tudo assentará sobre a justiça.

Foi uma bela e robusta coragem a do Sr. A. Filipe Simões escrever o seu livro em Portugal, nesta hora de morte dos espíritos.

N.º 30, 21 de Abril

Está definitivamente organizada a opposição em Coimbra. É seu presidente o digno par do reino, o Ex.^{mo} Sr. Miguel Osório.

Tem havido algumas reuniões em casa do senhor conselheiro Seco, a fim de assentar nos meios de levar à effectividade o pensamento que adoptou. Em uma delas se deliberou tomar como própria a causa dos commerciantes de Coimbra, que andavam tratando de promover assinaturas para uma representação que tencionavam dirigir às câmaras contra as medidas financeiras do Sr. Fontes.

Na primeira reunião expôs o senhor conselheiro Seco a sua opinião acerca dos projectos e medidas governamentais, confessando, com a franqueza que lhe é própria, que o que de todo em todo não pode aprovar, é a criação da guarda civil.

Quanto às outras questões que se ventitam actualmente, entende o illustre catedrático que não são para desprezar, mas que é necessário encará-las convenientemente, para não abraçar a nuvem por Juno.

Vê-se que não se pretende fazer uma opposição acintosa, mas pugnar só pelo bem geral e em especial deste distrito. Não se guerreiam as pessoas dos ministros, censuram-se apenas os seus actos menos conformes com os princípios da boa administração pública.

Ninguém desconhece que há no ministério caracteres distintos e talentos de elevada esfera; lastima-se, porém, que não tenham sabido fazer bom uso das suas faculdades, ou não tenham querido atender às circunstâncias do país, quando se trata do seu estado financeiro ou de quaisquer reformas e melhoramentos.

N.º 34, 5 de Maio

Um sujeito, que há poucos dias ia de Strasburgo para Paris, esteve para sofrer no caminho-de-ferro uma operação para a qual não tinha solicitado auxílio de cirurgião. Estava modestamente no seu canto quando um sujeito todo vestido de preto, que lhe ficava em frente, pôs sobre os joelhos um estojo, tirou dele um bisturi, e disse:

— O senhor há-de permitir que lhe faça uma redução no nariz, porque excede as proporções naturais.

O outro, que não tem o nariz muito comprido, mas tem-no delgado, não hesitou; atirou-se sobre o cirurgião, apertou-o nos braços com todas as suas forças, e não lhe deixou livre nenhum movimento. A posição era incómoda, principalmente porque o cirurgião debatia-se com violência. Mas chegou-se assim a uma estação onde o condutor do trem pôs tenho ao perigo. O cirurgião era um doído que havia escapado à vigilância da sua família.

Alguns jornais italianos fazem menção de boatos de duelos.

O comendador Rattazzi, actual chefe do gabinete de Florença, tem sido alvo de muitas provocações: porém ainda não houve duelo.

Conta-se o caso da seguinte forma:

A esposa do ministro Rattazzi cultiva a litteratura e publicou ultimamente um romance no idioma francês intitulado *Le chemin du paradis*. A leitura do capitulo «Bicheville» offendeu o melindre de muitas familias, que não se contentaram com uma declaração em que a autora affirmava que «Bicheville» não era Florença, mas sim um país imaginário, e imaginários os personagens do romance.

Não tendo sido julgadas satisfatórias estas explicações, o editor responsável, o esposo da signora Rattazzi, foi provocado em duelo pelo marquês Pepoli, em consequência das ofensas feitas a ele e a sua familia naquele livro; em segundo lugar, pelo general Cialdini, por conta do senador Marliani, que também se julga offendido, mas que se acha na impossibilidade de se bater em duelo em razão da sua avançada idade; finalmente, foi desafiado pelo general Lamarmora, por insultos feitos à sua esposa. Estes três personagens declararam que exigiam uma reparação do marido, visto que não podiam pedi-la à esposa.

Rattazzi começou por declarar que não se julgara responsável por tudo o que sua esposa pudesse ter escrito, e só tratou desta questão, séria e particularmente, com o marquês de Pepoli.

O presidente de conselho de ministros replicou ao desafio: que no livro de que se tratava, Pepoli não era nomeado, e que portanto não tinha direito a fazer reclamações. Este observou que a sua pessoa era designada com demasiada evidência para que pudesse negá-la, e que por isso exigia uma reparação.

Rattazzi afirmou então que já uma vez se tinha batido em duelo; que tinha provado não ter medo; que, como chefe do gabinete, graves preocupações obstavam a que se expusesse a um segundo duelo, e que portanto não aceitava o desafio.

O marquês de Pepoli, exasperado, chegou a ameaçar o presidente do conselho de lhe chamar... vil, até mesmo no seio do parlamento. Intervieram alguns amigos para acalmar Pepoli e não conseguiram o seu fim.

Diz-se que as coisas estavam nestes termos quando el-rei Victor Manuel, prevendo os embaraços que poderiam levantar-se se o duelo se verificasse, por isso que daí resultaria talvez uma crise ministerial, aconselhou que se nomeasse um *tribunal de honra* para decidir a questão.

O tribunal de honra constituído para este fim, declarou que o desafio só poderia ser aceite quando Rattazzi não fizesse parte do gabinete.

Por cartas de um nosso correspondente do Porto, recebida à última hora, sabemos que a agitação continua na cidade invicta, e que parece tomar proporções assustadoras.

Pela mesma carta sabemos que, entrando o senhor governador civil no teatro, as pessoas de mais consideração que se achavam na sala do espectáculo, lhe voltaram as costas, manifestando assim o seu descontentamento à autoridade, que não tem sabido proceder como as circunstâncias indicavam, e aquele povo tem jus a ser tratado.

Parece que o senhor governador civil do Porto declarou logo a alguns amigos que ia pedir com insistência ao governo a sua demissão, porque entendia não poder continuar a administrar o distrito, visto o estado em que se acha.

Era como Sua Excelência devia ter procedido há mais tempo, para evitar que o povo lhe manifestasse o seu desagrado como autoridade.

Diz-se que o senhor barão de S. Januário não será nomeado governador civil de Lisboa.

O nosso correspondente do Porto nos diz que o senhor visconde de Leiria transferiu o soldado Zeferino Soares, de Infantaria 10, para Infantaria 4, por aliciar os seus camaradas a fazerem junção com o povo.

O senhor visconde de Leiria confia mui pouco na guarnição do Porto.

Tal é o juízo que o júri da Exposição Universal fez acerca da exposição dos vinhos. Nota-se a supremacia gloriosa dos nossos:

«Córsega — Maus vinhos, mal feitos e mal preparados.

Algéria — Apresenta poucos vinhos notáveis. Os peritos pensam que a razão deste facto é devida à ignorância dos melhores métodos de fabricar os vinhos, e à falta de cuidados tidos com eles depois do fabrico.

Hungria — Belas colecções de vinhos de «Tokay» de uma qualidade notável (segue-se a lista dos expositores).

Itália — Sentimos dizer que os seus vinhos são geralmente maus, mal preparados, e completamente adulterados pela adição de essências aromáticas.

Grécia — Dizemos o mesmo que da Itália. Apenas merece citar-se o vinho branco de 1866 do município de Mello.

Estados Romanos — Maus vinhos. Nem um único merece prémio.

Espanha — É para lastimar que os produtores deste país, que, a ajuizar pelo avultado número de amostras de vinhos

que expõem, ligam importância a esta parte da riqueza do seu solo, não sejam mais solícitos nos processos que se referem ao fabrico e conservação dos seus vinhos.

Entre as amostras nota-se crescido número de belos tipos de vinhos, bem feitos, bem preparados e de um incontestável merecimento, mas julgam os peritos que o número deles podia ser ainda maior, e ficam desejando que as suas observações possam ser sabidas dos interessados.

Se os interessados atenderem os conselhos do júri, é de esperar que os vinhos espanhóis obtenham mais importantes e vantajosos mercados.

Portugal — Belíssima exposição. Colecções numerosas e muito notáveis. Vinhos bem feitos e bem preparados. (Segue-se a lista dos expositores mais notáveis, por ordem de merecimento absoluto e relativo).

Este julgamento refere-se aos vinhos do Douro. Os da Madeira são também vantajosamente apreciados no relatório do júri, mas em segunda plana.

França — Vinhos finos, bem feitos e bem preparados.

Em resumo, Portugal figura honrorissimamente, e em primeiro lugar, à frente das nações expositoras de vinhos.

Para esta classe de produtos estão destinadas apenas uma medalha de ouro e dez de prata!

Há bem fundadas esperanças que o júri internacional conceda a Portugal a medalha de ouro e cinco de prata.»

É honroso para nós. Que ao menos sejamos grandes nalguma indústria, já que tão pequenos somos na moralidade política.

N.º 39. 23 de Maio

O jornal francês *L'Exposition Universelle* escreve o seguinte notável artigo sobre a nossa exposição em Paris. É uma glória.

Admirais o arrogante palácio espanhol? Olhai para a vossa direita. Este edifício *albuquerqueano* — perdoai este horrível neologismo (e bem horrível) — é o anexo português. Apenas fitais os olhos nele, descobris logo a aliança das artes do Extremo Oriente e do Ocidente. A descoberta das Índias, o frequente trato com os países muçulmanos, já influíram no pensamento deste edifício. É galante, altivo e aventureiro, como o génio português: não se parece com algum outro.

O estilo manuelino, como lhe chamam, aparece ali em todo o seu esplendor. Qual não seria o seu efeito, se tivera a grandeza apropriada!

Esse rei D. Manuel bem mereceu o epíteto de afortunado. Foi quase contemporâneo do nosso Francisco I, porque reinou desde 1495 até 1521, e imprimiu o seu génio, ao mesmo tempo discreto e magnífico, na Renascença portuguesa. No seu tempo florescem os Vascos da Gama, os Cabrais, os Albuquerque, os Cortes Reais. Os sábios, os poetas, os pintores, os architectos, ilustram a nação, então grande por excelência, e que dilata até ao oriente os confins do mundo.

É um quadro sem igual, esse reinado!

A comissão portuguesa, para recordar a glória do seu país, fez bem em apresentar uma página architectural daquela época.

Aquelas formas, tão arredondadas, recordam os palácios dos potentados da Índia (isto é tolice). O oiro deve revestir esplendidamente esses aposentos, em que a luz entra desafogada. A vida, o comércio, as empresas audaciosas, devem aí reunir-se, e já nos parece estar vendo os ilustres aventureiros portugueses entrar ali, trazendo na mão as suas gorras ornadas de diamantes e fazendo retinir no pavimento as suas espadas, onde brilha a mais fina pedraria.

Portugal já não possui senão uma pequena parte das suas colónias. Mas o que lhe resta é de uma originalidade sem igual; é a Madeira e Porto Santo, são as ilhas de Cabo Verde, são os estabelecimentos do Congo, de Angola, da Senegâmbia; é Moçambique, são as ilhas de São Tomé e Príncipe; é ainda na Ásia, Goa, outrora tão altiva, e Diu e Macau, e além disso, na Oceânia, Solor e Timor. Estas pérolas mereciam que se pusesse bem patente o seu merecimento.

As produções daquelas colónias são efectivamente tão variadas como numerosas. Portugal, habituado já às exposições, soube escolher habilmente os seus espécimes. Na última exposição do Porto, em 1866, houve 3911 expositores vindos de todos os pontos do globo. Portugal mandou-nos agora, em reciprocidade, 1026 expositores. Estão espalhados, como os da Espanha, por quase todas as classes. É no quinto grupo que principalmente afluem; naquele país também as associações prestaram um poderoso contingente.

As comissões chamadas distritais, as comissões filiais, as companhias, administrações, câmaras municipais, e particularmente o conselho das colónias, dirigiram e activaram as remessas.

As amostras das madeiras de Angola, Moçambique, São Tomé e Timor, provêm desse conselho. As direcções das obras

públicas, como são as de Santarém, e outras, distinguiram-se.

A exposição dos materiais de navegação, há-de mostrar que os portugueses não renunciaram à arte de dirigir e de salvar os navios.

As loiças de Coimbra, e uma grande quantidade de outros objectos de indústria portuguesa, hão-de sustentar o seu antigo nome popular. Há, pelo menos, 125 expositores na classe dos cereais, 80 na de grassinos, 75 na de legumes, 21 na de condimentos, 123 na de bebidas fermentadas, sem contar os productos coloniais.

É uma exposição agrícola e vinícola sem exemplo. Os milhos, arroz, sorgo, cafés, feijão, mandioca, cacau, canela de Goa, açafraão, as especiarias, e particularmente a pimenta, hão-de ostentar-se com magnificência no palácio manuelino.

Temos mostrado, na multiplicidade das remessas de Portugal, o trabalho das comissões, associações e direcções; é necessário ver em tudo também o impulso poderoso de um rei, conhecido pelo seu amor das artes e do progresso.

A comissão portuguesa mostrou muito gosto na maneira porque fez a colocação dos productos, a qual se pode classificar como muito original.

As remessas de pinturas e esculturas testemunham igualmente a animação dada às artes.

Nalguns dos quadros expostos, como succede com alguns quadros espanhóis, encontra-se o génio nacional. Contudo, são poucos os expositores. Contam-se só vinte e três pintores, e vinte e cinco escultores ou gravadores; neste ponto a exposição do Porto era muito mais rica em número.

Mas Portugal, em toda a sua história, tem sempre provado que não é necessário que um povo seja numeroso para ser grande. Ainda que pequeno, soube disseminar-se pelo mundo e criar outros povos. E um destes é o Brasil. A falta de espaço nos obriga a reservá-lo para outro dia.

N.º 40, 26 de Maio

É esta a igualdade segundo a entendem os ingleses.

Chega um trem à estação de Londres, aproximam-se os empregados das carruagens de 1.ª classe, tiram o chapéu e dizem: «Fazem favor de darem os bilhetes?» Passam para as de 2.ª classe e não tiram o chapéu: «Os bilhetes se lhes apraz!» Vão às de 3.ª classe, e economizando palavras, contentam-se em dizer em tom áspero: «Bilhetes!»

Outro exemplo: um lord embriaga-se, e dizem: «Sua Excelência está de muito bom humor.» Embriaga-se um *gentleman*: «Vossa Excelência está muito alegre.» Emborracha-se um tenreiro: «Esse homem está bêbedo.» Fá-lo um pobre trabalhador: «Que borrachão!»

A semana passada, rondavam de noite dois *policemen* de Londres em Nova Road, e viram dois indivíduos ao pé de um bico de gás. Desejosos de saber o que eles ali estavam a fazer, os dois *policemen* olharam para os dois atentamente e perceberam que um deles queria enforcar o outro, que não opunha a menor resistência. Os agentes intervieram imediatamente, mas foram recebidos a soco. A lei, porém, pesou sobre a força. Os dois indivíduos foram levados a uma estação, e ali fizeram a seguinte declaração: tinham jogado e um deles perdera, quis tentar uma desforra e propôs jogar o fato.

— Isso não pode ser — respondera o que ganhara —, se a sorte te não proteger, então ficas nu.

— Não te importes com isso — replicou o outro —, tu ajudas a enforcar-me, e assim, não precisando eu já de fato, podes levá-lo.

A concordata fora aceite, e como a sorte lhe continuara a ser adversa, o desventurado jogador submetia-se aos termos do tratado quando a polícia se foi meter nos negócios alheios.

N.º 41. 30 de Maio

As nações que se fazem notar na exposição de Paris pela história do trabalho são: a França, a Inglaterra, a Austria e Portugal; todos dizem que o nosso país figura ali muito dignamente.

Os objectos pertencentes à coroa e a Sua Majestade El-Rei, o senhor D. Luís, são de contínuo visitados e estudados pelos primeiros amadores de arte antiga.

A custódia do nosso antigo mosteiro de Belém é a maravilha da exposição, e o monetário de el-rei veio fazer conhecer a numismática portuguesa.

O missal Estefânio Gonçalves, de Viseu, pertencente à Torre do Tombo, e escrito em 1520, é admirável exemplar de perfeição em miniatura, os primeiros entendedores o têm apreciado muito, chegando um a dar-lhe o valor de um milhão de francos.

As instâncias para que appareça um catálogo especial português, são gerais, e a comissão occupa-se seriamente em o fazer, de modo que seja digno completamente dos seus trabalhos, e onde fiquem registados os nossos principais monumentos artísticos.

Os vinhos do Porto foram devidamente aprovados; tivemos 11 medalhas de ouro, a Espanha 8, e a França 40.

A Rússia, como é sabido, cedeu aos Estados Unidos a parte do seu território conhecido pela designação de Rússia Americana.

Consta de sete artigos o tratado de venda da América Russa aos Estados Unidos, o primeiro dos quais trata dos limites geográficos do território russo-americano, e o segundo explica que na venda estão incluídas todas as propriedades públicas, com excepção das igrejas construídas pelo governo russo para o culto do rito grego oriental, as quais passarão a ser propriedade dos fiéis que desejem permanecer no território.

No artigo 3.º se estipula que, à excepção das tribos selvagens, todos os habitantes do território ficam em liberdade para regressar à Rússia dentro do prazo de 3 anos, ou para permanecer nele, em cujo caso entrarão logo em gozo de todos os direitos, regalias e imunidades que os Estados Unidos concedem aos seus cidadãos, e que, em relação às tribos selvagens, serão governadas pelas leis vigentes para índios deste país, ou por outras que depois se estabeleçam.

Reza o artigo 4.º que o imperador da Rússia nomeará imediatamente os commissários ou agentes que hão-de fazer entrega aos nomeados pelo governo federal do território e seus domínios, propriedades, dependências e pertences; porém, ainda que a cessão implique o direito de possessão immediata, a entrega não será considerada como completa e absoluta antes da assinatura das ratificações.

Feita esta assinatura, as forças militares da Rússia se retirarão de todos os fortes, guarnições e aquartelamentos em que hoje prestam serviço, e os Estados Unidos tomarão posse dos ditos postos militares, segundo o estipulado no artigo 5.º.

O 6.º fixa o preço de 7 200 000 dólares em oiro (6842 contos), e o 7.º estipula que a ratificação se fará em Washington.

N.º 42, 2 de Junho

Tem-se ultimamente falado tanto da loucura do senhor arcebispo de Mitilene que julgamos interessante dar alguns pormenores sobre a monomania daquele infeliz eclesiasta. São colhidas estas notícias em conta de pessoa fidedigna.

O senhor arcebispo de Mitilene, que é natural de Vila Pouca de Aguiar, não fugiu de Espanha, como se diz, nem tão-pouco tem andado pelas proximidades de Guimarães; o senhor arcebispo de Mitilene, que há muitos anos padece de desarranjo mental, tem estado na vila de Chaves há dois anos e meio, onde tem cometido actos somente próprios da moléstia de que se acha affectado.

Ainda há poucos meses, este infeliz queria reunir na margem direita do Tâmega todos os habitantes daquela vila para serem por ele baptizados, e dava razão do seu desejo e vontade, o estar nulo o seu primeiro baptismo.

Também por outra vez foi à igreja matriz, fazendo-se acompanhar de um carpinteiro, ao qual ordenou pregasse todas as portas do templo, para evitar a entrada nele aos falsos cristãos; não se prestando o artista a este serviço, teve que dar às de vila-diogo, para não experimentar o peso da grossa e comprida bengala de que Sua Excelência estava munido.

Usa vestuário preto, traz grande cabeleira, chapéu com abas de grandes dimensões e esporas de prata com puas des-

comunais; diz a todas as pessoas que o interrogam que é alferes de cavalaria. Tem feito várias prédicas nas ruas públicas da mencionada vila, e dá a mão a beijar às beatas, que neste acto ajoelham, semifecham os olhos e batem no peito em sinal de *contricção*.

Sua Excelência dorme mui pouco, escreve muito, e, segundo alguém me disse, tem coisas aproveitáveis. Não faz uso dos alimentos mais substanciais, nem consente que à mesa lhe vá coisa que sofra morte, sendo o seu alimento diário vegetais, creme, arroz, doce e ovos. Esteve alguns anos neste deplorável estado na casa de sua família, em Vila Pouca, não consentindo nunca que esta o visitasse, dizendo mesmo que a abominava; porém mostrou sempre grande afeição a sua mãe, mas por último veio também a aborrecê-la.

Ultimamente soube por pessoa fidedigna que Sua Excelência tinha fugido para Vila Real, continuando ali com as suas prédicas, trazendo na mão rolos de papel, que diz serem bulas, pelas quais concede perdão a todos os pedreiros-livres, carbonários e mais membros das sociedades secretas, contanto que abjurassem os seus usos. Dava vivas a Maria Santíssima, e morras ao antipapa Pio IX.

As bulas são datadas de Vila Pouca de Aguiar e assinadas com o nome de Domingos I.

Poucos são os que sabem que há uma caixa lá no fim do mundo, no meio do estreito de Magalhães, num dos cabos mais avançados da Patagónia, em frente da Terra do Fogo.

Sobre uma ponta de rochedo, recortado fantasticamente, ergue-se um barrote sobre o qual se lê esta inscrição: *Post Office*. Por baixo está suspenso por uma corrente de ferro um barril, cuja tampa, que se move sobre eixos, pode-se levantar sem obstáculo, por isso que não tem fechadura nem cadeado. Este barril é a estação postal dos dois oceanos, e eis aqui a forma por que ela funciona.

Cada navio que atravessa o estreito, envia uma canoa

com um official para o lugar onde se acha o mencionado barril. Se o navio chega de um dos portos do Atlântico, o official deposita as cartas que tiver com sobrescrito para as regiões banhadas por esse oceano, e toma conta das que encontra sobrescritadas para os portos do oceano Pacifico, por onde o navio há-de fazer escala.

As cartas depositadas por esse official, serão arrecadadas do mesmo modo por algum navio seguindo viagem para o Atlântico. Por esta forma, só com a intervenção dos navegantes que arrecadam e depositam as cartas, esse barril estabelece uma correspondência entre os dois mundos, correspondência que tem sido até ao presente inviolavelmente respeitada.

Encontrámos a seguinte espirituosa lição geográfica no *Jornal de Lisboa*, e tão engraçada a achamos que a publicamos para largo recreio dos que nos lêem.

Quando um homem ama uma mulher, e não acha meio de corresponder-se com ela, o homem é uma *ilha*.

Se encontra um primo que o aproxima da ninfa, então forma uma *península*, e o tal primo, que é a porção de terra que o liga ao continente, é o *istmo*.

Se a menina tem uma amiga, que, reconhecendo a nossa paixão, a incite a que nos corresponda, nos sorria e nos afague, essa amiga, metendo-se pelo mar das nossas ilusões, é um *cabo*.

Se, em vez de amiga é uma tia, ou qualquer parente, pessoa *elevada*, então é um *promontório*.

Se alcançamos o consentimento da *mamã*, que nos defende dos *furacões* do *papá*, tal *mamã* é um *porto*.

Se, porém, nos não defende, mas se mostra indiferente a que lhe cortejemos a filha, é simplesmente uma *bacia*.

Todas as *paraçens* em que podemos falar à donzela, regra geral ao abrigo de todo o compromisso com os *papás*, chamam-se *ancoradouros* ou *enseadas*.

Quando nos correspondemos por intervenção da criada, é esta um *estreito* que une os dois mares.

Se a criada não é muito escrupulosa, pode considerar-se canal.

Se é difficil conquistá-la, tem de chamar-se um *baixo*.

Constituem a *barra* todos os obstáculos que se nos opõem até chegar à jovem.

Os conhecidos de ambos que auxiliam os nossos planos, são as correntes que entram para o mar, são os *rios*.

Quando os amantes confiam reciprocamente os seus segredos, há *confluência*.

Finalmente, o casar é morrer *afogado*. Se a noiva tem até 18 anos, morre-se caindo num *lago*. Dos 18 aos 25, é *poço*; a morte é mais aflitiva. Daí em diante é *pântano*.

Pelo novo sistema adoptado obteve Portugal dez medalhas de ouro. À Espanha foram concedidas 8, e 12 à Austria, pelos seus vinhos da Hungria e Transilvânia.

Para a adjudicação dos primeiros, meteu-se em linha de conta o número dos expositores, e por isso, as dez medalhas que obtivemos, foi considerado em Paris como um verdadeiro triumpho.

O ser a Austria mais premiada que Portugal, é devido, não à superioridade dos seus vinhos sobre os nossos, mas ao avultado número dos seus expositores.

Para que isto não pareça uma simples desculpa patriótica, deve-se saber que só a França teve vinte e três mil expositores!

Dos factos expostos resulta que, em atenção ao nosso território e ao número dos nossos expositores nesta classe, obtivemos o mais a que podíamos aspirar.

Supomos que este resultado deve agradar aos expositores de vinhos portuguezes, especialmente a resolução tomada de serem individuais as recompensas.

Entre medalhas de ouro, prata, cobre e menções honrosas, temos cinquenta e oito prémios na classe dos vinhos, o que não se pode negar que seja um triumpho.

Têm merecido em Paris a especial atenção dos entende-

dores as cartas geológicas expostas pelo distinto engenheiro Sr. Carlos Ribeiro, autor de diversas obras científicas.

O Sr. José Maurício Vieira, director da oficina de instrumentos de precisão do Instituto Industrial de Lisboa, também tem merecido grandes encómios dos jurados competentes, declarando estes «estarem mais bem feitos e acabados que todos os que se apresentaram em 1862, na exposição de Londres».

N.º 44, 9 de Junho

Na exposição de Paris é sempre grande a afluência de admiradores nos salões reservados para os vestuários e tecidos, e que se seguem às galerias dos produtos naturais, entre os quais figuram amostras de madeiras, minerais, metais, lãs, algodões, sedas, frutos, cereais e sementes de toda a espécie, peles, conservas e muitas outras matérias-primas, cujo catálogo é uma enciclopédia dos três reinos da natureza.

Nas salas dos vestuários e tecidos é onde está exposto o fruto de muitas matérias-primas, fruto fecundado pela inteligência do homem.

Ali se vêem os lapões estendidos em trenós puxados pela rena, esse animal tão útil aos habitantes das margens do mar glacial, que, envoltos em peles, apenas deixam ver uma pequena parte do rosto. Junto deles estão caçadores firmando-se em longos patins, com forma de barcos, sobre que atravessam grandes extensões de terreno coberto de gelo.

O norueguês, enfiado como o lapão, distingue-se dele apenas pelo filho metido em peles, e trazido pela ama, que parece um urso.

O sueco expõe com a maior ingenuidade alguns personagens que representam um idílio campestre: uma noiva, duas jovens desfolhando e interrogando um malmequer, etc.

Todas estas figuras são de tamanho natural, imitam fiel-

mente a natureza, e causam admiração pela naturalidade e vida que têm, a ponto de parecer que respiram e vão falar.

Os russos expõem os seus *cabans* de peles de astracã; os orientais, os ricos vestuários e todo o pessoal e aparelho grotesco de um harém em viagem; o cavaleiro das pampas vai lançar o laço ao cavalo selvagem; o espectador parece-lhe que faz uma viagem à roda do mundo!

Ali se vê a desigualdade dos dons da natureza. Que lição para os pensadores, que protesto contra a igualdade prometida, ou imaginada! Para uns, os gelos eternos e as trevas; para outros, as flores e o céu radiante!

Mas ali mesmo apresentam-se esplêndidos os produtos da alta indústria, com todos os requintes do luxo. Que ondas de veludo, que profusão de caxemiras e de sedas! Gazes, bordados, pontos de Inglaterra e de Alençon, rendas de Melchínia (Malines), de Valenciennes, e de muitas outras maravilhas, onde se observa a maior finura, delicadeza e esplendor nos tecidos, através dos quais o ouro está tramado promiscuamente com formosas pérolas.

Abundam os vestidos esplêndidos de rendas, com saias roçagantes, e outros cor de sol, como nos contos de fadas, e ao pé de tão belos enfeites, dignos de uma rainha, está o humilde tear que produziu aqueles milagres. Quantas vigílias, que de esforços e paciência; quantas centenas de carretéis e de fusos se empregaram para guiar os fios; quantos milhares de alfinetes para fixar os nós!

O humilde tear e o amplo vestido coberto por arabescos, denotam a diferença que existirá sempre, como diz La Fontaine, entre quem fez o vestido e quem o traz. Este contraste, porém, tem um lado consolador para a humanidade, porque o luxo e as fanfarras dos ricos servem para assegurar o pão e o bem-estar dos pobres.

Todos os visitantes da exposição confessam a supremacia da França neste género de indústria, e que Paris é o árbitro dos destinos da moda e do gosto.

O filósofo não é indiferente a tanta elegância; sob o ponto de vista da arte; mas tão grandes riquezas e tão belos tecidos atraem-nos menos de que os vestuários quentes e sólidos que a indústria põe ao alcance da classe média e das pessoas pobres; porque as máquinas servem não só para aliviar o trabalho dos operários, mas para que eles possam vestir por diminuto preço. Tanto assim que o público contempla na secção dos Estados Unidos um tear automático, que, por si só, produz excelentes tecidos. O único operário que assiste à obra, cruza os braços como o mestre que está em presença do discípulo que sabe bem a lição; incomodando-se apenas para corrigir as raras distrações do tear quando se quebra o fio de algum fuso.

É este um importante invento, que alguns dos nossos maquinistas e operários, subsidiados pelo Estado, deviam ir estudar à exposição de Paris.

N.º 46. 16 de Junho

Em primeiro lugar, devemos declarar, conquanto haja na exposição de Paris um estado-maior português com os competentes escripturários, não temos dele recebido nota alguma sobre os assuntos relativos à exposição, como alguém tem suposto. Os nossos artigos são extractos de correspondências publicadas num jornal de Paris.

Depois das galerias onde estão expostas as mobílias de que ontem falámos, tendo, por falta de tempo, guardado silêncio sobre as ricas estátuas de Cordier, verdadeiras obras de arte, e a respeito de muitos bronzes e mármorez exóticos trabalhados para comodidade do homem; depois de se admirar essa rica e profusa colecção de objectos artísticos, para que trabalharam engenhosos colaboradores dos Vaucanson, dos Cellini e dos Palissy da indústria, o espectador tem que preparar-se para novas surpresas.

O ensino está ali servindo de peristilo à galeria do *material das artes liberais*.

Naquele grande mercado do Campo de Marte, para onde todas as nações mandaram os productos da sua indústria, vêem-se perpassar todos os tipos da humanidade. O viajante pode estudar todos os usos e costumes; provar todas as comidas, e ouvir todas as línguas e dialectos do mundo; e por isso também ouve variadíssimas opiniões, mais ou menos contraditórias.

Há pessoas que perguntam o que vem a instrução pública fazer ao campo do concurso industrial. Ao que nós responderíamos que tratar dos produtos do progresso da inteligência sem demonstrar a causa, é querer plantar árvores sem olhar às raízes, ou desejar fazer ricas colheitas sem cuidar das sementes que fazem germinar e prosperar a paveia abundante.

Por isso o homem consciencioso não passa com indiferença por defronte de dois grupos significativos que ornam um pórtico na galeria.

No primeiro, o artista representou uma mulher rodeada de crianças, a quem dá as primeiras lições do á-bê-cê. Por cima deste grupo, que simboliza o asilo, está a seguinte inscrição: «1852 — Quero conquistar para a religião, para a moral e para a felicidade, esta parte ainda tão numerosa da população, que, vivendo num país de fé e de crenças, apenas conhece os preceitos de Cristo.»

Do outro lado do pórtico, o grupo representa um mestre instruindo crianças que mostram ter mais idade. É o símbolo da escola primária. Por cima está este leiteiro: «1866 — Em poucos meses foram abertas, nas comunas do império, 13 000 novas escolas de adultos.»

O visitante, cuja curiosidade é provocada por aquele programa, entra na *creche* da ciência. Ali encontra, arrumados por ordem, inumeráveis espécimes de todos os esforços que a caridade particular tem feito para proteger a infância, desenvolvendo-lhe a inteligência e despertando-lhe bons instintos.

Todos os livros de ensino estão classificados com tal método que facilmente podem ser comprados, escolhidos e consultados.

Sobre uma biblioteca lê-se a seguinte máxima de Franklin: «Se alguém te disser que podés enriquecer por outra maneira que não seja pelo trabalho e pela economia, não o escutes, porque é um envenenador.»

Acima, porém, daqueles que trabalham para economizar e para enriquecer-se, estão os homens desinteressados que con-

sagram o trabalho às obras de dedicação e à propaganda moral. Duas estátuas que figuram no limiar da galeria, recordam ao público dois desses homens de boa vontade. Uma é a de Pestalozzi, que tem a seguinte inscrição tirada dos seus escritos: «Vivi como mendigo, para ensinar os mendigos a viver como homens.» A outra estátua não precisava de mote nem de comentários; é a do venerável de la Salle, fundador das escolas cristãs, e foi executada pelo jovem émulo de frei Arcadio, um dos zelosos propugnadores daquela obra de abnegação.

Na mesma galeria figuram obras de arte e de indústria, bronzes, serralharia, instrumentos de precisão, produtos expostos pelos alunos das escolas profissionais de Chalons, de Lyon, de Mulhouse, etc., e, em seguida, as plantas e modelos dos estabelecimentos que a engenhosa caridade fundou, e que sustenta a expensas suas.

Uma das mais meritórias daquelas obras pias é a Sociedade Fénelon, estabelecida para educação e patrocínio dos rapazes pobres, compreendendo todas as idades: asilo, escola primária, escola de agricultura, ensino de surdos-mudos, etc.

Segue-se a colónia de Mettray, que moraliza, encaminha e salva os jovens que sofrem prisões temporárias e de cuja reabilitação a sociedade não deve perder as esperanças, cumprindo-lhe levantá-los do abismo em que o acaso, a falta de instrução, e o abandono deplorável, os lançou.

Figura depois a Sociedade Franklin, que funda bibliotecas populares em vários pontos distantes das cidades.

Entre os métodos de ensino musical, torna-se notável o de *Galin-Paris Chev *, pela simplicidade e pelos resultados surpreendentes que dele tiram os discípulos. Este fecundo elemento de civiliza o para as massas, foi, por muito tempo, combatido pela rotina, que em todos os países faz das suas... Mas a enérgica defesa dos seus apóstolos e crentes conseguiu que ele triunfasse.

Ao lado deste e de muitos outros livros e métodos que devem instruir a mocidade, acham-se aparelhos de ginástica,

que servem para diverti-la e desenvolver-lhe a força física, aumentando-lhe o bem-estar.

O viajante superficial e o *turista* passam com indiferença por defronte destas interessantes oficinas onde se fabrica o pão do espírito; mas, ao homem pensador e à inteligente mãe de família, o aspecto dos produtos da filantropia e da dedicação não deixará de despertar-lhes sentimentos de caridade para com a infância abandonada, e simpatia pelos benfeitores desconhecidos que vêm ajudá-la, e que organizaram uma verdadeira cruzada contra a ignorância.

Cantas de Paris referem que a vida ali é um labirinto, imensamente sensual, e desmesuradamente escéptica. Enquanto que no México fuzilam ou ameaçam fuzilar a Maximiliano, os soberanos, seus companheiros ou parentes, visitam os teatros de segunda e terceira ordem, *conversam* com as actrizes, frequentam o *demi-monde*. Por toda a parte se joga de modo infernal. Uma vitória, para ir a Longchamps, custa 200 francos; e um péssimo lugar na grande Ópera, para ter o gosto de ver metade do almanaque de Ghota embutido num palco, custa oitenta francos (réis 14\$400!).

Os parisienses estão já desesperados e ansiosos pela despedida das andorinhas, vão fazendo poesia bucólica e satirizando a corrupção dos costumes em geral e... a dos hóspedes em especial.

Depois da galeria dos tecidos na exposição do Campo de Marte, segue-se a galeria das mobílias, onde se patenteiam todos os requisitos da civilização mais elegante, e de que fazem parte todos os produtos da indústria que têm relação às comodidades, ao ornato das habitações e à arte de viver bem.

A vista, deslumbrada, perde-se na multiplicidade de tantos produtos sedutores e disparatados. Pêndulas, candelabros, lampadários, lustres radiantes, móveis esculpidos de toda a espécie, de que não se sabe o que se há-de mais admirar: se o desenho,

se a graça, se a forma ou a matéria! Aparelhos caloríferos, nos quais o ferro, maneado e modelado como cera, tem todo o brilho do aço polido; chaminés em miniatura e outras monumentais, de mármore, bronze e madeira esculpida; porcelanas finas e transparentes, mais brancas do que leite, tão lisas como gelo, onde com variedade, arrojo e fecundidade inextinguível, estão reproduzidos personagens que respiram e paisagens verdadejantes, ou flores a que apenas falta o perfume.

A porcelana não se limita hoje a essas estatuetas coloridas, e outras figuras e vasos, que por aí se encontram em Lisboa. Essa matéria diáfana, esse processo delicado e minucioso, produz actualmente estátuas do tamanho natural que são chefes de obra dignos do maior apreço.

A chamada *faiança*, no ponto de perfeição a que está levada, presta-se mais do que a porcelana à ornamentação e à arte decorativa, em consequência da consistência, estabilidade e amplidão da matéria de que é fabricada — e a pintura adere-lhe com grande facilidade.

Outra maravilha.

Os cristais parecem reter nos prismas radiantes toda a luz do céu, para reflecti-la nas galerias e deslumbrar os espectadores. Ao ver-se uma fonte monumental composta de três largas bacias sobrepostas, e ao medir os incomensuráveis espelhos que a formam, ninguém sabe até onde chegará o poder da indústria; e muita gente pergunta se algum dia haverá prédios de cristal.

Os bronzes parecem estar ainda no caminho do progresso, em relação ao desenho e à composição; mas os de Mr. Barbedienne apresentam em todas as dimensões as mais belas reproduções da antiguidade, acompanhadas de belas obras modernas.

As paredes desta galeria estão cheias de tapeçaria, cujos fios tenuíssimos imitam os toques delicados de miniaturas.

Entre os chefes de obra de ourivesaria, admira-se uma

mesa executada por Christophe para as grandes recepções da câmara municipal de Paris.

Christophe é o inventor do processo e o dono das grandes oficinas para o fabrico de objectos prateados, cujas amostras se acham na loja de ourives à Rua Nova do Carmo.

N.º 48, 23 de Junho

A galeria das artes liberais, em que o público entra depois de atravessar as salas de instrução pública, contém muitos objectos que estão em grande disparidade uns com os outros e que não tiveram lugar bem determinado de classificação nas outras galerias.

Imagine-se o embaraço e as hesitações dos commissários da exposição, empunhando uma linda boneca mecânica e interrogando-se gravemente sobre a colocação que deviam dar-lhe!

Por isso aquella galeria é uma divertida *cafannaum*. Desde as peças anatómicas até aos leques, desde os instrumentos de cirurgia até às caixas de música, e dos primores de livraria até aos apagadores, tudo ali se encontra. É um labirinto de astronomia, de cirurgia, de livros com estampas, de instrumentos de precisão, de física, de geografia, de cosmografia, etc., muito interessante e útil, sem dúvida, para as pessoas técnicas, que nele encontram reunidos tantos elementos e materiais da ciência, mas onde não queremos introduzir o leitor.

Os instrumentos de música tomam ali um lugar importante. Aquellas trombetas, trombones, rebecas, violas, berimbau e zabumbas, produziriam formidável explosão se tocassem todos ao mesmo tempo. Os pianos são tantos como as peças de artilharia, em toda a exposição.

Felizmente, os pianos não falam todos ao mesmo tempo. Nas regiões alemãs, ouvem-se jovens pianistas, improvisadores de talento e de rara energia, empenhados em provar a solidez do seu instrumento, demonstrando que resiste à mais alta pressão e que não se reduz a poeira sofrendo tão potente batidura.

Fazem agradável diversão os harmoniosos sons das trombas de caça, que *cantam* com todo o sentimento da voz humana, e que fazem recordar as cenas campestres, os bosques sombrios, os cerúleos lagos, e a risonha natureza, pela qual nós daríamos todas as maravilhas da indústria.

A escola francesa distingue-se pela correção e pela expressão. Têm sido muito procurados os pianos mecânicos, cujas peças são maravilhosamente tocadas, apesar de lhes faltar a alma e a expressão do artista. As partituras são escritas em relevo sobre tábuas que, à maneira de gavetas, se introduzem no instrumento. Quem quer um bocado de Rossini, ou de Gounod, dá à manivela, e o negócio arranja-se à maneira de café torrado. A exportação para o Brasil é enorme. Os brasileiros recebem centenaes destes moinhos de harmonia em troco de mandioca, café... papagaios... e muita arara!

Os papéis para forrar casas, outrora tão desprezados, são hoje obras de arte. Os práticos tornaram-se verdadeiros artistas, que sabem ver, compreender e traduzir a natureza.

A França está sem rival neste género de pintura efémera. Nas flores transluz a graça e a harmonia; e as paisagens apresentam às vezes tão bem representado e com tanta poesia o longínquo vaporoso que podem competir com as obras dos mais hábeis decoradores. Também nesta especialidade aquele grande país espalha o reflexo das suas luzes, tanto nos palácios como na mais humilde habitação.

Os artistas que assim aplicam o seu talento às artes industriais, dão provas de muita sensatez.

Se por um lado perdem a esperança da fama, incerta e precária, por outro possuem o trabalho regular, útil e produ-

tivo, em lugar de andar procurando venda do seu trabalho por casa dos especuladores que lho regateiam ou lho rejeitam.

Os desenhadores de lenços, de estofos e de tapetes, estão no mesmo caso. Estudam e imitam a natureza e dão às indústrias a distinção, originalidade e elegância, muito apreciadas em todos os países.

A indústria é como o jornalismo. Utiliza e absorve muitas aptidões literárias; necessita, como ele, ter ideias novas sob pena de descair até arruinar-se de todo; precisa criar sucessivamente novos modelos e ter sempre invenção, frescura, imaginação, energia e fecundidade inesgotável.

Os leques apresentam-se hoje como obras de arte, tendo a assinatura do autor. Os que estão assinados por Eugénio Lami são quadros de mestre. Após este artista há uma escola de lequistas e ventaroleiros distintos. E, na realidade, era preciso que esses artistas fossem bem infelizes para que o destino privilegiado de tão delicada obra, não os inspirasse!

Os espectadores não podem deixar de se deter para contemplar os camafeus, as estatuazinhas, as mil bagatelas lindíssimas que ornam estes móveis de sala a que chamam *étagères* — e os variadíssimos e úteis objectos próprios para escritório.

O papel para cartas, branco como neve, atrai a vista dos circunstantes. Desperta ao homem pensador a ideia de que aquele pequeno espaço, liso como o cetim, talvez venha a ser o confidente de algum pensamento íntimo! A página em branco é a manhã sem nuvens: é a esperança... Aqui, do nosso escritório, divisamos nós essa folha ebúrnea, respiramos-lhe o perfume subtil, e procuramos adivinhar o que uma gentil e alva mão poderá escrever-lhe... Mas voltemos à fria prosa.

As cartas de jogar também se apresentam naquela galeria, apesar de não acusarem grande progresso industrial, de Carlos VI para cá. Puseram-nas sem dúvida na galeria das artes liberais para denotar as artimanhas e as tretas das sociedades de olho vivo, e a tolerância inexplicável dos governos a respeito das casas de jogo.

N.º 52, 7 de Julho

Tendo passado em revista as sete galerias circulares da exposição, de que fizemos rápida descrição, diremos que de cada lado dos caminhos que as circundam há salões que contêm muitas curiosidades, onde cada pessoa poderá escolher diversos objectos úteis ou agradáveis, segundo o seu gosto ou apetite.

Naquele bazar monstruoso é fácil escapar à atenção grande número de objectos surpreendentes. Porém, agora nos lembra citar que os visitantes encontram na galeria das máquinas, na secção belga, uma linda rapariga que toca piano. Todos se lhe aproximam com interesse para ouvir as inspirações da mocidade e do estudo. O piano, porém, não tem voz, mas causa mais bulha no mundo e alcança mil vezes mais longe do que o canhão monstruoso que uma potência estrangeira ali expôs. É um aparelho cujos projecteis voam em folhas de papel, e caem no fim do orbe terrestre. Esta portentosa máquina chama-se compositor mecânico-tipográfico.

A música que se coloca na estante do piano, é o manuscrito que se pretende imprimir. Cada nota do teclado corresponde a uma das letras do alfabeto; e os díseses são as letras iniciais. Quando o executante põe um dedo em qualquer tecla, a letra desce por um condutor que se lhe abre, e vai colocar-se em seguida à precedente, na mesma linha recta que vai desenvolvendo-se, e que regularmente é dividida em partes iguais pelo formador das páginas.

A máquina de decompor, ou da distribuição, ainda é mais engenhosa, porque o problema era mais difícil de resolver, pois a máquina tem que trabalhar na razão inversa, levando para os respectivos *cacifos* as letras que serviram para a impressão da obra.

A operária vê num espelho as letras que passam, e vai pondo os dedos nas teclas de outro teclado; a letra escorrega por um plano inclinado, parando numa válvula que se lhe abre e que lhe franqueia outro caminho para o repartimento que lhe está reservado.

Não sabemos se aquele sistema convém para todos os trabalhos, nem mesmo se já tem sido aplicado aos trabalhos actuais, mas, como invenção, achamo-lo de maravilhosa simplicidade e merecedor do interesse das pessoas que têm solicitude pelo trabalho e pelo melhoramento da condição das mulheres.

É esta decerto uma ocupação proveitosa, que muito convém à natureza delicada e à inteligência sagaz do sexo feminino. Tocamos neste ponto porque sabemos de algumas das nossas leitoras que procuram constantemente os meios de socorrê-lo, e a quem se podem aplicar as palavras de S. Francisco de Assis, que dizia aos desgraçados: «Não posso nem sei como hei-de destruir o vosso sofrimento, mas quero consolar-vos participando dele.»

Citamos este único exemplo para indicar que na festa do Campo de Marte há muitas coisas que os espíritos sérios devem investigar e estudar.

Não abusaremos mais da paciência do leitor. Não é no palácio circular, é fora dele, ao ar livre e em pleno dia, que vamos aventurar-nos.

Os vastos contornos do palácio industrial foram destinados para abrigar os passeantes e para *restaurar* os visitantes cansados de longas peregrinações. Hoje é o ponto de reunião de todo o universo. Há muitas pessoas, porém, que pretendem que vão ver a indústria, mas esquecem-se dela quando chegam

a Paris. Muitos viajantes nem entram no palácio; ocupam-se unicamente em almoçar, em jantar, e até em cear! Como conhecedores, comparam entre si as mais disparatadas cozinhas; provam os refrescos variados que de todos os países lhes são oferecidos, e divertem-se em ver os transeuntes, espectáculo na realidade extraordinário, divertido e único no mundo.

Os empresários de festins e os especuladores conhecem bem as fraquezas da humanidade e sabem que a mocidade, a beleza, e sobretudo a extravagância, cativam sempre o público. Até as pessoas mais circunspectas se deixam apanhar naquela rede, chamando a isso estudar os costumes.

Quanto mais extravagante é o traje das mulheres dedicadas ao serviço dos bufetes, mais apreciado é. No bufete russo há sempre grande multidão de pessoas contemplando uma mulher daquele país cuja fisionomia tem *muita expressão*. Usa o traje nacional, que se compõe de um diadema de oiro, de uma sotaína com mangas largas abertas que lhe deixa ver os ombros e os braços inteiramente nus. A saia, comprida e carregada de oiro, dá-lhe a aparência de uma rainha de teatro. Os criados, com os seus balandraus de seda de cores estampadas fazem furor. As iguarias muito adubadas e enérgicas da cozinha russa levam a palma a todas as outras; nas conversações já não se trata de gostar delas, mas de tê-las saboreado e de se lhes fazer a apologia.

Holandesas rubras, com casacos de oiro e de rendas, inglesas sentimentais, vienesas sedutoras, suecas e espanholas com trajos pitorescos, oferecem estranhos contrastes, e fazem as delícias dos numerosos convivas daquele festim universal.

Os espíritos sérios, conquanto em geral não procurem tais distrações, devem contudo ali deter-se um pouco para estudar o movimento, as variedades, os contrastes e as surpresas da elegante cafarnaum, antes de cerrarem nas áleas sinuosas do parque onde os esperam outras curiosidades.

Em frente do pavilhão do imperador, de que já falámos noutro artigo, a Inglaterra, com o seu espírito positivo, e fiel

observadora dos costumes antigos, edificou ao rés-do-chão um *cottage* com as empenas rebaixadas e irregulares, cuja aparência é muito pitoresca. É o pretexto da economia prática contra as prodigalidades e contra a fantasia.

Quem ali entra espera pelo menos encontrar o *comfort* tradicional da vida inglesa ou achar-se, não na propriedade de um nobre lorde, mas na habitação, no *home do squire* que vive largamente entre os seus fazendeiros. O público, porém, apenas encontra no *cottage* um soldado inglês muito alto, vestido de encarnado, passeando gravemente por entre fornalhas económicas, fogões, caloríferos e aparelhos de iluminação.

A Inglaterra, de quem se admiram tantos chefes de obra expostos nas galerias das máquinas, conserva sempre a habilitação, a precisão, e a superioridade no domínio do útil, e abandona com certo desdém à França a fantasia, a imaginação e a elegância. Por isso é àquele país que se deve ir tomar lições de trabalho e de economia. Mas quando os ingleses se acham cansados de austeridade, sabem ir gozar dos vinhos de França e participar dos divertimentos dos franceses, que de boa mente lhes cedem *le prix de sagesse*.

Transcrevemos da *Patrie*, de Paris, o seguinte artigo, concernente a Portugal e às suas colónias:

Portugal ocupa um lugar brilhante na galeria da história do trabalho.

Ao lado de medalhas, armas e ornatos, notamos duas jóias geográficas de subido valor: são atlas do meado do século décimo-sexto, contendo cada um vinte cartas de pergaminho, as quais reproduzem todas as regiões então conhecidas.

Os geógrafos portugueses foram, a par dos italianos e dos catalães, os mais hábeis desenhadores de cartas marinhas dos séculos passados. Estes dois atlas são ornados de estranhas figuras, de esclarecimentos curiosos, que iluminam em vários pontos e encaminham as pesquisas históricas.

Um dos nossos amigos, erudito apaixonado, dizia-nos há dias, com a mais profunda convicção, que teria feito de propósito uma viagem até Lisboa para admirar esse maravilhoso trabalho.

Não é esta a única obra cartográfica digna de chamar a atenção. A barra do Tejo, várias cartas topográficas, alguns trabalhos geológicos devidos, em grande parte, à direcção hábil do general Folque, revelam um gosto incontestável pela ciência.

De resto, a geografia deve muito aos portugueses. Foram os primeiros que, na Idade Média, conceberam o projecto de grandes empresas marítimas.

Foi importantíssima a sua cooperação nesta verdadeira conquista da terra pela raça caucasiana.

Os portugueses abriram o caminho das descobertas longínquas; deram impulso às grandes viagens que deviam fazer cair sob o domínio da Europa a metade do globo, e que, ainda hoje, colocam o mundo inteiro sob a nossa dependência moral.

O cabo da Boa Esperança, descoberto e depois dobrado, a Índia conquistada, o Extremo Oriente subjugado, o Brasil descoberto e colonizado, a metade da terra conquistada, tais são os resultados obtidos em menos de cento e cinquenta anos por esse povo ousado.

A quem se deve atribuir tão brilhantes conquistas? Ao impulso dado por um príncipe dotado de génio, ao infante D. Henrique, o Navegador.

Destas jóias magníficas resta ainda a Portugal um formoso colar: a saber, na África, as ilhas de Cabo Verde, uma parte da Senegâmbia, as ilhas de São Tomé e Príncipe — as ricas províncias de Angola, Benguela, Moçâmedes e Moçambique; na Malásia, o estabelecimento de Dili, em Timor; na Ásia, Macau, que fica ao sul da China; e uma parte da Índia: Goa, Diu, Damão, etc.

As ilhas da Madeira e dos Açores não são consideradas como colónias, por isso que formam parte integrante do reino.

A Ásia já nada promete a Portugal para o futuro. Outros

ali adquiriram uma preponderância que hoje fora difícil contrapesar.

A África é o país que lhes convém explorar. Poderá ali achar a fonte de imensas riquezas. As regiões africanas sujeitas à autoridade do governo de Lisboa, estão destinadas a formarem um dia um verdadeiro Brasil. Os produtos que dali poderiam tirar-se não são por cento menos valiosos do que os da América meridional.

Avalia-se a extensão da Guiné, inferior à de Moçambique em 140 milhões de hectares, equivalente a mais do dobro da superfície das possessões francesas de Argel.

A exposição do Campo de Marte apresenta uma ideia exacta acerca da importância dessas belas colónias. Um pavilhão separado, de uma arquitectura elegante, contém numerosas amostras que são a prova material da multiplicidade dos seus produtos.

Angola, a mais importante de todas essas possessões, enviou algodão, café, gomas, tabaco, azeite de palma, tecidos, cobre; e essa província ainda poderia produzir muito mais!

As plantações de algodão poderiam sobretudo fazer-se em grande escala. Aquele país está maravilhosamente adaptado para a cultura dessa planta. De resto, nota-se desde alguns anos um progresso evidente no rendimento dessa região; os algarismos assim o provam. Em 1859, a exportação de algodão apenas atingia o algarismo de 45 000 quilogramas; em 1865, elevou-se a cerca de 500 000 quilogramas. Em menos de seis anos a produção fez mais do que decuplicar.

Ponham mãos à obra com afinho e veremos se, daqui a vinte anos, a África Portuguesa não poderá rivalizar com os Estados Unidos.

A província de Moçambique, que é igualmente mui vasta, acha-se representada no palácio da exposição pelas suas aguardentes de cana, pelas plantas têxteis e pelo seu marfim. Esta região, prodigamente dotada pela natureza, poderia render mil

vezes mais se os indígenas fossem menos refractários à civilização.

Nota-se, entre as curiosidades africanas, um dente de elefante da altura de dois metros, e que não pesa menos de 213 quilogramas. A província de Moçambique é, a par da Cafraria e dos países limítrofes, um verdadeiro paraíso venatório. Sabemos por bom canal que um intrépido viajante europeu conseguia matar três elefantes por dia. Criava por esta forma um rendimento diário de cerca de 360\$000 réis!

As ilhas de Cabo Verde exportam azeites, café e cera; porém, a sua principal indústria consiste na exportação do sal mineral.

A Índia Portuguesa ocupa também um lugar digno de menção: produz cereais e especiarias. Está completamente representada num troféu que serve para decorar a parte central desse pavilhão.

As frechas, os machados, as armaduras completas, as divindades indianas, os berços indígenas, os canistréis tecidos com arte, as caixas de madeira esculpida, os chapéus de formas extravagantes, a madeira de sândalo, os perfumes — tudo isto forma um grupo exótico de grande efeito e de verdadeiro interesse.

Portugal, potência eminentemente marítima, deve esperar muito das suas colónias. A exposição do Campo de Marte dá a medida dos produtos úteis e valiosos que essas províncias ultramarinas poderão um dia expedir com abundância à mãe pátria.

Depois da galeria das belas-artes, último círculo que confina com o jardim central, está o museu da história do trabalho.

Acham-se colocados por ordem os monumentos da arte e da indústria, desde os mais remotos tempos até aos nossos dias. A Idade da Pedra, durante a qual as armas e os instrumentos eram feitos de sílex ou pederneira, as obras menos grosseiras

da época galo-romana, as obras progressivas da Idade Média, e, finalmente, os primores da Renascença e dos tempos modernos, tudo ali está representado.

Os amadores, os colleccionistas, as bibliotecas, os museus, os soberanos, e até as igrejas, concorreram com o maior desvelo para a reunião de tantos tesouros.

Seria mais fácil dizer o que daquela especialidade não há na galeria do que enumerar o que nela se acha amontoado, cujo catálogo formaria cem volumes grandes, relacionando centenas de moedas e medalhas antigas, vasos, cofres, cristais, esmaltes, miniaturas, jóias, tapeçarias, rendas, armaduras de luxo e móveis preciosos e inapreciáveis, como por exemplo uma mesa de prata maciça que pertenceu a Carlos II, e que foi mandada pela rainha de Inglaterra.

Além de tantas preciosidades, encontram-se outras, que, no seu género, têm um grande valor arqueológico, desde preciosos leques, que foram agitados por mais de uma leviana e branca mão, até às lâminas e aos relicários, que ainda conservam algum átomo das cinzas dos santos. Há muitas pessoas que não aprovam a deslocação de tantos objectos consagrados ao culto divino, que, estando fora dos santuários, acham-se comprometidos em tão estranha promiscuidade. Nós não damos opinião sobre este assunto. O espírito elevado dos nossos leitores será o melhor juiz sobre o escrúpulo a que nos referimos.

As senhoras estudiosas, que não affectam de sábias, contemplam friamente os mistérios da arte inculta que só tem interesse para os arqueólogos, mas interessam-se pelas obras mais delicadas de engenhosos artistas, a quem faltaram todos os elementos e modelos da arte, e que recorreram à própria imaginação. Admiram os missais e as bíblias cobertas de magníficas miniaturas, traçadas à mão no silêncio dos mosteiros por pintores desconhecidos.

Muitas daquelas preciosas relíquias pertencem à rica colec-

ção do sr. Ambrósio Firmino Didot e a muitas outras bibliotecas francesas e de diversas nações.

Se a grande festa da indústria apenas constasse de semelhante acessório, mesmo assim ainda constituiria um curso da história da arte, explicado por monumentos. O que, porém, fará a glorificação da exposição universal de 1867, é evidentemente a criação do que os respectivos comissários chamam o grupo X. Ideia nova, engenhosa, fecunda e humanitária, em que a consciência pública deve repousar. A reunião daqueles produtos resultou de um inquérito sobre as instituições destinadas a melhorar a condição física e moral das populações.

O conjunto do grupo X compreende um grande número de classes, a saber: métodos de ensino, bibliotecas, móveis, vestuário, alimentos de boa qualidade e baratos, habitações por baixo preço e em condições de higiene e de comodidade, e produtos de toda a espécie fabricados por operários. Os mais modestos trabalhadores também ali têm o seu pavilhão e a sua bandeira, ao lado dos poderosos produtores.

Nesta rápida revista, mr. de Saint-Germain não diz uma palavra sobre as jóias e diamantes que em grande número se acham espalhados pela galeria; faz porém honrosa menção de uma obra mais interessante que respeita à *história do trabalho*; é um palácio, um imenso edifício gótico de madeira, recortada e esculpida com extrema habilidade. Mas o que torna ainda mais notável aquele primor de invenção, para a conclusão do qual foi preciso muita paciência, extrema habilidade e assíduo trabalho, é que o autor foi um pobre pedreiro que nunca fez mais do que manejar a colher e a trolha para ganhar a vida. O seu nome é António Tixier, pedreiro de Champeix, (Puy-de-Dôme). Este artista trabalhou durante doze anos para concluir o seu palácio gótico, assim o atesta num certificado um mestre de obras de Champeix.

Na transformação milagrosa do Campo de Marte juntou-se o útil ao agradável. A floresta avançou e foi parar nas áridas margens do Sena. Nas clareiras daqueles bosques improvisa-

dos fez-se um grande número de construções. Umas são residências de recreio, outras constituem habitações úteis ou construções anexas ao grande palácio, nas quais se desenvolve o excedente dos produtos industriais que não puderam achar lugar no edifício principal.

Os usos e costumes das nações revelam-se pelo contraste da architectura respectiva.

O pavilhão do imperador dos francezes é o primeiro que atrai a vista das pessoas que saem do palácio circular pela porta de honra que lhe dá acesso. Eleva-se num terraço abrigado do sol e da chuva, cercado por uma balaustrada de mármore encarnado, compondo-se de três salões cheios de luz, cujas entradas são por quatro portais de mosaico. É um modelo de elegância, de arte, de gosto, de grandeza e de elevação, apesar das suas limitadas dimensões.

O Oriente fez maiores despesas para apresentar espécimes variados da sua architectura. Qualquer casa de Berlim ou de Londres, não podia figurar como curiosidade na festa do Campo de Marte, ao passo que os edifícios do Oriente, pelo carácter estranho que apresentam, que é como o reflexo dos costumes orientais, chamam a atenção geral, e servem de estudo para muitos viajantes.

Verdade é que há muita gente que olha e não vê, e se vê não percebe. Há outras pessoas que têm a fraqueza de sacrificar o bom conceito que merecem das pessoas sérias a um dito ou a uma frase com que julgam distinguir-se do vulgo. Há também espíritos que, apesar do berço illustre que tiveram, vão obscurecendo-se pelo contacto permanente com a hipocrisia, a ponto de achar indigno do interesse humano tudo que não disser respeito às coisas divinas. Julgamos ser esta a única razão por que uma nobre dama portugueza escreveu para o seu país: «*A exposição nada tem de notável; está muito à quem do que se esperava.*» Mas nós, que desculpamos as fraquezas do próximo, e confiamos no interesse que nossas leitoras têm

por tudo que respeita à civilização e ao progresso da conquista do espírito sobre a matéria, prosseguimos na nossa narração.

A mesquita que está no parque é apenas uma amostra de arquitectura, e não tem mais significado religioso do que a igreja católica, cujas empenas se avistam do lado oposto. Apresenta simplesmente, no conjunto e por partes, a cópia reduzida de uma mesquita célebre. Por isso, o *iman* que impera naquela mesquita, e que é um simples guarda, não obriga os visitantes a deixar no vestíbulo os sapatos e as botas — o que é a maneira de saudar usada pelos fiéis muçulmanos.

Contudo, há pessoas que não podem entrar numa mesquita verdadeira sem encarar com respeito o *mihrab*, espécie de altar orientado na direcção de Meca. É para esse lado que os fiéis, que nós chamamos infiéis, se voltam durante a oração. Sabemos perfeitamente que eles vivem nas trevas, mas também sabemos que se curvam perante o Criador, que crêem e que oram, o que muitos que se dizem católicos, não fazem.

Quem não conhece o quadro de Horácio Vernet, a *Missa da Kabília*?

No centro de uma vasta paisagem cercada de montanhas, e num altar erigido à pressa, o sacerdote celebra o santo sacrificio. O comandante levanta a espada, os tambores batem a marcha; prolongadas linhas de regimento, com o joelho em terra, apresentam as armas, e, no primeiro plano, os árabes, trajando amplos *burnus*, prostram-se com respeito; é talvez esta a ideia mais tocante de tão bela composição.

O *Kiosco turco*, que está em frente da *mesquita*, é a realidade de tudo quanto neste género temos visto em pintura, nos livros e no teatro: divãs circulares, tapetes da Turquia, vasta bacia de mármore, água repuxando, e janelas com vidros coloridos; mas nenhum dos móveis cómodos e dos objectos escolhidos que formam o ornamento das nossas habitações europeias.

Os *banhos turcos* apresentam proporções mui diferentes dos modestos banhos do sr. dr. Nillo a S. Domingos, ou do

sr. dr. Bernardino, ao Poço do Borratém. Convêm aqueles banhos à vida ociosa dos orientais, que, estendidos nos divãs, neles passam dias inteiros, tomando café e fumando por longos cachimbos.

O pavilhão do bei de Túnis é um verdadeiro palácio, construído no mesmo estilo. Um pórtico monumental guarnecido com duas ordens de terríveis leões, dá entrada para a residência principesca. Nas salas baixas estão alojados os servos, e há um botequim tunesino, cujos músicos indígenas fazem no parque uma terrível estralada. Vê-se bem que a luz ainda não esclareceu aquelas almas. Conquanto pareçam muito sinceros, tudo é falso e desafinado no botequim tunesino; as vozes, o tamboril, as violas, as bandurras, e até os criados, cuja origem é muito contestável.

Fica-se maravilhado em presença daquela arquitectura tradicional, com tantos ornatos carregados de arabescos de cores cambiantes e com mil combinações de linhas, onde a vista se perde. O homem superficial pode com efeito ali admirar excelente execução, originalidade, requinte, profusão e mistério; mas para algumas das nossas leitoras faltar-lhe-ão a luz, a verdade e a natureza; sentir-lhe-ão a falta de uma ideia, de uma imagem, de uma flor viva, da obra de Deus, enfim.

O templo egípcio também apresenta uma ornamentação muito original. As muralhas ciclópeas são de cartão-pedra ou de papelão aperfeiçoado, as pilastras historiadas estão sobrepujadas por grandes carrancas coloridas que fixam os transeuntes. Misteriosos hieróglifos contêm a ciência hermética, traçada por... jovens artistas parisienses.

Uma larga avenida, em rampa, precedida por um propileu no estilo egípcio, dá acesso ao templo, e está guardada por duas fileiras de enormes esfinges, monólitos de granito... feitos de gesso, à vista dos passeantes, e que seriamente dissimulam a antiguidade de dois dias.

É, em proporções reduzidas, a reprodução fiel do templo antigo. Para aumentar a ilusão, vêem-se caravanas de camelos

disformes, montados por estranhas personagens de tipo muito pronunciado, embuçados em *bourous* de cores variegadas e que giram pelas áleas circunvizinhas, menos largas do que o deserto, e onde causam muito medo às amas, e fazem de papões às crianças.

E o que diremos do botequim chinês? Quem se aproxima dele, parece-lhe que toda a sua vida ali tem ido tomar chá ou cear. Os biombos, as ventarolas e as caixas de chá, que nos divertiram na infância, iniciaram-nos nos mistérios do Império do Centro. As três *nobres* donzelas que, no Campo de Marte, figuram no terraço do quiosque, são há muito da intimidade de quem as vê: o público chega a persuadir-se de que foi educado com elas, tal é o efeito da prodigalidade com que o celeste império expede para a Europa leques, jarras e pratos. Contudo, a ninguém lhe chega o apetite de provar a suspeitosa cozinha de proveniência asiática. Quem responderá pela veracidade e frescura dos ninhos de Salangania? Não estará alterado o molho de bichos-de-conta pisados? Dizem-nos que as frituras de gafanhotos são tentadoras, mas que a conserva de lagartas de couve pouco tem agradado. O teatro construído no mesmo pavilhão não é tão chinês como alguns dos teatros franceses.

O que, porém, é cheio de atractivos para as pessoas estudiosas, é o monumento da exposição do istmo de Suez. A inscrição que se lê à entrada, é o mais eloquente prefácio da grande obra do século presente.

Eis a inscrição: «Quando, depois da batalha das Pirâmides, o general Bonaparte foi com os sábios da expedição até Suez, sendo o primeiro que reconheceu os vestígios do antigo canal, exclamou: “Meus senhores, estamos em pleno canal dos Faraós! Deu então ordem a Lesseps, engenheiro de pontes e calçadas, para estudar um projecto de canal entre os dois mares.”»

Tão fecunda ideia devia produzir fruto; o projecto gigantesco que Napoleão I legou à França foi posto em prática pela iniciativa de Fernando de Lesseps, coadjuvado por audaciosos cooperadores, como geralmente é sabido.

Os visitantes da exposição têm à vista o plano em relevo do istmo, o mar Vermelho, o canal, e todas as máquinas com que se executam aqueles trabalhos hercúleos: dragas, aparelhos de elevação e flutuantes, navios de reboque, etc. O espectador assiste àquele surpreendente trabalho, avalia quantos braços são necessários, quantos esforços e perseverança, quantos milhões de carradas de areia é preciso lançar por cima de ribanceiras escorregadias e transportar por caminhos-de-ferro, para que os dois mares possam confundir as suas águas.

O grande facto está quase consumado. Cumprem-se as profecias do imortal Lesseps: já um canal provisório dá passagem a navios. Estabeleceu-se o tráfico conforme a tarifa da companhia. Mas não é só mercadorias que passam, são as ideias que trocam por um contacto mais íntimo.

Não é Moisés estendendo a vara por sobre as ondas do mar Vermelho para dar passagem a uns, e para tragar outros: é o cristianismo, a civilização e a ciência, que derrubam aquelas temíveis montanhas de areia, e que estendem a mão ao Oriente.

N.º 56. 21 de Julho

Perto do farol de que, num dos artigos antecedentes, fizemos a descrição, acha-se situada uma igreja. Se as pessoas que a visitam pagassem junto ao pórtico um direito de entrada, a ilusão tornava-se completa: era uma verdadeira igreja francesa. Em Lisboa, na igreja de S. Luís, há uma pequena amostra deste costume, que não está nada em harmonia com as instituições da igreja católica. Já ali se fazem as assinaturas para os lugares do coro.

Na igreja que se acha colocada no parque do Campo de Marte, a severidade do estilo, a claridade modificada por vidros coloridos, o coro, as capelas, as estátuas dos santos, e os melodiosos sons do grande órgão de Cavaillé-Coll, tudo convida à oração e à meditação. Mas quando algum devoto meditabundo se dirige à pia da água benta e vai para molhar o dedos, é logo chamado ao campo da realidade pelos ditos alegres e pelas conversas e risadas altamente profanas dos passeantes, que conservam o chapéu na cabeça, substituindo os vapores do incenso pelo fumo dos charutos. Verdade é que todos convêm que, segundo o programa, aqueles objectos não são mais do que uma exposição de *mercadorias destinadas* ao culto católico. Já muitos objectos estão marcados como *vendidos*.

Nas sete galerias circulares do palácio da exposição era difícil designar um lugar conveniente para os objectos consa-

grados ao culto. O acaso poderia pô-los em contacto com exibições vulgares de mais, ou muito disparatadas. Foi, sem dúvida, este o motivo que decidiu os organizadores da exposição a reservar um asilo separado à arte cristã. O Sr. Levêque, hábil pintor em vidro de Beauvais, foi quem teve a ideia de formar e de provocar uma associação de todos os industriais e artistas que tinham que apresentar objectos do culto. Deste acordo resultou um monumento de arquitectura muito curioso.

É bem triste a lembrança de que dentro em poucos meses, quando a festa se acabar, tudo ficará destruído. Colunas, pilastras góticas, florões, mosaicos e elegantes abóbadas, tudo se tornará em pó.

As pias de água benta, as fontes baptismas, os púlpitos, o coro, os altares, as capelas, os órgãos e os missais, são objectos de arte. Nota-se principalmente um Calvário, grande cena misteriosa com o característico do belo e com a expressão do mais severo estilo. Na estatuária policromática há algumas imagens muito aceitáveis; vê-se que foram tratadas com profundo sentimento de arte.

Há também uma estátua de uma santa mártir, executada em cera e com rara perfeição. Parece-nos porém de gosto um tanto duvidoso a introdução de figuras de cera numa arte onde tudo deve ser monumental. E de mais, aquela santa, apresentando uma larga ferida na garganta, é tão rica e abundante de saúde e de formas que ficaria mais bem colocada num museu plástico do que num templo cristão.

O sentimento, ou antes a manifestação religiosa, não entra naquele *negócio*, constitui apenas simples exhibição para venda de crucifixos e de santos, como se vê em todas as lojas de santeiros do mundo. Esta é a nossa opinião.

Se a ideia religiosa não é imposta sob as abóbadas da pequena igreja a que nos referimos, como se imporá ela ao ar livre, no âmbito do Campo de Marte, em volta do monumento consagrado à religião católica? Por isso também não podemos atribuir senão à especulação a distribuição dos Evangelhos

segundo S. Marcos, S. Lucas, S. João, S. Mateus, e todos os evangelistas possíveis, que se faz com a maior profusão em todas as partes do parque e do palácio. Outros *extractos* que não convêm à infância, também com profusão se espalham *por todas as mãos!* São uns livros portáteis, publicados em Londres por uma sociedade bíblica, e impressa em todas as línguas. Cada livro tem escrito na capa: «Crê no Senhor J. C. e serás salvo, tu e tua família.»

Esta maneira de salvação não só autoriza a pouca devoção, mas, até certo ponto, permite a libertinagem. Um pai de numerosa família, por exemplo, compra o seu livrinho, e depois crê firmemente no Senhor. Os filhos, os outros membros da família, como lhes consta que o dono da casa possui aquela panaceia universal, seguem livremente as suas inclinações ou desregramentos, porque sabem que afinal lá está o perdão póstumo que há-de absolvê-los de todos os seus pecados.

Os agentes da sociedade bíblica têm no parque um armazém central onde estão acumulados os *produtos* do seu negócio. Os missionários, que sornateiramente vão introduzindo os opúsculos na algibeira dos visitantes da exposição, correm menos perigos de que os do Japão ou da China! Apenas se expõem ao riso dos incrédulos ou à desaprovação dos crentes.

No meio de toda esta Babel, os estrangeiros, e mesmo os indígenas, são perseguidos por um bom número de infiéis, que, afirmando que *Alá é grande* e que *Maomet é o seu profeta*, também querem especular com o seu livrinho, o que facilmente conseguem porque em Paris há gente para tudo e para todos os gostos.

A sociedade bíblica não se cansa de expedir circulares por toda a parte, asseverando que possui depósitos e agentes em todos os países da Europa, e até em todo o universo, e que está sempre pronta a assistir aos missionários que fizerem conhecer Jesus Cristo aos milhões de pagãos de que ainda se acha povoada uma grande parte da Terra. Achamos isto uma obra muito meritória, contudo, Mr. de Saint-Germain, espírito-ele-

vado, que por muitos motivos é para nós uma autoridade, diz na sua 23.^a carta sobre a exposição que, sem querer menosprezar a consideração que os estrangeiros merecem, e reconhecendo mesmo as melhores intenções nos missionários, parece-lhe conveniente fazer-lhes sentir que à propaganda que exercem no Campo de Marte falta o essencial, que é a dignidade. Vêem-se diversas pessoas acender o seu charuto com as folhas do Evangelho, condenando assim ao fogo o texto sagrado! Com isto dizemos tudo. Questões de uma ordem tão elevada, e empresas tão delicadas, não se tratam de semelhante maneira. A Companhia de Jesus nem sempre tem tido boa escolha na nomeação dos seus missionários: assim o atesta o que em Lisboa se passou de 1832 para 1833. O ridículo em que muitas vezes se acham engolfados, é um dos melhores correctivos para o mal que as suas doutrinas perigosas poderiam causar às instituições dos países livres, se os povos não principiassem a abrir os olhos à luz da civilização.

A indiferença com que os confrades da Companhia de Jesus vão sendo recebidos por toda a parte, também é uma evidente prova de que a influência de que outrora gozava aquela grande instituição, vai todos os dias perdendo terreno. Hoje, que o sentimento e as noções da justiça se vão derramando pelos povos, já não é fácil entronizar nos corações a fé cega e o fanatismo. Já custa mais o especular com a ignorância ou com o obscurantismo, elementos para os despotismos dos reis, política que a sociedade condena, em presença da renovação completa do espírito do homem e da reorganização geral da sociedade.

Formem quantos concílios ecuménicos quiserem, chovam as encíclicas, preparem-se os raios nas forjas dos ciclopes do Sacro Colégio para fulminar as doutrinas liberais, que a sociedade jamais retrogradará no caminho que a civilização lhe abre e a ciência alumia.

N.º 58. 28 de Julho

Os médicos e os cirurgiões do Hospital da Caridade de Paris, juntamente com todos os empregados internos do mesmo estabelecimento, receberam no sábado último um médico americano que obtivera uma reputação durante a última guerra da América, e cuja visita lhes fora de antemão anunciada.

O referido doutor em cirurgia era Madame Walker, que durante a última guerra dos Estados Unidos dirigiu o importante serviço de uma das ambulâncias. Madame Walker é baixa e de uma constituição delicadíssima; tem as maneiras mais distintas e veste-se com a maior elegância que pode caracterizar uma senhora da melhor sociedade.

Foi recebida na sua visita ao hospital de caridade com as maiores demonstrações de simpatia e respeito. Visitou todas as enfermarias, examinou o estado dos doentes e mostrou grande capacidade científica no modo como conversou com os médicos presentes no estabelecimento.

Este facto proclama em Paris um princípio que recebeu a sua consagração nos Estados Unidos: a igualdade da mulher perante a ciência.

Nós, pela nossa parte, inclinamo-nos em favor deste princípio. Antes as mulheres recebam nas academias o doutorado do que se façam elas mesmas doutoras, como por aí vemos algumas vezes, com grande tédio nosso e deslustre do sexo e da ciência.

Gazeta de Portugal

(1867)

1 de Dezembro

MEFISTÓFELES. J. PETIT

... Júlio Petit realiza admiravelmente esta figura que se prende à tragédia, à farsa, à fatalidade, à filosofia, ao dogma e à legenda. Nele, o gesto é a voz, o riso, o terror, o aniquilamento, o orgulho, a perversidade — tudo. A sua interpretação é o poema do movimento. A sua figura, imitada da do Mefistófeles de Ary Scheffer, tem o anguloso, o esguio, o hirto, o adunco do Diabo das legendas. Cada gesto é toda a longa história de Satã durante a sombria aventura que ele tentou contra o espírito.

Quando, no prólogo, contrata a alma do Fausto, lírico e idiota — é cortesão, fluente, insinuante, flexível, como o antigo Satã quando discutia com Alberto Magno as condições da sua venda e envolve o Fausto, fraco e desfalecido de desejos, com as visões da vida e com as palpitações da natureza sensual, como o Satã prendia as hesitações de Alberto com a visão serena e luminosa do segredo das coisas.

Na quermesse, no primeiro acto, tem a familiaridade jovial do Diabo no século XVI, quando viajava na Flandres e dançava na corda diante da população, e lia a *buena-dicha*.

com grandes risadas sinistras, às damas corpulentas do Brabant. Na canção do ouro, é violento, áspero, apaixonado, rancoroso, como as antigas crônicas monásticas contam que era o Diabo quando dizia a Savanarola, na sua ceda do convento dos Dominiquinos, em Florença, o poder das suas armaduras e das suas legiões flamejantes. Durante o coro místico, em que os soldados o esmagam com a cruz das espadas, Júlio Petit faz com alguns gestos o drama da vida infeliz do Diabo perante a serena superioridade do Cristianismo: ao princípio, medroso e traiçoeiro, depois, cheio de desesperação, mordendo a sua espada de aparato, como o Satã de Milton, vencido, arranha raivosamente a sua armadura, por fim, abatido, esmagado, deixando-se cair no chão, inerte, às últimas notas triunfantes do coro cristão — como simbolizando o aniquilamento de Satã sob a serena legião vitoriosa dos espíritos siderais.

No jardim, Júlio Petit é o Diabo cheio de desprezo pelas delicadezas femininas, inquieto pela timidez mística e toda alemã de Fausto, guiando asperamente aquela alma, que vai fazendo, passo a passo, a sua entrada no mal.

O último gesto magnífico é o empurrão que atira Fausto para o seio de Margarida, gesto cheio de desprezo, como o de um diabo que atira uma coisa, para ele imunda também, o seio de uma mulher. Dante descreve gestos semelhantes. Assim nos quadros místicos do século XIV se pinta Satã, atirando as almas para a sombra tenebrosa onde se perde a esperança.

Defronte da igreja, no quarto acto, na cena magnética da possessão, Júlio Petit faz, com o canto e com o gesto, a história terrível daquela batalha que, durante a Idade Média, a natureza deu à religião. O Diabo é o aliado da natureza: auxilia o pecado, combate o arrependimento. Quando ele se coloca defronte da igreja, com a capa caída, semelhando duas asas negras dobradas, faz lembrar aquela visão de Santo António, que, numa noite de tempestade, no deserto da Nítria, viu, através do êxtase, no infinito apocalíptico, os dois

grandes braços de Satã abertos diante do céu, a impedirem, sinistros, a subida soluçante das almas.

Criação magnífica esta de Mefistófeles, que ficará gravada na história da arte como, guardadas as proporções e as condições de duração, ficaram as realidades pungentes que Rembrandt pressentiu no mundo sobrenatural!

E se é certo que o Diabo morreu, e que já lhe fizeram o epitáfio, e que as suas imagens são estátuas que o homem lhe ergue, e que, depois de morto, teve para dizer a sua beleza Milton, e para dizer a sua tragédia Dante; se é certo que se foi juntar no vasto cemitério azul onde os sepulcros são astros, aos finados enormes, que foram os deuses da Índia, do Egipto e da Grécia; se é certo que é por ele morto que o mar geme e as florestas gemem; se é certo que ele se deitou na serenidade eterna, deixando o homem por herdeiro; se é certo que ele morreu, o bom Diabo — é também verdade que esta criação de Mefistófeles por este artista, é uma ressurreição, e que todas as noites o velho Satã vem, como no tempo dos seus amores, vestido de escarlate, contar sobre uma cena resplandecente, entre as instrumentações esplêndidas — a sua velha legenda da tentação!

Mas, por desgraça, as criações do canto e do teatro morrem e esquecem tão depressa como os diabos das religiões. É a condenação de tudo o que é forma — desaparecer. Só ficam as puras idealizações da alma e da natureza.

Quem se lembra hoje da Malibran, da Sontag, de Talma, de Federick Lemaître e da Dorval? E todavia ainda Shakespeare dá a sua alma, como uma eucaristia da arte, a todas as gerações moças, primaveras sagradas e fecundas.

Quem se lembra hoje de Siva, de Brama, de Vischnou, de Indra, de Tífon, de Osíris, de Bel, de Molocho e dos Olímpicos gregos de nomes sonoros, e de toda a imensa legião dos esboços de Deus?

E todavia, um ficou, o elemento espiritual e ideal, aquele que preside sereno — à tragicomédia da alma!

João de Deus

(«Os de Paris a João de Deus», 1895)

A alma poética do Povo Português encarnou em João de Deus. E por esta encarnação, que o tornou um poeta ingénuo e profundo, infantil e sublime, se explica a sua vida e a sua lenda, a sua fluida e singela maneira de improvisador e rapsodo errante, os temas eternos e simples sobre que incessantemente se exerce o seu poder de idealização, a graça da sua melancolia e a suavidade da sua ironia, a viçosa duração dos seus versos, sobrevivendo a todas as evoluções da arte e do gosto, que tanto verso atiram para o lixo das literaturas, a luminosa facilidade com que cativa os espíritos mais primitivos, e ainda os mais saturados de cultura crítica; e enfim esta simpatia que irradia, por todos sentirmos nele como a expressão genuína dos nossos ideais nativos, e que hoje nos traz aqui, com ramos verdes, a cantar os seus louvores em romaria amorável.

João de Deus, o João (porque a popularidade eliminou os apelidos que o prendiam a uma família, e apenas lhe deixou um nome, como aos santos, que são de todos), não se sentiu poeta lendo os poetas. Exactamente como o povo, foi pela

música, cantando à viola dos campos, que ele penetrou na poesia. As suas primeiras estrofes foram arrancadas, como soluços naturais, pela morte, pela injusta morte, a daquele «lírio delicado e frágil» que tão docemente se debruçava de uma janela da velha Coimbra romântica, e que murchou antes de abrir. Depois, muito naturalmente também — porque se uma flor seca, outras desabrocham e dão o seu pleno aroma — cantou a beleza forte e o Amor. Mas pelo Amor facilmente se vai a Deus, e o seu génio poético tomou o hábito desse caminho transcendente, e por ele se passou a sua existência lírica, peregrinando da Terra ao Céu, recolhendo do Divino ao Feminino, ora arroubado ante o poder do Senhor, ora ante a graça de dois olhos finos, de tal sorte que, na adoração contínua do seu verso, se confunde por fim Maria que está nos Céus, e aquela que fazia meia, sentada à porta do seu casal, com o peito redondo e arqueado.

Como de pomba farta e satisfeita...

E para ele, como poeta, não existiram mais senão estes dois interesses, a Mulher e a Divindade. A todo o seu século, a este fecundo e revoltoso século, permaneceu sempre alheio, senão pela inteligência, ao menos pelo sentimento. Nem a ruidosa deslocação de classes, nem as ilusões humanitárias da Democracia, nem a conquista violenta dos direitos políticos, nem a obra grandiosa da Ciência Experimental, nem as audácias da Mecânica, nem revoluções sociais, nem transformações espirituais — o comoveram ou tiraram um som à sua Lira amorosa e sacra.

Menos ainda influíram na sua arte de cantar, essa passagem de formas novas que vão surpreendendo e mudando o gosto desde Lamartine até Verlaine. Como se fosse o primeiro Homem, antes de nascerem outros homens, e começarem os livros, João de Deus ficou sempre fechado no seu Paraíso poético — com Eva e com Jeová.

Mas pela nobreza dos seus instintos religiosos, pela força da sua rectidão intelectual, pelo sentir intenso da beleza — ele, sem passar pelos dogmas, procurou e por vezes encontrou a Divindade; ignorando as *Poéticas*, realizou supremamente a Poesia, e, sem atender às *Metafísicas*, chegou, na sua obra e na sua vida, à pura verdade moral.

É pois bem justo, e útil para a dignidade pensante da nossa terra, que entre todos apontemos para este homem, tão poético como os poemas, murmurando, com a reverência e o Amor do velho florentino: *Onorate l'altissimo poeta!*

Paris, 22 de Fevereiro de 1895

CARTAS INÉDITAS DE FRADIQUE MENDES

I

A E. Sturmm, alfaiate ⁽¹⁾

Lisboa, Abril

Meu bom Sturmm. — A sua sobrecasaca é perfeitamente insensata. Ali a tenho, arejando à janela, nas costas de uma cadeira; e assenta tão bem nessas costas de pau, como assentaria nas do comandante das Guardas Municipais, nas do Patriarca, nas de um piloto da barra ou nas de um filósofo, se o houvesse nestes reinos. Quero, pois, severamente dizer que ela não possui *individualidade*.

Se V., bom Sturmm, fosse apenas um alçibebe, embrulhando a multidão em pano Sedan para lhe tapar a nudez — eu não faria à sua obra esta crítica tão alta e exigente. Mas V. é alemão, e de Conisberga, cidade metafísica. A sua tesoura tem parentesco com a pena de Emanuel Kant, e legitimamente me surprende que V. não a use com a mesma sagacidade psicológica.

(1) Carta que esteve na posse de Marcos Vidigal e que este entregou a José Maria d'Eça de Queiroz, destinada ao volume que então preparava sobre os inéditos de Fradique. (N. do E.)

Não ignora V., decerto, que ao lado da filosofia da história e de outras filosofias, há ainda mais uma, importante e vasta, que se chama a filosofia do vestuário; e menos ignora, decerto, que aí se aprende, entre tanta coisa profunda, esta, de superior profundidade: que o casaco está para o homem como a palavra está para a ideia.

Ora, para que serve a palavra, *Sturmm*? Para tornar a ideia perceptível e transmissível nas relações humanas — como o casaco serve para tornar o homem apresentável e viável através das ocupações sociais. Mas é a palavra empregada sempre em rigorosa *concordância de valor* com a ideia? Não, meu *Sturmm*.

Quando a ideia é chata ou trivial, alteia-se, revestindo-a de palavras gordas e aparatosas — como todas as que se usam em política.

Quando a ideia é grosseira ou bestial, embeleza-se e poetiza-se, recobrando-a de palavras macias, afagantes, canoras — como todas as que se usam em amor.

Por outro lado, escolhem-se palavras de uma retumbância especial para reforçar a veemência da ideia — como nos rasgos à Mirabeau — ou rebuscam-se as que pela estranheza plástica ajuntam uma sensação física à emoção intelectual — como nos versos de Baudelaire.

Temos pois que a palavra opera sobre a ideia, ou disfarçando-a ou acentuando-a. Vai-me V. seguindo, perspicaz *Sturmm*?

Tudo isto se aplica exactamente às conexões do casaco com o homem.

Para que talham os alfaiates ingleses certas sobrecasacas longas, rectas, rígidas, com um debrum de austeridade e ressudando virtude por todas as costuras? Para esconder a velhacaria de quem as veste. Você encontra em Londres essas sobrecasacas, nos *meetings* religiosos, nas sociedades promotoras da moralização dos pequenos patagónios e nos romances de Dickens. E para que talham eles esses fraques audazes,

bem acolchoados de ombros, quebrados e cavados de cinta, dando relevo aos quadris — sede da força amorosa? Para acentuar os corpos robustos e voluptuosos a que se colam. Você vê desses fraques aos Lovelaces, aos caçadores de dotes e a toda a legião dos *entretenus*.

Disfarçando-o ou acentuando-o, o casaco deve ser a expressão visível do carácter ou do tipo que, cada um, pretende representar entre os seus concidadãos.

Quem lhe encomenda pois um casaco, digno *Sturmm*, encomenda-lhe na realidade um *prospecto*. E nem precisa o alfaiate que aprofundou a sua arte, de receber a confissão do freguês. As ligeiras recomendações que escapam, inquietas e tímidas, na hora atribulada da «prova», bastam para que ele compreenda o uso social a que o cliente destina a sua farpela... Assim, se um cavalheiro de luvas pretas, com uma luneta de ouro entalada entre dois botões do colete, que move os passos com lentidão e reflexão, e, ao entrar, pousou sobre a mesa um número do *Jornal do Economista*, lhe diz, num tom de mansa reprovação, ao provar o casaco: «Está curto e justo de cinta» — V. deve logo deduzir que ele deseja aquelas abas bem formidas, flutuantes, que demonstram abundância de princípios, circunspecção, amor sólido da ordem e conhecimento miúdo das pautas da Alfândega... Vai-me V. penetrando, bom *Sturmm*?

Ora, que lhe murmurei eu, em mau alemão, ao provar a sobrecasaca infausta? Esta fugidia indicação: «Que cinja bem!» isto bastava para V. entender que eu desejava, através dessa veste, mostrar-me a Lisboa, onde a ia usar, sinceramente como sou — reservado, cingido comigo mesmo, frio, céptico e inacessível aos pedidos de meias libras... E, no entanto, que me manda V., *Sturmm*, num embrulho de papel pardo? V. manda-me a sobrecasaca que talha para toda a gente em Portugal, desgraçadamente: a *sobrecasaca do conselheiro!*

Digo «desgraçadamente» — porque vestindo-nos todos pelo mesmo molde, V. leva-nos todos a ter o mesmo sentir e a ter

o mesmo pensar. Nada influencia mais profundamente o sentir do homem, do que a frotta que o cobre. O mais ríspido profeta, se enverga uma casaca e ata ao pescoço um laço branco, tende logo a *sentir* os encantos dos decotes e da valsa; e o mais extraviado mundano, dentro de uma *robe de chambre*, sente apetites de serão doméstico e de carinhos ao fogão.

Maior ainda se afirma a influência do vestuário sobre o pensar. Não é possível conceber um sistema filosófico com os pés entalados em escarpins de baile, e um jaquetão de veludo preto forrado a cetim azul leva inevitavelmente a ideias conservadoras.

Você, pondo no dorso de toda a sociedade essa casaca de conselheiro, lisa, insípida, rotineira, pesabunda — está simplesmente criando um país de conselheiros!

Dentro dessa confecção banalizadora e achatante, o poeta perde a fantasia, o dândi perde a vivacidade, o militar perde a coragem, o jornalista perde a veia, o crítico perde a sagacidade, o padre perde a fé — e, perdendo cada um o relevo e a saliência própria, fica tudo reduzido a esse cepo moral que se chama o *conselheiro!* A sua tesoura está assim mesquinha-mente aparándo a originalidade do país! Você corta, em cada casaco, a mortalha de um temperamento. E se Camões ainda vivesse — e V. o vestisse — tínhamos em lugar dos *Sonetos*, antigos do *Comércio do Porto*.

A Paula Vargette

Meu bom Vargette. — Com alvoroço e carinho acolhi eu ontem o seu livro, *Les Pâles Vêpres*, que é logo, exteriormente, de um raro e intelectual dandismo. Considerei, enternecidamente, o seco galho de Inverno onde treme uma folha morta, caído, como um emblema de modéstia, sobre a capa de uma cor de carne bem achada, entre rósea e glauca, carne semi-fluída de Náíade fugidia. Detive o sorriso enlevado nas maiúsculas escarlates, com cercaduras no fino gosto de Simon Colines. Palpei com reverência as folhas graves de papiro sacerdotal. E com os pés para o borralho, pensei nos nudes tempos da velha poesia, quando Musset e Lamartine eram sublimes em papel pardo!

Apesar de ter quase cinquenta anos, de rereer Horácio e Racine e de amar, por uma incurável necessidade de pureza, a água límpida que rebenta das rochas claras, eu não sou hostil à poética nova de que o seu livro procede, meu Vargette, e que se chama — se desde ontem lhe não alteraram a alcunha flutuante — *decadismo* ou *simbolismo*. Consiste ela, quando ensinada e praticada pelos mestres — se eu não erro nestas superfínas matérias — em arredar da poesia, como gastas e já inusáveis, todas as sensações ou emoções simples, velhas como o homem, e por ele, através de vinte séculos de literatura, desde

os hinos órficos até Béranger, fixadas em formas que, como as da moeda, já não podem ser alteradas — (que Estado, por mais inovador, ousaria cunhar libras triangulares ou peças de cinco francos com o recorte de um lírio?)

Consiste, depois, em rebuscar, através do homem e da Natureza, impressões e emoções novas, ou fragmentos de impressões e emoções, deixadas no subsolo da alma e da vida pelos primeiros escavadores, e que pareçam novas e saídas de um filão novo, por conservarem ainda as asperezas frescas do metal desenterrado. E consiste, enfim, em materializar tão completamente — transpondo-as para o verso — essas sensações e essas emoções, que elas nos prendam e nos afetem pelos atributos próprios da matéria, e o verso que as encarne se torne tão verdadeiramente nutilante como um broche de pedrarias; ou tão doce à epiderme como a moleza de um estofado, ou então respirável como um ramo de lilases... Creio que é esta a poética do simbolismo, quando ensinada pelos mestres.

Erro eu, meu Vargette? — «Que bem que cheira este verso! — Como é macio este verso quando se lhe poussa em cima a face! — No faiscar deste verso há rubis e esmeraldas! — Este verso restolhou denso de ramaria, e aquele cai em gotas límpidas de uma quelha sobre a neve!» Creio serem estes os gritos que o simbolismo quer arrancar à admiração cansada dos homens. Não é verdade, Vargette? Ainda há pouco, um simbolista ilustre murmurava, convidando as multidões para o seu verso: *Il fait bon dans mon vers!* o que eu traduzo: — «No meu verso há calor, uma flacidez de veludo, toda a sorte de perfumes errantes, e um murmúrio que embala e adormenta... Vinde para o meu verso!» (Eu não fui, porque esse Paraíso, sumptuosamente impresso, custava vinte francos!)

Pois apesar dos meus cinquenta anos já bolorentos e da minha ferrugenta fidelidade a Virgílio, a Horácio e à Antologia, eu penso que esta poética aproveita, consideravelmente, a todo o poeta que nos começos da gentil carreira a cultive com sagacidade e com método. Primeiramente, impõe ao espírito o salu-

tar horror do *já dito*, do *já feito*. Depois, conduz ao hábito de afiar e aguçar a análise, até que, como uma ponta de aço de incomparável flexibilidade e finura, ela saiba penetrar através dos mais tortuosos e escuros refolhos da alma. E enfim acostuma a extrair do verbo humano tudo o que ele humanamente pode dar, como encarnador do visível e do invisível.

De sorte que o *decadismo* é um exercício extremamente útil a todo o poeta que se prepara para a poesia — exactamente como a ginástica é o mais vantajoso exercício do corpo que se prepara para a vida. O espírito sai do *decadismo* com hábitos de actividade inovadora, mais elástico, mais dúctil, possuindo um poder mais variado de se traduzir e viver pela expressão, exactamente como o corpo sai da ginástica com hábitos de vivacidade, mais musculoso, mais ágil, e cheio de destreza para a acção.

Mas, meu Vargette, por isso mesmo que o *decadismo* e a ginástica são meios de educação — não se podem considerar como o fim supremo e definitivo do ser educado. O homem que se prepara para viver uma vida de homem em toda a sua plenitude e variedade — e que para isso se adestrou e se fortificou na ginástica desde os dez anos — deve, logo que envergue a sobrecasaca viril, abandonar a um canto as cordas, as argolas e os halteres. E do mesmo modo — com carinhosa sinceridade lho asseguro — o meu querido Vargette, como poeta que penetra na poesia, deveria ter queimado esse gentil livro, *Les Pâtes Vêpres*, desde que, em outro anterior, *Les Doléances*, se exercitara já suficientemente em ser inovador subtil e expressivo. Ficar o meu Vargette, com essa rica e formosa barba cor de milho, a fazer eternamente *decadismo* — seria como ficar o homem de acção, que já tem a barba e a idade da acção, teimosamente dependurado do trapézio. Ambos teriam encailhado a meio do seu destino: um, nunca chegaria à poesia, o outro, nunca chegaria à acção. E ambos elles permaneceriam de fora — sendo para todo o sempre dois simples pelotiqueiros.

Amigo nude, por ser tão amigo — FRADIQUE.

A Madame de Jouarre

Minha querida madrinha. — O nome é lindo, cheio de som e de luz: *Claire de Clairval*. Mais bonito ainda em português, tendo um som mais repousado e nobre — Clara de Claro Vale. E corresponde bem a toda a pessoa, ao busto esbelto, aos cabelos louros, ao romance que pende das pestanas, ao olhar lânguido. embora não abranja também a outra qualidade dos olhos, que, além de lânguidos, são finos. Não devia haver *finura* numa *Clara de Claro Vale*, que, pelo menos de nome, é gótica, toda em sentimento, crédula e grave, sentada numa cadeira de alto espaldar e ocupada em manter a graça heráldica de sua pessoa.

Diz a minha bela madrinha que, apesar de tão ressoante, lembrando torneios e cortes de amor, *Clairval* não está muito alto no nobiliário de França. *Un peu de roture ne gête rien*. Pelo contrário, são talvez essas gotas de sangue vermelho e plebeu que põem através da sua gentil pessoa a ponta de *finura* que me atrai.

Está a minha bela madrinha enganada — eu nunca a tinha visto antes do baile de *madame* de Tressan. É bem possível que ela vá todas as quartas-feiras à *Comédie Française* — mas desde que se adoptaram para a *Comédie* as *toilettes* escuras, com tons sóbrios e graves como a versificação de Racine, não é fácil

ser-se atraído, *depois dos trinta anos*, por um rosto especial. O teatro todo é como uma mancha escura, picada de pontos pálidos ou cor de pó-de-arroz, que são as faces. Aos vinte e cinco anos, a curiosidade, vibrante e sempre *à l'affût*, num instante detalha, distingue, escolhe entre todos esses rostos bonitos. A curiosidade mais embotada e lenta dos trinta e cinco, nada aprofunda, passa por sobre a sala num só giro resvalado. É necessário que da parte do rosto bonito já haja a intenção, o desejo de ser notado, que ele próprio se adiante e se evidencie, para que prenda e segure a atenção.

Além disso, eu suponho que ninguém vê a mulher que tem de amar — isto na generalidade, não se trata de *madame de Clairval!* — antes de ter chegado o momento marcado pelo destino para que esse amor se acenda e seja útil ao conjunto das coisas. Nada prova mesmo que essa mulher não tenha emergido, nesse momento, do seio vivo da Natureza, assim, em *toilette* e de luvas brancas, para ser olhada e possuída por esse homem! Isto que parece incidente de conto de fadas é todavia, por vezes, quase justificado pelos factos.

Um amigo meu, em Lisboa, numa sociedade pequena, de duzentas pessoas, em que todo o mundo se acotovela e todos uns aos outros conhecem o tom de voz, os negócios, os sentimentos, as *toilettes* e as ambições — de tal sorte que mesmo numa sala às escuras se poderia continuar com coerência a conversação — perguntou um dia a uma senhora, numa *soirée*:

— Quem é aquela rapariga de branco, além, ao pé da porta?

A outra olha, parece assombrada:

— É minha irmã...

— Mas...

— Mas quê? Essa é extraordinária! Há quatro anos que ela vai comigo a toda a parte onde eu vou, e há quatro anos que o encontro a si em toda a parte onde apareço...

Um ano depois o meu amigo casava com a *rapariga de branco!*

Estou vendo que não achou esta história interessante — e que mais se vai estabelecer na sua ideia de que há uma semana, desde o baile de *madame* de Tressan, ando vago e sem sabor. Talvez tenha razão. Não me sinto, com efeito, nem muito vibrante, nem muito agudo, nem muito impulsivo. Não sei que *rêverie* indecisa me prende, me enleia por vezes, dando-me aquele langor espiritual que os primeiros calores de Maio dão ao corpo. Não sei a origem e não quero descobri-la — mesmo que tivesse a vivacidade de espírito para empreender essa análise — com receio de que este estado de doce e vago adormecimento se esvaia e fuja, levando com ele a doçura em que me envolve. E ouço daí a sua pergunta: — «Nenhuma ideia, nenhuma imagem, nenhuma figura passa através deste fundo de cismar informe?» — Meu Deus, escassamente lho poderia dizer. É certo que por vezes, não sei porquê, desse fundo de repouso intelectual, dessa névoa luminosa e quente, destaca-se uma longa figura loura, com coisas amarelas no vestido preto e uns olhos finos e lânguidos... Mas não há nada de perigoso nisto. Suponho mesmo que essa imagem que passa não é o reflexo de nenhuma realidade — mas uma criação própria da imaginação adormecida, semelhante a essas evaporações que se elevam de um lago morto, no Verão, e que tomariam, se nós as pudéssemos ver mais densas e perceptíveis, as formas mortas, serenas, paradas e moles do lago de onde se elevaram. Um espírito que dormita e se enlanguesce, deve criar, naturalmente, formas que o reproduzam, figuras esguias — que tenham os olhos lânguidos, e o passo ondeante, e as pestanas descidas e como adormecidas...

Em suma — não é uma mulher especial que assim passa no meu espírito: é antes a personificação simbólica deste estado de espírito que a consciência me mostra, e... Bom Deus, já nem me entendo! Quanta subtileza e quantas névoas! Tenho muitas assim, que se formam e se desmancham... De resto tenho fumado inúmeras *cigarettes*, e relido Musset... — Afilhado nevoento — FRADIQUE.

IV

A Manuel

Meu bom sobrinho Manuel. — Desde que há homens e desde que há cartas, nunca homem recebeu carta mais tocante, e mais exigente, e mais absurda, do que esta de 22 de Março com que me honras, me aterra, e me divertes! «Para um livro de versos que eu determinei compor, enquanto Deus compõe esta sua Primavera, que devo eu escolher: os temas do amor, os da natureza, os da filosofia ou os da história?...»

Oh! meu sobrinho Manuel, tu queres pois que eu, à maneira de um douto Bardo de barbas nevadas e coroa de louros secos, te leve pela mão através das veredas aromáticas do Parnaso e, com o meu velho bordão feito de carvalho délfico, te aponte, além sob as frondes, a fria fonte castália, onde mais convém que te agaches e bebas?

Poeta te sentes, meu enganado Manuel! Poeta te queres, meu temerário Manuel! E vens agora com a tua lira nova, comprada esta manhã junto à Via-Sacra, nos Armazéns de Apolo, para que, ambos reclinados sob a olaia, eu te guie os dedos tenros sobre as cordas de tripa e de bronze, e te ensine os cantos que encantam...

Mas, meu doce Manuel, porque te não dirigiste tu aos quatro nobres, e clássicos, e argutos mestres que têm cátedra

e aula aberta nos cimos do Pindo — Aristóteles, Horácio, Pope e Boileau?

As quatro *Artes Poéticas* desses quatro legisladores da poesia, andam hoje reunidas comodamente num volume brochado (de 3 francos e 50) que, sendo um código e também um receituário, fornece abundante ensino a toda a alma, dos Açores ou mesmo do Continente, que sinta tendências culpadas para o verso. Porque não te provês tu desse volume disciplinar e fecundante? Com ele, um dicionário de rimas, um bule de café, cigarros, vagues e papel, tu poderás, como tantos outros poetas espalhados por essas grutas frescas do Parnaso, fabricar ressoantes alexandrininos à Hugo, lavradas e lustrosas peças parnasianas, églogas bernárdicas de um quinhentismo que lindamente cheira a mofo, e mesmo esses exercícios léxicos e gramaticais, chamados *decadismo* e *simbolismo*, que constituem um método Ollendorf para aprender a delirar sem mestre.

Todavia, meu doce sobrinho Manuel, não esqueço que tua mãe, a minha boa prima Luísa, quando eu era pequeno e desejava percorrer o mundo num grande cavalo, à maneira de Roldão ou de Percival, me deu um burro, um lindo burro branco, com selim, e freio, e chicote! E agora que tu, filho da prima Luísa, aspiras a galopar por um mundo ainda mais vasto e obscuro do que o meu, o da poesia, é de boa gratidão, me parece, que eu te forneça também um Pégaso, e to enfreie, e to amanse, e sobre ele te escarranche, e com uma vergasta de louro o vá vergastando e levando, como teu fiel burriqueiro, por esta serra difícil do ideal!

Sobrinho Manuel, um amigo meu, que depois de ser, durante errados anos, um mau poeta, se arrependeu e se tornou um bom crítico, costumava sempre, com a sua autoridade de velho mareante experiente em escolhos e naufrágios, aconselhar os poetas novos a que procurassem os temas e motivos dos seus poemas, fora do próprio e estreito coração e das duas ou três palpitações que nele monotonamente se repetem. Eu pertenço à escola deste homem sagaz — e para mim também,

essa poesia chamada *subjectiva*, que vive aninhada nas saias de Elvira e que arrulha, sem cessar, no jornal e no livro, as suas gárrulas confidências de amor (ou de namoro), necessita ser substituída por uma poesia mais forte, mais viril, mais humana, que se desaminhe das saias já enxovalhadas da sua eterna dama e lance o voo livre e largo através do mundo e da vida.

O amor (como ensinava o meu amigo), é certamente uma força — e mesmo a maior força deste pobre universo que dele vive e por ele se equilibra — e a notação, em boa rima, de qualquer das suas manifestações que seja intensamente genuína e nova, constitui sem dúvida uma aquisição excelente para o nosso conhecimento do homem, entidade de sete palmos de altura, que, quanto mais profundamente a si próprio se sonda, mais insondável se reconhece. Por outro lado, os versos de amor são preciosos para aqueles que, possuindo o sentimento, não possuem o verbo que lho vivifique, lhes dê a consoladora certeza da sua realidade — e que precisam portanto ver expressas, formuladas, sonoras, quase palpáveis, as coisas indefinidas que lhes tumultuavam no peito e a que não sabiam dar nome.

Mas a não ser nestes dois casos, em que o poeta tenha descoberto em si uma forma do sentir deliciosamente inédita, ou que tenha conseguido exprimir com uma nitidez gráfica excepcional algum subtil estado de alma até aí inexprimível, ele deveria (pelo menos enquanto durar este século saciado de lirismo sentimental) conservar os versos do seu amor no papel íntimo em que os traçou, ao lado das flores murchas, das madeixas de cabelos, das fotografias enodoadas de beijos e de todas as outras relíquias da mocidade que aos trinta anos se atiram ao lume. De outro modo, se os poetas insistirem em anunciar cada semana, com lábio trémulo, nos jornais ou nos volumes a 600 rs., que amam Laura, e que a apertaram nos braços, e que os veludos da alcova pendiam em pregas moles — esta geração ocupada, positiva, inteligente, e só seduzida pelas coisas da inteligência, fugirá deles, desesperadamente.

como se foge de tudo o que arrepiá ou enerva, de um realejo, de uma serra a serrar pedra ou de um canário mecânico, envernizado de amarelo, com corda para 24 horas! Para que a poesia guarde a sua clientela de espíritos, é necessário que contenha em si toda a *humanidade* — e não somente a *feminilidade* da vizinha que sorri além, à janela...

Tudo isto, que afirmava o meu amigo, com aquela irremediável confusão que lhe ficara dos hábitos do verso, é verídico. A poesia não se inventou para cantar o amor — que de resto não existia ainda quando os primeiros homens cantaram. Ela nasceu com a necessidade de celebrar magnificamente os deuses, e de conservar na memória, pela sedução do ritmo, as leis da tribo. A adoração ou captação da divindade e a estabilidade social, eram então os dois altos e únicos cuidados humanos: — e a poesia tendeu sempre, e tenderá constantemente a resumir, nos conceitos mais puros, mais belos e mais concisos, as ideias que estão interessando e conduzindo os homens. Se a grande preocupação do nosso tempo fosse o amor — ainda admitiríamos que se arquivasse, por meio das artes da imprensa, cada suspiro de cada Francesca. Mas o amor é um sentimento extremamente raro entre as raças velhas e enfraquecidas. Os Romeus, as Julietas (para citar só este casal clássico) já não se repetem nem são quase possíveis nas nossas democracias, saturadas de cultura, torturadas pela ânsia do bem-estar, cépticas, portanto, egoístas, e movidas pelo vapor e pela electricidade. Mesmo nos crimes de amor, em que parece reviver, com a sua força primitiva e dominante, a paixão das raças novas, se descobrem logo factores lamentavelmente alheios ao amor, sendo os dois principais aqueles que mais caracterizam o nosso tempo: o interesse e a vaidade. Nestas condições, o amor que voltou a ser, como na Grécia, um Cupido pequenino e brincalhão, que esvoaça, surrpiando aqui e além um prazer fugitivo — é removido para entre os cuidados subalternos do homem, muito para baixo do dinheiro, muito para baixo da política... É uma ocupação, sem malícia

o digo, que se deixa para quando acabar o dia verdadeiro e útil, e com ele os negócios, as ideias, os interesses que prendam. «Já não há hoje nada de produtivo a fazer? Já não há nada de sério em que pensar?... Bem! Então, um pouco de perfume nas mãos, e abra-se a porta ao amor que espera!» A isto está reduzida a Vénus fatal e vencedora!

Ora quando uma arte teima em exprimir unicamente um sentimento que se tornou secundário nas preocupações do homem — ela própria se torna secundária, pouco atendida e perde a pouco e pouco a simpatia das inteligências. Por isso hoje, tão tenazmente, os editores se recusam a editar, e os leitores se recusam a ler, versos em que só se cante de amor e de rosas. E o artista que não quer ser uma voz clamando no deserto e um papel apodrecendo no armazém, começa a evitar o amor como tema essencial da sua obra. A glória de Zola vem sobretudo da universalidade e modernidade dos seus assuntos — a terra, o dinheiro, o comércio, a política, a guerra, a religião, as grandes indústrias, a ciência — que são os factos supremos que interessam o homem culto.

Aqueles que, como Feuillet, e Sandeau e tantos outros, só sabiam contar, com pena enternecida e graciosa, histórias de amor e em que o amor era o centro e o motor único da vida, estão abandonados, comidos humilhantemente pelos ratos, nos subterrâneos dos livreiros.

Nem mesmo as mulheres lêem já hoje versos de amor — que de resto não apreciaram em tempo algum, porque nunca uma mulher gostou de ver outra coroada e idealizada! E além disso nem elas, nem ninguém, por mais simples, acreditam na sinceridade dos poemas amorosos. Todos sabemos que eles são meros exercícios de literatura, compostos pacientemente, friamente, de chinelos, com um dicionário de rimas. Nos primeiros anos do século, o poeta que penetrava no «comércio das Musas» começava por compor laboriosamente, e folheando os bons modelos, uma *Epístola* em que celebrava a felicidade de viver nos campos, um *Madrígal* em que cobria uma pastora

de aljôfares e nardo, ou um *Ditirambo* um pouco desgrenhado, em que erguia a taça de vinho rubro e gritava «Evoé!...» Este homem excelente não conhecia pastoras nem bosques, e vivia comedidamente no terceiro andar de uma rua estreita, frequentando o botequim vizinho onde se alagava de orchata.

A orgia báquica, os cordeiros e o surrão, o seu amor da paz silvana, eram meramente nele temas recomendados pela arte poética. Hoje, essa poesia bucólica ou ditirâmbica passou com os calções e com os espadins. O romantismo criou outra retórica. E o poeta que principia, em lugar de se mostrar ao leitor, em rimas castigadas, *pastoril* e *bêbedo*, como o seu antecessor que ainda estudava Horácio — mostra-se agora, com a mesma tranquilidade, mas com as fórmulas que herdou de Musset, *apaixonado* e *dolorido*. A dor e a paixão, porém, são no digno moço tão postiças e tão laboriosamente trabalhadas como eram o bucolismo, o patriotismo e o fervor orgiaco do seu confrade de 1810.

Desta escandalosa insinceridade provém o descrédito do lirismo. Mas, mesmo quando seja sincero, quando brote de uma emoção pura, que interesse nos poderá causar o livro em que o Sr. Fulano ou o Sr. Sicrano, que nós não conhecemos, nos vêm revelar os êxtases e os tormentos que se debatem no seu peito? Um tal poema deveria ser reservado para os íntimos. Há desde logo um grande impudor em fazer assim do nosso coração uma tiragem de quinhentos volumes, para o vender, palpitante e sangrando, nos balcões das lojas. E há ainda uma intolerável impertinência da parte do Sr. Fulano, em nos deter no nosso caminho apressado, para nos gritar, entre suspiros, que ela é formosa e que os seus beijos sabem a mel! — É formosa? Sabe a mel? Bom proveito para si, estimável senhor! Mas que me importa isso a mim, que vou vivamente levado pela minha ideia, pelo meu trabalho, pelo meu negócio ou pelo meu prazer?

A poesia, se quiser prender ainda a nossa atenção, neste momento justamente em que ela atingiu a sua máxima habili-

dade técnica, necessita abandonar essa alcova em que se enerva e se esteriliza e de que nós conhecemos, até à saciedade, e pela sua indiscrição, todos os lânguidos escaninhos. Fora dessa sombra mole não lhe faltam os belos temas — e aí tem a história, a lenda, e as religiões, e os costumes, e a vida ambiente, que lhe fornecem correntes de inspiração onde ela pode beber mais profundamente do que em nenhuma das Castálias passadas.

A sua lira, manejada por tão hábeis artistas nestes últimos trinta anos, está superiormente afinada, desde as cordas de nervo até às cordas de bronze, e não há som, por mais delicado ou por mais estridente, que ela não saiba despedir com precisão e com brilho. O homem tem a insaciável necessidade de se conhecer — e quantas formas, infinitamente variadas, do seu sentir, do seu pensar, do seu querer, não há aí, no presente e através do passado, dignas de serem fixadas, para que ele as bendiga ou as maldiga, nessa divina linguagem do verso, a única que verdadeiramente penetra na alma e nela sabe gravar perduravelmente o amor do que é grande, o desdém do que é baixo... Que o poeta se despegue, pois, corajosamente da alcova, e mesmo da porta da sua bem-amada e, com a lira à cinta, como os rapsodos de outrora, percorra o mundo, escutando histórias, para as contar depois em ritmos de ouro!

Justamente, estas considerações que não são de crítica, e apenas lançadas tumultuária e familiarmente em cavaqueira amável, as formulei eu porque conheço uma ou duas histórias que bem mereciam, pela sua beleza moral, ser perpetuadas em versos ricos. E como as minhas histórias não são de amor, procedi logo à maneira daquele mercador da lenda que, quando trazia armas para vender, clamava na praça contra a paz que debilita as almas — e quando os seus fardos só continham sedas e perfumes, erguia imprecações contra a guerra que asselvaja e desmancha os lares!

Mas quê! Em lugar de contar a minha história, para que tu, meu gentil poeta, a cinzeles num poema alado, gastei o

meu papel professorando doutrinas e enfeitando-as de buxo e louro, com esta loquacidade divagadora da nossa raça, que tanto mal nos tem feito nas letras e na causa pública! Que remédio? Somos latinos e temos em nós, hereditariamente e irreparavelmente, toda a secular tagarelice do *Forum Romanum*.

Tio do coração — FRADIQUE.

A..... (1)

Meu caro amigo. — Desaprovo energicamente a sua ideia de romance sobre Babilónia. O que foi, justos Céus, que aí, a três passos de Picadilly e de Regent-Street, o levou a pensar em Babilónia? Que interesse podem ter os homens e as mulheres de Babilónia para o seu público, que vive no Chiado, e na Rua do Ouvidor? Diz V. que nada há mais interessante para o homem moderno do que descobrir nos outros, de outras idades, os sentimentos, as paixões, os ridículos, a comédia e a tragédia que hoje o agitam a ele. Mas está V. certo de que sabe quais eram os sentimentos e os ridículos dos homens que habitavam a cidade do Eufrates? Esteve V. lá, alojado num pequeno casebre de tijolo, à sombra do templo de Belu, observando e tomando notas? Ressuscitou por acaso algum babilónio para lhe vir dar a representação dos sentimentos e das ideias do seu tempo? — Como os pode V. conhecer?

Dirá você: — mas os homens são sempre os mesmos, através de todas as civilizações e de todas as idades. Nada mais falso nem de pior crítica. O homem é um resultado, uma conclusão e um produto das circunstâncias que o envolvem — circunstâncias de clima, de alimentação, de ocupações, de religião, de política, de arte, de cultura. Ora se estas cir-

(1) Carta relacionada com um projectado romance sobre Babilónia a que Eça se refere aquando da sua estada em Bristol. (N. do E.)

cunståncias eram em Babilónia absolutamente, radicalmente diferentes das nossas, como se pode concluir do homem de hoje para o homem de entãõ? Os próprios sentimentos naturais eram diferentes — e o amor de uma mulher de Babilónia devia ser tãõ diverso do amor de uma mulher de Paris, sob Mr. Grévy, como o pode ser o vidro da manteiga — para empregar uma opposiçãõ enérgica.

Tome V. uma mulher de hoje, em Lisboa por exemplo, e siga-a durante o seu dia. Ergue-se pela manhã, embrulha-se numa *robe de chambre* e encontra logo nas simples ordens a dar as mil complicações da civilização. É o candeeiro de gás que tem um escape e que é necessário mandar consentar; um telegrama a expedir por causa de um parente que chega no paquete da Madeira; um recado a uma amiga para combinar a hora a que ambas irãõ à Câmara ouvir falar o Rufino; depois, tem que organizar o menu, porque há amigos a jantar; arranjar flores da Praça da Figueira, fazer almoçar e seguir os rapazes para o liceu; vigiar a criada que anda a espanejar os *bibelots* na sala; depois, há ainda o *Diário de Notícias* a percorrer e o *Correio da Manhã* a ler, a fechar-se no quarto para escrever a sua correspondência, e por último tratar da questão do criado, que se despediu por birra com o cozinheiro... Só entãõ se pode ocupar da sua *toilette*, e finalmente vai almoçar. Às duas horas chega a amiga, e, metidas numa tipóia, lá vão ambas para as Câmaras. Aí, sessão tumultuosa, eloquência do Rufino, aplausos, olhadelas aos deputados, tagarelíce, *rosa divina* nos intervalos. Finda a sessão, vai até à Baixa, dá uma volta pela Avenida, entra em várias lojas, sobe à modista, e, à última hora, apressa-se para casa onde a esperam mais cuidados domésticos: é uma nova discussão com o cozinheiro, um prato que é preciso substituir e todas as graves preocupações da *toilette* para o jantar. Por fim, encontra-se à mesa entre os seus convidados: sorrisos, conversa, discussão sobre política, notícias, canções, boatos, maledicência. Os homens acendem os charutos — e seguem todos para o teatro, a ouvir

a nova opereta. À uma da madrugada, volta sonolenta para casa: chá, romance para adormecer — e marido roncando ao lado, com um lenço de seda amarrado na cabeça...

Ora note V. que todas estas pequenas acções foram outros tantos agentes directos, vivos, modelando de certo feitio o modo de sentir desta mulher.

Tome agora uma mulher de Babilónia. Ao romper do dia, acordou no harém, no lugar onde só as mulheres dormem. Dormiu vestida, envolta na túnica de linho alvo que guarda quando se levanta: — e a sua primeira ocupação é todo um complicado ceremonial de orações e de invocações. Não tem que dar ordens aos escravos nem que se preocupar com arranjos domésticos: a casa é simples: paredes de mármore ou de tijolo pintado, tapetes macios e fundos e algum vaso precioso, num nicho, entre as frestas que servem de janelas. Depois das orações, rapidamente, uma refeição simples, comida sobre o joelho — e vai para o banho e o toucado, as duas grandes ocupações da vida. Em seguida, são as longas horas no harém, encruzada, ou tecendo ou preguiçando pelos divãs, ouvindo contar histórias. Todas as janelas do serralho permanecem cerradas: nenhuma comunicação exterior com o mundo... No entanto, ouvem-se no pátio rumores de vozes: são os convivas do marido, do senhor, que chegam para o festim. As escravas então envolvem-na numa dalmática rica, dão-lhe um pequeno turíbulo de ouro, e ela adianta-se para a sala do banquete, de olhos baixos e andar hierático. Ali, gravemente, começa por incensar o marido, no seu «trono», depois, os convivas, chamando sobre eles as bênçãos da deusa — e, cumprido o rito, recolhe lentamente, a passos medidos pelo ceremonial e pelo dogma. Despe a dalmática — e o seu dia findou. Há talvez ainda um passeio pelos jardins, sob o olhar dormmente do eunuco, talvez alguma dança ou cantos de escravas — mas o seu dia social findou. Recitam-se novas rezas, outras rezas, queimam-se perfumes em atitudes de invocação. Através das frestas do harém silencioso, vai-se ainda respirar a fres-

cura do crepúsculo cor de ouro... Depois, desenrolam-se os tapetes, e ela estende-se para dormir — a não ser que o chefe dos eunucos a venha reclamar, e a leve, obediente e passiva, à presença do senhor que a deseja.

Ora cada um destes actos ajudou a formar o *modo de sentir* desta mulher. Como pode portanto a sua maneira de amar corresponder ao modo de amar da mulher portuguesa?

Dirá você que, em conclusão, ambas elas têm filhos. Decerto. Mas isso é uma função orgânica, não é um sentimento. E se o que V. quer é descrever funções orgânicas — então está V. num campo muito seguro: basta-lhe copiar-se a si próprio — porque certamente o rei Senaquerib digeriria exactamente como digere o conselheiro Acácio, e ambos se desembaraçavam do mesmo modo dos seus líquidos!

Assim, só lhe resta, pois, pintar, com a consciência íntima de ser exacto, a decoração exterior da vida — as casas, os trajes, as mobílias, as armas. Mas isso não constitui um romance: são quadros de natureza morta. É o pitoresco pelo pitoresco — fórmula atroz da literatura!

E será ao menos difícil? — Nem isso. A ciência arqueológica tem avançado tanto que todas essas minudências da vida exterior estão hoje explicadas em livros e enumeradas por ordem alfabética, com gravuras ao lado. Pode-se fazer a mais sábia e perfeita pintura da vida romana — com o *Dicionário Clássico*, de Smith, que custa dezoito tostões...

A isto V. responderá decerto: — E a *Salambô*? — Para fazer a *Salambô*, com efeito, não basta o *Dicionário* — é necessário o génio de Flaubert!... E quando se tem esse génio, e oito anos de vagares para o aplicar a um monumento como a *Salambô* — falha-se o monumento, como ele o falhou, e diz-se, como ele disse, com infinita melancolia: *Peut-être. après tout, n'y a-t-il pas un mot de vrai là-de-dans!*

Amigo sincero *el nunc et semper*

FRADIQUE.

VI

A E...

Meu caro E... — Você é o mais difícil de contentar dos homens que habitam a Terra. Pois consegue, com os seus livros, ressuscitar esse tipo defunto, o purista, o gramático — e ainda se lastima?

Como todas as coisas e os entes deliciosamente pitorescos do século XVIII português, que se afundaram, se sumiram no grande terramoto constitucional que tudo nivelou e achatou — tipos, costumes e caracteres — sumira-se, mergulhara nas trevas, o purista, o gramático, o fiscal da língua! Os que amam as coisas portuguesas ainda por vezes dele se lembravam, como de uma figura que mais que nenhuma outra adornava, dando-lhe significação, a velha sociedade portuguesa do tempo da Sr.^a D. Maria II. Você, porém, chega, escreve, imprime — e eis que de entre as ruínas do Carmo ou de não sei que velho casarão meio demolido do bairro de S. Vicente, se ergue essa sombra e se põe a marchar! É o purista, inteiro, completo, com a cabeleira sórdida a que ainda estão pegados bocados de palha, as meias engelhadas nos pernís escanifrados, o capelo cor de vinho com o cabeção erguido, a face chupada pelas ansiedades da prosódia, os óculos de aro de latão na ponta do nariz, bem bicudo para picar os galicismos, os braços

atravancados de in-fólios clássicos e de dicionários, e nas ventas, ainda, a grossa pitada de simonte que ele respeitosa-mente colheu da caixa de Curvo Semedo!

Com o dedo trémulo, o esgalgado e soturno defunto folheia o *Basílio* e o *Amaro* e solta do cavername oco do peito, até aos céus da Arcádia, um grito de consternação. E V. que faz? Recua e procura a bengala para desancar o digno homem!

Nunca se viu uma ira mais irracional. O que V. devia fazer era abrir os braços e berrar: — «Oh, simpático caturra, vem, que eu te estreito ao meu coração!» — Porque afinal V. tem aí um tipo precioso de romance, já feito, sempre genérico mesmo na sua individualidade, pronto ou quase a ser impresso, sem se tornar necessário rever-lhe as provas.

Por esse tipo — como por um osso desenterrado se adivinhou o mastodonte — podemos reconstituir todo o velho regime. Bem analisado, ele imediatamente explica, e por comparação faz reviver ante os nossos olhos modernos, o brigadeiro, o poeta parasita, o frade apostólico, as sécias, os alfe-nins, o intendente da polícia, as aias pretas, as modinhas ao cravo, o andador das almas, o senhor arcebispo de Tessalonica e todo o pessoal tão pitoresco desse estranho mundo passado. E queixa-se você! Talvez mesmo o único resultado sólido dos seus livros seja o de terem ressuscitado o purista!

O tipo, com efeito, é monstruoso. Fora de Portugal, nunca existiu — e hoje mesmo é necessário um esforço para lhe compreendermos a existência, o valor e a acção. O purista toma uma ideia e não quer saber se ela é justa, ou falsa, ou fina, ou estúpida — mas só procura descobrir se as palavras, em que ela vem expressa, se encontram todas no Lucena! Agarra um soneto, um verso a uma mulher, e pondo de pante o sentimento, a emoção, a imagem, a poesia, indaga apenas se as vírgulas estão no seu lugar e se as incidentais não cortam de mais a oração principal! Encontra um tipo num romance, e numa inteira indiferença pela verdade desse tipo, a sua

lógica, a sua forte vitalidade, esquadrinha unicamente se, na descrição dos seus gestos ou dos seus feitos, o verbo *haver* foi impropriamente usado! No estudo de um carácter, não quer saber da finura da dedução, nem da penetração crítica, nem da análise, mas vai, com a ponta do nariz sobre as linhas, catando as maneiras de dizer que não são vernáculos! Folheia um grande e largo livro de história, e ignorando mesmo se a história é a de Portugal ou a da China, põe o dedo, ao fim de longa investigação, sobre uma página, e dá este resumo final, numa voz cavernosa: — «*Massacre* em vez de *matança* — livro funesto!»

Fazer tudo isto é verdadeiramente estupendo! O homem que o faz não tem nome que o classifique (*bruto* não é bastante, *facínora* é talvez de mais), a não ser que ele próprio, que sabe todos os termos do Dicionário, conheça aquele que lhe compete!

Mas por ser assim estupendo e inominável, devem tirar-se-lhe os livros da mão e reenviá-lo a pontapés para a cova de onde emergiu? — Não, justos Céus! Deve-se estudá-lo como um caso de patologia social. Devem-se-lhe meter mais livros nas mãos sebáceas, os melhores livros da língua, livros de história, de análise, de poesia — e dizer-lhe depois: — «Aí tens, funciona!» — E quando o portentoso caturra, descendo os olhos para o bico de cegonha castiça e puxando para os ombros o capote de camelão, começa a funcionar, a catar o galicismo, a verificar a vernaculidade do termo — é necessário fazer um profundo silêncio, como quando ocorre um grande fenómeno, e ao lado, com atenção e sagacidade, tomar notas, muitas notas!... Há, com efeito, um livro a fazer sobre o purista!

Mas, diz V. na sua carta, que não é tanto este antiquado tolo que o aflige, mas o purista do tipo moderno, que num livro aprecia a ideia, a análise, a intenção, a vida das personagens, como um crítico do seu tempo, e depois, a respeito da forma, de passagem, desculpando-se da caturrice, acrescenta

que a construção é lamentavelmente francesa, o vocábulo pobre, o galicismo fervilhante, e que «é uma pena que V. não saiba escrever a sua língua!» E V. pinta o tipo: — «moço, inteligente, espirituoso, cultivado, afrancesado, moderno — e no meio de tudo isto, purista!»

Mas, filho meu, isso é aquilo a que nós aqui chamamos *un malin*. Bem lhe importa a ele a vernaculidade da língua! O que o interessa, moderno como é, são os tipos, os estudos sociais, os *retratos* que possa haver nos seus livros, a sensação, o dramático. É moderno, é vivo até à medula; a língua que no fundo lhe agrada é a francesa; foi educado à francesa; veste, pensa, come, *Ilirta*, fala, legisla pelo molde francês, que entende ser o mais gracioso e o mais cómodo. Somente falando em Portugal de um livro português, acha que lhe fica bem um laivo de patriotismo. Um bocado de patriotismo fica bem, *ça pose*: dá seriedade, agrada aos homens graves e a certos jornais; dá garantias de zelo pela coisa pública, atrai a simpatia do professorado e torna-se assim um instrumento de vida... É pois conveniente, na crítica, lançar uma nota patriótica. Mas qual? Aí é que está a dificuldade. Porque o *malin*, educado pela França, repassado de francesismo, vendo tudo à francesa, não pode distinguir bem onde esteja no livro essa falta de sentimento nacional que ele deseja acusar. Não o tendo em si, não percebe, naturalmente, quando ele falta nos outros. Recorre então à língua. Isso sabe ele — que há uma língua em Portugal e outra em França, e que La Bruyère não escreveu como o padre António Vieira. Leu-os ambos — sobretudo La Bruyère — e conhece bem as diferenças. E é então que lança o seu grito patriótico — que tem um certo chique, que é como uma flor da flora nacional que ele põe ao peito, que agrada, lhe dá o feitio de estar ainda preso à velha tradição e lhe pode, *en passant*, abrir os braços da Academia! Mas fá-lo por dever, sem entusiasmo. Essa língua nacional e vernácula, à moda de Jacinto Freire de Andrade, que lamenta não ver no livro — nem por todos os tesouros da terra a que-

reria ele usar. Nem saberia. Francês de ideia, é francês de vocábulo. E a prova da sua pouca sinceridade na acusação está em que ele acusa o livro de ser escrito com a *construção francesa* — e como? Em frases todas elas construídas à francesa! E aponta à indignação da Academia os seus galicismos — de que modo? Empregando para formular a acusação, em cada dez palavras, cinco galicismos! Já V. vê, querido. E... que o homem, no fundo, é um colega seu!

Mas, à parte as críticas, restam os factos. Há razão para que V. se preocupe com a sua falta de vocábulo, a sua má construção e os seus galicismos? Não, homem, respire! Evidentemente, a sua língua não é rica — menos rica, decerto bem menos, do que a de Oliveira Martins ou do Ramalhal amigo. Muito menos ainda do que a de Camilo, cujo verbo é prodigioso, acumulando tudo o que o génio nacional inventou para se exprimir! E por isso é tanto mais doloroso ver que ele não sabia usar essa imensa riqueza e que, com um léxico mais vasto que o de Ramalho e de Oliveira Martins, não alcançou jamais, como eles, o vigor, o relevo, a cor, a intensidade, a imagem, a vida, mesmo naqueles assuntos em que o romancista, o crítico e o historiador se encontram: — na pintura exterior dos homens e do drama humano. Onde Ramalho é largo e transparente, tudo reproduzindo como um belo rio que corre, onde Oliveira Martins é incorrecto, mas intensamente vivo, à maneira do genial Saint-Simon — Camilo, com o verbo completo de uma raça na ponta da língua, hesita, tataranha, amontoa, retorce, embaralha e faz um pastel confuso — que nem o Diabo lhe pega, ele que pega em tudo!

Você, em todo o caso, é infinitamente menos rico em termos do que esses seus três ilustres colegas. No entanto não se aflija por isso, nem continue a ler o dicionário, menos ainda os clássicos. Essa questão de riqueza de léxico tem sido já muito estudada — e decidida. E a decisão é esta: — Bem-aventurados os pobres de léxico, porque deles é o reino da glória!

Em Inglaterra, homens graves e pacientes fizeram uma

contagem das palavras usadas pelos grandes escritores da língua. E pôde assim estabelecer-se uma tabela, desde um componês do Yorkshire, que fala com duzentas palavras, até ao divino Shakespeare, que sabia e usava não sei quantos milhares, um número enorme de milhares! Mas Shakespeare é um poeta que percorreu todos os mundos, até o mundo das visões, e que necessitou mesmo, para traduzir a sua emoção, de forjar por vezes o vocábulo. Melhor é tomar, pois, como grandes sabedores de léxico, algum prosador, como Macaulay, o torrencial, ou George Eliot, a deusa. São estes os que estão no mais alto grau da tabela, que vem descendo até Fielding e até Addison, cuja pobreza de dicionário era verdadeiramente lamentável. Ora, muito bem: qual é, segundo o consenso unânime da crítica inglesa, o mais puro, fino, encantador, original, luminoso prosador inglês? Addison!

Tem já você aqui um ponto adquirido: que, na literatura clássica, a crítica inteira de uma grande nação literária, como a Inglaterra, dá a palma da prosa ao homem que segundo os lexiconistas usou e soube menos termos. Mas passemos aos modernos. Quais são os três escritores ingleses que, recentemente, à parte o seu valor como pensadores, mais marcaram para os lexiconistas, pela abundância em adjectivos e epítetos? Além de Macaulay e George Eliot, Carlyle. E por outro lado, quais são os modernos pobres de léxico? Froude, o historiador, e Mateus Arnold, o crítico. E se perguntarmos a qualquer inglês, mesmo mediocrementemente culto, pelos dois mestres da prosa contemporânea, os que escrevem o inglês mais elegante e fino — quais são os nomes invariavelmente citados? Os nomes dos dois pelintras do verbo: Mateus Arnold e Anthony Froude!

Já você decerto sorri e lhe renasce a esperança! Mas vou dar-lhe um alegrão maior ainda, convidando-o a atravessar o Canal e a vir aqui penetrar na prosa francesa. Aqui, não são só dois escritores — é toda a Legião Sagrada, desde La Bruyère, mostrando que a melhor prosa, a mais perfeita, a mais lúcida,

a mais lógica, a que tem sido a grande educadora literária e tem civilizado o mundo, é feita com meia dúzia de vocábulos que se podem contar pelos dedos. Faça uma experiência: leia, durante uma semana, meia dúzia de páginas de cada um dos grandes mestres: Bossuet, La Bruyère, La Fontaine, Diderot, Voltaire, Beaumarchais, e diga-me se os termos com que é trabalhada cada uma dessas páginas, não são os termos da linguagem familiar, os mesmos que sabe e emprega qualquer modista da *Rue de la Paix*

E há alguma coisa singular nisto? Não. Singular seria que os factos fossem diferentes. As palavras são, como se diz em pintura, *valores*: para produzir, pois um certo efeito de força ou de graça, o caso não está em ter *muitos valores*, mas em saber agrupar bem os três ou quatro que são necessários. A beleza de uma pintura — no que respeita ao colorido — acaso está na abundância das cores? Não, decerto, e se assim fosse, as obras-primas da pintura seriam as estampas de Épinal, onde, numa simples figura, se encontram sessenta *nuanças*! E todavia, os grandes mestres são Rembrandt, Velázquez, Van-Dick, Ribera, que pintavam com três ou quatro cores. Quase que tenho vergonha de repisar aqui estes axiomas do senso comum!

Mas veja você ainda todos os modernos franceses, os grandes pensadores — Renan, Flaubert e mesmo Dumas filho. Escrevem com meia dúzia de palavras. Flaubert catava dos seus livros todos os termos que não pudessem ser usados na conversa pelo seu criado: daí vem ele ter produzido uma prosa imortal. E a razão é que só os termos simples, usuais, banais, correspondendo às coisas, ao sentimento, à modalidade simples, não envelhecem. O homem, mentalmente, pensa em resumo e com simplicidade, nos termos mais banais e usuais. Termos complicados, são já um esforço de literatura — e quanto menos literatura se puser numa obra de arte, mais ela durará por isso mesmo que a linguagem literária envelhece e só a humana perdura.

Seria por isso impossível tornar bem compreensível a análise de um sentimento, se você, em lugar de notar todas as modalidades desse sentimento em termos claros e simples, através dos quais elas vivessem, as empastasse, as afogasse, usando os sinónimos complicados desses termos simples. Um romance que não possa ser lido sem um dicionário, é uma obra grotesca. Você tem um personagem e quer dizer dele — «que era afortunado nas suas coisas, mas nunca fora generoso e por vezes se mostrara falso». Somente estes termos: *afortunado*, *generoso*, *falso*, são certamente usados por toda a gente, e, não se sabendo outros, provam escassez de léxico. Você, portanto, procura sinónimos estranhos e raros, que mostrem riqueza de léxico, e põe a sua frase assim: — «Era varão escancado, porém nunca se mostrara largueado e no seu convívio despontava de honra por mendacíssimo e lançadiço». Você escreve esta coisa monstruosa, que certamente prova opulência de léxico — e em redor estoura uma imensa gargalhada!...

Estoura a gargalhada que nos tem sufocado ao lermos romances de romancistas ilustres, escritos naquela estupenda linguagem. Você decerto provou riqueza de léxico e agradou a dois ou a três gramáticos — mas nenhum rapaz, nenhuma mulher, nenhum homem, ninguém ficou compreendendo como era o seu personagem. E como ninguém tem paciência para folhear o dicionário, você ficou incompreendido — e foi como se não escrevesse! Nunca me esqueceu o que um dia me disse Chardron de um romance assim escrito. Perguntei-lhe se a coisa se vendia; ele teve um gesto de amargura: — *Pas du tout! Il parait que, pour comprendre ça, il faut acheter aussi un dictionnaire, et ça revient trop cher!*

Além da riqueza de léxico, nos termos, há a riqueza de léxico no desenvolvimento da ideia, isto é, a apresentação da ideia sob uma forma copiosa e folhuda. Isto é ainda mais fatal. A coisa mais simples, e que na sua simplicidade seria bela, fica logo tão sobrecarregada de ornatos, de franjas, de lantejoulas e de penduricalhos, que me lembra sempre certas ima-

gens de santas italianas, que sob a abundância dos enfeites, dos ex-votos, dos colares, das coisas vagas que sobre elas reluzem, apresentam à adoração dos fiéis, não uma santa, mas um cabide de adelo!

O escritor de léxico abundante não pode dizer que «Elvira chorou» sem complicar esse acto tão simples, com tantas incidentais sobre o sabor das lágrimas, o fel ou o júbilo que elas continham, e os anjos que as recolheram nas mãos, e as pérolas em que elas se transformaram, e a pouca atenção que o universo lhes deu, e a perfídia do homem, e a infâmia do brasileiro — que o leitor, aturdido, escassamente fica sabendo se Elvira estava chorando, ou rezando as contas, ou cantando ao piano a *Traviata*!

Tome você o primeiro acto do *Frei Luís de Sousa*, do Garrett — do Garrett, que era outro pobre de léxico! Aí tem você uma pura obra-prima, uma das mais belas que existem em todas as literaturas da Europa. Nada mais sóbrio, mais simples, mais seco. Cada frase contém apenas as palavras necessárias e tem contudo dentro em si todo um mundo de coisas profundas. Entregue esse acto, como um esqueleto de obra, a um escritor abundante, eloquente, desses que sabem mil palavras do dicionário e têm o estilo copioso — e verá o que ele faz desse acto sublime. Que lhe fique duas horas na mão, *et vous m'en direz des nouvelles!* Que coisas ele não porá nos lábios da nobre mulher de Sousa Coutinho, que declamações na boca do pobre Telmo! Duas horas só, em que lhe seja permitido adornar aquela secura e aquela simplicidade com todos os recursos do léxico e todas as exuberâncias da eloquência — e de uma obra incomparavelmente bela, sairá, ao fim dessas duas horas, uma pastelada balofa e terrivelmente indigesta!

E, filho meu, se da abundância de léxico, passarmos à construção francesa... Mas está dando uma hora, vou almoçar. Que imenso cartapácio lhe escrevi! A construção francesa e os galicismos ficam para melhor ocasião, se é que você, depois

disto, ainda necessita de mais consolações. E note que não disse metade do que tinha a dizer: seria necessário escrever um volume!

Quando aparece você em Paris? Tem visto em Londres os amigos? A linda Edite ainda vai ao n.º 14? E o homem da Pall-Mall? — Seu do coração — FRADIQUE.

OUTROS DISPERSOS

Idealismo e Realismo (1)

(A PROPÓSITO DA 2.^a EDIÇÃO DE «O CRIME DO PADRE AMARO»)

Aqui está pois um livro que eu escrevo pela segunda vez! *Habent sua fata libelli!*

Considerar-se-á talvez que esta reconstrução paciente é uma puerilidade, uma lamentável dissipação de esforço; que, num romance eivado originariamente de defeitos indestrutíveis, não é com adjectivos intercalados, entrelinhas e tiras coladas ao lado, que se melhoram os caracteres mal observados, que se dá luz e cor a paisagens mortas e que se rectificam os desenrolamentos de uma paixão, erradamente seguidos...

Isto creio que é exacto quando se trata de um trabalho puramente imaginativo, conto de fadas ou novela ideal.

Se eu criei um príncipe encantado ou um galã à Antony, e lhes dei, na minha edição original, cabelos louros e sonhos místicos — não é realmente útil refazer, numa nova edição, o meu trabalho, para dar ao herói cabelos negros e pesadelos carnaes. É uma fantasia substituindo outra fantasia. Melhor

(1) Este artigo foi escrito para servir de prefácio à 2.^a edição, refundida, de *O Crime do Padre Amaro*. (N. do E.)

seria escrever um livro novo, e apresentar o mesmo galã com outro nome, outra barba e outras paixões.

É porém diferente, penso eu, tratando-se de um romance de observação e de realidade, fundado em experiências, trabalhado sobre documentos vivos. Se eu quiser apresentar o tipo de um jogador, e o improvisar com reminiscências de leituras meio esquecidas, e sem mais notas do que aquelas que tenha acolhido uma noite, numa *soirée* honesta de praia de banhos, vendo primos joviais talharem uma batota doméstica a feijões — arrisco-me a fazer um *jogador* falso, pueril, vago e convencional.

Mas se, depois, eu frequentei a roleta bem instalada que o Estado patrocina, ou as baixas espeluncas da população do vício, se analisei, observei, colhi em flagrante a paixão, as expressões vivas em plena acção, estou habilitado talvez a pintar um jogador mais real e mais humano; e se, pela graça de um Deus favorável, o meu livro tiver uma segunda edição, eu devo claramente reconstruir o meu tipo com as observações e os documentos que acumulei — exactamente como, num tratado de medicina, um prático introduz, numa segunda edição, os últimos resultados das experiências recentes.

Quando publiquei pela primeira vez *O Crime do Padre Amaro*, eu tinha um conhecimento incompleto da província portuguesa, da vida devota, dos motivos e dos modos eclesiásticos. Depois, por uma frequência demorada e metódica, tendo talvez observado melhor, eu refiz simplesmente o meu livro sobre estas novas bases de análise.

Quer isto significar que *O Crime do Padre Amaro*, publicado agora, dá em absoluto, na sua realidade complexa, o padre e a beata, a intriga canónica, a província em Portugal nesse ano da graça de 1879? Oh! certamente que não! O quadro tem infelizmente lacunas, lados de natureza mal estudados, recantos de alma explorados incompletamente, amplificações, exageros de traço... É, no entanto, toda a soma de observação e de experiência que eu possuo sobre este elemento parcial

da sociedade portuguesa. A outros, mais penetrantes e mais hábeis, compete recommençar este estudo, e decerto com realidade superior.

É por meio desta laboriosa observação da realidade, desta investigação paciente da matéria viva, desta acumulação beneditina de notas e documentos, que se constroem as obras duradouras e fortes. Se as minhas são fracas e efémeras, é que eu não soube surpreender a verdade com sufficiente penetração, e não provém decerto de que o método não seja eficaz.

A arte moderna é toda de análise, de experiência, de comparação. A antiga inspiração que em quinze noites de febre criava um romance, é hoje um meio de trabalho obsoleto e falso. Infelizmente já não há musas que insuflam num beijo o segredo da natureza! A nova musa é a ciência experimental dos fenómenos — e a antiga, que tinha uma estrela na testa e vestes alvas, devemos dizê-lo com lágrimas, lá está armazenada a um canto, sob o pó dos anos, entre as couraças dos cavaleiros andantes, as asas de Eloá, a alma de Antony, os suspiros de Graziela, e os outros acessórios, tão simpáticos mas tão arcaicos, do velho cenário romântico!

O *Crime do Padre Amaro* recebeu no Brasil e em Portugal alguma atenção da critica, sobretudo quando foi publicado, ulteriormente, um romance intitulado — *O Primo Basílio*. E no Brasil e em Portugal escreveu-se (sem todavia se aduzir nenhuma prova efectiva) que *O Crime do Padre Amaro* era uma imitação do romance do Sr. Zola — *La Faute de l'Abbé Mouret* — ou que este livro do autor do *Assommoir* — e de outros magistraes estudos sociais, suggerira a ideia, os personagens, a intenção de *O Crime do Padre Amaro*.

Eu tenho algumas razões para crer que isto não é correcto. *O Crime do Padre Amaro* foi escrito em 1871, lido a alguns amigos em 1872, e publicado em 1874. O livro do Sr. Zola, *La Faute de l'Abbé Mouret* (que é o quinto volume da série *Rougon-Macquart*), foi escrito e publicado em 1874.

Mas (ainda que isto pareça sobrenatural) considero esta

razao apenas como subalterna e insufficiente. Eu podia, enfim, ter penetrado no cérebro, no pensamento do Sr. Zola, e ter avistado, entre as formas ainda indecisas das suas criações futuras, a figura do abade Mouret — exactamente como o venerável Anquises, no vale dos Elísios, podia ver, entre as sombras das raças vindouras, flutuando na névoa luminosa do Lete, aquele que um dia devia ser Marcelo! Tais coisas são possíveis. Nem o homem prudente as deve julgar mais extraordinárias do que o carro de fogo que arrebatou Elias aos Céus — e do que outros prodígios provados.

O que, segundo penso, mostra melhor que a acusação carece de exactidão, é a simples comparação dos dois romances. *La Faute de l'Abbé Mouret*, é, no seu episódio central, o quadro alegórico da iniciação do primeiro homem e da primeira mulher no amor. O abade Mouret (Sérgio), tendo sido atacado de uma febre cerebral, derivada principalmente da sua exaltação mística no culto da Virgem, na solidão de um vale abrasado da Provença (primeira parte do livro), é levado para convalescer ao *Paradou*, antigo parque do século XVII a que o abandono refez uma virgindade selvagem, e que é a representação alegórica do Paraíso. Aí, tendo perdido na febre a consciência de si mesmo a ponto de se esquecer do seu sacerdócio e da existência da aldeia, e a consciência do universo a ponto de ter medo do sol e das árvores do *Paradou* como de monstros estranhos — erra durante meses, pelas profundidades do bosque inculto, com Albina que é o génio, a Eva desse lugar de legenda.

Albina e Sérgio, seminus como no Paraíso, procuram sem cessar, por um instinto que os impele, uma árvore misteriosa, da rama da qual cai a influência afrodisíaca da matéria procriadora; sob este símbolo da árvore da ciência se possuem, depois de dias angustiosos em que tentam descobrir, na sua inocência paradisíaca, o meio físico de realizar o amor. Depois, numa mútua vergonha súbita, notando a sua nudez, cobrem-se

de folhagens; e daí os expulsa, os arranca o padre Arcângias, que é a personificação teocrática do antigo Arcanjo.

Na última parte do livro, o abade Mouret recupera a consciência de si mesmo, subtrai-se à influência dissolvente da adoração à Virgem, obtém por um esforço da oração e um privilégio da graça a extinção da sua virilidade, e torna-se um asceta sem nada de humano, uma sombra caída aos pés da cruz; e é sem que lhe mude a cor do rosto que ele asperge e respansa o esquiife de Albina, que se asfixiou no *Paradou*, sob um montão de flores de perfumes fontes.

E dito isto, parece ficarem indicados e suficientemente lúcidos os motivos que tenho para não supor *O Crime do Padre Amaro* uma tradução malfeita da *Faute de l'Abbé Mouret*. E não insisto na diferença das datas, apesar dela constituir o que se chamava, creio eu, em lógica, uma *impossibilidade metafísica*, porque sou bom cidadão, e o art. 6.º da Carta impõe implicitamente o dever de não descreer dos milagres. Somente devo dizer que os críticos inteligentes que acusaram *O Crime do Padre Amaro* de ser apenas uma imitação da *Faute de l'Abbé Mouret*, não tinham, infelizmente, lido o romance maravilhoso do Sr. Zola, que foi, talvez a origem de toda a sua glória. A semelhança casual dos dois títulos induziu-os em erro.

Com conhecimento dos dois livros, só uma obtusidade córnea ou má fé cínica poderiam assemelhar esta bela alegoria idílica, a que está misturado o patético drama de uma alma mística, a *O Crime do Padre Amaro*, simples intriga de clérigos e de beatas, tramada e murmurada à sombra de uma velha Sé de província portuguesa.

— Mas, dir-me-ão indignadamente pessoas bem intencionadas, como se podem produzir tais acusações? — Meu Deus, bem simplesmente. Dos dois livros, a crítica decerto conheceu primeiro *O Crime do Padre Amaro*, e quando um dia, por acaso, descobriu, anunciado num jornal francês, ou viu numa vitrina de livreiro, a *Faute de l'Abbé Mouret*, esta-

beleceu imediatamente uma regra de três, concluindo que a *Faute de l'Abbé Mouret* devia estar para *O Crime do Padre Amaro* como a França está para Portugal. Assim achou sem esforço esta incógnita: PLAGIATO! Ou ainda, o que é mais provável, e mais grato ao Sr. Zola, conhecendo já a *Faute de l'Abbé Mouret*, apenas viu anunciado *O Crime do Padre Amaro*, estebeleceu logo a mesma regra de três, com os termos invertidos — e achou a mesma incógnita: PLAGIATO! *Sic itur ad abyssum!*

Mas parece que esta *Faute de l'Abbé Mouret*, tem sido para mim uma vasta e rica mina de arte, de onde eu vou, todas as manhãs, desenterrar a minha provisão de caracteres, de paisagens, de imagens e de adjectivos. Assim fui amargamente acusado de ter copiado o *Paraíso do Primo Basílio*, do *Paradou*, da *Faute de l'Abbé Mouret*. O *Paraíso*, se acaso leram e se lembram daquele meu livro, é um terceiro andar barato, para os lados da Bemposta, alugado ao mês, onde uma senhora e um cavalheiro se vão amar duas vezes por semana, do meio-dia às três. O *Paradou*, como já disse, é aquela vasta e maravilhosa floresta, onde erram, quase nus, Sérgio e Albina, procurando, num instinto amoroso, a árvore iniciadora da ciência!

— Mas então — dir-me-ão ainda — onde está a imitação?

— Pois não vêem? *Para-dou*, *Para-íso* — há evidentemente plágio nas duas primeiras sílabas!

Que isto não pareça provir de um espírito rebelde e irreverente para com a crítica. Ninguém a respeita mais do que aqueles que fazem obras de observação e de realidade.

Os românticos (como confessa Sainte-Beuve) odiavam a crítica, e com razão, pelo mesmo motivo por que os monarcas absolutos detestavam a opinião pública. Para os românticos, a poesia ou a prosa desciam directamente da inspiração, como o direito dos reis descia directamente de Deus. O crítico, simples raciocinador, não tinha direito a achar defeitos ou mesmo a examinar de perto o que a inspiração,

a musa, mandavam lá de cima a um Musset ou a uma George Sand. A poesia era um presente divino. O crítico, não iniciado, não podia avaliar pelas regras triviais do senso comum aquilo que cantava ou declamava um homem que vivia em comunicação permanente com o ideal. O poeta, o artista, o romancista, eram assim seres excepcionais, fora da lei e da regra humana, eleitos, formando uma legião de seres entre o homem e o anjo! A sua vida mesmo não participava das condições humanas:

Aimer, prier, chanter, voilà toute ma vie...

diz Lamartine! Pode compreender-se a sua irritação quando um Cuvillier-Fleury, um Pontmartin, um Planche, pretendiam julgá-lo pelas leis razoáveis com que julgavam os outros homens.

— *Nós somos cristos!* — exclamava Novalis. — E um Cristo suporta mal um folhetim hostil...

Nós, porém, burgueses que não vivemos em comunicação permanente com o ideal, que nunca recebemos o beijo da musa, a quem a forma aérea jamais disse:

Poète, prends ton luth et me donne un baiser...

nós, homens, consentimos em ser julgados por homens. Estudando a realidade humana e social, aceitamos como um favor um conselho, uma prática, todas as admoestações daqueles que, vivendo na humanidade e na sociedade, têm uma experiência própria dessas realidades.

E isto não é só respeito pelos críticos, pelos príncipes da crítica, pelos seus *gros bonnets*, os ditadores da opinião, os especialistas — e de qualquer homem, o mais obscuro, ainda que nunca escrevesse uma linha, podemos aceitar indicações preciosas.

Quando se trata de eloquência ou de retórica, decerto só

se pode admitir o crítico que conheça estas artes ilustres. Mas quando escrevemos de paixões ou de vícios, todo aquele que os sentiu, ainda que os não saiba exprimir, pode julgar-nos e apontar-nos o erro. Só um poeta sabe apreciar *Graziela*, obra de eloquência lírica, mas um simples carpinteiro pode discutir o *Assommoir*, obra de realidade social.

Eu, por mim, adoro a crítica: leio-a com unção, noto as suas observações, corrijo-me quando as suas indicações me parecem justas, desejo fazer minha a sua experiência das coisas humanas.

Foi por ocasião do aparecimento destes meus livros, *O Crime do Padre Amaro* e *O Primo Basílio*, que se começou a falar em Portugal no *Realismo* e numa outra instituição que me dizem chamar-se a *ideia nova*. Ora o meu nome tem sido geralmente, em Portugal e no Brasil, associado a este *realismo* e a esta nova instituição. Designo-a pelo nome genérico de *instituição*, porque ignoro se é uma nova arte, uma nova política, uma nova religião ou uma nova filosofia; não sei mesmo se não será um novo clube ou uma companhia de seguros! Não creio que tivesse nascido em França, em Inglaterra ou na Alemanha, as três grandes nações pensantes. Suponho que é de origem portuguesa e inteiramente local. Ignoro os seus fins, o seu programa, os seus métodos, se já lançou, como é do estilo, a sua carta aos Coríntios e se nos traz alguma nova concepção do Universo!

Contudo, eu sou, nos documentos que tenho presentes, designado como «um dos seus chefes». Deduzo pois que há outros — talvez sete, como diante de Tebas! Num livro de versos que recebo agora, comentado por um mestre douto e amado, leio, a pág. 2, que «Lisboa recebeu com Hossanas os pregoeiros da ideia nova». Concluo que tivemos, como outros quaisquer, a nossa entrada triunfal em Jerusalém, e vejo daqui a nossa estimável estação dos caminhos-de-ferro, sonora de cantos e verde de palmas!... Em todo o caso, parece

que foi breve o dia das alegrias e dos risos, porque um jornal recente me diz: «Aí estão, pois, aos golpes desse prodigioso atleta, prostrados por terra e mordendo o pó, os da ideia nova!» Concluo que fomos derrotados por um monstro solitário, um ser disforme no género de Polifemo ou do amante de Ónfale, e que, dos da «ideia nova», como da ala dos cavaleiros saxónios depois da jornada de Hastings, não resta mais do que um estendal de cadáveres, sobre que pairam os corvos de Usk!...

Tal foi a vida breve e morte trágica de uma *ideia* nacional que, segundo os jornais me afirmam, nos custou a vida, a mim e aos outros chefes!...

Eu sou pois associado a estes dois movimentos, e se ainda ignoro o que seja a *ideia nova*, sei pouco mais ou menos o que chamam aí a *escola realista*. Creio que em Portugal e no Brasil se chama realismo, termo já velho em 1840, ao movimento artístico que em França e em Inglaterra é conhecido por «naturalismo» ou «arte experimental». Aceitemos porém *realismo*, como a alcunha familiar e amiga pela qual o Brasil e Portugal conhecem uma certa fase na evolução da arte.

Este movimento tem encontrado em Portugal grandes hostilidades. Também no Brasil (não o digo sem algum despeito patriótico), se tem combatido o realismo com um talento superior e com ideias.

A opinião, porém, que os nossos inimigos fazem deste movimento literário, parece ser a seguinte: «Que é uma “escola” e se chama a *escola realista*. Que foi o Sr. Zola que a inventou, um belo dia, em Paris. Que o seu fim é pintar com minuciosidade quadros obscenos. E, finalmente, que tem uma retórica especial, abstrusa, torturada, rutilante, sem gramática e sem vernaculidade!»

É-me desagradável afectar um tom pedagógico e vir dar um desmentido autoritário a estas afirmações de pessoas estimáveis...

Mas na realidade o naturalismo nem foi inventado pelo

Sr. Zola, nem consiste em descrever meticulosamente obscenidades, nem tem retórica própria, nem sobretudo é uma escola!

Em Portugal sempre houve uma tendência tenaz para subdividir a arte em escolas — o que prova, de resto, uma literatura de gramáticos e retóricos. Inventámos assim toda a sorte de escolas literárias — mais, certamente, em número, do que as de instrução primária! Chegámos a ter a escola de Lisboa, a escola de Coimbra, a escola de Castilho... coisas que nos parecem hoje tão antigas como o rapto de Helena ou as façanhas do impetuoso Ajax. Ainda conservamos, porém, as grandes escolas: clássica, romântica, satânica, elegíaca, e toda a sorte de confrarias das letras, isoladas em cubículos e celas, separadas por paredes-mestras: o cubículo de Boileau, o cubículo de Lamartine, o cubículo de Byron, o cubículo de Petrarca... Até o subtil e fino Baudelaire tem o seu cubículo! E aqueles grupos inimigos, arreganhando-se o dente, uns usando a cabeleira de Racine, outros o capacete de Percival, outros os cornos de Satã, outros a fruta pastoril de Samedo, ali vivem sepultados nas suas prosódias rivais, murando-se dentro delas, como o anão chinês dentro do seu vaso de porcelana...

Agora, temos a escola realista!

Não — perdoem-me — não há escola realista. Escola é a imitação sistemática dos processos de um mestre. Pressupõe uma origem individual, uma retórica ou uma maneira consagrada. Ora o naturalismo não nasceu da estética peculiar de um artista; é um movimento geral da arte, num certo momento da sua evolução. A sua maneira não está consagrada, porque cada temperamento individual tem a sua maneira própria: Daudet é tão diferente de Flaubert, como Zola é diferente de Dickens. Dizer «escola realista» é tão grotesco como dizer «escola republicana». O naturalismo é a forma científica que toma a arte, como a república é a forma política que toma a democracia, como o positivismo é a forma experimental que toma a filosofia.

Tudo isto se prende e se reduz a esta fórmula geral: que fora da observação dos factos e da experiência dos fenómenos, o espírito não pode obter nenhuma soma de verdade.

Outrora uma novela romântica, em lugar de estudar o homem, inventava-o. Hoje o romance estuda-o na sua realidade social. Outrora no drama, no romance, concebia-se o jogo das paixões *a priori*: hoje, analisa-se *a posteriori*, por processos tão exactos como os da própria fisiologia. Desde que se descobriu que a lei que rege os corpos brutos é a mesma que rege os seres vivos, que a constituição intrínseca de uma pedra obedeceu as mesmas leis que a constituição do espírito de uma donzela, que há no mundo uma fenomenalidade única, que a lei que rege os movimentos dos mundos não difere da lei que rege as paixões humanas, o romance, em lugar de imaginar, tinha simplesmente de observar. O verdadeiro autor do naturalismo não é pois Zola — é Claude Bernard. A arte tornou-se o estudo dos fenómenos vivos e não a idealização das imaginações inatas...

É fácil deduzir daqui que não foi o Sr. Zola o inventor do naturalismo. Ele é decerto uma forte e grande personalidade que deu ao movimento um grande e forte impulso. Ninguém como ele, nos seus escritos, o tem defendido e desprendido melhor do vago de teoria — e sejam quais forem os seus defeitos, o homem que escreveu o *Assommoir* ficará como um dos mais prodigiosos artistas deste século de artistas. Mas seria tão absurdo dizer que ele inventou o *naturalismo*, como dizer que Gambetta inventou a *democracia*!

Neste século, porém, no período científico do naturalismo, o Sr. Zola teve precursores ilustres: antes dele, estão os Goncourts; antes dos Goncourts, Flaubert, Taine e Saint-Beuve — (porque o método do crítico penetrante que estuda um romancista, não difere do método do romancista que estuda um personagem) — e antes destes, havia ainda Stendhal, e ao

lado dele, Balzac, e no século passado, Molière... Não me obriguem a remontar até Homero!... É verdadeiramente uma genealogia ilustre!

Mas, dir-me-á o leitor — o verdadeiro leitor, o cidadão que não é letrado nem teórico, mas simplesmente um ser impressionável, um átomo do grande público, que é no fim de tudo quem faz a arte — em que consiste pois esse famoso naturalismo? Que tenho eu com isso? Que posso eu lucrar com essa descoberta? Em que me interessa ela? Em que me educa, me diverte, me mostra a sua superioridade sobre a velha novela idealista? Porque me querem forçar a comprar o Sr. Zola, em vez de levar o meu dinheiro ao Sr. Júlio Sandeau?

Ora aqui tens, meu caro concidadão: supõe que tu queres ter na tua sala a imagem de Napoleão I passando os Alpes (estas fantasias são-te permitidas: a parede é tua, e podes cobri-la de escarros ou de figuras imperiais; são coisas que ficam com a tua consciência e com o Deus severo que te há-de julgar um dia). Que fazes tu? Chamas dois pintores: um que é idealista e que vem com a sua grenha, o seu casaco de veludo e o seu chapéu de aba larga, e outro que é realista, e que vem, como tu, de chapéu alto, com a sua caixa de tintas debaixo do braço. Dás-lhes o teu assunto e vais aos teus negócios.

E aqui está o que se passa na tua ausência sobre a tua parede:

O pintor idealista arregança as mangas e brocha-te imediatamente este quadro: um píncaro de montanha; sobre este píncaro, um cavalo com as proporções heróicas do cavalo de Fídias, empinado; sobre esse cavalo, premiando-lhe as ilhargas, Napoleão, de braços e pernas nuas, como um César romano, com uma coroa de louros na cabeça. Em volta, nuvens; em baixo, a assinatura.

Dir-me-ão: é falso! — Como, falso? Este quadro foi, creio que é ainda, uma das jóias do Museu do Luxemburgo.

Durante esse tempo, o pintor realista, tendo lido a história,

consultado as crónicas do tempo, estudado as paisagens dos Alpes, os uniformes da época, etc., deixou na tua parede o seguinte quadro: sob um céu triste, um caminho escabroso de senra; por ele, resfolgando e retesando os músculos, sobe uma mula; sobre a mula, Bonaparte, abafado em peles, com um barrete de lontra e óculos azuis por causa da reverberação da neve, viaja, doente e derreado.

Qual destes quadros escolhes tu, caro concidadão? O primeiro, que te inventou a história ou o segundo, que te pintou? O idealista deu-te uma *falsificação*, o naturalista, uma *verificação*. Toda a diferença entre o idealismo e o naturalismo está nisto. O primeiro falsifica, o segundo verifica.

Dir-me-ás talvez: mas isso é simples matéria de acessório, de decoração! E quando se trata de pintar a alma, o ser interior...

— Perfeitamente, aqui tens outro exemplo:

Suponho (tudo é permitido a uma alma como a tua, amante da ante e curiosa da vida), suponho, digo, que se trata de te descrever uma menina, que mora ali defronte, num prédio da Baixa.

Apresentam-se dois novelistas — o idealista e o naturalista. Tu dás-lhes o teu assunto: uma menina que se chama Virgínia e que habita ali defronte.

O idealista não a quer ver nem ouvir; não quer saber mais detalhes. Toma imediatamente a sua boa pena de Toledo, recorda durante um momento os seus autores, e, num relance, cria-te a menina Virgínia deste modo: na figura, a graça de Margarida; no coração, a paixão grandiosa de Julieta; nos movimentos, a languidez de qualquer odalisca (à escolha); na mente, a prudência de Salomão, e nos lábios, a eloquência de Santo Agostinho.

Dir-me-ão: é mentira! — Como, mentira? Vejam a criação da *Morgadinha dos Canaviais*, um romance, e feito pelo talento delicado e paciente de Júlio Dinis, o artista que entre nós mais importância deu à realidade. E todavia a sua *Morgadinha*

é bem extraordinária. Ali está uma burguesinha da serra, vivendo na serra, educada na serra, e querendo ser a personificação da mulher da classe média em Portugal: ama com a sinceridade heróica de Cordélia; tem com os sobrinhos o tom de maternidade romântica da amante de Werther; pensa, em matéria de moral, com a altivez de Bossuet; fala da natureza com o colorido místico de Lamartine; junta a isto, em intrigas sentimentais, a finura das duquesas de Balzac — e quando fala de amor, julgamos ouvir Rousseau declamar. Sem contar que tudo quanto diz de poesia, de arte ou de religião, é de Chateaubriand!...

Mas voltemos à nossa Virgínia, que mora ali defronte. É agora o escritor naturalista que a vai pintar. Este homem começa por fazer uma coisa extraordinária: vai vê-la!...

Não se riam: o simples facto de ir ver Virgínia quando se pretende descrever Virgínia, é uma revolução na arte! É toda a filosofia cartesiana: significa que só a observação dos fenómenos dá a ciência das coisas. Este homem vai ver Virgínia, estuda-lhe a figura, os modos, a voz; examina o seu passado, indaga da sua educação, estuda o meio em que ela vive, as influências que a envolvem, os livros que lê, os gestos que tem — e dá enfim uma Virgínia que não é Cordélia, nem Ofélia, nem Santo Agostinho, nem Clara de Borgonha — mas que é a burguesia da Baixa, em Lisboa, no ano da graça de 1879.

Caro concidadão, a qual dás tu a preferência? O primeiro mentiu-te. A Virgínia que tens diante de ti é um ser vago, feito de frases, que não tem carne nem osso, e que, portanto, não pertencendo à humanidade a que tu pertences, não te pode interessar. É uma quimera, não é um ser vivo. O que ela diz, pensa ou faz, não te adiantta uma linha no conhecimento da paixão e do homem.

Uma tal Virgínia não pode ficar como documento de uma certa sociedade, num determinado período: é um livro inútil.

Tens diante de ti uma moeda falsa.

O segundo dá-te uma lição de vida social: põe diante dos teus olhos, num resumo, o que são as Virgínias contemporâneas; faz-te conhecer o fundo, a natureza, o carácter da mulher com quem tens que viver. Se a Virgínia, em conclusão, não é boa — evitarás que tua filha seja assim: podes-te acautelar desde já com a nora que te espera; é-te lição no presente, e, para o futuro, ficará como um documento histórico.

É uma verificação da natureza.

E aqui tens, caro concidadão, reduzido a fórmula familiar, ao alcance da tua compreensão e despido de névoas filosóficas, o que é o idealismo e o que é o naturalismo, na pintura, no romance e no drama.

Bristol, 1879.

«Os Vencidos da Vida» ⁽¹⁾

«O amável *Correio da Manhã*, fazendo hoje o retrato social dos *Vencidos da Vida*, um por um, para lhes contestar este título acabrunhante, continua e engrossa o ruído de publicidade que a imprensa tem erguido ultimamente em torno deste grupo jantante, com considerável desgosto dos homens simples que o compõem. Pode parecer talvez estranho que esta ressoante publicidade assim magoe os derrotados. Não permitem eles que hebdomadiariamente as gazetas anunciem a sua reunião em torno da mesa festiva? É verdade. Mas se o fazem é para que a opinião se não possa, de modo algum, equivocár sobre o motivo íntimo que todas as semanas os arranca dos seus buracos, para os juntar num gabinete de restaurante, ao lusco-fusco, no isolamento sumptuoso de quatro cortinas de repes.

Homens que assim se reúnem poderiam logo, neste nosso bem-amado país, ser suspeitados de constituir um sindicato, uma filarmónica ou um partido. Tais suposições seriam desagradáveis a quem se honra de costumes comedidos: o respeito

(1) Este escrito foi publicado anonimamente no número de 29 de Março de 1889 de *O Tempo*, de que era director Carlos Lobo de Ávila. (*N. do E.*)

próprio obriga-os a especificar bem claramente, em locais, que, se em certo dia se congregam, é apenas para destapar a terrina da sopa e trocar algumas considerações amargas sobre o colares. De resto, o sussurro atónito que de cada vez levantam estas refeições periódicas não é obra sua — mas da sociedade que, com tanto interesse, os espreita. Eles comem — a sociedade, estupefacta, murmura. O que é, portanto, estranho, não é o grupo dos *Vencidos* — o que é estranho, é uma sociedade de tal modo constituída que, no seu seio, assume as proporções de um escândalo histórico, o delírio de 11 sujeitos que uma vez por semana se alimentam.

O que de resto parece irritar o nosso caro *Correio da Manhã*, é que se chamem *Vencidos* àqueles que, para todos os efeitos públicos, parecem ser realmente *vencedores*. Mas que o querido órgão, nosso colega, refliota, que, para um homem, o ser vencido ou derrotado na vida depende, não da realidade aparente a que chegou — mas do ideal íntimo a que aspirava. Se um sujeito largou pela existência fora com o ideal supremo de ser oficial de cabeleireiro, este benemérito é um *vencedor*, um grande *vencedor*, desde que consegue ter nas mãos uma gaforina e a tesoura para a tosquiar, embora atravesse pelo Chiado cabisbaixo e de botas cambadas. Por outro lado, se um sujeito, aí pelos vinte anos, quando se escolhe uma carreira, decidiu ser um milionário, um poeta sublime, um general invencível, um dominador de homens (ou de mulheres, segundo as circunstâncias), e se, apesar de todos os esforços e empurções para diante, fica a meio caminho do milhão, do poema ou do penacho — ele é para todos os efeitos um vencido, um morto da vida, embora se pavoneie por essa Baixa amortalhado numa sobrecasaca do Poole e conservando no chapéu o lustre da resignação. Dito isto, só podemos juntar que os *Vencidos* oferecem o mais alto exemplo moral e social de que se pode orgulhar este país. 11 sujeitos que há mais de um ano formam um grupo, sem nunca terem partido a cara uns aos outros; sem se dividirem em pequenos grupos de *direita* e *es-*

querda; sem terem durante todo este tempo nomeado entre si um presidente e um secretário perpétuo; sem se haverem dotado com uma denominação official de *reis vencidos da vida* ou *vencidos da vida real* ou *nacional*; sem arranjar estatutos aprovados no Governo Civil; sem emitirem acções; sem possuírem hino nem bandeira bordada por um grupo de senhoras «tão anónimas quanto dedicadas»; sem illuminarem no primeiro de Dezembro; sem serem elogiados no *Diário de Notícias* — estes homens constituem uma tal maravilha social que certamente para o futuro, na ordem das coisas morais, se falará dos *onze de Braganza*, como na ordem das coisas heróicas se fala dos *doze de Inglaterra*.

«Dissomos.»

Ainda sobre a Academia

Nada me poderia, neste vale de lágrimas, pesar tanto como a melancólica e enfadonha obrigação de replicar ao artigo (*Eça de Queiroz e a Academia*), em que o meu velho amigo Pinheiro Chagas recombateu, aqui mesmo, o bom combate pelo júri, o relatório, o concurso e o prémio! — Só, na verdade, por Pinheiro Chagas, cujos golpes são, como os de Roldão, uma honra que pede logo grande tropel e grande batalha — eu afrontaria o atroz e intenso tédio de remexer novamente no júri, no relatório, no concurso e no prémio, pulverulentas e defuntas coisas que pertencem às trevas do passado tão legitimamente como os muros de Tróia, o clube dos *Camilos* e os poemas do poeta sem par que se chamou Guilbert de Pixérécourt.

Já num desventuroso dia de loquacidade meridional eu estirei por este *Repórter* fora, sob a forma de carta a Mariano Pina, cinco infindáveis léguas de prosa no interesse do júri, do relatório, do concurso e do prémio ⁽¹⁾. Repisar, teimar ainda, uma vez mais exumar esses cadáveres, o júri, o relatório, o concurso e o prémio — é monstruoso! A quanto me força esse desapiedado e querido inimigo!

(1) A carta foi publicada nas *Notas Contemporâneas*. (N. do E.)

Felizmente, por mais que rebusque e fareje no vasto artigo, não encontro nada essencial que, por amor das minhas ideias, eu tenha a debater com o meu fecundo e ardente confrade. Toda a sua eloquência e graça, que são consideráveis, passam através da minha carta a Mariano Pina como esta brisa de Junho através das árvores do meu quintal. Há um largo e estouvado sussurrar de folhas — e nenhuma folha cai.

Os dois pontos vivos dessa carta, que a enchiam e lhe davam valor e feição — nem Pinheiro Chagas os ataca, nem sequer levemente lhes roça com a pena.

O primeiro desses pontos, com efeito, a minha laboriosa justificação do voto que excluiu a RELÍQUIA, não podia ser decentemente assaltado por Pinheiro Chagas. Esse ponto é tanto meu — como do meu douto amigo. Toda a minha argumentação leva, por estradas directas e limpas, exactamente à mesma conclusão a que Pinheiro Chagas já chegara no seu Relatório — através de vielas tortuosas e mal frequentadas.

Cada um seguiu o caminho que lhe reclamava a sua conveniência ou o seu temperamento: mas encontrámo-nos pontualmente no mesmo sítio, à porta do recinto sagrado da Academia, atirando ambos um pontapé paralelo à lombada do livro infeliz!

Se eu vim por uma velha avenida real, e Pinheiro Chagas por um atalho de cabras — que importa? Ambos nos achamos lado a lado e quase abraçados, ao cumprir o acto de segura justiça. Agora Pinheiro Chagas, ansioso por acumular todos os louros, pretende — que só o repelão que ele deu ao livro era o bom, e só as suas razões para dar o repelão eram as boas.

Perfeitamente! Não lho contesto.

Tudo isso no fundo se limita a uma questão de gostos e de hábitos. Eu entendo que, em nome de uma Academia, só se devem apresentar razões graves e académicas; Pinheiro Chagas entende que, em nome da Academia, só se devem oferecer razões de folhetim e de cavaqueira. Bem! não lhe chicano essa

opinião que depende sobretudo do juízo que cada um forma da Academia.

Na conclusão final, porém, estamos concordes? Certamente. Então, nada se ganha em esmiuçar pueris detalhes. O corvo e a serpente, como se conta na fábula índia, mataram ambos o sapo. Um chegou, voando, o outro, rastejando. Mera diferença de naturezas que nada tem com o merecimento pessoal dos bichos. Ambos são bichos respeitabilíssimos. O corvo teve a intimidade de S. Vicente e a serpente a amizade de Salomão.

O outro ponto fundamental da conta a Mariano Pina — a minha tese, bem ou mal estabelecida, de que o concurso estava absurdamente organizado, e de que se não podiam, por heterogéneos, comparar um drama romântico em verso, e um romance arqueológico em prosa, o *Rui Blas* e a *Salambô* — Pinheiro Chagas não o ataca e não me põe, portanto, na difícil necessidade de o defender. Não o ataca com as suas duras armas, nem sequer lhe bole com o dedo, para ver se ele é de granito ou de papelão. Deixa-o intacto, sem a arranhadura de um adjectivo, fresco, sólido, como novo, pronto a servir noutra campanha. Apenas ao passar, de longe, muito de longe, me dardeja a mim uma olhadela oblíqua, rosmando: «Dizes isso por despeito, por não teres apanhado o prémio!»

Em geral, a todos os meus argumentos, Pinheiro Chagas, por entre os ornatos e as flores de linguagem, lança constantemente esta réplica tão característica, tão literária, tão crítica, de tão bom gosto: — «Tudo isso é ferro por não teres apanhado o conto!» Aqui, porém, neste ponto da organização do concurso, ele não se contenta em insinuar, mas claramente proclama o «meu despeito e o meu ferro». Dizer a Pinheiro Chagas que não cabe um desapontamento onde não houve uma expectativa, e que, mandando o livro à Academia *com a certeza* de que ele não alcançaria prémio, nunca me poderia espantar ou irritar de que ele regressasse das portas da Academia sem prémio — seria inteiramente inútil. Nunca Pinheiro

Chagas (a não ser que eu lhe falasse um momento ao ouvido), acreditaria nesta minha *certeza* e nesta indiferente falta de expectativa.

Esse querido amigo tem vinte anos de jornalismo, de currículos, de política, de S. Bento e de partidos — e nunca lograria desembaraçar-se suficientemente do seu cepticismo, para chegar a acreditar que eu falei por amor dos princípios desatendidos — e não por despeito dos pintos perdidos.

Suponhamos portanto que eu berro por despeito — e que toda a face se me acende de rancor e de inveja. Pois bem! Neste vil estado de alma, que enojaria Marco Aurélio, eu fiz uma afirmação: — afinmei que Pinheiro Chagas não podia, como crítico e criticamente, comparar, para um fim de escolha e de prémio, um romance arqueológico em prosa e um drama romântico em verso. Lívido e roído pelas cobras verdes do ciúme, eu estabeleci esta tese. Mas desde que a estabeleci por escrito, num jornal — ela fica separada da minha personalidade, torna-se impessoal e abstracta, vivendo só por si e pela razão que em si contém.

Nada importa para o seu mérito que ela provenha de um vil despeito pessoal ou de uma alta convicção literária. A origem, torpe ou nobre, de uma ideia, nada tem que ver com a sua exactidão. Quando Pinheiro Chagas, no Parlamento, no seu banco de opposição, atira um argumento contra o projecto de um ministro — este argumento possui um valor próprio, intrínseco, independente de ter a sua origem no zelo de Pinheiro Chagas pelo bem público, ou no despeito de Pinheiro Chagas por não ser já ministro. Ruidosa e legítima seria a indignação de Pinheiro Chagas, se, em tal caso, o ministro atacado lhe retrucasse: — «Você fala assim por lhe terem tirado a farda, o correio e a tipóia ao mês!» Pois é isto que Pinheiro Chagas, *mutatis mutandis*, me diz a mim, com a face tranquila. Eu não me indigno. Limito-me a pedir ao meu erudito amigo Pinheiro Chagas que não faça aos outros em literatura — aquilo que não quereria que outros lhe fizessem a ele em política.

Limite-me a rogar-lhe que separe os meus motivos — dos meus argumentos. Os meus motivos são torpes. Mas os meus argumentos aí estão — com a sua existência própria e o seu peso próprio, para Pinheiro Chagas os atacar como tais e implacavelmente os reduzir a pó!

Toda a questão fica assim clara, simples, limpa de individualidades.

A minha tese tal como a formulei na carta a Mariano Pina (para me resumir e só aludir ao drama e ao romance) é que se não pode escolher, por comparação, e para um fim de prémio, entre um drama romântico em verso e um drama arqueológico em prosa — um vivendo da paixão, outro vivendo da erudição, um dando a síntese dos caracteres pela eloquência, outro dando a análise dos caracteres pela investigação.

O meu argumento é além disso — que as qualidades cénicas e teatrais do drama tornariam o romance enfático e vago; e que os predicados de reconstrução e de nessesneição erudita, de sábio detalhe, que dariam ao romance uma viva possibilidade histórica e o tornariam merecedor de prémio, converteriam o drama numa obra didáctica, difusa, chata, votada ao assobio e completamente indigna de prémio. E que portanto eles se não podem comparar, que entre eles se não pode escolher, e que não pode um júri dizer qual é preferível como obra literária: — se o *Rui Blas* se a *Salambô*.

Nisto consiste o meu argumento. Ele é sem dúvida facilmente destruível, e Pinheiro Chagas vai destruí-lo com um sopro. Mas para me esclarecer, para me instruir, eu desejo testemunhar esse decisivo desbarate. — Não quero porém frases, nem chistes, nem decrépitas e balofas declamações «sobre o talento», nem velhos croquetes de retórica, requentados e servidos num bocado de jornal. Quero razões nítidas, positivas, especiais, técnicas, de *homem do ofício*. Quero literatura e crítica — e não ênfase e rabulice. Quero a demolição, argumento por argumento, da minha tese. Quando eu a vir por terra, com o lamentável aspecto de uma ruína mole de cantão,

batarei então no peito, altamente afirmarei que o concurso foi uma coisa excelente que a minha ignorância não compreendera, e que ninguém tem honestamente o direito de se queixar dele nas gazetas.

Mas enquanto os meus argumentos conservarem estabilidade e fôlego, eu continuarei placidamente a afirmar que o concurso foi uma burla, uma ficção — e que, preferindo o drama, se fez uma escandalosa injustiça ao ilustre autor do romance. E se, por causa da manifesta honestidade do júri, não se torna admissível a suposição de injustiça — então resta-me o direito de concluir que o júri e Pinheiro Chagas, à maneira do meu velho criado Vitorino, têm por opinião que poemas, romances, dramas, livros de viagens, odes e almanaques, tudo são coisas comparáveis — *por serem em letra redonda!*

Em resumo: eu, neste caso, ou possuo uma crítica muito curta, ou tenho uma razão muito forte. Das duas torres deste dilema ninguém certamente me desaloja. Infelizmente, desconfio que possuo uma crítica muito curta: e já todo eu tremo, e ao mesmo tempo me regalo, pensando que a demolição dos meus argumentos por Pinheiro Chagas (que pouco mais lhe custará que o esforço de levantar a pena) — vai ser para mim simultaneamente uma sova e uma luz. Mas, enfim, é possível que a minha tese se mostre inexpugnável. Todo o génio de Napoleão se quebrou contra os quatro muros velhos de São João de Acre. Nada ousa pois assegurar — enquanto se não realiza esse arrasamento que me vai conjuntamente educar e desancar.

Quando ele vier, largo e superior, eu quero logo gritar a Pinheiro Chagas com entusiasmo: — «Relator do concurso, és um mestre!» Se porém Pinheiro Chagas não arrasar a minha tese, então com a familiaridade a que me autoriza a nossa velha camaradagem e relembrando a história simbólica do meu criado Vitorino (para quem, a respeito de livros, *isto ou aquilo tudo era a mesma coisa, por ser em letra redonda*)

eu tomarei a liberdade grande de dar uma palmadinha no ombro do meu illustre amigo, e de lhe murmurar risonhamente: — «Relator do concurso, és um Vitorino!»

E de vitorinice (e mesmo de ficção e chalaça) continuará este concurso a ser acusado, enquanto se lhe conservar a absurda organização que, agora, inteiramente o desvirtua. Cada ano surgirão dificuldades mais marcadas — levando às decisões mais disparatadas: e de cada vez irá crescendo no público o desdém pela Academia.

Assim, suponhamos que para o próximo concurso apenas se apresentam dois livros: um volume de história e um volume de poesia. E, para exemplificar com mais precisão, suponhamos ainda que um se chama a *História da República Romana* e outro as *Flores do Campo*.

Neste caso nem mesmo se pode tomar para tenno de comparação, como Pinheiro Chagas vagamente tentou, a importância dos dois géneros. Ninguém pode afirmar com segurança qual é mais importante para a educação e elevação do espírito humano, se a história se a poesia, se Tácito ou se Virgílio. Ambos são factores igualmente indispensáveis às duas grandes faculdades que dirigem o homem e lhe modelam o destino — a razão e a emoção. E, eliminando este tenno de comparação (que ainda poderia ser aduzido tratando-se de uma série de estudos históricos e de uma colecção de receitas de cozinha), nenhum outro tenno resta. Que vão então fazer na Academia?

Um estudante de retórica, e nela três vezes reprovado, sente confusamente a impossibilidade de comparar entre um grande historiador e um grande lírico. Numa ordem mais baixa, o mais bronco cortador dos talhos municipais sabe claramente que se não podem comparar as histórias que ele ouviu da *Maria da Fonte* e os versinhos que ele canta ao *fado corrido*. Só a Academia, a grande corporação literária do país, nada parece saber. E com a maior simplicidade, placidamente,

compara e equipara, para entre ambos escolher — um estudo sobre as campanhas da Gália e versos feitos a uma rosa!

É perfeitamente fantástico!

Em contraste com estes dois pontos essenciais da minha carta a Mariano Pina, que Pinheiro Chagas deixou intactos — há no seu antigo toda uma coorte de acusações, que eu por mim não posso consentir que permaneçam de pé e prontas a servir noutra campanha.

Numa delas, a mais considerável, declara-me Pinheiro Chagas «desleal» por ter desnaturado o seu pensamento, afirmando que ele queria na *Relíquia* a paixão de Jesus vista pelo lado burlesco. Uma acusação de deslealdade é sempre grave. Felizmente, por um fausto acaso, eu guardei o *Relatório* de Pinheiro Chagas e posso, portanto, copiar aqui as frases formais que me levaram a essa asserção. Aqui está uma dessas inequívocas frases: — «Este homem (Teodorico) devia dar ao mundo um *Evangelho burlesco*, ímpio decerto, mais escandaloso do que as memórias de Judas, mas que seria em todo o caso uma obra de arte notável.» Há ainda outras, tão explícitas, desenvolvendo eloquentemente a mesma ideia. Mas esta basta! E se ela não quer dizer que eu devia ter dado ao mundo um *Evangelho burlesco* — que quer dizer então, justos Céus? Em nome da verdade e da luz, o que quer ela dizer? Pretende agora Pinheiro Chagas, se não me engano, que, falando do *Evangelho burlesco*, ele subentendia outra coisa. Qual fosse «essa coisa» não o chega a explicar nitidamente. Em todo o caso, desde que o meu verídico amigo assegura que não quis mentalmente dizer o que as suas palavras literalmente significavam — eu suplico a Pinheiro Chagas que, na sua benevolência, me perdoe o ter tão levianamente avaliado o seu pensamento pelas suas palavras. Mas que Pinheiro Chagas, por seu turno, apague e raspe essa incriminação de deslealdade. Pinheiro Chagas só deve queixar-se de que eu sou tão limitado — que apenas compreendo o que a sua pena publicamente escreve, e não consigo

adivinhar o que o seu espírito secretamente pensa. Houve em mim condenável falta. Mas não foi a de ser desleal — foi a de não ser feiticeiro!

Depois acusa-me Pinheiro Chagas (ainda que sob uma forma genérica) de «ter condenado como imbecil a escolha feita pela Academia...» Que replicar a isto, Deus clemente? Não há na minha carta a Mariano Pina: um período, uma fugidia frase, um pobre verbo assolapado, uma vírgula sequer, que implique ou insinue uma semelhante condenação! Nada! nada! Quem se abalance ao fastidioso trabalho de rereer essa carta, pode logo ver, tão distintamente como se vê o Sol, que eu condenava em geral *qualquer escolha, toda a escolha*, partindo sempre do meu princípio, bom ou mau, de que se não pode comparar o *Rui Blas* com a *Salambô*, ou cartas de viagem com odes ao duque de Ávila!

Em seguida acusa-me Pinheiro Chagas (ainda que genericamente), de «procurar rebaixar o merecimento do escritor que todo o país exaltara, e apresentá-lo como indigno de me disputar o prémio». Isto é simplesmente prodigioso! Não há também na minha carta uma linha, não há um simples ponto de reticência, por onde se possa desconfiar de que eu, mesmo remotamente, mesmo escondido por trás de rebuços e véus, tentasse amesquinhar o simpático autor do drama laureado. Uma semelhante amesquinhação seria tão grosseira, e sobretudo tão lorpamente inábil!... Nem o mais tosco simplório, ainda fresco dos matagais da serra, cairia em mostrar assim, como num espelho, o seu despeito e o seu rancor.

É uma mera e transparente invenção do meu bom Pinheiro Chagas — que pode ser acolhida, segundo o temperamento de cada um, com um sorriso de misericórdia ou com um empurrão irritado.

Eu, que conheço Pinheiro Chagas, aconselho o sorriso.

Tudo isto, na verdade, constituiria uma abominação, se se tratasse de um escritor que, nos seus escritos, pusesse ao mesmo tempo — mais seriedade e mais perversidade. Teríamos

então aqui uma dessas repulsivas tricas de polemista rábula, que, retrucando a um artigo publicado há longas semanas, e de que ele supõe que o público já se não recorda, lhe attribui perfidamente toda a sorte de feias proposições, que o pobre artigo não encerra, com o fim de tornar o autor desagradável e antipático aos olhos dos simples e aos olhos dos esquecidos. Encontráramos de facto aqui uma aplicação da velha e sólida máxima de D. Basílio: — *Calomniez, calomniez, il en restera toujours quelque chose!*

Somente, tratando-se de Pinheiro Chagas, o caso é radicalmente diferente. Ele é o mais honesto dos homens. Nunca da sua pena saiu voluntariamente uma falsidade ou uma perfídia. Recto, bom, amável, generoso, leal, largo de coração, ele senta-se candidamente à banca, toma a pena — para afirmar apenas o que é verídico e defender apenas o que é justo. Não sei se a pena de Pinheiro Chagas é de pato ou de aço: em todo o caso deve ter, como todas, uma haste ligeira que ele ao princípio sustenta e domina entre os dedos. A vela arde e o illustre escritor começa a escrever... E eis que, instantes depois, aquela curta haste, conduzida pela mão já excitada, sob os impulsos impacientes da imaginação que aqueceu — larga, albala, corre, galga, pula, cabriola, redemoinha, mais tonta e levantando mais pó que um potro bravo do Hedjaz solto através do deserto. Já Pinheiro Chagas a não pôde sopear. De facto, já o nosso desditoso amigo vai arrastado por ela, como Mazepa pelo seu corcel — e foge, rompe, fende, salta aqui as balizas da cortesia, atropela além a nudez da verdade, tudo escangalha e tudo espezinha, até que escritor e pena rolam no pó, exaustos, arquejantes, inúteis para tudo e irresponsáveis por tudo!

Pinheiro Chagas é o Mazepa do folhetim — um Mazepa de chapéu alto. Com a diferença, porém, de que Mazepa se ergueu ao fim da fabulosa carreira, para encontrar em torno de si uma horda bárbara que o aclamava rei! E Pinheiro Chagas, quando se levanta, acha-se rodeado de amigos que apenas sorriem e lhe gritam com uma repreensão cheia de carinho: —

«Oh, homem, quando há-de você ter juízo?» E ele próprio, limpando o suor, e olhando para trás, para as conveniências que transpôs, para a verdade que pisou, suspira, com aquela sua honestidade que é tão alta e aquela sua inteligência que é tão clara, e, descontente de si, recolhe desconsoladamente a pena.

Depois, no dia seguinte, recomeça.

Que longo discurso! E com que susto, com que fastio, com que contrariedade o venho desenrolando! Todas estas coisas locais, caseiras, lisboetas — o júri, o concurso, o prémio — que em Lisboa, no seu elemento próprio, me teriam interessado por lhes sentir bem a realidade, chegam-me aqui, através dos mares, já desbotadas, vagas, esfumadas, confusas, espectrais. Caem num meio totalmente alheio e diferente; e, vistas ao lado de outras ideias e de outros interesses, as suas proporções encolhem até à minuscuidade, a sua solidez adelgaça-se até à diafaneidade. Parece-me que estou aqui a vibrar grandes lançadas contra pequenos rolos de névoa.

E para quê! Que me pode importar a maneira, ignara ou sábia, como a Academia organiza o seu concurso? Que esperança nutro eu de que as minhas objecções sejam atendidas pela douta assembleia? Perco aqui, falando, o meu útil dia de trabalho e o meu útil dia de passeio — e a Terra continua a girar, o *Relatório* de Chagas a ser considerado uma soberba obra de crítica, e a Academia a decidir gravemente entre as manobras de César na Gália Narbonense e as pétalas de uma rosa em verso!

Mas quê! Pinheiro Chagas arremete contra mim, com o seu usual transporte, um verdadeiro *furor chaguensis*, como diria Bismarck, se conhecesse este meu interessante e impetuoso amigo, e eu, pela consideração devida a um homem cujos golpes, como os de Roldão, são uma honra que reclama logo grande tropel e grande batalha — sou forçado a defender a minha humilde carcaça... Mas faço-o, o céu me é testemunha, com infinito respeito e doçura — mostrando sempre que,

Atas de Documentação

quando Pinheiro Chagas me joga golpes que parecem traiçoeiros, quando atribui as minhas convicções de literatura a despeito de pecúnia, quando inventa pelas costas que eu quis «amesquinhar o candidato laureado», quando declara que eu votei por *mim* nessa carta em que eu dei o meu voto *contra mim* — procede por impulso da sua leviandade e não por cálculo da sua malícia. Não abriga malícia aquele coração limpo. E se eu procuro atirar pelos ares a estouvada pena de Pinheiro Chagas — é só, só, para mais livremente poder apertar a sua mão honrada e amiga.

Bristol, 1888.

Notas do mês

COLABORAÇÃO NA «REVISTA DE PORTUGAL»

EL-REI D. LUÍS

Aos cinquenta e dois anos de idade, depois de vinte e oito anos de reinado, morreu na manhã de 19 de Outubro, na cidade de Cascais, o vigésimo oitavo rei de Portugal, o senhor D. Luís II. Por longos e lamentosos dias velou a sua agonia a rainha — cheia daquele ânimo magnífico e grave com que na casa de Salbóia, desde os velhos tempos de Humberto, senhor de Tarentesia, os homens afrontam os perigos e as mulheres as provações. E toda a Nação o chorou numa infinita piedade.

Com el-rei D. Luís, finda um período interessante da nossa História. Durante ele, Portugal, emergindo da anarquia doutrinária que o desmantelava desde 1820, consuma o seu desquite com o passado, quebra o seu pacto com os ideólogos — e entra resolutamente, para ventura sua ou para maiores e inéditos males, no caminho do utilitarismo, do fomento e do progresso material. Para presidir a esta revolução, que cobriu a terra de instrumentos de riqueza e radicou na gente a importância dos interesses, el-rei D. Luís era, pelas favoráveis feições do seu espírito liberal, transigente, modernizado, acessível às inovações, o chefe mais congénere e perfeito. Daí pro-

veio, entre o rei, beneficentemente inclinado às reformas, e o reino, que ardentemente se reformava, uma harmonia sólida e séria que, em vinte e oito annos, não soffreu uma interposição nem foi toldada por uma sombra.

Na paz política que assim se criou (e que exteriormente teve considerável beleza), pôde lentamente, através do rei, ser observado o homem; e este desde logo cativou o país pela sua genuína e positiva bondade. Víctor Hugo affirmava que só existiam duas coisas verdadeiramente grandes — o génio e a bondade: Michelet acrescentava que dessas duas grandezas só uma era verdadeiramente real — a bondade. Decerto estes dois homens, supremamente bons e geniais, entendiam por bondade — aquella virtude activa que, pela elevação e amplitude das suas manifestações, participa do heroísmo. O exercício, porém, desta bondade heróica, necessita de uma ilimitada potência e expansão de vontade, de uma vontade sublimemente alheia ao mundo, como num S. Francisco de Assis, ou irresistivelmente dominante no mundo, como num Trajano — incompatível portanto com as limitações impostas, nas democracias, a um rei constitucional. Dentro dos nossos organismos sociais, a virtude nativa de um rei só se pode traduzir nas manifestações discretas e quase íntimas da generosidade, da indulgência, da cortesia, da afabilidade, da benquerença. Todas estas expressões de bondade as teve o rei lamentado: — e ninguém mais do que ele, na terra em que reinou, foi amável, polido, modesto, caridoso, sereno e bem acolhedor.

As excellências de coração, el-rei D. Luís aliava qualidades de espirito estimáveis e delicadas. As coisas do saber, da litteratura, da arte, permaneceram sempre para ele superiormente valiosas e queridas. Não foi, como outros, um protector das letras condescendente e distante; mas ele próprio entrou activamente nas letras como um diligente e bom obrário, comentando e trasladando as obras de Shakespeare que, por ser o génio que maior soma de verdade humana pôs dentro de maior soma de poesia imagética, seduzia mais que nenhum outro o

espírito de el-rei, onde se misturava ao bom-senso dos Braganças um doce elemento de imaginação germânica.

Desse fundo de realidade e de fantasia lhe veio o seu imutável amor pela pintura e pela música. Ambas estas nobres artes praticou com um gosto firme; e de ambas se cercou profusamente, não como complementos ricos de uma vida bem ornada, mas como fontes de emoções e de sentimentos, onde a sua alma, quando invadida pela desilusão dos homens e das coisas, achou encanto e consolação.

Inteligente e bom, ele reuniu as duas superioridades que perpetuam a memória de um homem. A sua intelectualidade, porém, era mais própria para agradar aos espíritos letrados e eruditos; e a forma da sua bondade própria, sobretudo, para prender as multidões simples e emotivas. Por isso a sua bondade será sempre mais lembrada do que a sua cultura. Talvez o povo, renovando um costume sentencioso das idades passadas, lhe venha a dar o nome de *Luís, o Bom*. Hoje, nas sociedades democratizadas, não há já possibilidade histórica de que um rei conquiste o cognome de *Grande*. Mas se tal conquista ainda fosse realizável no nosso tempo, nenhum louvor maior se poderia prestar a el-rei D. Luís do que afoitamente afirmar que ele próprio preferiria ficar simplesmente nos corações como *Luís, o Bom*, a entrar solenemente na História como *Luís, o Grande*.

Um príncipe moderno, brilhante, cultivado, requintado, de aptidões complexas e fortes, de inteligência largamente absorvente, de vida excelentemente pura, sobe por seu turno ao trono sete vezes secular.

Começa este reinado no momento em que, pela dispersa hesitação das inteligências, pelo incurável enfraquecimento das vontades, pela desorganização dos partidos, pela inércia das classes — o rei surge como a única força que no país ainda vive e opera. É por isso mesmo que a autoridade vital, que desde 1820 se escoara do trono e se espalhara pelas instituições democráticas e pelos corpos que as encarnam, parece refluír

ao trono para nele se condensar de novo — o reinado abre entre dificuldades que lhe impõem responsabilidades. Os deveres de el-rei, nestas condições, encontrarão certamente no seu patriotismo a inspiração mais segura e mais pura. Os nossos deveres, esses, claros e singelos, consistem em cercar de facilidades o rei que dá os seus primeiros passos reais, em todo o viço do pensar e do querer — acompanhado por uma princesa adoravelmente preparada para colaborar na obra da coroa, com esses finos dons de graça e de doçura, herdados da sua raça e da sua pátria, e que sempre, desde todos os tempos, foram os mais eficazes para vencer e reter, não só o prompto coração, mas a razão resistente dos homens.

Notas do mês (1)

O parlamento, em França, abre proximamente, possuindo, como novidade — mais um partido parlamentar com o seu chefe no exílio.

Foi este o resultado das eleições de 22 de Setembro, e do desesperado esforço que os partidos organizados e definidos desde 1872 tentaram para arrancar ao sufrágio universal o segredo da sua definitiva preferência. O sufrágio universal quis, além dos quatro velhos partidos, oportunista, radical, orleanista e bonapartista, um outro partido novo no parlamento — o boulangista. Com efeito, enquanto os quatro partidos chegam das mãos do sufrágio com o seu pessoal inalterado e quase intacto — o boulangismo, que era um bando vago e errante, aparece convertido pela eleição num partido compacto e estável. Paris (o voto de Paris outrora, como a cançoneta de Paris, alastrava, percorria toda a França!), Paris declarou-se boulangista, com a unanimidade de 27 de Janeiro. Por outro lado, certos departamentos enfeudam-se definitivamente ao boulangismo. E tendo sido uma guerrilha de dez

(1) Estas crónicas foram publicadas na *Revista de Portugal* (1889-1890), sob o pseudónimo de *João Gomes*. (N. do E.)

aventureiros na câmara passada, o boulangismo vem ser na câmara actual um partido de *cinquenta* deputados.

É uma vitória. Mas uma vitória que importa a anulação do boulangismo e do general Boulanger — porque este homem, improvisado na rua, numa cidade e num momento histórico em que uma cantiga dá mais reputação que dez batalhas, ganhava em continuar a receber unicamente a sua força dos entusiasmos e das correntes emotivas da rua. Só pela rua ele galgaria ao poder — e quanto mais se constitucionaliza, mais se despopulariza. Paris nomeou e aclamou Boulanger em 27 de Janeiro, para que ele lhe fizesse, depressa e *tambour battant*, uma revolução contra o parlamentarismo. Desde que ele porém se torna também parlamentar, a sua utilidade cessa, o seu brilho morre — e chefe ausente, com um partido na câmara girando dentro da constituição, ele é apenas um pretendente mais, sem valor pessoal e sem tradição histórica, que erra em torno das fronteiras da França, esbatido nas brumas do exílio.

Os ganhos eleitorais de 22 de Setembro provieram da indignação contra os excessos judiciais da *Haut-Cour*; do espírito *frondeur* e sempre antigovernamental de Paris; de um resto considerável de simpatia; e da teimosa esperança em que o antigo Messias e os seus apóstolos fizessem enfim a revolução adiada. Ainda na manhã de 22 os boulangistas afirmavam nas suas proclamações: «Se hoje vencermos pelo voto, completaremos à noite o triunfo com as armas!» A vitória eleitoral não veio: — e em Paris, hoje com o general Saussier no comando da praça, o exército absolutamente disciplinado e fiel, as ruas asfaltadas e estrategicamente dispostas, e a massa burguesa hostil a todo o mundo que estrague os lucros da exposição — é impossível uma surpresa revolucionária, tentada por uma minoria. Tudo tem de ser feito dentro do parlamentarismo; e desde que o general Boulanger e os seus, transformando-se de bando em partido e subindo da praça ao parlamento, ficam envolvidos no maquinismo constitucional e

reduzidos a essa eloquência estéril e a essas estéreis combinações que eles com tanto furor denunciavam, a sua missão e razão de ser findaram — e a corrente cesarista, que só pode vencer pela revolução, tem de se voltar para outro lado, à procura de outro César.

A segunda feição da câmara será a decadência (dentro dela) do radicalismo que volta da urna diminuído em número, com os seus chefes e inspiradores (Clemenceau, Goblet, Yves Guyot, Lockroy, etc.) ou derrotados, ou desprestigiados pelo ultraje do *empate*; e por outro lado, paralelamente, a influência crescente dos homens (Léon Say, Germain, etc.) que no partido republicano representam mais salientemente as ideias de reforma económica, da tolerância religiosa, de moderação e de paz. Perante isto os oportunistas ou moderados exultam com estridor, e proclamam que a estabilidade política está finalmente criada. Mas nunca na realidade a França esteve tão instável: — provindo sobretudo essa instabilidade de que os cem votos de maioria, de que se ufanam os republicanos, não formam a segurança e a defesa de um partido, mas a única defesa e segurança do próprio Estado. Cem votos de maioria — eis o que em França garante e sustenta a forma do Governo! Cem votos de maioria — eis toda a base que têm em França as instituições! Na Inglaterra, quer as eleições sejam ganhas pelos conservadores ou pelos liberais — o regime permanece tão sólido e indiferente a essa mutação como o próprio solo geológico. Em França, que amanhã esses cem votos (obra de duzentos mil eleitores) passem dos republicanos para os conservadores — e eis por terra o regime, o pessoal, os costumes e as instituições republicanas! A França está dependente de uns poucos de papéis brancos lançados numa caixa de pau. Ora esta instabilidade, alimentando sempre a esperança dos partidos monárquicos e aviventando sempre a desconfiança das velhas monarquias, impede que a França consiga a fusão dos seus partidos e conclua tratados de aliança: — e assim se

tornam cada vez mais irrealizáveis os dois grandes desejos do patriotismo — a pacificação dentro da fronteira e a desforra para além.

Em Londres, organizam-se consideráveis greves, como corolário da greve dos trabalhadores das docas que findou — cedendo a Companhia a todas (ou às mais essenciais) exigências dos operários.

Quatro feições interessantes e novas caracterizaram essa greve instrutiva e fecunda — e são talvez para as outras de excelente promessa. Em primeiro lugar, os trabalhadores (pertencentes todos às mais incultas e violentas classes de Londres) mostraram durante semanas um respeito da ordem e da propriedade, uma atenção inteligente às razões económicas, uma capacidade de sofrer com serenidade, um sentimento de disciplina, uma pertinácia moral, que fariam honra aos cidadãos mais fortes e elevadamente educados para a vida civil e para os deveres do patriotismo. Em segundo lugar, as classes superiores, as menos inclinadas a compreender ou atender as reclamações das plebes, manifestaram por elas uma simpatia de razão e de coração raras e inesperadas nessa Inglaterra que Taine ainda há anos representava, e muito justamente, como uma besta rude e fera (a plebe) que um cavaleiro brilhante e delicado (alta burguesia e aristocracia) monta e subjuga por meio de fortes cadeias de bronze, não lhe permitindo sequer o queixume e negando-lhe quase a razão. Em terceiro lugar, os bispos, à maneira dos bispos da Meia Idade, intervieram nesta luta do feudalismo capitalista e das plebes operárias, proclamando oficialmente esse socialismo cristão que hoje agita a Igreja em Inglaterra, e que (segundo foi definido na conferência diocesana reunida ultimamente em Carlisle) tende em todas as questões sociais a tomar francamente e apaixonadamente o partido do pobre, sem todavia lhe radicar a ideia de que tudo está salvo e a sua felicidade feita em céu e terra, desde que ele coma com mais abundância e vista com mais

conforto. Enfim, a quarta feição desta greve foi o começo da descentralização comercial de Londres, dispersando parte do movimento marítimo por Southampton, Cardiff e Liverpool, com ele esvaziando Londres da sua aglomeração excessiva de operários, e desobstruindo assim uma cidade que, pelo seu acréscimo de 30 000 almas por ano, se vai tornando um monstro social e económico, ingovernável e perigoso para o equilíbrio do Estado.

A morte do príncipe reinante de Mônaco e os renovados boatos do abandono de Roma pelo Papa têm uma relação pitoresca — porque de há muito que o principado de Mônaco é considerado como o lugar que a política e a geografia marcam como o mais adequado à residência do Papa.

Este Estado, que se compõe de um rochedo e de alguns jardins e que é independente há novecentos anos sob o domínio dos Grimaldis, apresenta-se, já pela sua situação, já pela sua tradição, como o único refúgio possível e durável para um Papa independente e soberano. As anemias e doenças de velhice, de que ordinariamente sofrem os Papas, encontrariam além disso em Mônaco o mais salubre e favorável clima. A centralidade do principado poria o chefe da Igreja em fácil e acessível contacto com as populações católicas do Meio-Dia. O ciúme tradicional da França e da Itália, em questões de papado, garantiria a segurança e a independência a um pontífice colocado entre elas. O palácio actual de Mônaco, se não é tão sumptuoso como o Vaticano, é ainda aceitável para o chefe de uma religião de pobreza. Os grandes fundos acumulados pelo subsídio italiano (em que o Papa nunca tocou), bastariam a construir outros edifícios para as congregações e para o sacro colégio. Os monaquenses, excelentes católicos, cercariam o Papa de amor e de respeito. Esse amável e ditoso povo que não paga tributos (quem os paga por ele é o casino do jogo) não seria também tributado pelo Papa, a quem deve bastar o dinheiro de São Pedro: e, além de ganhar espiritual-

mente, remiúdo-se, pela contemplação directa da virtude, do Inferno a que o tem votado a contemplação directa do vício. o monaquense ganharia ainda materialmente — porque, como objecto de peregrinação universal, o Papa vale a roleta.

Por outro lado, morto o velho Carlos III, monaquense aferradamente apaixonado pelo seu rochedo — o seu successor, o novo chefe da casa dos Grimaldis, venderia decerto o reino em condições excepcionalmente vantajosas. Este moço virtuoso e superior abomina o jogo, nunca habita o principado, occupa-se sobretudo de explorações submarinas e a sua tendência é para viver em Paris onde o chamam os seus gostos de erudito e as relações da sua noiva, a senhora duquesa de Richelieu, parente de Henri Heine e milionária.

O Papa fora de Roma, desmancharia a beleza e a unidade da tradição histórica: mas a sua instalação em Mônaco terminaria um grande escândalo no seio da cristandade, e livraria dois dignos e excelentes príncipes, Leão XIII e Humberto I, de um insolúvel e torturante embaraço.

A China vai aproveitar-se enfim de um dos grandes instrumentos da civilização ocidental. O novo imperador, Kuang-Sou, autorizou a construção de um caminho-de-ferro de Pequim a Hankow — numa distância de setecentas milhas. Esta obra estava já planeada: mas o velho partido conservador obstara sempre à sua realização, com a razão (ou com o pretexto) de que uma ruidosa aceleração de movimento perturbaria a tranquilidade rural da China, provocaria a repugnante presença do estrangeiro, e ofendendo, com a aplicação de *rails* e perfuração de túneis, a santidade e recolhimento da terra, poderia desgostá-la e levá-la a esses movimentos impacientes que nós chamamos *terramotos*. A imperatriz regente partilhava estas ideias. O novo imperador, porém, que é (segundo afirmam os três ou quatro europeus que, como *sir Robert Hart*, têm os privilégios de grandes dignitários chineses) um moço de fortes capacidades e de esplêndida energia, decretou a inovação europeia por motivos de ordem económica e política.

Economicamente, este caminho-de-ferro construído sobre terreno que não custa quase nada, por trabalhadores que quase nada ganham, deve necessariamente dar lucro ao Estado — porque o alimentar e o vestir Pequim garante um imenso tráfico de mercadorias, e o movimento de uma população, tão móbil e flutuante como a chinesa, garante um prodigioso tráfico de passageiros.

Politicamente, por meio de caminhos-de-ferro, o imperador consolida o predomínio e absolutismo de Pequim — até hoje embaraçado no seu exercício pelas vastas distâncias, pela dificuldade de fiscalizar os mandarins governadores de províncias remotas, pelo custo de concentrar e expedir rapidamente tropas e pela impossibilidade de centralizar o comércio e as finanças na capital.

Toda a Europa folga com este decreto: a Inglaterra, sobretudo, porque vê nele uma primeira aceitação das ideias ocidentais, e através delas um acréscimo de influência no mandarinato de Pequim.

Parece prematuro este folgar. Não será por viajar mais rapidamente que a China perderá o seu desprezo e horror pelo estrangeiro. Esse desprezo tem raízes na moral e na religião, que nenhum melhoramento nos meios materiais de transporte conseguirá modificar. Nem os nossos progressos industriais, nem a nossa inteligência e ciência, constituem influências bastante fortes para deschinesar o Chinês. Pelo contrário! Quanto mais nos conhece — menos respeita uma civilização que se lhe afigura singularmente tumultuosa e estéril. Os chineses que habitam a Califórnia, e durante um tempo se misturam ao que a civilização material tem de mais moderno e completo, voltam para a China com um patriotismo duplamente enraizado e fanático: — e ainda há pouco um chinês erudito e europeizado nos afirmava «que quanto mais estudava Paris — mais admirava Pequim». As nossas classes operárias e rurais parecem-lhes atrozes e os nossos conflitos

sociais de capital e trabalho uma rude e estúpida manifestação de barbaria.

Todo o ganho da Europa com os caminhos-de-ferro de que a China se vai talvez cobrir — será expedir para lá alguns engenheiros, exportar alguns milhares de toneladas de ferro e colocar com melhor juro o dinheiro que, agora, recolhe uns lânguidos 2 1/2 por cento. O seu comércio com a China decerto crescerá — ainda que esse comércio (e sobretudo a sua fiscalização e direcção) não sairá das mãos dos Chineses. E a sua influência e predomínio decrescerão — porque o Governo de Pequim, sentindo-se mais forte, tornar-se-á mais intransigente.

Em todo o caso o imperador revela nesta decisão as primeiras linhas de uma nova e grande política. Infelizmente dizem que a sua saúde já decaí: — é enfezado, pensa e estuda em demasia, tem o crânio desconformemente desenvolvido e sofre de uma melancolia incurável.

Portugal realizou o cerimonial exterior das suas eleições: — porque as eleições, elas próprias, já estavam feitas havia muito, segundo o costume consagrado e venerável, por meio de uma lista de círculos e um lápis, no remanso das secretarias. Restava só a solenidade de *ir o povo às urnas*. Todos sabemos, porém, que em muitos círculos se evita o barulho e a poeira desta cerimónia — reduzindo a eleição a uma simples acta que as autoridades lavram depois da missa, a um canto da sacristia. O povo, esse, fica nas suas moradas, quieto e certo de que o senhor administrador está «fazendo» o senhor deputado. Há nisto uma louvável e notável simplificação do sistema. Mas uma simplificação maior seria que o Governo nomeasse os deputados por meio de portarias; e que eles, desde logo, como empregados públicos, pagassem direitos de mercê.

O Sr. D. Pedro IV, como ele mesmo diria, *constitucionalizou Portugal à força*, como uma vara de aço que se verga, impelindo-o «à iniciativa dentro do regime representativo». Na sua índole porém e nos seus costumes, Portugal ficou em pleno

século XVIII — e, como a vara que se levanta logo que a mão forte a abandone, o país vai regressando à sua atitude natural, que é «a obediência dentro do regime pessoal». Uma maioria nomeada pelo Governo e que passivamente obedece às instruções do Governo; um Governo organizado por um chefe, e que fielmente segue as indicações desse chefe — eis o nosso estado político actual que não difere muito, na sua essência, do que caracterizou os reinados dos avós do nosso rei. Um chefe de partido entre nós, tendo a confiança da coroa, é um verdadeiro ditador — e o nosso regime uma ditadura real, exercendo-se dentro de um constitucionalismo fictício. Isto poderia ser um mal se nos surgisse um dia um ditador do tipo Guzman Blanco — mas pode ser um bem, se um dia esse chefe de partido for um magnífico Bismarck. Não é todavia provável que este país, onde gradualmente calhou e se sumiu toda a violência nativa, produza Guzman Blancos. O presente regime portanto afigura-se-nos excelente — e só nos cumpre, dentro dele e abrigados por ele, esperar com paciência e bonomia que nos apareça numa manhã de nevoeiro esse Bismarck genial e providencial.

A revolução do Brasil

A revolução do Brasil (tal como a contam os telegramas passados através da censura republicana), é menos uma revolução do que uma transformação — como nas mágicas.

O marechal Deodoro da Fonseca dá um sinal com a espada: imediatamente, sem choque, sem ruído, como cenizas pintadas que deslizam, a monarquia, o monarca, o pessoal monárquico, as instituições monárquicas desaparecem — e, ante a vista assombrada, surge uma república, toda completa, apetrechada, já provida de bandeira, de hino, de selos de correio e da bênção do arcebispo Lacerda. Sem atritos, sem confusão, esta república começa logo a funcionar. Nas repartições do Estado, os amanuenses, que já tinham lançado no papel dos decretos a velha fórmula *Em nome de S. M. o Imperador*, riscam, ao ouvir na rua aclamações alegres, este dizer anacrónico, e, sem mesmo molhar novamente a pena, desenrolam no seu melhor cursivo a fórmula recente — *Em nome do presidente da República*. E quem saíra tranquilamente de sua casa com o seu guarda-sol aberto, para ir à secretaria entregar um memorial ao Sr. Albuquerque, ministro do Império — encontra o Sr. Bocaiuva, ministro da República, que sorri e recebe o memorial! Toda essa revolução, segundo os telegramas, foi feita antes do almoço. Os brasileiros que, regressando

à pátria, desembarcaram essa manhã no cais do Rio de Janeiro, ainda pisaram o *solo do Império*, como se vinha dizendo havia sessenta anos —; mas, ao saírem as portas da Alfândega, depois de despachadas as bagagens, já pisavam o *solo da República*, como se estava dizendo, havia sessenta minutos. Se os telegramas, pois, são fiéis, esta revolução é simultaneamente grandiosa — e divertida.

A surpreendente facilidade com que a República se substituiu ao Império, provém de que há muito no Brasil nada separava a República da Monarquia — senão o imperador. E o imperador tinha-se a tal ponto desimperalizado que, entre Monarquia e República, não havia realmente senão um fio — tão gasto e tão froixo que, para o cortar de um golpe brusco, bastou a espada do marechal Fonseca.

Todo o mundo no Brasil era republicano — mesmo os diplomatas, os bispos e os camaristas do paço. O próprio imperador, por vezes, em viagem, nas salas de hotel, se declarava republicano. O movimento revolucionário, porém, vinha sobretudo dos *bacharéis*, dos moços saídos das escolas, que ansiavam pela República, não porque o Império lhes fechasse o acesso às carreiras (tão abertas que alguns republicanos foram ministros do Império), mas para poderem realizar um velho ideal jacobino, já entre nós desacreditado e um pouco obsoleto, e que no Brasil domina ainda as inteligências tropicalmente entusiásticas e crédulas. Os melhores espíritos brasileiros ainda admiram Pelletan — que, em São Paulo e no Rio de Janeiro, se lê desesperadamente. E a República ainda representa para esses a realização de certas fórmulas idealistas, cuja falsidade ou inanidade já foi entre nós largamente demonstrada pela ciência e pela experiência. Por outro lado, se as leituras jacobinas fortaleciam os brasileiros nesta ilusão, nenhuma realidade ambiente havia que os pudesse desiludir. Toda a América é republicana e as duas repúblicas que os brasileiros melhor conhecem, o Chile e a Argentina, são, depois

de tormentosos períodos de anarquia, superiormente prósperas e sérias. Outro modelo perigoso para o Brasil estava nos Estados Unidos do Norte, cuja imensa civilização deslumbrava os brasileiros — que não reflectiam que é o carácter das raças, e não a forma dos governos, que faz ou impede as civilizações. Uma república na Turquia, mesmo com todos os *Direitos do Homem* traduzidos do francês, seria sempre turcamente abjecta: — e o Canadá, governado por um vice-rei, delegado de uma rainha e de uma oligarquia, cada dia se afirma mais altamente em riquezas e progresso. Todos os argumentos, pois, militavam no espírito dos ideólogos em favor de uma república — mesmo a sua *barateza*, pela supressão da lista civil (argumento que impressiona as classes comerciais). Com efeito, o presidente dos Estados Unidos pouco mais ganha do que um ministro no Rio de Janeiro: mas os brasileiros ignoravam (como nós, de resto, na Europa, imperfeitamente sabíamos antes da publicação do livro do americano William Ivins, *Machine Politics and Money in Election*) que a eleição do presidente dos Estados Unidos custa cada quatro anos mais de NOVENTA MIL CONTOS, o que, dividido pelos quatro anos que dura um presidente, dá VINTE E DOIS MIL E QUINHENTOS CONTOS por ano — soma amplamente sufficiente para pagar todos os soberanos da Europa e o seu luxo, incluindo o sultão e o papa.

Além dos bacharéis civis, a República tinha como pessoal os officiaes, que, saídos das mesmas escolas e das mesmas leituras, são no Brasil verdadeiramente *bacharéis armados*. Quase todo o exército se compõe de officiaes — e todos eles eram republicanos por teoria e por interesse. Os poucos soldados, esses, apanhados a «cordel», mal pagos, mal alimentados, ociosos, perfeitamente iletrados, sem noção de disciplina ou de patriotismo, formavam uma massa excelente para ser lançada contra qualquer regime, pela mera promessa de mais um pataco de pré.

Nas classes comerciais não havia também uma opinião

monárquica. O comércio, sobretudo o de retalho, sempre o mais activo e influente, está todo, nas mãos das colónias estrangeiras: portugueza e italiana. Todo este mundo era sinceramente indiferente a um regime dentro do qual ele não podia exercer voto nem funções públicas. E de resto a forma de governo nada importava a este pequeno comércio estrangeiro e naturalmente egoísta — porque, ou se viva sob uma República ou sob um Império, é sempre necessário comprar a mesma porção de manteiga. Além disso, obedecendo a um impulso (constatado por inúmeros observadores) o emigrante desenvolve sempre uma hostilidade vaga e inconsciente contra o regime do país em que vive — concentrando, contra essa expressão concreta da nação, as pequeninas e surdas antipatias que diariamente lhe causam em redor as diferenças de natureza, de hábitos, de costumes, de interesses, de língua ou de acento.

Que classe pois restava, que se não sentisse no fundo republicana? Os grandes proprietários rurais. Mas esses, habitando o interior, a enormes distâncias, não possuíam o sentimento vivo das ideias fundamentais do Império — unidade nacional, centralização política, representação exterior, etc. Para eles o único mundo exterior é o que compra café: o Império limitam-no todo ao bocado de sertão onde se estendem as suas plantações: e a centralização só a compreendem na capital da sua província. Todo o seu interesse está na colheita do café — e portanto no negro que faz a colheita. Aderiram ao Império enquanto ele, mantendo o *statu quo*, mantinha o escravo. Consumada a libertação — nenhum outro laço os prendia ao regime que nalguns sítios os empobrecia e noutros os arruinava.

O Império pois estava, não enraizado, mas pousado ao de leve sobre o Brasil. Substituí-lo pela República não foi mais difícil — do que trocar sobre uma mesa o busto de César pelo busto de Bruto.

Nada verdadeiramente se entrepunha entre a Monarquia e a República — senão a pessoa do imperador. E de há muito se combinara cortesmente que, para derrubar a Monarquia, se esperasse a morte do monarca.

O reinado da princesa D. Maria e do conde de Eu, ninguém o queria — nem mesmo talvez o imperador, no fundo do seu espírito, por motivos de ordem filosófica. Duas lendas se tinham espalhado sobre o «beatério» da princesa e sobre a «agiotagem» do príncipe, ambas fatais num país de instintos grandemente generosos e terrivelmente livre-pensador. Todo o caixeiro tremia de furo: voltairiano, quando se contava na loja que a princesa imperial, por suas mãos, varria as igrejas de Petrópolis: e não havia senão maldições contra os *cortiços*, verdadeiros ou falsos, do conde de Eu.

O imperador, por outro lado, não era genuinamente popular. Os políticos mais cultos reconheciam os seus serviços ao Império: mas o seu feitio excessivo, de sócio correspondente do Instituto de França, desagradava. A ciência do imperador, concentrada nas especialidades da arqueologia, da filologia, da astronomia, etc., não era de natureza a torná-lo estimado como homem superior entre os Brasileiros, que, nas manifestações da inteligência, só se entusiasmam pela eloquência e pela poesia. O Brasileiro é extremamente literário — pelo menos no Rio de Janeiro e em São Paulo: e decerto um imperador de elevada inteligência se poderia tornar popular, se as manifestações dessa inteligência fossem daquelas que cativam a vasta massa dos bacharéis, dos jornalistas e da mocidade culta. O estudo, porém, de monumentos fenícios e de textos hebraicos não basta para atrair, no Brasil, essa útil corrente de simpatia intelectual: o imperador só seria realmente popular se tivesse publicado uma colecção de líricas. Acresce que ele parecia o menos brasileiro de todos os brasileiros: — e um rei só alcança verdadeiro amor, quando em si encarna as qualidades e defeitos do seu povo.

Além disso, como deve suceder ao rei superiormente cul-

tivado de um reino que o não é em tão alto grau, D. Pedro, que não acreditava no direito divino, mas acreditava no direito intelectual, tendia a absorver o Estado em si, com a muito nítida consciência de que ele era nesse Estado o homem mais instruído. Toda a imprensa europeia celebrava os seus méritos, a sua filosofia, a sua semelhança com Marco Aurélio. Ora um Marco Aurélio tende a não dar muita importância ao simples burguês que ele julga incapaz de compreender as *Meditações*. Daqui nasciam atritos, despeitos, uma crescente impaciência contra o crescente autoritarismo do imperador, que não exercia esse autoritarismo para fortalecer as instituições, mas para fazer prevalecer vontades. Assim o imperador, único obstáculo à República, ia cada dia perdendo popularidade, força, razão de existir. Que um descontente, menos disposto a esperar que a clássica foice da morte cortasse o fio que ainda prendia o Brasil ao Império, se decidisse a cortá-lo ele próprio com uma espada mais ou menos ilustre — e estava feita a República. Esse impaciente apareceu no marechal Fonseca.

Com o Império, segundo todas as probabilidades, acaba também o Brasil.

Este nome de *Brasil*, que começava a ter grandeza, e para nós portugueses representava um tão glorioso esforço, passa a ser um antigo nome da velha geografia política. Daqui a pouco, o que foi o Império, estará fraccionado em repúblicas independentes, de maior ou menor importância. Impelem a esse resultado a divisão histórica das províncias, as rivalidades que entre elas existem, a diversidade do clima, do carácter e dos interesses, e a força das ambições locais. Já mais de uma vez as províncias têm feito enérgicas tentativas de separação: e o separatismo tomara-se, nestes derradeiros tempos, um dos mais poderosos factores da política.

O Brasil, além disso, não está forçado a conservar-se unido pelo receio dos ataques ou represálias de uma metrópole forte, de quem acabasse de se emancipar, nem tem possibilidades al-

gumas de aspirar, como os Estados Unidos, a uma supremacia política ou económica de que a unidade seria a inevitável condição. Nenhuma das razões que impuseram a união aos americanos do Norte, se dão no Brasil. Por outro lado, há absoluta impossibilidade de que São Paulo, a Baía, o Pará, queiram ficar sob a autoridade do general Fulano ou do bacharel Sicrano, presidente, com uma corte presidencial no Rio de Janeiro. Para que isso se realizasse, mesmo por alguns meses, seria necessário que surgisse um homem (que não há) de popularidade universal, incontestada e irresistível em todo o Império, como a de um Washington. Os Deodoros da Fonseca vão-se reproduzir por todas as províncias. Já decerto em Mato Grosso há um Deodoro que afivela a espada. Ora a condição de popularidade, para estes ambiciosos, será proclamar o exclusivismo dos interesses provinciais; e já disso mostra sintomas o presidente do Pará, querendo fechar a navegação do Amazonas.

Os Estados, uma vez separados, não poderão manter paz entre si, sendo abundantes os motivos de conflitos — as delimitações de fronteira, as questões hidrográficas e as alfândegas com que todos naturalmente se hão-de querer criar rendimentos. Cada Estado, abandonado a si, desenvolverá uma história própria, sob uma bandeira própria, segundo o seu clima, a especialidade da sua zona agrícola, os seus interesses, os seus homens, a sua educação e a sua imigração. Uns prosperarão, outros deperecerão. Haverá talvez Chiles ricos e haverá certamente Nicaráguas grotescos. A América do Sul ficará toda coberta com os cacos de um grande Império!

O «Ultimatum»

Durante o desagradável mês de Janeiro, Portugal atravessou uma crise — que é incontestavelmente a mais severa, talvez a mais decisiva que esta geração tem afrontado.

Através dos últimos dez anos, a Inglaterra, por uma sequência de factos, alguns imprevisos (ocupação do Egipto, pacificação temporária do Sudão, marcha de um exército até Cartum, reorganização das missões do Niassa, descoberta dos jazigos auríferos na terra de Lobengula, etc., etc.), começou a entrever, como sonho realizável, a fundação de um grande império africano. E, com aquela viva clareza de propósito e segura tenacidade de execução que constituem a sua força, encetou uma série de actos que, terminando há tempos pela criação da *East-African Company*, autorizam os seus estadistas e os seus publicistas a considerar esse império como uma realidade esplêndida, de que gozarão os filhos dos homens sem justiça e sem escrúpulo que lhe lançaram as primeiras bases.

Esse império, segundo o traçam nos seus largos contornos as publicações inglesas, estender-se-á de Alexandria ao Cabo. O Nilo, desobstruídas as cataratas, será a grande estrada de água até aos lagos centrais; dos lagos, um sistema de caminhos-de-ferro abrirá comunicações para Zanzibar e para a emboca-

dura do Zambeze: duas vice-realezas, uma estabelecida no Cairo outra em Zanzibar (que, pela população e pelo comércio, é quase uma feitoria índia), governarão e manterão a ordem nessa vasta colónia, por meio de um exército organizado (à maneira do exército indígena da Índia) com negros e sudaneses, e por meio de alianças com as tribos mais aguerridas (à semelhança das alianças feitas na Índia com os Aredis e os Chittagongs): um imposto territorial (ainda pelo sistema índio) e a multiplicação dos portos fornecerão o orçamento; e a gradual dominação dos distritos do interior, as explorações bem organizadas e com objectos definidos, terminarão a conquista desta nova Índia e firmarão sobre ela, como diz o *Spectator* com o seu habitual pedantismo, a «imensa majestade da paz britânica».

O povo duro que britanizou a Índia pode talvez justificadamente conceber, e tentar mesmo, esta empresa portentosa. Mas, na sua execução, ele tinha necessariamente de encontrar obstáculos — desses que eram outrora considerados, pelas solenes regras do direito internacional, como insuperáveis.

Portugal oferecia à Inglaterra um desses obstáculos. Entre os actos diferentes, mas logicamente relacionados, com que a Inglaterra lenta e progressivamente prepara desde já a realização remota do seu sonho, houve (para simplificar, sem inútil desenrolamento de detalhes geográficos e históricos) dois que, sem remédio, colocaram a actividade colonizadora da Inglaterra face a face com a nossa propriedade histórica. Um, foi a criação da *East-African Company*, com domínio sobre uma região conhecida pela terra de Lobengula (que é um velho rei e um malandro) e que compreende um território imenso chamado Masona, na margem sul do Zambeze. O outro acto consistiu na apropriação ou reclamação de uma região entre a margem norte do Zambeze, o rio Chire e a margem ocidental do lago Niassa, conhecida pela região do Niassa ou do Chire. A posse destes territórios excitava furiosamente a cobiça da Inglaterra, porque assim lhe ficava aberto o caminho político

e comercial desde a colónia do Cabo até ao lago de Tanganhica, e daí até ao Vitória Niassa e ao Nilo Branco. E esse caminho criava, ainda que frouxa em partes, a espinha dorsal do futuro império africano. Somente ocorria esta dificuldade: — que Portugal há duzentos anos possuía, trilhara, explorara, ocupara essa região de Masoma e essa região do Niassa. Se nós fôssemos fortes, ou se ainda reinasse o direito internacional, este impedimento seria como uma montanha que se não transpõe. Mas a ciência do direito internacional acabou como a astrologia e a escolástica; nós somos, por nossa máxima culpa, deploravelmente fracos; --- e o obstáculo foi transposto pelo leão britânico, com aquela simplicidade sobranceira com que ele tradicionalmente salta por cima dos muros alheios, desde que não haja do outro lado o cano de uma espingarda.

Em todo o caso, a princípio esta dificuldade deu apenas origem a uma longa e lenta troca de comunicações e de notas entre Lorde Salisbury e o Sr. Barros Gomes — acompanhada, nos jornais de Inglaterra e de Portugal, por uma serena discussão geográfico-histórica dos nossos direitos e das pretensões inglesas. Quando se desenrolava esta controvérsia (que já em Setembro começava a impacientar os Ingleses), um incidente sobreveio inesperadamente, que transformou essa argumentação quase académica numa pendência quase sangrenta. Uma expedição nossa, que, sob o comando do major Serpa Pinto, estudava o traçado do caminho-de-ferro do rio Chire (que ultimamente nós resolvêramos construir para suprir as obstruções da navegação no Zambeze), tendo penetrado na terra dos Macololos, antigos vassallos da coroa, encontrou um gentio hostil que lhe impediu a passagem, arvorou no topo das cubatas bandeiras inglesas e terminou por fazer fogo sobre os nossos com aquelas espingardas do valor de cinco xelins, que são um dos comércios ingleses mais rendosos no interior da África.

Para desimpedir o caminho, afirmar a soberania e castigar

o ultraje, os nossos (depois de tentarem conciliação) dispersaram o gentio — matando infelizmente uma centena desses negros, que são no fundo os verdadeiros senhores da região. Todos os dias sucedem estes casos na Africa — e em cada uma das suas viagens, Stanley, herói aclamado nos dois hemisférios, pratica destas execuções de pretos, em proporções que as tornam, segundo a característica expressão comercial dos Ingleses, *wholesale slaughters* (matanças por grosso). O incidente dos nossos foi logo telegrafado para Londres pelo secretário da *African-Lakes Company*, com aquela concisão do telégrafo, que é por vezes tão fatalmente prejudicial à justa compreensão das coisas como a redundância da retórica — e a imprensa conservadora, ou mais especialmente aquela abominável parte da imprensa conservadora de há muito ridicularizada e desacreditada sob a alcunha de *Jingo*, já impaciente pelas demoras da controvérsia geográfica e histórica, rompeu num desses furores arrogantes em que é vezeira quando fala a nações desarmadas — e ameaçou Portugal com uma frota de couraçados, uma ocupação da Madeira, o bloqueio de Lisboa e outras bravatas das que ordinariamente lançam, de punho na cinta, esbraseados de vinho, os rufiões de feira. Os pretextos desta indignação da imprensa *Jingo*, sempre falha em boas maneiras e bom gosto, eram — que a expedição portuguesa invadira domínios britânicos, pisando a terra dos Macololos afrontara a humanidade, trucidando cem negros; e injuriara a bandeira inglesa, dispersando o gentio que a hasteara entre guinchos. A resposta acudia facilmente. A expedição, achando-se no território dos Macololos, pisava um território tão português que os cônsules e missionários ingleses, para lá ir mercadejar ou intrigar, pediam salvo-conduto às autoridades de Moçambique; a expedição, dispersando os Macololos, antigos vassallos da coroa, e matando (infelizmente) cem no conflito, procedia como todas as nações colonizadoras para com indígenas sublevados — e especialmente como a Inglaterra, mestra em colonização e destruidora encantada das raças inferiores do globo; e finalmente

a expedição, encontrando a bandeira inglesa nas mãos de negros que não eram soldados ingleses, ou sobre cubatas que não eram cidadelas inglesas, não lhe devia mais respeito que a outro qualquer pedaço de paninho vermelho e azul. A bandeira tira a sua significação da mão que a empunha — e se um homem é agredido num caminho por outro, que traz às costas a tricolor, não ofende decerto a França, atirando ao chão com uma paulada o agressor, que assim se embandeirou a si próprio com jovial fantasia.

Em todo o caso, o incidente em breve passou dos ataques e defesas da imprensa, para a região mais serena e grave das notas diplomáticas. Lorde Salisbury lançou reclamações que a imprensa portuguesa considerou moderadas. O Sr. Barros Gomes ofereceu explicações que a imprensa inglesa considerou conciliadoras. E as negociações prosseguiram assim, em cordura e cortesia — quando uma manhã, bruscamente, sem razão, sem incidente lateral, o ministro inglês em Lisboa, Mr. Petre, apresentou ao Sr. Barros Gomes um *ultimatum*, com aquela brutal surpresa com que outrora José do Telhado, ou outro dos nossos salteadores lendários, apontava, num caminho de pinheiral, o bacamarte ao peito de um marchante em jornada. Esta comparação, já muito usada, tem todo o relevo safado. Mas não há outra mais precisa e gráfica.

O *ultimatum*, curto e seco, exigia que dentro de onze horas o Governo português fizesse sair as suas tropas e as suas autoridades das regiões disputadas do Chire e de Masona. Se o Governo português não acedesse, o representante da Inglaterra retiraria com o seu pessoal para bordo do aviso *Enchantress*, deixando toda a ulterior acção às esquadras inglesas reunidas em Lourenço Marques, Cabo Verde e Gibraltar.

Foi durante horas uma pavorosa crise. O conselho de Estado reunido — decidiu que se passasse sob a exigência de Lorde Salisbury, visto que a resistência importaria uma occupação de Moçambique e de Lourenço Marques (de onde a Inglaterra não sairia mais, como não saiu mais do Egipto), feita

por essas esquadras, que, enquanto o *Foreign Office* elaborava notas cortesias, se acercavam dos nossos portos, à sorrelfa, em silêncio, exactamente como as galeras de Barba Ruiva deslizavam para dentro das enseadas da Itália ou da Sicília, à busca da presa cristã. Ocupam-se recentemente nestes feitos as frotas que comandou Nelson. Portugal, nessa noite, perdeu dois consideráveis territórios de África. De manhã, o ministério caiu. E assim findaram três anos de política colonial.

Já não interessaria porém apreciar essa política, mesmo que, para isso, possuíssemos uma documentação completa e positiva — porque, na realidade, as questões de África perdem do seu valor diante do inesperado movimento nacional que, através de todo o país, tão vasta e ruidosamente rompeu, sob o espinho das humilhações que essa África negra nos trouxe. É com efeito mais importante para Portugal possuir vida, calor, energia, uma ideia, um propósito — do que possuir a terra de Masona: mesmo porque, sem as qualidades próprias de dominar, de nada serve ter domínios. Se, como nação, estamos findos, sem força, sem alma, sem vontade, os Macololos, o Masona, o Niassa, os lagos e toda a África serão para nós tão inúteis, como inúteis eram ao pobre rei Senaquerib, que tinha cento e dez anos e tremia de frio sob o sol da Assíria — as virgens esplêndidas que os seus intendentess lhe iam buscar à África, terra de todos os ardores e da divina fecundidade: «Como posso eu produzir vida», tartamudeava o pobre Senaquerib, «se vida em mim já não tenho?» Sem vida em nós mesmos, como poderíamos nós levar vida à África?

Por isso, na verdade, a questão do Niassa e de Masona desaparece perante este movimento, tão real, tão intenso, tão persistente — primeira e única afirmação de vida que Portugal tem dado nestes últimos trinta anos, molemente estragados na mudez e na inércia.

Belo e de bom presságio se nos apresenta este movimento! Mas todavia, por ora, não há nele senão os sintomas materiais

de vida. É o respirar, o mover, o palpitar, o falar de um corpo que muitos julgavam morto, gelado, fácil de pisar, e talvez de retalhar. E resta agora saber em que séria e útil ocupação, em que fim de alto patriotismo, se vai empregar essa vida que tão inesperadamente o país em si surpreende, e que tão dispersamente manifesta na primeira e imensa alegria de a sentir correr, quente e forte, nas veias?

That is the question, se esta citação ainda é permissível. Porque se todo o patriota se alegrou como nós, ao ver o esplêndido movimento da nação — nenhum verdadeiro patriota pode conservar alegria ao verificar que esse movimento se começa a perder em direcções desviadas, transversais, inúteis — à maneira de uma torrente que, em lugar de correr direita ao moinho para o fazer trabalhar, se espalha pelos lados em riachos esguios e lentos que bem depressa a areia suga!

As primeiras manifestações deste movimento foram as instintivas, as da irreflectida cólera do homem que subitamente na rua leva com lama na face. Todas as multidões, em todas as capitais, se têm um dia abandonado a estas violências clássicas. Mas, encadeadas com estas e numa rapidez de rastilho aceso, começaram logo as manifestações de indivíduos e de corporações contra a Inglaterra — cada um sinceramente, na sua possibilidade, praticando um acto de desforra ou tomando uma decisão de hostilidade. E aqui, começámos a assistir a actos menos justificáveis. O sentimento inspirador era sempre muito belo, muito nobre — mas a expressão exterior e especial desse sentimento nem sempre participava dessa beleza e dessa nobreza. Com efeito, quando homens respeitáveis devolviam à legação de Inglaterra as medalhas ganhas ao seu serviço, ou se demitiam de empregos remunerados por companhias inglesas, estávamos claramente em presença de actos de seriedade e dignidade. Quando, porém, professores dos liceus reclamam, como defesa nacional, que se elimine a língua inglesa do ensino das línguas vivas — estamos já diante, não de um acto de pa-

triotismo, mas de ignorantismo. E quando as actrizes dos theatros, para mostrar como Portugal sabe repelir um ultraje, resolvem por declaração pública retirar do palco os seus sorrisos desde que surja na plateia um espectador inglês — estamos diante de um acto positivamente risível. Os jornais, registando destes e de outros protestos, bem intencionados e desastrados, exclamavam por vezes com inquietação: «Meu Deus! não tornemos as nossas manifestações ridículas ou odiosas!» Mas por causa de indiscriminadamente se registarem os protestos dignos e os protestos cómicos (que a imprensa estrangeira reproduzia) — estivemos nós arriscados a que a Europa misturasse ao respeito pelo nosso brio, algum desdém pela nossa extravagância.

Tudo isso, porém, passou: — e bem depressa os protestos individuais se fundiram, desapareceram, na vasta, magnífica e consoladora unanimidade das manifestações colectivas vindas dos municípios, das escolas, das associações, dos institutos, das assembleias, de vilas inteiras, de todo um povo que acorda, se levanta, e ainda trôpego do seu extenso sono, afirma claramente que *pensa* e afirma fortemente que *quer*.

O quê? — Porque isto sobretudo se nos afigura essencial: o verificar o que o país, enfim desperto e decidido à acção, pensa e quer — e em que direcção vai desenvolver essa ideia, e sobre que objecto vai aplicar essa vontade. Ora, a julgar pelos incontáveis protestos, declarações, manifestos, cartas, apelos, etc., que trasbordam na imprensa, não nos parece que por ora o pensar e o querer do país se estejam exercendo para fins verdadeiramente sérios, úteis, práticos e patrióticos. De todos esses documentos, com efeito, em que o país, decerto reflectidamente e serenamente (porque num longo mês sobra tempo para serenar e reflectir), tem exprimido a sua ideia e a sua vontade — que propósito exacto e definitivo resalta com saliência? Um só: — *fazer mal à Inglaterra*. Como? Injuriando a Inglaterra; fomentando o ódio à Inglaterra; *boycottando*, tirando a freguesia à Inglaterra.

Três actos naturais, legítimos, supremamente justificáveis. Mas bastam? É neles, só neles, que se deve empregar e consumir o pensar e o querer da nação? Quando tivermos acumulado sobre a Inglaterra todos os vocábulos afrontosos do nosso dicionário; quando tivermos penetrado o coração dos nossos filhos, de um ódio tão complexo à Inglaterra, que eles não possam encontrar um volume de Shakespeare sem empalidecer de furor; quando tivermos retirado totalmente a nossa freguesia às carvoeiras de Cardife ou aos teares do Lancashire — estará realizado o fim imenso de uma nação que, abalada por uma crise brutal, desperta, se ergue e desesperadamente afirma que vive e que quer viver? Ou muito erramos, ou esse fim, longe de estar obtido, está perdido.

Injuriar a Inglaterra! De que serve? Se o fazemos por meio daquele processo que se denomina *chamar nomes* (e que parece exclusivo de Portugal e da Inglaterra, porque só estas duas nações possuem nos seus idiomas essa expressão) não aproveitamos decerto os primeiros dias do nosso despertar patriótico em obra muito bela, nem muito digna. Ressurgir de um longo adormecimento, para *chamar nomes*, é de péssimo presságio para a seriedade e fecundidade desse ressurgimento. E por outro lado se o fazemos de um modo mais grave, denunciando e verberando todo o mal da Inglaterra (onde o mal tanto abunda), dissiparemos o tempo a repetir, com pálida superfluidade, tudo o que contra a Inglaterra já demasiadamente vociferaram os seus próprios filhos, os melhores, os mais ilustres, com soberba eloquência e certeza impecável. Quem mais grandemente, do que os escritores de Inglaterra, tem flagelado os vícios da Inglaterra? Quando mal findava a literatura inglesa do século XVIII, limitada, conservadora, respeitosa e insular — logo um poeta surge, o maior dos seus poetas, que da Itália onde o levava o tédio da sua pátria, austeramente pedante e mercantilmente egoísta, a cobre de maldições e de sarcasmos. E depois de Byron e de Shelley, a legião dos acusadores segue, implacável e genial. É Dickens (para

(citar os mais populares) ridicularizando as suas instituições; é Thackeray revelando com fria feroxidade todo o seu convencionalismo social e maculando-a com o nome que lhe ficou de *country of snobs*; é Carlyle, com clamores de profeta, fulminando o seu egoísmo, o seu mercantilismo, o seu materialismo; é Ruskin acabrunhando de ironias a grossa materialidade da sua civilização; é Arnold acusando-a da sua insipidez, do seu azedume, da sua aspereza; é ainda toda uma coorte de publicistas, de panfletários, de *ensaístas*, de artistas, de caricaturistas, fulminando o seu pietismo, o seu *cant*, a sua hipocrisia, a sua desumanidade. E que faz a Inglaterra? A Inglaterra cobre de aclamações estes acusadores que a ilustram pelo génio; dá-lhes, quando eles morrem, uma sepultura de honra no panteão real de Westminster — e continua a cultivar com cuidado e a desenvolver estes defeitos de convencionalismo, de egoísmo, de mercantilismo, que a têm tornado por esse mundo tão vasta, tão forte e tão rica. Faz mais! Pela voz do seu maior orador neste século, proclama o egoísmo como programa político, justifica-o pela «luta pela vida», e afirma, em plena câmara dos comuns, entre universais aclamações: — «No dia em que dêssemos aos outros a justiça, chamaríamos sobre nós a ruína!»

Empregar o tempo a chamar a uma nação deste feio nome feio em prosa e verso — *pirata, ladra, infame*, etc. — é uma puerilidade de fracos.

Odiar a Inglaterra! Sentimento bem legítimo — porque, por muito cristão que se seja (e nós somos inteiramente pagãos), não podemos abençoar quem nos brutalizou. Mas o ódio fixo, em perpetuidade, cultivado e organizado como programa nacional (e assim o pregam os manifestos) que significa? O ódio pode formar um factor na vida de um povo, quando apaixonadamente incite e aqueça a actividade que prepara a desforra. Ora a desforra consiste em derrotar quem nos derrotou, humilhar quem nos humilhou. E que esperança pode

ter este frágil reino de abater o mais forte dos impérios, dura ressurreição do duro império romano? Se nós pressentíssemos razoavelmente a possibilidade de um dia, por nossa vez, mandar à Inglaterra um *ultimatum* sublinhado com esquadras — então, sim, por Deus, que o ódio fosse o nosso inspirador! Mas, para que tal se realizasse, teríamos de esperar até aos tempos (entrevistos justamente por um humorista inglês) em que o Império Britânico ficará reduzido ao condado de Middlessex. Esses tempos jazem muito longe, nas profundidades do futuro; e não podemos realmente passar os séculos que deles nos separam, quietos, hirtos, de dentes cerrados, de olhos flamejantes, absortos e imobilizados nessa única e estranha função social — odiar!

O ódio é um sentimento negativo que nada cria e tudo esteriliza: — e, quem a ele se abandona, bem depressa vê consumidas na inércia as forças e as faculdades que a Natureza lhe dera para a acção. O ódio, quando impotente, não tendo outro objecto directo nem outra esperança senão o seu próprio desenvolvimento — é uma forma da ociosidade. É uma ociosidade sinistra, lívida, que se encolhe a um canto, na treva.

Não, por Deus! O povo alegre e franco, que outrora em Dio atirava por entre as bombardas gracejos aos mouros, e que é hoje ainda na Europa o único que trabalha cantando — não pode empregar e estragar os seus dias nessa negra e fúnebre ocupação, o ódio!

Detestemos a Inglaterra, de acordo, toda a Inglaterra — mesmo sem distinguir se foi a Inglaterra como nação, ou apenas um partido inglês como Governo, que nos ultrajou. Mas que esse sentimento seja secundário na vasta obra que temos diante de nós, agora que acordamos — e não essencial, supremo e tão absorvente que só ele ocupe a nossa vida, e se substitua à própria obra.

Os que afirmam (e muitos afirmam) que «o único dever de Portugal agora é odiar a Inglaterra», ou se contentam com um desabafo vão — ou sinceramente aconselham ao país que

nada faça, permaneça na sua inferioridade e accentue mais a sua impotência final entregando a direcção da sua vida a um sentimento impotente.

Se tais conselhos são considerados como nobres expressões de patriotismo — então o patriotismo, como ideia, tem mudado desde as idades em que, nas praças de Atenas, os patriotas que iam, em Plateia e Salamina, dar ao mundo o inigualável exemplo do patriotismo heróico, exclamavam: — «Não se trata de parolas e de odiar a Pérsia — trata-se de actos e de salvar a Grécia!»

Temos depois, como plano, *boycottar* a Inglaterra. Ideia bem natural e bem lógica. A Inglaterra é uma imensa loja. Nós somos dos seus mais antigos fregueses. A prosperidade de uma loja depende da sua freguesia: retirando portanto a nossa freguesia à Inglaterra, comprometemos a sua prosperidade. É perfeito. Resta averiguar se é eficaz.

Os homens positivos, experimentados e práticos, afirmam que, desgraçadamente, este plano, tão tentador na sua simplicidade, não dará resultado que nos console e vingue — porque ao fim de um tempo, para a Inglaterra, não será sensível a conta do seu prejuízo, enquanto para nós montará pavorosamente a conta do nosso dano. Se nós hoje, que não possuímos indústrias nacionais, formos buscar a outros mercados o que costumamos trazer de Inglaterra — encheremos a nossa casa de produtos *piores e mais caros*, o que duplamente aumentará o custo da nossa vida. Logo, este começo é péssimo. Por outro lado, quebrando as relações comerciais com a Inglaterra, deixamos logicamente de ser fregueses da sua marinha mercante. Ora os Ingleses, que possuem a maior marinha mercante e de maior tonelagem de todas as nações, são os grandes transportadores do Universo, os que através dos mares levam e trazem mais homens e mais fazendas. E não admitindo nós que navios ingleses entrem nos nossos portos, a buscar ou a trazer — matamos o grande plano dos últimos tempos, que era tornar Por-

tugal o rico e forte centro do movimento comercial entre o velho e novo mundo. Para isso, com sacrifícios enormes, estamos construindo o porto de Lisboa e o porto de Leixões. Mas esses portos, excluindo das suas docas dois terços dos navios que sulcam os mares, não obterão rendimento apreciável: — e nós teremos de pagar o que essas obras custaram, sem poder embolsar o que elas por si renderiam. E há mais. Assim como não queremos comprar nada aos Ingleses, nada lhes queremos também vender. Ora o Inglês é o nosso maior freguês: e não teremos pois de ora em diante quem nos consuma na sua quase totalidade o nosso vinho do Porto; os nossos minérios, as nossas frutas, o nosso sal, a nossa cortiça. Para não arruinar o Porto, Aveiro, Setúbal, o Alentejo, etc., seremos forçados a procurar novos fregueses — o que, neste século de áspera, feroz, tumultuosa concorrência, se vai tornando a mais pavorosa das dificuldades humanas. Ora, insistem os homens práticos, como nós já frequentemente tentámos, sem resultado, obter pequenos mercados para artigos parciais da nossa produção — não lograremos agora decerto alcançar um vasto mercado que substitua a vasta Inglaterra. De sorte que, em resumo, ao fim de um ou dois anos de quebrar as relações comerciais com a Inglaterra, teríamos as nossas despesas consideravelmente elevadas, os nossos rendimentos consideravelmente diminuídos, obras colossais a pagar e nenhum lucro a tirar delas.

Assim dizem os experimentados. Resta porém saber se estes sacrifícios não seriam bem pagos pelo justo regalo de ferir a Inglaterra num ponto que é nela mais vivo que o orgulho — o interesse; e se não compensaríamos, amplamente, o desgosto de ver os transtornos que sobre nós acarretámos — pela delícia de constatar as ruínas que na Inglaterra acumulámos.

E, aqui, voltam os experimentados (verdadeiramente patriotas) explicando que a Inglaterra, para o nosso caso, é uma loja, cuja prosperidade ou decadência se verifica pelo seu balanço e pelos seus livros. Ora, examinando as contas cotren-

tes de Inglaterra (pelo último balanço feito, o de 1888), vemos que o seu movimento comercial com Portugal, isto é, o valor do que nos comprou e do que nos vendeu, monta à soma redonda de *trinta mil contos*. Verba considerável. Mas em que proporção entra ela no movimento geral da loja? A falta de um freguês deste valor dará à loja um golpe definitivo e mortal, ou fará apenas uma arranhadura insensível e reparável? Examinando o balanço total do Império Britânico, verificamos que o seu movimento monta à soma, que quase custa a ler em cifras, de *quatro milhões novecentos e vinte mil setecentos e cinquenta contos!*

Como estas somas disformes estonteiam, quase não têm realidade para um meridional — digamos, tornando as cifras mais acessíveis, que a nossa abstenção como fregueses da Inglaterra diminui *trinta contos* no seu movimento de *quatro mil novecentos e vinte contos*. É portanto como se um particular egoísta e brutal, possuindo uma renda de *quatrocentos e noventa e dois contos*, fosse prejudicado em *três pobres contos de réis* por um vizinho ofendido que, para tomar essa desforra que ele julgava mortal, se sacrificasse até à ruína!

Decerto, esses trinta mil contos de menos vão momentaneamente prejudicar certas indústrias inglesas. Mas essas indústrias são justamente as mais fortes (carvão, ferro, tecidos, etc.). Todas elas têm afrontado crises infinitamente mais terríveis, que atravessaram com triunfal serenidade. E quando nós começarmos apenas a penar as primeiras dores do nosso sacrifício — já elas terão galhardamente reconstituído o seu equilíbrio.

De resto, Portugal não desceu ainda tanto na universal jerarquia, que se levante todo, num esforço unido de nação unida, com o fim único de encalacrar os Srs. Fulano & C.^a, carneiros de Newcastle, ou os Srs. Sicranos & Filhos, com fábrica de lanifícios em Bradford. O único objecto por que dignamente poderíamos sofrer perdas e angústias seria, como se tem dito

nos manifestos e protestos, o de matar o leão britânico! Mas que conseguimos? Arrancar-lhe alguns pêlos da juba bruta, que bem cedo renascerão — mais duros e fortes.

Todo este movimento público, pois, que, para *fazer mal* à Inglaterra, se impõe como missão odiar a Inglaterra, ofender a Inglaterra, *boycottar* a Inglaterra — a si mesmo se esteriliza, errando a sua direcção: porque, evidentemente, como movimento nacional, nascido da alma da nação para proveito da nação, nunca lhe cumpriria tomar por fim único o *fazer mal à Inglaterra*, mas, antes de tudo e sobretudo, *fazer bem a Portugal*.

Uma vez que, segundo tão altamente se proclama, acordámos do nosso letargo, urge empregar este alento que nos volta, não na teima improfícua de destruir o que é indestrutível — mas de reconstruir tudo o que em torno de nós se deteriorou e derrocou, durante o nosso imenso sono. Esta seria a direcção única a imprimir ao movimento nacional — que se não deve dispersar em tentativas ou brados efémeros contra a Inglaterra, mas concentrar em obras sólidas a proveito de Portugal. Até agora nada se fez, porque (como todos violentamente constataam, por experiência própria) jazíamos ressonando, no esquecimento de todo o dever cívico. Pois bem! agora que todos se declaram despertos, e saltam para a arena, bradando, de braços arregaçados, prontos para a faina — comece a empresa, única verdadeiramente patriótica, que é a de reconstituir a pátria. Se as forças e as vontades abundam (como afirmam manifestos e protestos) não faltará também obra urgente e boa em que elas se empreguem com glória. Temos quase tudo por fazer — tudo tínhamos a refazer. Tínhamos antes de tudo de criar riqueza, porque, sem esse instrumento, o braço mais forte fraqueja. Tínhamos de criar a riqueza, como povo agrícola que somos, pelos meios que o saber positivo tem indicado e que a política tem desde-

nhado. Criar riqueza, através do fomento rural — repovoando o reino pela colonização interior: metodizando as culturas; congregando a propriedade excessivamente fragmentada, criando o crédito rural; dirigindo o aproveitamento das águas públicas e organizando a economia hidráulica; fazendo a repovoação florestal do país; regulando o exercício da caça e da pesca, etc., etc. Teríamos ainda de fundar indústrias, nacionalizando os fornecimentos públicos para as fazer viver, e nacionalizando os transportes para as fazer circular... Obtidos estes primeiros recursos, teríamos então de alargar a nossa marinha de guerra, reorganizar o nosso exército, construir as defesas dos nossos portos. Teríamos ainda de reformar o ensino científico e fundar seriamente o ensino técnico. Teríamos enfim (para não desanimar as boas vontades com um programa muito pesado) de preparar, por meio de educação, física, gerações que possuam o músculo, o vigor, a saúde e o poder de arrostar trabalhos — que a nós nos falta tão lamentavelmente. E teríamos ainda (só este detalhe mais) de criar em nós mesmos hábitos de energia e disciplina, ordem, força, perseverança — reflectindo que sem bons costumes de nada valem as boas instituições, e que já um poeta, que era todavia o mais risonho dos cépticos, disse:

Quid leges, sine moribus
Vanae, proficiunt?

Eis, na nossa ideia, talvez excessiva e errada, o que deveriam fazer esses patriotas que, com tanta esperança nossa, se declaram acordados do seu sono histórico, prontos a trabalhar na regeneração da pátria. Tudo isso depende deles, só deles. Não dos governos ou dos ministérios. Depende meramente da sua iniciativa, do seu esforço, da sua constância, da sua propaganda. Depende do seu honesto propósito de escolher homens capazes que, no parlamento, vão enfim criar as leis exactamente correspondentes às nossas necessidades — e, no

Governo, vão enfim assegurar a execução exactamente indispensável a essas leis salvadoras.

Assim julgamos que devia ser utilizada e regularizada essa bela efervescência de vida, que se denomina o «movimento nacional». Porque de resto, bradar nas ruas contra a Inglaterra, elaborar manifestos, fundar comissões, agitar archotes, desfraldar bandeiras, abater tabuletas, não nos parecem na verdade os modos de um povo que, sob o impulso do patriotismo, se prepara para a regeneração: — antes se nos afiguram os modos de um povo que, através do patriotismo, se está educando para a insurreição.

E que a mocidade das escolas dê, ela, o exemplo mais directo e melhor. Por toda a parte se afirma que da sua paixão generosa e pura partiu o primeiro arranque deste movimento. Honra grande lhe seja mais tarde na história. Mas a mocidade já se manifestou amplamente. Que, agora, se retire das ruas e dos comícios, se recolha e ofereça, ela, esperança de todos, messe rica do futuro, o modelo superior do patriotismo, passando a cumprir com sereno amor esse dever patriótico que tão especialmente cabe a estudantes — e que consiste em estudar.

E deixemos a Inglaterra, que, quieta na sua ilha, digere sombriamente, como nação de rapina, a presa que rapinou. Chamar pelas praças *Delenda Cartago!* é excelente — quando já estão reunidas no porto de Óstia as galeras que vão levar Cipião à África. Mas nós não nos podemos ufanar, por ora, nem de galeras nem de Cipião. De que valem pois brados vãos? O grande grito a gritar não é — *Delenda Britannia!* O grande grito a gritar é — *Servanda Lusitania!* Porque se não trata infelizmente de destruir a Inglaterra — mas de conservar Portugal.

Através destas sugestões, que vimos timidamente arriscando, de propósito omitimos o facto magnífico da subscrição nacional. Só ele, todavia, e o sentimento colectivo que

revela, as justificam — porque sem ele, todas as nossas considerações montariam à puerilidade de querer dirigir, regularizar e aproveitar para um fim permanente, uma chama que passa e que morre! A forte, sólida e tenaz unanimidade, porém, com que a nação inteira, que tão pobre é, acode a abrir a sua bolsa para um alto objectivo nacional, prova que este movimento, tendo raízes na razão e na consciência do país, não somente na sua imaginação móbil, constitui uma força duradoura e viva que convém dirigir para onde ela possa fecundar e criar. E indicar a sua direcção é concorrer para a sua fecundidade — porque decerto aqueles que tão ardentemente querem preparar a defesa exterior, não se mostrarão menos prontos a trabalhar na ordem interior. De pouco serviria ter muralhas novas por fora e só velhas ruínas por dentro. A peito doente nada vale couraça de bronze!

INDEX

1911-1912

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS

INDEX

1911-1912

1911-1912

1911-1912

1911-1912

1911-1912

1911-1912

1911-1912

1911-1912

1911-1912

1911-1912

1911-1912

1911-1912

1911-1912

1911-1912

1911-1912

INDEX

1911-1912

1911-1912

1911-1912

1911-1912

CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

Wéoleo de Documentação

NOTA PRÉVIA 5

DO «DISTRITO DE ÉVORA» (1867)

POLÍTICA NACIONAL.

N.º 44 — 9 de Junho	7
N.º 45 — 13 " "	16
N.º 46 — 16 " "	21
N.º 47 — 20 " "	25
N.º 48 — 23 " "	31
N.º 49 — 27 " "	37
N.º 50 — 30 " "	41
N.º 51 — 4 de Julho	44
N.º 53 — 11 " "	47
N.º 54 — 14 " "	50
N.º 55 — 18 " "	56
N.º 56 — 21 " "	60
N.º 57 — 25 " "	63
N.º 58 — 28 " "	66

MOMENTO INTERNACIONAL.

N.º 45 — 13 de Junho	68
N.º 52 — 7 de Julho	72
N.º 56 — 21 " "	75
N.º 59 — 1 de Agosto	78

REVISTA DE IMPRENSA

N.º 19 — 14 de Março	81
N.º 21 — 21 " "	85
N.º 23 — 28 " "	94
N.º 25 — 4 de Abril	99
N.º 26 — 7 " "	105
N.º 27 — 11 " "	112
N.º 29 — 18 " "	118
N.º 30 — 21 " "	129
N.º 31 — 25 " "	135
N.º 32 — 28 " "	137
N.º 33 — 2 de Maio	141
N.º 34 — 4 " "	144
N.º 35 — 9 " "	147
N.º 37 — 16 " "	152
N.º 39 — 23 " "	155
N.º 57 — 25 de Julho	158
N.º 59 — 1 de Agosto	162

CRÓNICAS

N.º 9 — 7 de Fevereiro	165
N.º 11 — 14 " "	167
N.º 14 — 24 " "	169
N.º 15 — 28 " "	171
N.º 17 — 7 de Março	174
N.º 20 — 17 " "	176
N.º 26 — 7 de Abril	177
N.º 28 — 14 " "	179
N.º 30 — 21 " "	181
N.º 34 — 5 de Maio	183
N.º 38 — 19 " "	184
N.º 39 — 23 " "	188
N.º 40 — 26 " "	191
N.º 41 — 30 " "	193
N.º 42 — 2 de Junho	195
N.º 44 — 9 " "	201
N.º 46 — 16 " "	204
N.º 48 — 23 " "	210
N.º 52 — 7 de Julho	213

N.º 56 — 21 " "	227
N.º 58 — 28 " "	231

GAZETA DE PORTUGAL (1867)

Mefistófeles. J. Petit (1 de Dezembro)	232
----------------------------------------------	-----

JOÃO DE DEUS

(«Os de Paris a João de Deus» 1895)	235
-------------------------------------------	-----

CARTAS INÉDITAS DE FRADIQUE MENDES

A E. Sturmm, alfaiate	329
A Paulo Vargette	243
A <i>madame</i> de Jouarre	246
A Manuel	249
A.....	257
A E.....	261

OUTROS DISPERSOS

idealismo e Realismo	271
«Os Vencidos da Vida»	286
Ainda sobre a Academia	289
Notas do mês (El-rei D. Luís)	301
Notas do mês	305
A revolução do Brasil	314
O «ultimatum»	321

CAMARA MUNICIPAL DE ÉvORA
 Núcleo de Documentação

INSTITUTO BRASILEIRO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
EDITORA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

OBRAS

PÓSTUMAS

DE

EÇA DE QUEIROZ

- A Capital
- O Conde d'Almeida
- Almoço em Casa
- Cartas posthuma
- O Egypcio
- Cartas posthuma de Francisco Mendes
- e suas Cartas posthuma
- Uma Campanha Africana
- O Navegador do Brasil
- A Tradição da Bahia
- De Colapso
- em: O Livro de Ouro

ENTRE OUTRAS, SÃO AS SEGUINTEs AS OBRAS DE EÇA DE QUEIROZ
PUBLICADAS APÓS A SUA MORTE:

A Capital
O Conde d'Abranhos
Alves & C.^a
Correspondência
O Egipto (Notas de Viagem)
Cartas Inéditas de Fradique Mendes
e mais Páginas Esquecidas
Uma Campanha Alegre
O Mistério da Estrada de Sintra
A Tragédia da Rua das Flores
Da Colaboração
no «Distrito de Évora»

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS DE
«LIVROS DO BRASIL»
EM LISBOA
DESENHOU A CAPA O PINTOR
LIMA DE FREITAS

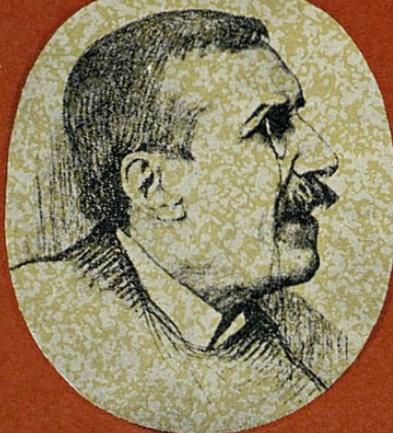
Da Colaboração no «Distrito de Évora»-III (1867)

Nas *Cartas de Fradique Mendes*, Eça atribui ao seu protagonista a ambição de escrever uma prosa que fosse «alguma coisa de cristalino, de aveludado, de ondeante, de mármoreo, que só por si, plasticamente, realizasse uma absoluta beleza, e que, expressionalmente, como verbo, tudo pudesse traduzir, desde os mais fugidios tons de luz até os mais subtis estados de alma».

Esta foi a ambição de Eça: criar uma prosa que, por um lado, fosse como um tecido belo e precioso em si mesmo; por outro, tivesse uma grande capacidade expressiva. Desde a prosa um tanto desordenada e amontoada das *Prosas Bárbaras*, até à prosa muito mais sóbria e precisa do conto *S. Cristóvão*, nas *Últimas Páginas*, assistimos a um constante trabalho de ajustamento, de afinamento, de depuração deste instrumento estilístico.

Nessa luta, o propósito mais saliente parece ser o de vitalizar a língua literária, injectar-lhe seiva, fazer de cada frase uma coisa viva, nova, imprevista, expressiva, abo-lindo aquilo a que se poderia chamar as partes mortas e neutras da língua (...)

ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA



(2) — No *Distrito de Évora*, de domingo, 10 de Fevereiro de 1867, appareceu um anúncio que rezava o seguinte: *José Maria d'Eça de Queiroz tem aberto o seu escritório d'advogado, na Praça de D. Pedro, n.º 3, A, onde pode ser procurado desde o dia 10 de Fevereiro em diante, das 11 às 4 da tarde.*

(...) E é no n.º 23 do *Distrito de Évora*, saído a 28 de Março de 1867, que se lê a noticia da estreia forense do Dr. José Maria de Eça de Queiroz; *Teve lugar no dia 26 do corrente o julgamento da policia correccional movida pelo Sr. Jacinto Torres contra o Sr. André Maria Ferreira Vilalobos, por um artigo escrito acerca do aforamento da herdade do Sobral, da casa pia de Évora.*

(...) Foi defensor do Sr. Vilalobos o nosso redactor principal, o Sr. Eça de Queiroz, que neste seu debute, mostrou que lhe não faltam dotes oratórios e talento para ser um advogado hábil (...)



